O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Terça-feira 25 de MARÇO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 48006 || estadao.com.br

Ex-presidente acusado __A7

Bolsonaro ataca Moraes na véspera de julgamento de denúncia pelo Supremo

__ Primeira turma do STF começa a decidir hoje se acusados pela PGR de tramar golpe de Estado devem se tornar réus em ação penal

REPRODUÇÃO PODCAST INTELIGÊNCIA LTDA VIA YOUTUBE



Com Tarcísio, Bolsonaro foi ao podcast Inteligência Ltda, de Rogério Vilela; delação de Mauro Cid é fruto de "tortura", diz ex-presidente. __

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a atacar ontem o ministro Alexandre de Moraes, na véspera do primeiro julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) em que ele é acusado de tramar um golpe de Estado após a derrota na eleição de 2022. Em entrevista ao podcast Inteligência Ltda, Bolsonaro disse que Moraes ameaçou o tenente-coronel Mauro Cid e a delação do seu ex-ajudante de ordens foi feita "sob tortura". No julgamento que começa hoje, a Primeira Turma do STF vai decidir se a denúncia da PGR contra o "núcleo 1" da trama golpista, formado por Bolsonaro e mais sete acusados, tem indícios suficientes para instauração de uma ação penal. Em caso positivo, os acusados se tornam réus.

Eliane Cantanhêde __A8

Bolsonaro no banco dos réus?

Julgamento de cabeleireira é suspenso

Ministro Luiz Fux pediu vista de denúncia contra Débora dos Santos, acusada de ter pichado a frase "Perdeu, mané" em estátua em frente ao STF. __A8

E&N Aviação __B10

Gol diz ter acordo para ter aporte de US$ 1,2 bi e planeja sair de recuperação

Em comunicado, a empresa disse estar também em "negociações avançadas" para obter mais US$ 650 milhões.

Argentina __A12

Milei tira sigilo de papéis da ditadura e planeja punir atos contra militares

Presidente argentino considera crimes contra a humanidade as ações de guerrilha contra o último regime militar.



C2

Alice Ferraz __C2

Dança em defesa da floresta amazônica

Principal bailarina do Dance Theatre of Harlem, brasileira Ingrid Silva vai estrear em abril em NY coreografia inspirada na Amazônia.

E&N Telecomunicações __B1 e B2

Concorrentes pressionam a Anatel a vetar expansão da Starlink no País

Operadoras alegam risco de "congestionamento" se empresa de Elon Musk obtiver licença para mais do que dobrar número de satélites na órbita do Brasil. Anatel avalia aspectos geopolíticos de aval ao pedido da Starlink.

Licitação de drones __A11

Exército barra empresas submetidas a lei dos EUA

Tiro à queima-roupa __A15

'Podia ser qualquer um. Parece roleta-russa', diz viúva de ciclista assassinado

Jaquelini Santos abandonou SP após o marido ser morto sem reagir a assalto. Um celular dele já havia sido furtado.

Notas e Informações __A3

O 'empréstimo do Lula'

Melhor do que defender o "empréstimo do Lula" seria dar ao trabalhador acesso ao FGTS.

O sindicato dos magistrados

Rubens Barbosa __A6

A urgência da discussão sobre a Defesa

Carlos Andreazza __A9

Governo aciona bomba que explodirá adiante

Demi Getschko __B28

Com IA, é vital que 'estejamos atentos'

Com jornalista no grupo __A13

Governo Trump compartilha planos de guerra em chat

Educação __A17

USP sofre ataque hacker, reforça rede e aciona PF

Até maio __A18

290 mil clientes da Golden Cross terão de mudar de plano

Edição de hoje
3 CADERNOS – 56 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento, A fundo

Tempo em SP
22° Mín. 27° Máx.

ISSN - 1516-2931

Eufrázio

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Ministros se surpreendem com pedido de vista de Fux, que não deve repetir gesto hoje

Ao pedir vista do julgamento da cabeleireira Débora dos Santos, que pichou a frase "Perdeu, mané" na estátua da Justiça no 8 de Janeiro, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, surpreendeu seus pares. Fux solicitou mais tempo para verificar os crimes atribuídos à ré e, com isso, abriu espaço para uma discussão que há muito tempo as defesas cobram: uma análise mais individualizada de cada acusado e penas menores. Responsável pelas centenas de processos dos atos golpistas, o STF tem sido criticado porque estaria considerando mais a ação coletiva que o gesto de cada indivíduo no 8/01. Apesar disso, interlocutores do Supremo apostam que Fux não pretende desautorizar o relator Alexandre de Moraes, tampouco pedirá vista no julgamento de hoje.

• DIVERGÊNCIA. Desde o início dos julgamentos relacionados ao 8/01, cinco ministros já votaram por penas menores que as determinadas por Moraes. São eles: Kassio Nunes Marques, André Mendonça, Luís Roberto Barroso, Cristiano Zanin e Edson Fachin. Parte desses votos foi apresentada no plenário. Agora, os casos estão concentrados na Primeira Turma do STF.

• BALANÇA. Se Fux mudar, o STF forma maioria (6 dos 11 ministros) dos que consideram propor penas menores. Mesmo assim, na média, as decisões de Alexandre de Moraes prevalecem.

• EXEMPLO. No primeiro julgamento de um réu do 8/01, em 2023, o STF definiu uma pena de 17 anos para Aécio Pereira. Nunes Marques, André Mendonça e Roberto Barroso propuseram absolvição por alguns crimes e foram vencidos. Os ministros sempre ressaltam que o contexto desse julgamento no STF é inédito.

• RECORDAR. O ministro **Cristiano Zanin**, que presidirá o julgamento de hoje contra Bolsonaro na 1.ª Turma, guarda memórias do prédio anexo do STF. Em 2018, Zanin atuou na 2.ª Turma, colegiado um andar acima da 1.ª, como advogado de Lula, que estava preso pela Lava Jato. Na época, o Supremo rejeitou o pedido de liberdade do petista.

• PLENÁRIO. O plenário do Tribunal de Contas do Distrito Federal vai julgar o pedido de suspensão de um processo do governo local para alugar, sem licitação, por R$ 42 milhões, um prédio de um aliado do governador Ibaneis Rocha (MDB). O aluguel é por cinco anos, renovável por igual período, como revelou a *Coluna*.

• LUPA. O relator, desembargador de contas Antonio Renato Alves Rainha, apontou indícios de diversas irregularidades na contratação planejada, em linha com o questionamento do Ministério Público de Contas.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Cristiano Zanin, ministro do STF

• A CONTA... Ex-ministra da Agricultura, a senadora Tereza Cristina (PP-MS) disse à *Coluna* que "não queria estar na pele do ministro da Agricultura", Carlos Fávaro, na hora de fechar o Plano Safra 2025/26. Ela avalia que os recursos aprovados no Orçamento com os atuais juros devem "financiar bem menos do que foi financiado em 2024".

• ...NÃO FECHA. Quando o governo enviou o Orçamento ao Congresso em agosto de 2024, a Selic era de 10,5% e o valor previsto de equalização do Plano Safra, R$ 15,03 bilhões. A Selic subiu para 14,25%, mas o valor não mudou.

PRONTO, FALEI!



Daniel Lopes
Especialista em direito imobiliário

"O Golden Visa, visto concedido para estrangeiros que investem em imóveis no Brasil, será uma chance de ouro para que o mercado imobiliário drible a crise."

CLICK

DIVULGAÇÃO/APEX

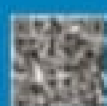


Janja
Primeira-dama

Após uma semana sem agenda oficial no Japão, visitou as obras da montagem do pavilhão brasileiro na Expo Osaka 2025 com o presidente da Apex, Jorge Viana.



SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO



Conheça o que você pode anunciar no Estadão, no portal Estadão.com e na Rádio Eldorado FM.

Classificados
Anúncio de ofertas veiculado no Estadão no caderno Classificados: Automóveis, Imóveis, Vagas de Emprego e Negócios/ Oportunidades

Noticiário
Anúncio publicitário, Informes e Expressão de Opinião veiculados no Estadão em posição determinada ou indeterminada

Fúnebre
Publicação de notas de falecimento, missas e homenagens a pessoas falecidas, veiculadas no Estadão em caderno específico.

Publicidade Legal
Publicação de Atas, Assembleias, Balanços, artigos e comunicados legais para fé pública, veiculados no Estadão em caderno específico.

Fale agora com um consultor

Telefone (11) 3856-2139
Whatsapp (11) 99123-8351 ou pelo QR Code
Email balcao.limao@estadao.com

Horário de Atendimento
Segunda a Sexta: 8h30 às 21h00
Sábados, Domingos e Feriados: 14h00 às 20h00

TERÇA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2025

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

O ‘empréstimo do Lula’



Melhor do que associar a figura do presidente à de uma financeira a quem os desesperados recorrem seria facilitar o acesso do trabalhador a um dinheiro que já é dele para aliviar dívidas

Em apenas três dias, 40,1 milhões de trabalhadores com carteira assinada realizaram simulações sobre a nova modalidade de crédito lançada pelo governo. Desse total, 4,5 milhões efetivamente solicitaram o empréstimo consignado e 11 mil contratos já foram formalizados, segundo o Ministério do Trabalho. Os números evidenciam o interesse dos brasileiros e o filão que o governo deverá explorar na campanha eleitoral.

O público-alvo da medida são trabalhadores do setor privado com carteira assinada, empregados domésticos, trabalhadores rurais, assalariados e microempreendedores individuais (MEIs), que pagam, de fato, taxas bem mais altas do que as cobradas de aposentados, pensionistas e funcionários públicos em empréstimos consignados. A nova linha permitirá usar como garantia até 10% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e 100% da multa rescisória em caso de demissão.

Para quem está em apuros, e há muitos brasileiros nessa situação, trocar uma dívida cara por outra mais barata é um alívio e tanto, e é esse o mote do governo ao defender a medida. Mas a possibilidade de migrar o empréstimo e ter acesso a essas condições só estará disponível em um mês, ou seja, ao menos até agora, quem tomou o novo crédito consignado privado não o fez por essas razões.

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, deixou claro o espírito da coisa ao publicar em suas redes sociais um vídeo especialmente didático – não sobre a medida em si, mas sobre sua escandalosa finalidade eleitoreira. “Apertou o orçamento? O juro tá alto? Pega o empréstimo do Lula”, disse a ministra, como se o presidente fosse uma financeira a quem devedores desesperados recorrem.

Melhor do que defender o “empréstimo do Lula” seria garantir que o trabalhador tivesse acesso ao FGTS, um dinheiro que é dele, para amortizar ou quitar seus débitos. Mas a preocupação do governo, neste momento, é criar programas chamativos que possam ser utilizados na campanha à reeleição do presidente, e não ampliar as possibilidades de uso dos recursos do FGTS.

O novo empréstimo consignado tem potencial de atingir 47 milhões de trabalhadores e é mais um agrado do governo para tentar conquistar a classe média, como a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R$ 5 mil mensais e a criação de uma faixa estendida no Minha Casa Minha Vida para alcançar quem ganha entre R$ 8 mil e R$ 12 mil.

As medidas, em conjunto, devem aumentar a disponibilidade de recursos na economia, ampliar o consumo e pressionar a inflação. Para o governo, esse é o meio de manter o crescimento econômico aquecido até a disputa eleitoral, objetivo que vai de encontro à estratégia adotada pelo Banco Central para conter o avanço dos preços na economia.

Ideias que reduzam o custo do crédito no País são sempre desejáveis. Mas isso se faz por meio de medidas que ampliem a segurança do sistema, estimulem a criação de novos produtos financeiros, facilitem o ressarcimento em caso de fraudes, acelerem o processo de falências e reduzam a judicialização, como defendeu o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, em entrevista ao **Estadão**. A aprovação de tais medidas pelo Congresso tenderia a produzir efeitos duradouros, embora não imediatos. O problema é que colocar essa agenda em prática requer tempo e uma base de apoio sólida, e o governo não tem nenhum dos dois.

Ampliar o acesso a empréstimos no contexto atual é uma medida que, ademais, retroalimenta a inflação e os juros, reduz a potência da política monetária e contribui para manter a Selic elevada por mais tempo. Seria algo defensável se o crédito estivesse em queda, mas não é o caso – pelo contrário, há indícios de que ele esteja crescendo de maneira excessiva há pelo menos dois anos.

Mas Lula prefere menosprezar todos esses riscos de olho somente na reeleição, sem pensar no fato de que pode ser ele mesmo, caso permaneça no poder, quem tenha de lidar com os custos de suas próprias decisões equivocadas. ●

O sindicato dos magistrados

A título de moralizar a farra dos penduricalhos, CNJ a legitimou, criando um ‘teto’ obsceno. A magistratura seguirá abusando de sua autonomia se o Legislativo não impuser limites

Há poucos dias, numa sessão do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Flávio Dino se queixou dos “saltos ornamentais hermenêuticos” de juízes e outros servidores de carreiras jurídicas para engordar seus contracheques. “Vemos uma criatividade administrativa, sobretudo em temas remuneratórios, que é algo que constrange o Poder Judiciário, porque temos uma moldura constitucional e o Estatuto da Magistratura, na Lei Orgânica da Magistratura, que, a cada dia, em ziguezagues hermenêuticos, é infelizmente driblada”. A ministra Cármen Lúcia fez coro, afirmando que aqueles que empregam essas manobras afrontam as normas constitucionais e o direito do cidadão. Só faltou subirem num caixote para exigir providências da Corte constitucional.

Como o STF não as toma, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aparentemente vestiu a carapuça e decidiu botar ordem na casa – mas com moderação. Em decisão monocrática, o corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell, determinou que os penduricalhos para magistrados não poderão exceder R$ 46,3 mil mensais, o mesmo valor do teto do funcionalismo público. Ou seja, todos os servidores têm de viver sob esse teto, mas, acima dele, os magistrados podem construir uma espaçosa cobertura. Claro que tudo tem limite, e o limite do CNJ para a violação do teto constitucional é de 100%.

Mas mesmo esse limite é gelatinoso. Primeiro, porque, como os penduricalhos não são tributados, um juiz que receber o montante de R$ 46,3 mil ganhará em termos líquidos muito mais do que o dobro do teto. Depois, porque a decisão vale, a rigor, só para um caso específico de um tribunal de Sergipe, que foi levado ao STF. Para os outros ela não tem “efeitos vinculantes” e deve apenas “inspirar a adoção de providências idênticas”. Como é improvável que outros tribunais e corporações – sempre ávidos na hora de invocar o princípio da “isonomia” para equiparar privilégios dados a colegas – se sintam, digamos, “inspirados”, os juízes e procuradores de outros Estados, que estão sempre a se queixar da penúria e sacrifícios impostos à profissão, podem ficar tranquilos: o limite para os salários dos magistrados não é nem a lei nem a moral, mas apenas a “inspiração”.

O caso expõe a urgência de uma legislação que regule a concessão de benefícios e ponha fim à farra dos supersalários, mas que também reforme o CNJ. Esse conselho e seu irmão gêmeo, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), foram concebidos no início da redemocratização e criados em 2004, na esteira de escândalos de corrupção envolvendo a Justiça. Como outros conselhos similares ao redor do mundo, eles têm uma dupla função: de um lado, garantir a autonomia de sua corporação ante os demais Poderes, e, de outro, fiscalizar a sua atuação, discipliná-la e prestar contas à sociedade. O problema é que a primeira função foi hipertrofiada na mesma proporção em que a segunda foi atrofiada.

Em que pesem alguns avanços institucionais referentes à racionalização dos serviços, esses conselhos padecem de um vício de origem: dos 15 conselheiros do CNJ e 14 do CNMP, apenas quatro são externos às carreiras. Ao longo dos anos estabeleceu-se uma simbiose entre os controladores (os conselhos) e os controlados (magistratura e Ministério Público), transformando os conselhos em um veículo de expansão do poder de juízes e procuradores e arena de reivindicação de vantagens corporativas, não se furtando para tanto a todo tipo de extrapolação das funções conferidas a eles pela Constituição. O aparelhamento por associações de classe é sistemático. Desde a sua criação, o CNMP, por exemplo, foi presidido por membros da Associação Nacional de Procuradores da República.

Os conselhos, que deveriam ser um meio para a sociedade exercer um controle sobre o Judiciário e o Ministério Público, se transformaram em sindicatos especializados em institucionalizar privilégios para juízes e procuradores. Eles continuarão criando benefícios e arbitrando sua legalidade, a menos que os representantes do povo no Congresso cumpram sua função e estabeleçam uma regulação decente sobre as verbas do funcionalismo e uma reforma saneadora na governança dos conselhos. ●

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

O começo, no outono de Paris

Jorge J. Okubaro

Foi no outono de uma Paris que ainda tinha a Torre Eiffel como símbolo recente que, há 130 anos, Brasil e Japão iniciaram suas relações comerciais e diplomáticas. O Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, que marca o início dessas relações, foi assinado no dia 5 de novembro de 1895 (a torre fora inaugurada seis anos antes) pelos representantes dos dois países junto ao governo francês, os ministros plenipotenciários Gabriel de Toledo Pisa e Almeida e Arasuke Sone. As representações diplomáticas recíprocas foram abertas em 1897. A visita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza neste momento ao Japão tem, além de outros, o simbolismo de celebrar uma longa relação interrompida apenas na Segunda Guerra Mundial.

Trata-se de uma visita de Estado, como ela é classificada na linguagem diplomática. Há um simbolismo também nesse tipo de viagem. No Japão, as visitas de Estado são organizadas apenas uma vez por ano. Entretanto, estavam interrompidas por causa da pandemia de covid-19. A do presidente Lula é a primeira desde 2019. Esta é a quinta viagem oficial de Lula ao Japão. Seu programa inclui audiências com o imperador Naruhito e o primeiro-ministro Shigeru Ishiba. Será o segundo encontro de Lula com Ishiba. Em novembro, Ishiba participou da Cúpula do G-20 no Rio de Janeiro.

Decerto os temas econômicos e comerciais – investimentos, abertura de mercado para a carne brasileira, cooperação científica e tecnológica – dominam a agenda da missão brasileira que viajou para o Japão com o presidente. Evento no hotel New Otani, em Tóquio, organizado pelo Itamaraty com apoio da Confederação Nacional da Indústria, foi preparado para receber 500 empresários de setores como automotivo, alimentos, agronegócio, aeroespacial, bebidas, energia, logística e siderurgia, entre outros.

Dezenas de acordos e tratados entre entes públicos e privados dos dois lados estão programados em áreas como ciência e tecnologia, combustível sustentável, educação, pesca, recuperação de pastagens, segundo a Secretaria de Ásia e Pacífico do Itamaraty.

Dados do Banco Central apontam o Japão como o nono maior investidor externo no Brasil, com um total de US$ 35 bilhões em investimentos diretos. Nos últimos anos, essas aplicações têm se concentrado no setor automotivo. A despeito da longa relação diplomática e comercial entre os dois países, os números das trocas comerciais entre eles parecem muito modestos. O intercâmbio comercial em 2023 somou US$ 11 bilhões. Isso representa apenas 7% do comércio bilateral entre Brasil e China naquele ano, quando o total alcançou US$ 157,4 bilhões.

"É muito pouco para a grandeza do Japão e do Brasil", disse, não sem razão, o presidente Lula em entrevista a jornalistas japoneses dias antes de embarcar para Tóquio. Há, de fato, muito espaço para expandir o comércio entre os dois países. Contudo, essa é uma realidade conhecida há muito tempo por dirigentes, exportadores e empresários em geral das duas partes – e há muito tempo se fala em superar essa realidade, o que seria facilitado pela complementaridade das duas economias. Será que isso ocorrerá agora?

Há, para além das relações de natureza diplomática, comercial, econômica e financeira, ora mais estreitas, ora mais frias, uma proximidade entre Brasil e Japão que não se altera: é a presença marcante de cidadãos de um país no outro. Segundo dados divulgados no ano passado pelo governo japonês, no Brasil há 2,7 milhões de japoneses e seus descendentes. Dados do Itamaraty indicam que 211 mil brasileiros vivem no Japão.

Iniciada em 1908, a imigração japonesa no Brasil deixou marcas fortes na cultura, nos hábitos, na alimentação e até na linguagem da população brasileira. Mas a história da presença de japoneses e seus descendentes no Brasil não foi sempre marcada pela harmonia. Resistências à vinda dos japoneses foram registradas desde os primeiros anos da imigração até a Segunda Guerra. Mesmo depois de terminado o conflito, a proibição da entrada de japoneses no Brasil chegou a ser votada (e derrotada por um voto) na Constituinte de 1946.

Os anos que se seguiram ao fim da guerra foram marcados por episódios sombrios envolvendo os imigrantes. Japoneses foram mortos por outros japoneses por causa de divergências sobre o resultado do conflito mundial. Japoneses presos na ocasião sofreram maus tratos das autoridades policiais brasileiras. Em julho do ano passado, a Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos, em nome do Estado brasileiro, pediu desculpas às famílias das vítimas por atos de agentes públicos que violaram direitos humanos.

Antes de viajar para o Japão, Lula da Silva considerou o pedido de desculpas do Estado "uma atitude de grandeza democrática e grandeza humanística". Espera-se que essas características sejam preservadas e fortalecidas nas relações entre os dois países e entre seus povos. ●

> *A despeito da longa relação diplomática e comercial entre Brasil e Japão, os números das trocas comerciais entre eles parecem muito modestos*

JORNALISTA, É AUTOR, ENTRE OUTROS, DO LIVRO 'O SÚDITO (BANZAI, MASSATERU!)' (EDITORA TERCEIRO NOME) E PRESIDENTE DO CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS (JINMONKEN)

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail**: forum@estadao.com

Crédito consignado

'O empréstimo do Lula'

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, veiculou vídeo em suas redes sociais oferecendo à população brasileira o empréstimo financeiro que o *tio* Lula está promovendo a juros mais baixos. "O juro tá alto? Pega o empréstimo do Lula", ela diz. Uma vergonha induzir as pessoas a se endividarem. Populismo de baixo nível.

Luiz Frid
São Paulo

Quem quiser, que siga

Ao ler as notícias sobre o incentivo do governo para a população recorrer à nova modalidade de crédito ao trabalhador, lembrei-me de imediato do incentivo do governo do PT, em gestão anterior, para os cidadãos adquirirem ações da Petrobras. O resultado, em prejuízos aos incautos cidadãos, nós já conhecemos. Portanto, quem quiser seguir os conselhos deste governo, que siga.

José Roberto dos Santos Vieira
São Paulo

Segurança pública

Proteção nos bancos

A propósito do editorial *Lula descobre que existem bandidos* (**Estadão**, 24/3, A3), acrescento que, além do atual governo, seria ótimo se os bancos descobrissem isso também e fizessem sua parte para dar mais segurança aos seus clientes. Há dois anos sugeri no atendimento ao cliente dos bancos onde tenho conta a implementação de uma senha de pânico, para o cliente utilizar ao ser abordado por criminosos. É simples: ao fornecer a senha, o sistema exibiria um saldo disponível bem inferior ao verdadeiro e seria enviada mensagem de emergência ao banco, que comunicaria à polícia a localização do aparelho. Além disso, outra sugestão extremamente simples: trocar o ícone do aplicativo bancário por um completamente diferente, e o acesso só seria efetuado com uma senha ou sequência oculta de comandos. Na época, essas sugestões foram completamente ignoradas nos bancos.

Luciano Nogueira Marmontel
Pouso Alegre (MG)

8 de Janeiro de 2023

Anistia no Congresso

Anistia tem aval de 1/3 da Câmara, mas o apoio cai ao incluir Bolsonaro (**Estadão**, 23/3). O projeto de anistia que se pretende aprovar contra os atos do 8 de Janeiro é como passar uma borracha ruim numa escrita ruim e deixar um enorme borrão na história da democracia brasileira.

Valdir Ferraz de Oliveira
Santana de Parnaíba

Senso de justiça

Irrepreensível o editorial do **Estadão** de 22/3 (A3) *Isso não é justiça*, que deveria ser entregue por todos os diretores de faculdades de Direito a seus alunos, muitos dos quais serão futuros magistrados, para que saibam como não devem sentenciar diante de um caso tão escabroso como o da cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, mãe de dois filhos menores, que no dia 8 de janeiro de 2023 pichou a estátua da Justiça, em Brasília, com batom. A pena de 14 anos que o ministro Alexandre de Moraes quer lhe aplicar aproxima-se das normalmente aplicadas a criminosos contumazes e frios que ceifaram a vida de inocentes, em latrocínios ou crimes dolosos contra a vida. Essa moça está presa desde 17/3/2023, e impõe-se que seja libertada imediatamente. Já pagou o que, se caso, tinha de pagar. Como frisado no irrespondível editorial, "não há virtude maior para um juiz do que o senso de justiça", o que aprendi nos bancos da São Francisco, onde o dr. Moraes ministra ótimas e concorridas aulas de Direito Constitucional. Parece que o mestre constitucionalista não se deteve, nas aulas no bacharelado, à matéria importantíssima denominada Introdução ao Estudo do Direito, momento em que o senso de justiça é ensinado aos alunos de 1.º ano lá, nas Arcadas – ao menos no meu tempo era assim. Meus cumprimentos ao **Estadão**, pelo magnífico editorial. Espero que outros ministros corrijam a injustiça que está em vias de acontecer, se prevalecer a pena defendida pelo relator.

José Antonio Braz Sola
São Paulo

Bolívar Lamounier

Não saímos do lugar

Se desde 1808, quando o Brasil começou a existir, o brasileiro não entende a importância de ter uma classe média sadia, não seria hoje, com a nossa população líquida envolvida por telas vazias, que isso aconteceria, infelizmente. Bolívar Lamounier desnuda e reúne alguns dos motivos que justificam a precariedade intelectual e a claudicação da sociedade, "que não tem jeito mesmo", e nos impedem de sair do lugar (*Por que não saímos do lugar?*, **Estadão**, 22/3, A4).

Josenir Teixeira
São Paulo



ESTADÃO BLUE STUDIO

Série de entrevistas

IA nos negócios

"A IA pode tornar os advogados mais humanos"

Para presidente da OAB-SP, velocidade de transformação da tecnologia forçará campo jurídico a se acelerar, e IA precisa ser regulada



Foto: Daniel Teixeira/Estadão Blue Studio

Entre as áreas afetadas pela popularização da inteligência artificial (IA), o Direito talvez seja uma das mais impactadas. Não é à toa: com o surgimento de sistemas capazes de escrever textos a partir de enormes bancos de dados, tarefas trabalhosas como leitura de processos, resumos de casos e preparação de peças hoje já podem ser feitas em alguns cliques. "Não creio que a advocacia vá sumir, mas certas funções da advocacia sumirão. E, se antes um escritório precisava de 10 advogados, no futuro ele precisará de um", avalia o presidente da seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), Leonardo Sica.

As transformações na profissão, no entanto, não são vistas com maus olhos pelo advogado: para ele, a tecnologia poderá baratear o custo do acesso à Justiça e permitir que os profissionais atuem em tarefas essenciais. "A IA pode tornar os advogados mais humanos, porque vai nos forçar a desenvolver tais habilidades", projeta.

A popularização de sistemas de inteligência artificial generativa, de 2022 para cá, impactou diretamente profissões que trabalham com texto, como é o caso do Direito. Como o sr. vê essa efervescência da tecnologia?

Hoje, a IA não se tornou o grande tema só do Direito, mas de toda a humanidade. O Direito vem sendo atravessado pela tecnologia. Por ser tradicional e hermético, o campo jurídico costuma demorar para assimilar inovação. Mas agora, talvez pela primeira vez, estamos diante de um fenômeno que não resiste ao tempo da ponderação, de maneira que precisamos acelerar.



Hoje, a IA não se tornou o grande tema apenas do Direito, mas de toda a humanidade. O Direito vem sendo atravessado pela tecnologia"

É preciso acelerar, mas a tradição do Direito é dar o devido tempo às coisas. Como respeitar a tradição dentro do paradigma de aceleração imposto pela tecnologia?

Temos que criar regras. É a forma que o Direito conhece para colocar tempo nos procedimentos. Temos que buscar um modelo de regulação que seja multidisciplinar e que seja construído de forma democrática, com diversos atores na mesma mesa. Precisamos recuperar o hábito de fazer leis, criando modelos de leis que sejam adaptáveis. Para a IA, talvez precisemos de uma lei que possa ser flexível para dar conta da flexibilidade do que vem por aí. Em março, vamos realizar uma audiência pública para ouvir diferentes atores da sociedade, extraindo resultados e transformando-os em um relatório a ser encaminhado para o Congresso.

Como a IA tem afetado o exercício da profissão de advogado?

A advocacia certamente será uma das profissões mais afetadas pelo uso de IA. Recentemente, fizemos um curso sobre IA generativa no Direito para 40 mil advogados, e 55% dos alunos disseram já usar a tecnologia para fazer leitura de peças e documentos, resumos de casos e processos ou preparar peças jurídicas. Não creio que a advocacia vá sumir, mas certas funções da advocacia sumirão. Nesse sentido, será preciso buscar as funções em que somos melhores: empatia, atendimento, compreensão, argumentação lógica, prudência, tomada de decisão. A consciência da aplicação do Direito ficará nas nossas mãos. A beleza desse processo é que a IA pode tornar os advogados mais humanos, porque vai nos forçar a desenvolver habilidades mais humanas. Mas, se antes um escritório precisava de 10 advogados, no futuro ele precisará de um, de maneira que haverá um rearranjo grande do mercado de trabalho. E será preciso também repensar o ensino da profissão.

O uso de IA pode reduzir o tempo gasto em muitas tarefas feitas por advogados – e mexe diretamente com o sistema de remuneração de muitos profissionais, que é pensado por horas. Como a OAB vê esse assunto?

Os advogados precisarão aprender a fazer mais serviços sendo menos remunerados. Os escritórios, por sua vez, poderão ser menores, com menos pessoas ou profissionais trabalhando em regime parcial. Já começamos a ver a pulverização de profissionais que prestam serviços em vários lugares. A OAB tem o dever da honestidade sobre o novo momento da profissão. Ao longo do tempo, creio que tais mudanças tornarão a prática mais rica, permitindo o acesso a diferentes realidades.

O uso de IA pode diminuir o custo do acesso à Justiça. Como efeito colateral, pode aumentar o número de processos em um país que já tem filas enormes nos tribunais. Como lidar?

Sem dúvida, o uso de tecnologia em qualquer serviço aumenta o acesso – e a Justiça é um serviço público. Tendo a olhar o lado positivo: hoje, quando olhamos os mapas de concentração de litígio, percebemos que a população das periferias e das classes mais baixas não acessa o Judiciário. Precisamos mudar a qualidade do litígio, para que uma pessoa da periferia possa acessar a Justiça para resolver seus problemas. O que devemos fazer é sim usar a tecnologia para entender onde estão os processos, quem são os grandes litigantes e como a inovação pode nos ajudar a reduzir essas filas.

Num período de dois anos, como o sr. gostaria que a IA fosse usada no espaço do Direito?

Almejo que a IA seja usada para aproximar as pessoas que precisam de Justiça – juízes, advogados, cidadãos –, poupando-as de burocracias e atividades repetitivas. Se tivermos mais tempo para sentar e conversar, as pessoas vão resolver seus problemas. Em termos de regulação, espero que tenhamos um Marco Legal de IA votado pelo Congresso Nacional, após a participação da sociedade em audiências públicas, e que ele seja moderno, flexível e que saiba permitir a fruição da inovação enquanto breca as ameaças à soberania e à privacidade.



Leia o QR code e acesse todas as entrevistas desta série no portal https://bluestudio.estadao.com.br/entrevistas/



As informações e opiniões são de responsabilidade única dos autores. Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do Estadão.

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

Defesa e soberania nacional

Rubens Barbosa

A evolução da economia global e a ordem política internacional nunca estiveram tão incertas e inseguras. A mudança da política externa dos EUA em relação à Rússia, aos aliados europeus e à Otan, caso mantida nos próximos anos, acarretará profundos impactos em todos os países, sobretudo nos em desenvolvimento. As transformações no cenário internacional terão consequências nos seus esforços para alcançar os objetivos relacionados ao desenvolvimento econômico e social e à segurança para a preservação da soberania nacional.

O Brasil é uma potência média, a 10.ª economia do mundo, 210 milhões de habitantes e território continental, cujo objetivo é se tornar um país plenamente desenvolvido. A estratégia nacional, além do desenvolvimento, deveria ter como objetivo a segurança interna e externa, levando em conta o ambiente internacional de que extraímos recursos, *know-how*, tecnologia e investimentos para o desenvolvimento do País, mas que também poderá vir a representar ameaças à soberania nacional.

As grandes vulnerabilidades na área da Defesa são a quase completa dependência do fornecimento de equipamento bélico dos EUA e da Otan e a imprevisibilidade orçamentária. A Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso não reflete as necessidades reais das Três Forças, cujas despesas discricionárias estão muito abaixo do que seria necessário para atender aos projetos especiais. A obsolescência dos equipamentos, especialmente os da Marinha, e a falta de previsibilidade orçamentária dificultam um planejamento de médio e longo prazos, agravado agora pela instabilidade no cenário global. As áreas prioritárias definidas na Estratégia Nacional de Defesa, cibernética, nuclear e espacial, requerem investimentos, que são insuficientes. A Base Industrial de Defesa se ressente da baixa aquisição de seus produtos pelo governo (diferente do que ocorre em outros países), da falta de apoio oficial para o financiamento das exportações e de maior estímulo à pesquisa e desenvolvimento no setor. O esforço para uma autonomia gradual das Forças Armadas exige um planejamento de longo prazo (10 a 20 anos), que deveria incluir o processo de atualização conceitual das Três Forças, material e orçamentário, com a redução de seu efetivo, com maior mobilidade e aquisição de equipamentos modernos e mais adequados às realidades das novas formas de ameaças internas e externas, com a criação de uma base logística de defesa, independente do Ministério da Defesa, como ocorre em outros países desenvolvidos para racionalizar a aplicação dos investimentos. Tudo isso acarretaria uma redução no custo de pessoal e um gasto mais eficiente.

> *Num mundo de incertezas, não se pode mais ignorar as atuais vulnerabilidades das Forças Armadas*

No entorno geográfico, o Brasil tem fronteira com dez países, crescentes problemas como o crime transnacional pelo tráfico de drogas, de armas e, mais recentemente, pelo garimpo ilegal na Amazônia. No litoral, a proteção dos campos de petróleo no território marítimo e o crime transnacional são preocupações. Nas duas frentes, as Forças Armadas não estão adequadamente equipadas para a defesa da soberania e do território nacionais. Em tempos em que se menciona a possibilidade de aquisição da Groenlândia e a retomada do Canal do Panamá, é bom lembrar a riqueza mineral e a biodiversidade da Amazônia, sem falar na disponibilidade da água, cada vez mais fatores estratégicos. Por outro lado, numa região livre de conflitos armados surgiu a ameaça de a Venezuela atacar a Guiana para atender a reivindicação territorial, o que representa um desafio para a Defesa nacional e poderia acarretar a presença de bases militares externas na América do Sul, contrariando a tradicional posição do governo brasileiro.

Nesse contexto, cresce a necessidade de definir, dentro do objetivo nacional de segurança, uma estratégia de Defesa. Essa necessidade, imposta agora de fora para dentro, esbarra em dois obstáculos: a cultura nacional e a vontade política interna. O contexto histórico tem direta influência sobre esses dois fatores: de um lado, a ausência de conflitos armados nos últimos 150 anos e de uma evidente ameaça externa que ponha em risco nosso território, e, de outro lado, as reservas políticas em relação às Forças Armadas em razão das sucessivas interferências na vida política do País desde o início da República, em 1889.

Num mundo de incertezas, não se pode mais ignorar as atuais vulnerabilidades das Forças Armadas e a necessidade do fortalecimento da indústria nacional de Defesa. E, com base na nova atitude profissional das Forças Armadas nos últimos 40 anos, examinar, de forma transparente, a normalização do relacionamento entre civis e militares com a definição de regras e práticas de um efetivo controle do Executivo, Legislativo e Judiciário sobre os militares, como em muitos países. A reformulação do artigo 142 da Constituição e a aprovação da PEC sobre a participação de militares na política devem ser examinadas dentro desse contexto. Com isso, seria virada uma página delicada da história nacional e seriam superadas as resistências para o fortalecimento institucional da Forças Armadas.

Neste novo cenário interno e externo, torna-se urgente incluir a Defesa na discussão sobre o lugar do Brasil no mundo e sobre seus objetivos de médio e longo prazos, acima da divisão e da polarização interna. ●

É PRESIDENTE DO CENTRO DE DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL (CEDESEN)

TEMA DO DIA

JULIANA FRANCISCO/ARQUIVO PESSOAL



Influeciadores e costureiros

Geração Z descobre seu novo eletrônico favorito: a máquina de costura

A prática da costura não é só mais 'coisa de vó'. Com empurrão do TikTok e do Instagram, rejuvenesceu, aumentou vendas, reformulou estratégias de marketing e atraiu influenciadores e costureiros muito jovens. ●

18.065 interações

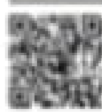
Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

- "É bem legal que a nova geração queira fazer algo assim. Espero que não seja modinha passageira."
ROSELI ANDRADE

- "Saber costurar é uma arte."
CARLOS ALBERTO ALVES

- "Quem sabe agora, colocando a mão na massa, essa geração entenda o quão trabalhoso é costurar uma peça de roupa."
MAURÍCIO DE SOUSA

- "Ter uma máquina de costura não significa saber costurar."
ANTONIETA COUTO DA MATA



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão
https://bit.ly/LDBEstadao

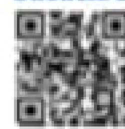
Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

ELEONIMAGES/ADOBE STOCK



Casa&Decoração



Como eliminar as traças que aparecem em casa. ●
https://encr.pw/5V4i

Vencer limites



Síndrome de Down: o que ainda precisamos saber. ●
https://l1nq.com/nVpTS

Newsletter



'Conectado': assine e comece o dia bem informado. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP: 02588-900 - São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● Fax: (11) 3856-2940 ● E-Mail: forum@estadao.com ● Central de assinante: Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● Central ao leitor: (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 Preços venda avulsa: SP: R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). RJ, MG, PR, SC E DF: R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). ES, RS, GO, MT E MS: R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). BA, SE, PE, TO E AL: R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO: R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● Vendas de assinaturas: 0800-014-9000 ● Whatsapp: (11) 99248-2333 ● Vendas corporativas: (11) 3856-2524 ● Agências de publicidade: (11) 3856-2531 ● cas@estadao.com

Supremo

Bolsonaro faz ataques a Moraes na véspera de julgamento da denúncia

STF começa a julgar hoje acusação formal contra ex-presidente e mais sete denunciados; ministro foi acusado de usar de ameaças para conseguir delação premiada de Mauro Cid

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

Na véspera do primeiro julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da denúncia de tentativa de golpe de Estado, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a reclamar da delação do tenente-coronel Mauro Cid e disse que seu ex-ajudante de ordens vinha sendo ameaçado pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do processo na Corte. Em entrevista na noite de ontem ao podcast Inteligência Ltda. – da qual participaram também o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) – o ex-presidente chegou a dizer que Cid assinou a colaboração premiada "sob tortura".

Segundo Bolsonaro, seus advogados vão focar, neste primeiro momento, em aspectos técnicos do processo.

TV do PT

O PT pretende transmitir o julgamento e pediu ao STF para credenciar a TVPT, canal da sigla no YouTube

A Primeira Turma do Supremo começa a julgar hoje se aceita ou rejeita a denúncia contra o "núcleo 1" da trama golpista, conforme descrita pela Procuradoria-Geral da República (PGR) na acusação formal. Além de Bolsonaro, fazem parte desse núcleo outros sete acusados, entre eles ex-ministros de Estado, militares de alta patente e um deputado federal (*mais informações nesta página*).

Neste primeiro momento, os ministros vão analisar se a denúncia da PGR tem indícios suficientes para instauração de uma ação penal. Não se trata, ainda, de decidir sobre condenação ou absolvição. Se a ação penal for aberta, os acusados se tornam réus.

Durante a entrevista ao podcast, Bolsonaro colocou em xeque a validade da delação de Cid, um dos elementos utilizados pela PGR para sustentar a acusação formal. Segundo o ex-presidente, seu ex-auxiliar não apresentou elementos para comprovar o que disse em seus depoimentos.

"Essa delação é eivada de ilegalidades. Não tem espontaneidade, teve interferência do ministro. O Alexandre de Moraes ameaçando uma pessoa: 'olha, teu pai, tua esposa e tua filha... Pense no que você vai falar'. Um juiz não pode participar de uma delação premiada", afirmou. "Ele (*Cid*) foi pressionado sob tortura. Ele assinou a delação premiada depois de mais de cem dias na cadeia. Por que fizeram essa maldade com ele. Para atingir a mim."

Um dos benefícios que Cid pediu para fazer a colaboração premiada foi que seus familiares não fossem processados.

O ex-presidente também negou ter se reunido com comandantes das Forças Armadas em busca de apoio para um golpe, como apontado pela PGR e pelo ex-ajudante de ordens em sua delação. De acordo com a versão apresentada por Bolsonaro, o encontro teve como objetivo discutir "dispositivos constitucionais" diante da insatisfação com a atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre elas estado de sítio, estado de defesa, operação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e intervenção federal.

ESTADO DE DEFESA. Tarcísio, cotado para suceder Bolsonaro na eleição de 2026, reforçou a argumentação do ex-chefe ao afirmar que o estado de defesa também foi discutido pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) com o comandante do Exército antes de ela sofrer impeachment em 2016.

"Essa discussão já houve no passado. Lá atrás eles desistiram, não levaram à frente como neste caso também não foi à frente. O presidente designou o ministro da Casa Civil para fazer a transição para o novo governo, dando acesso a todas as informações e dentro da normalidade", declarou Tarcísio, que atrasou cerca de uma hora para a entrevista, e foi chamado de "sparring" por Bolsonaro. "Vai apanhar junto comigo aqui", disse o ex-presidente.

Os dois, no entanto, fizeram declarações amistosas, evitaram atritos e o governador paulista reafirmou lealdade ao ex-presidente, defendendo sua candidatura em 2026, mesmo Bolsonaro estando inelegível até 2030. Tarcísio disse que será candidato à reeleição. O governador paulista reiterou a sua declaração de que a Justiça Eleitoral brasileira é "garantidora da democracia" – contrariando tese do ex-presidente –, mas ressaltou que também é possível "aumentar segurança" das urnas. "As pessoas interpretam errado. Não entendem a proximidade, a lealdade e a amizade. Não tem passagem de bastão nenhuma", disse o governador. "Simples: meu candidato a presidente é Bolsonaro, eu vou concorrer à reeleição."

Participando por videoconferência dos Estados Unidos, Eduardo Bolsonaro afirmou que considera que não há mais saída para que seu pai e chamou Moraes de "psicopata". "Com isso em mente, eu sigo o exemplo do Trump: ele já sabia desse jogo de cartas marcadas e apostou tudo na política. Levar a voz dele ao maior número de pessoas possível. Se o Bolsonaro perder o capital político dele, já era, o Alexandre de Moraes vai trancafiar ele na cadeia e jogar a chave fora", disse o deputado licenciado. "O meu principal objetivo hoje é brecar um psicopata chamado Alexandre de Moraes."

Bolsonaro foi denunciado por cinco crimes que, somados, podem render 43 anos de prisão, se consideradas as penas máximas e os agravantes de cada crime. A PGR pede que o ex-presidente seja condenado por organização criminosa (pena de 3 a 8 anos, podendo chegar a 17 com agravantes citados na denúncia), abolição violenta do Estado Democrático de Direito (pena de 4 a 8 anos), golpe de Estado (pena de 4 a 12 anos), dano qualificado com uso de violência e grave ameaça (pena de 6 meses a 3 anos) e deterioração de patrimônio tombado (pena de 1 a 3 anos).

'VARIÁVEL POLÍTICA'. Ontem, o advogado Paulo Amador da Cunha Bueno, que representa o ex-presidente, reafirmou, em entrevista ao **Estadão**, a tese de que não há provas para justificar o recebimento das acusações. Para o advogado, se a denúncia for aceita, os ministros do STF estarão agindo politicamente. "Não conseguiram (*provas*) justamente porque o presidente não teve qualquer participação, ainda que a título de inspiração ou incitação. Acusá-lo por tal episódio é sacramentar que estamos diante de um caso totalmente pavimentado pelo lamentável binômio da judicialização da política e politização da Justiça", afirmou. ● COLABORARAM GEOVANI BUCCI, RAYSSA MOTTA, FAUSTO MACEDO E LAVÍNIA KAUCZ

PODCAST INTELIGÊNCIA LTDA VIA YOUTUBE / REPRODUÇÃO



Bolsonaro e Tarcísio, na véspera de julgamento, dão entrevista a podcast

Perguntas & respostas

Saiba como será o rito do Supremo a partir da manhã de hoje

● **Como será o julgamento?**
O presidente da Primeira Turma, Cristiano Zanin, marcou três sessões que serão dedicadas à análise da denúncia. A primeira é hoje, a partir das 9h30 até o intervalo para almoço; a segunda é ainda na terça, a partir das 14h30; e a terceira sessão está prevista para a quarta-feira, a partir das 9h30, somente pela manhã.

● **Quem será julgado?**
Além de Bolsonaro, Walter Braga Netto (ex-ministro da Defesa e Casa Civil), Augusto Heleno (ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional), Anderson Torres (ex-ministro da Justiça), Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa), Almir Garnier (ex-comandante da Marinha), Alexandre Ramagem (deputado e ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência) e Mauro Cid (ex-ajudante de ordens de Bolsonaro).

● **Quem vai julgar?**
A Primeira Turma da Corte é composta por Cristiano Zanin; o relator do processo, Alexandre de Moraes; e os ministros Flávio Dino, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

● **Qual o rito de julgamento no STF?**
A sessão obedecerá a rito previsto no regimento interno do STF, nesta ordem:
1) Zanin abre a sessão;
2) Moraes lê o relatório do caso;
3) Moraes abre espaço para as sustentações orais;
4) O procurador-geral da República, Paulo Gonet, será o primeiro a falar e apresentará os argumentos da acusação por até 30 minutos;
5) Os advogados dos oito acusados falarão em seguida, por 15 minutos cada, em ordem a ser definida pelo presidente;
6) Moraes profere seu voto sobre questões preliminares apresentadas pelas defesas (como a competência da Turma para o julgamento da denúncia);
7) Os demais ministros votam sobre as preliminares (nesta ordem: Dino, Fux, Cármen e Zanin);
8) Moraes apresenta seu voto sobre o mérito da denúncia;
9) Os demais ministros votam sobre o mérito (nesta ordem: Dino, Fux, Cármen e Zanin).

Eufrázio



Eliane Cantanhêde E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; X: @ecantanhede

Jair no banco dos réus?

Apesar da suspensão, na véspera, dos julgamentos da deputada Carla Zambelli e da cabeleireira Débora Santos, com pedidos de vista dos ministros Nunes Marques e Luiz Fux, a Primeira Turma do Supremo deve começar hoje e decidir se acata ou não a denúncia da PGR contra Jair Bolsonaro por tentativa de golpe. A tendência é de julgamento sem vistas, rápido, terminando com o ex-presidente e sete outros no banco dos réus. E não será surpresa se for por unanimidade.

Cada coisa no seu devido lugar. Sabe-se lá por que Nunes Marques resolveu adiar o julgamento de Zambelli por sair desvairada pelas ruas de São Paulo, com arma em punho, atrás de um cidadão depois de um bate-boca, mas o ministro simplesmente não integra a Primeira Turma e não vota na decisão sobre acatar ou não a denúncia contra Bolsonaro. Se quis agradar ao ex-presidente, que o nomeou, gastou a chance com Zambelli.

Já Luiz Fux, que, sim, integra a Primeira Turma, pediu vista do julgamento de Débora Santos, "para se informar melhor", depois que os ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino votaram por 14 anos de prisão para ela, que no 8/1 pichou "perdeu, mané" na estátua "Justiça", em frente ao STF. Uma pena muito alta. Mas Fux não pretende adiar o julgamento do primeiro e mais importante núcleo do golpe, liderado por Bolsonaro. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

> *Trump tem mais o que fazer e anistia prévia para Bolsonaro depende do Congresso brasileiro*

A previsão, portanto, é que o Brasil assista nesta semana não só a mais um ex-presidente no banco dos réus, mas também a três generais e um almirante de quatro estrelas, um tenente-coronel da ativa, um ex-ministro da Justiça e um diretor-geral da Abin, a agência de inteligência da Presidência, órgão de Estado. São esses os apontados como "cabeças do golpe", o que carrega a pesada carga do imediatismo e, em si, só confirma a gravidade de tudo isso. Quantos generais foram réus pelo golpe de 1964, por exemplo?

Sem defesa, os acusados espermeiam e Eduardo Bolsonaro tenta mobilizar mundos, fundos, Congresso e Executivo dos EUA para livrar o pai da cadeia. Há quem pergunte qual a dimensão e a abrangência desse movimento do 03 e seu asseclas. Não se sabe ao certo, mas convenhamos que Donald Trump tem mais com que se preocupar.

Ainda mais depois de o bilionário Elon Musk vasculhar segredos de Estado no Pentágono e as cúpulas de Defesa vazarem para um jornalista, num grupo de internet, informações altamente sensíveis de Segurança Nacional. Um escândalo por dia. Será que Trump está ocupado em salvar a pele de Bolsonaro? Ou o Congresso brasileiro é que articula o jogo sujo de uma anistia prévia? ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DA GLOBONEWS

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

'Perdeu, mané'

Fux pede vista e adia julgamento de cabeleireira

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista (mais tempo para análise) e suspendeu o julgamento da cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, acusada de ter pichado a frase "Perdeu, mané" na estátua da Justiça, que fica em frente ao prédio da Corte, durante os atos golpistas de 8 de Janeiro de 2023.

Não há data para a retomada da votação. O regimento interno do STF prevê que o ministro que pede vista precisa devolver o processo para julgamento em até 90 dias ou o caso é liberado automaticamente para ser incluído novamente na pauta.

Até o momento, dois ministros votaram a favor da condenação – Alexandre de Moraes (relator) e Flávio Dino – a 14 anos de prisão em regime inicial fechado. Débora está presa na Penitenciária Feminina de Rio Claro (SP) desde março de 2023. ● RAYSSA MOTTA

O Estado de S. Paulo

1875

150 anos do Estadão:
Memórias que constroem nosso futuro



Em comemoração dos **150 anos do Estadão**, convidamos a sociedade a refletir e compartilhar sua relação com este marco do **jornalismo brasileiro**.

No **vídeo especial**, veja como personalidades do País expressam o impacto do **Estadão** em suas vidas e histórias ao longo do tempo.

Realização: ESTADÃO 150
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Apoio: ELDORADO FM 107.3 paladar 20



Escaneie o QR code e assista agora!



Carlos Andreazza E-mail: ca.andreazza@gmail.com; X: @andreazzaeditor

Pega o empréstimo do Lula!

"Apertou o orçamento? O juro tá alto? Pega o empréstimo do Lula!" – assim se dispara a campanha pelo Crédito do Trabalhador, parte do esforço de resistência eleitoral para sustentar até 2026 o voo de galinha em que consiste o crescimento da economia brasileira. A bicha se arrebentará, arrebentados-endividados nós. O objetivo de Dilma 3, no entanto: empurrar o esborrachamento para 2027.

"Pega o empréstimo do Lula! – assim se dispara a afronta à Constituição. Ao artigo 37, o que trata da administração pública e, pois, do princípio da impessoalidade. Diz a lei: "A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dele não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos."

Pega o empréstimo do candidato Lula! O presidente, ele próprio, empresta nada; tampouco tomará haddads. Não precisa. Está no Japão, na boca livre com a elite do orçamento secreto: Davi Alcolumbre, Arthur Lira, Rodrigo Pacheco e Hugo Motta.

"Apertou o orçamento? O juro tá alto? Pega o empréstimo do Lula!" Pega, gente boa. Você, que está sem grana, com o orçamento comido pela inflação que o governo Lula fabrica, pega! O governo, que se lançou e insiste na gastança, que forja demanda sem lastro produtivo, donde espalhando inflação, quer que você pegue uns haddads. Você, sem dinheiro, com a grana confiscada pela carestia que o governo planta e planta: pega!

Gleisi Hoffmann, em entrevista à CNN, declarou que a inflação – ora acima de 5% – não está "absurdamente estourada". Caberia ainda um tantinho mais, entendeu o cronista, se para bancar as expansões fiscais, parafiscais e creditícias em curso.

Você, pressionado pelo juro alto que responde à inflação que o governo produz; você, doravante seduzido pelo pregão do empréstimo "barato" por meio do qual o governo inflacionário dobra a aposta no estímulo ao consumo que garantirá a inflação por mais tempo: pega! Operação assegurada pelo FGTS, dinheiro seu, de que não pode dispor, que rende mal – e que servirá de seguro para você se endividar "com juros mais baixos". Pega!

Lula explica: "É um crédito a juro baixo, para você fazer aquela reforma, comprar uma geladeira, trocar a televisão ou fazer o que você quiser. Ou até pagar uma dívida que você tem que tem juro mais alto. Você pode resolver grande parte dos seus problemas". Ou aumentá-los.

Seguramente resolvidos os problemas do governo em sua corrida eleitoreira com a inflação. Financiada, em várias frentes, a tentativa de reeleição do homem do povo. Mais dinheiro na mão do povo já: liquidez artificial geradora de bem-estar em curto prazo – e engordadora da bomba que explodirá adiante. Pega! ●

JORNALISTA

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

LEILÃO DE MATERIAIS
PLANTA INDUSTRIAL DE MOAGEM DE MINÉRIOS







22/04 ÀS 15H

SOMENTE ONLINE

MOEGA DE ALIMENTAÇÃO • ELEVADOR DE CANECA • MOINHOS • EXAUSTORES • ROSCAS HELICOIDAIS • AEROSSEPARADORES • FILTROS MANGAS • VENTILADOR DE RESFRIAMENTO • SEPARADORES MAGNÉTICOS • SEPARADOR MECÂNICO • TAMBOR MAGNÉTICO • BANDEJA ALIMENTADORA • ROSCA TRANSPORTADORA • PENEIRA CLASSIFICADORA • CÂMARA DE RESFRIAMENTO • VENTILADOR E CÂMARA DE FLUIDIZAÇÃO • VENTILADOR DE COMBUSTÃO



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.


SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Supremo

Kassio suspende análise com 5 votos para cassar Zambelli

A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) tem cinco votos para condená-la no julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), que pode resultar na perda do mandato parlamentar. Faltando dois votos favoráveis à condenação para o plenário formar maioria no julgamento, que tinha a previsão de ser encerrado na próxima sexta-feira, Kassio Nunes Marques pediu vista (mais tempo para análise) e suspendeu a votação. Contudo, Cristiano Zanin votou também pela condenação após o pedido de vista, levando o placar a 5 a 0.

Até o momento, o relator do caso, Gilmar Mendes, e os ministros Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Zanin votaram pela condenação da deputada a cinco anos de prisão. Os ministros que ainda faltam votar são Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Dias Toffoli, Luiz Fux, André Mendonça e Nunes Marques. ● KARINA FERREIRA

Executivo

AGU prepara parecer para delimitar viagens de Janja

Regras valerão para a primeira-dama e para os cônjuges de futuros presidentes, nos casos em que o Estado paga agendas fora do País

BRASÍLIA

A Advocacia-Geral da União (AGU) está elaborando um parecer para delimitar a atuação do cônjuge dos presidentes da República, seja primeira-dama ou primeiro-cavalheiro, em eventos institucionais. Os parâmetros valem para situações em que o chefe de Estado seja representado simbolicamente por seu parceiro ou parceira.

O parecer foi revelado pelo jornal *O Globo* – e confirmado pelo **Estadão** – e a elaboração teria sido uma determinação do Palácio do Planalto. A presença da primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, em eventos internacionais tem sido alvo de críticas. O **Estadão** mostrou que o governo desembolsou R$ 203,6 mil para custear a estadia da comitiva de Janja em Paris. A primeira-dama, que não exerce cargo oficial no governo federal, foi representante do Brasil em eventos como as Olimpíada de Paris e a Cúpula do G-20.

França

A primeira-dama, que já viajou representando o Brasil, irá novamente a Paris na próxima semana

No último mês, Janja também esteve em Roma, na Itália, para participar do evento pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário, como colaboradora do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

As passagens aéreas de ida e de volta da primeira-dama, que voou de classe executiva de Brasília à capital italiana, custaram R$ 34,1 mil.

A primeira-dama desistiu de viajar para Nova York, na semana passada, para chefiar a delegação brasileira e discursar na Organização das Nações Unidas (ONU), como representante do País.

Sem um cargo formal para representar o governo institucionalmente, Janja tem encontrado dificuldades para atuar numa área em que ela tem proximidade, a agenda social.

MACRON. Na próxima semana, a primeira-dama vai receber uma deferência do presidente francês, Emmanuel Macron. Ao sair do Japão, onde acompanha a visita de Estado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Janja seguirá para a capital francesa. Indicada por Lula, a primeira-dama vai discursar como chefe da delegação brasileira na abertura da cúpula Nutrição para o Crescimento (N4G). ●

Na Flórida

Marçal compra, por R$ 25 milhões, casa nos EUA que pertenceu ao jogador Kaká

Ex-candidato à Prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal (PRTB) comprou no fim de fevereiro uma casa por cerca de R$ 25 milhões nos Estados Unidos. A aquisição da propriedade, que pertenceu ao ex-jogador de futebol Kaká e fica em Orlando, na Flórida, foi confirmada pela assessoria do influenciador. Na autodeclaração de bens apresentada à Justiça Eleitoral em 2024, ele informou patrimônio de R$ 193,5 milhões. ●

REALTOR.COM



Residência adquirida por Pablo Marçal na Flórida custou R$ 25 milhões

Judiciário

Gilmar afirma que Brasil vive 'quadro de verdadeira desordem' com supersalários

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes defendeu ontem que novas regras sejam estabelecidas para a remuneração no Judiciário. Ele afirmou que o Brasil vive um "quadro de verdadeira desordem" quando se trata dos supersalários da Justiça. A declaração ocorreu em evento organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). ●

ESTADÃO

VODCAST

dois pontos

Forme sua **opinião** ouvindo os "Dois Pontos"

FOTO: PEDRO KIRILOS

Os reflexos da polarização política



A polarização no Brasil extrapolou a política. Familiares romperam relações por discordâncias partidárias, e empresas enfrentaram boicotes por supostas posições ideológicas. Em casos extremos, debates sobre eleições terminaram em violência e até em mortes.

Para falar sobre o assunto, o Dois Pontos desta semana convidou **Isabela Kalil**, doutora em Antropologia Social pela USP e professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e **Rafael Cortez**, doutor em Ciência Política pela USP e sócio da Tendências Consultoria.

O episódio tem a apresentação da colunista do Estadão, **Roseann Kennedy**, e a participação de **Zeca Ferreira**, repórter de Política.

//// EPISÓDIO 68 \\\\

ASSISTA AGORA!



Basta apontar a câmera do seu celular para o QR Code acima.

@estadao

Eufrázio

NOTAS E INFORMAÇÕES

Armas fora de controle



É absurdo que o governo não tenha ideia de onde foram parar milhares de armas de uso restrito

O controle das armas de fogo no País – sobretudo o armamento de uso restrito – deixou de ser prioridade para o governo Lula da Silva.

No início do mandato, o presidente agiu corretamente ao determinar que o Ministério da Justiça recadastrasse todas as armas de fogo adquiridas por civis, em particular por Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs). Foi a forma encontrada para acabar com a expansão desenfreada desse arsenal, estimulada irresponsavelmente por Jair Bolsonaro. Passados quase dois anos, porém, permanece obscuro o destino de uma parte importante dessas armas, que obviamente deveria ter sido mais bem controlado pelas forças públicas a serviço da legalidade.

Com base na Lei de Acesso à Informação, o **Estadão** apurou que, das 50.432 armas de uso restrito cadastradas no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), do Exército, só 44.264 foram apresentadas à Polícia Federal (PF) por seus donos durante a campanha de recadastramento. Ou seja, nem o governo Lula da Silva nem a PF nem o Exército fazem a menor ideia de onde foram parar 6.128 fuzis, metralhadoras, pistolas e outras armas de grosso calibre classificadas como de uso restrito.

Ora, não é preciso sobrecarregar os neurônios para chegar à conclusão de que, no mínimo, bem-intencionados não estão os proprietários que não atenderam ao chamado do governo para recadastrar suas armas de fogo. No pior cenário, uma parte dessas armas de uso restrito foi parar nas mãos do crime organizado. Este jornal já publicou uma série de reportagens revelando como as facções criminosas mais poderosas do País passaram a usar os CACs como "laranjas" para ter acesso a fuzis e pistolas a preços muito mais baixos do que os cobrados no mercado ilegal. Sem falar na nefasta consequência lógica que o aumento da circulação de armas de fogo ao abrigo do controle estatal acarreta para a sociedade: a propensão ao aumento da ocorrência de crimes de sangue.

Hoje, há um vácuo administrativo que só opera a favor dos criminosos. O Exército é responsável pela emissão e controle dos certificados CAC e pelo registro das armas de fogo no Sigma. Mas esses serviços nunca foram realizados a contento pela Força Terrestre, seja por falta de mão de obra, por leniência de alguns militares e, eventualmente, até por cooptação pelo crime organizado. Tanto é assim que o governo Lula da Silva decidiu transferir para a PF a emissão dos certificados CAC e o controle da posse e porte de armas de fogo no País. Mas isso só ocorrerá a partir de 1.º de julho deste ano. Até lá, ninguém sabe o que fazer para encontrar as armas não recadastradas, que, muito provavelmente, estão em poder de criminosos.

Para o pacífico cidadão que todo dia sai de casa para ganhar a vida atormentado pelo medo de ser mais uma vítima da violência urbana, pouco importa quem realiza esse controle; importa que ele seja bem-feito pelo Estado. Lula da Silva, porém, parece ter esquecido o assunto. ●

Defesa

Exército veta empresas submetidas a lei dos EUA em licitação de drones

Consulta pública para a aquisição de veículos aéreos com mísseis traz primeira reação brasileira à mudança geopolítica com Trump

MARCELO GODOY

Em uma consulta pública lançada pelo Estado-Maior do Exército para o fornecimento de três tipos de drones, as empresas – sejam elas nacionais ou internacionais – só poderão participar da concorrência se não estiveram submetidas à Regulação Internacional do Tráfico de Armas (ITAR, na sigla em inglês), a legislação americana que dá ao Departamento de Estado dos EUA o poder de controlar a exportação de tecnologias militares de Defesa.

A compra dos drones faz parte de um dos programas estratégicos da Força Terrestre, a Aviação do Exército Brasileiro. Ele conta com previsão de gastos de R$ 4,9 bilhões, dos quais 20% já haviam sido executados até 2023. Os equipamentos existentes, como o Nauru 1000C, ficam hoje na base aérea de Taubaté, (SP), sede do Comando de Aviação do Exército.

O **Estadão** ouviu generais envolvidos direta e indiretamente na consulta pública e todos eles foram unânimes em afirmar que a decisão que exclui as empresas que podem sofrer o controle americano se deve ao novo cenário geopolítico criado pelo presidente Donald Trump, que tornou ainda mais urgente a necessidade de desenvolvimento autônomo da indústria nacional de Defesa.

Trata-se de caminho semelhante ao da União Europeia, após Washington se mostrar um parceiro instável no compromisso de defesa comum. Essa mudança levou o Canadá e Portugal a abandonar a compra de caças F-35 americanos, bem como a Austrália a rever o bilionário acordo para a obtenção do submarino nuclear, o AUKUS. E ainda à decisão histórica de a Alemanha flexibilizar o controle fiscal para permitir gastos militares acima do limite de endividamento estatal e criar um fundo de € 500 bilhões para a Defesa, com duração de 12 anos.

CONTEÚDO NACIONAL. O edital (Consulta Pública 01/2025) assinado pelo general de brigada Marcelo Rocha Lima, do escritório de Projetos do Exército (EPEx), afirma que entre os resultados pretendidos na compra dos drones (SARP Catg3) está o de que as peças de menor vida útil tenham fornecedores nacionais e tecnologia desenvolvida no Brasil, fomentando a economia nacional e reduzindo a necessidade de aquisições no exterior.

Além disso, afirma o edital, "deve ser possível a utilização de suprimentos e de soluções de gestão nacionais e, naqueles em que não houver essa possibilidade, deve ser considerada a possibilidade de uso de acordos de compensação para que se obtenha a nacionalização de cada elemento, sendo vedada a importação de elementos fabricados no Brasil".

Os drones que o Exército quer comprar devem ter peso máximo de 700 quilos na decolagem e atingir a altura de 6 mil metros (18 mil pés) durante o voo. Seu alcance deve ser de 300 quilômetros. Ele deve ter ainda a capacidade de levar quatro foguetes de 70 mm ou dois mísseis.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCRITÓRIO DE PROJETOS DO EXÉRCITO

ANEXO IV – Especificações Gerais do Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas Categoria 3
SARP (RPAS - Remotely Piloted Aircraft System) Catg 3

1. Composição Geral do SARP (RPAS) Catg 3
1.1. Conforme estabelecido pelo Exército Brasileiro, para fins de interpretação dos conceitos, será considerado Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas Categoria 3 - SARP (RPAS) (RPAS) Catg 3 - o equipamento que atenda às seguintes características gerais:
1.1.1. Peso máximo de decolagem: 700 kgf;
1.1.2. Altitude máxima de voo: 18.000 ft;
1.1.3. Alcance mínimo absoluto: 300 km.

2. Especificações Gerais
2.1. Os equipamentos devem estar prontos para comercialização sem restrições relativas à International Traffic in Arms Regulations (ITAR).
2.2. O SARP (RPAS) Catg 3 deve possuir características que permitam a emissão de Permissão Especial de Voo (PEV) inicial, emitida pelo Instituto de Fomento e Coordenação Industrial da Força Aérea Brasileira (IFI/FAB) como fase inicial de certificação militar do sistema.

Edital exclui equipamentos com restrições por regulação dos EUA

> **Aviação do Exército**
>
> **R$ 4,9 bilhões**
>
> **é a previsão de gastos do programa Aviação do Exército Brasileiro, no qual está prevista a compra dos drones militares equipados com mísseis**

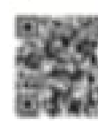
MÍSSEIS. Atualmente, o Brasil produz dois tipos de mísseis: o MAX 1.2 AC, que é um artefato anticarro de combate capaz de golpear um inimigo a 2 quilômetros, e o Mansup, que é um antinavio que atinge embarcações a 70 quilômetros – futuramente, a 200 quilômetros. O Exército desenvolve ainda o Míssil Tático de Cruzeiro-300 (MTC-300), com capacidade para atingir alvos a 300 quilômetros de distância.

O MTC-300 está com 80% do seu projeto executado, mas depende do fim do imbróglio que envolve a recuperação judicial da Avibrás para ser concluído. Há dois anos o governo de Luiz Inácio Lula da Silva patina sem encontrar saída para essa indústria estratégica para o País. Audiências judiciais e assembleias foram adiadas – a última, no dia 18, foi postergada para 10 de abril sob a alegação de que se aguardam negociações com a Black Storm Military Industries, da Arábia Saudita.

Enquanto isso, o Exército espera uma solução definitiva, ainda que seja a falência da empresa, para poder levar o projeto do MTC-300 – que pode ser disparado pelo Sistema Astros – para outra empresa. Ao mesmo tempo, os militares aguardam uma resposta do SouthCom, o Comando Sul dos EUA, depois que o almirante Alvin Holsey cancelou a missão americana que, após a posse de Trump, visitaria Brasília.

No mesmo período, o SouthCom manteve e divulgou atividades intensas com a Argentina, Panamá e Guatemala. Os generais em Brasília desmentem um distanciamento das relações entre os dois países e acreditam que tudo será normalizado em breve, o que não significaria uma reavaliação da urgência de se buscar um desenvolvimento autônomo para a garantia de nossa soberania.

'LADRÕES DE SOBERANIA'. É o que tem sido defendido por militares da reserva, como o general Otávio Santana do Rêgo Barros. Em recente artigo publicado no *Jornal do Commercio*, o general afirmou que os acordos de outrora já não bastam para assegurar a paz. E questionou: "Quando os ladrões de soberania arrombarem a nossa porta, qual o preço estaremos dispostos a pagar para defender a nossa liberdade?", escreveu ele. ●



NA WEB
CONCORRENTES PRESSIONAM ANATEL A BARRAR EXPANSÃO DA STARLINK NO PAÍS. PÁG. B3
www.estadao.com.br/

Eufrázio

Argentina

Milei tira sigilo de papéis da ditadura e planeja punir ações contra militares

Presidente considera que há interpretação tendenciosa sobre o que aconteceu nos anos de chumbo; marcha para lembrar vítimas leva milhares às ruas de Buenos Aires

BUENOS AIRES

O governo do presidente Javier Milei ordenou ontem a desclassificação completa de todos os documentos de inteligência relacionados às ações das Forças Armadas durante o período de ditadura na Argentina (1976-1983). Ao fazer isso, no 49.º aniversário do golpe de Estado, declarou que ações de grupos guerrilheiros deverão ser reconhecidas como "terroristas" e crimes contra a humanidade, anunciando um projeto de lei para declará-los imprescritíveis.

O governo voltou a questionar o que chama de narrativa promovida por organizações humanitárias sobre o período de ditadura e equiparou crimes das forças armadas aos dos guerrilheiros.

Em um vídeo postado no X (antigo Twitter), foi pedido que fossem lembradas todas as vítimas dos grupos armados de esquerda como "algo complementar" para a memória histórica na Argentina.

O governo Milei confronta dados históricos relacionados à ditadura, incluindo o número de mortos e desaparecidos no regime militar, o que ele voltou a fazer no vídeo postado ontem. O número oficial no país é de 8,6 mil, mas organizações dos direitos humanos afirmam que há subnotificação e seriam ao menos 30 mil pessoas, cifra que Javier Milei diz não ser verdadeira.

Uma das principais defensoras dessa teoria do governo é a vice-presidente Victoria Villarruel, que tem como origem uma família formada por militares. Ela sustenta que a Argentina travou uma "guerra contra o comunismo". Villarruel e Milei estão afastados e, em uma entrevista em novembro ao *La Nación*, o presidente disse que a relação entre os dois era "meramente institucional".

MARCHA. O posicionamento está alinhado à "batalha cultural" que o presidente vem travando desde que chegou ao poder no fim de 2023 contra o socialismo e o que ele considera uma interpretação tendenciosa por parte de organizações humanitárias da ditadura.

O vídeo divulgado por seu governo foi produzido e narrado por Agustín Laje, um cientista político de extrema direita que assessora o presidente. Ele foi lançado antes de uma marcha liderada por ativistas de direitos humanos na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, para lembrar o aniversário do golpe militar de 1976, que levou a uma ditadura de sete anos que implementou um plano sistemático de sequestros, torturas e desaparecimentos. Participantes rechaçaram o posicionamento do governo.

Especialistas em direitos humanos afirmam que Milei está negando a extensão do horror que ocorreu ao equiparar a violência de guerrilha ao terrorismo de Estado, justificando assim a repressão exercida contra qualquer pessoa considerada subversiva.

Mais de mil membros das Forças Armadas e forças de segurança foram condenados em vários processos judiciais por suas ações repressivas.

Segundo o porta-voz da presidência, Manuel Adorni, todos os documentos vinculados às Forças Armadas entre 1976 e 1983 sairão da Inteligência nacional e passarão para o Arquivo Nacional.

A decisão obedece um decreto de 2010, durante a presidência de Cristina Kirchner, que embora tenha sido emitido há 15 anos nunca foi "totalmente implementado", segundo ele.

Adorni afirmou que a medida do presidente argentino se inspirou na decisão do governo Trump de desclassificar os arquivos sobre o assassinato de John F. Kennedy, em 1963.

GUERRILHA. Na busca do Executivo por "contar toda a história", o governo argentino também anunciou o reconhecimento do ataque do Exército Revolucionário Popular (ERP), uma guerrilha que atuou contra a ditadura, à família do capitão argentino Humberto Viola como crime contra a humanidade junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

A ação dos guerrilheiros aconteceu em 1.º de dezembro de 1974, em Tucumán. O grupo bloqueou o carro em que o capitão viajava com a família e iniciou uma troca de tiros. O capitão estava com a mulher e duas filhas pequenas. O capitão e a filha mais nova, de 3 anos, foram mortos.

A viúva de Viola recorreu à CIDH em 2016 para que o caso fosse considerado crime contra a humanidade. Em 2022, no entanto, a Secretaria de Direitos Humanos da Argentina, sob o governo de Alberto Fernández, rejeitou a tese. O caso foi revisto. "Para Milei, o assassinato do capitão Viola e de sua família constituiu um crime contra a humanidade", anunciou Adorni.

CRÍTICAS. No mesmo sentido, o presidente argentino também anunciou que vai enviar um projeto de lei para declarar como imprescritíveis os crimes cometidos pelas guerrilhas durante a ditadura.

Diversas organizações criticaram a decisão. "A única coisa que o governo deveria pedir para quebrar são os pactos de silêncio dos genocidas", disse o ativista Carlos Pisoni, do grupo que reúne filhos de pessoas desaparecidas na ditadura.

"A maioria das pessoas que o governo gostaria de julgar por esses casos de homicídios cometidos pelas guerrilhas está desaparecida, foi torturada ou assassinada", disse em nota o Espaço Memória e Direitos Humanos da Escola de Mecânica Naval da Argentina (Esma). ●

AFP e AP

LUIS ROBAYO/AFP



Milhares de manifestantes carregam cartaz com nomes de desaparecidos durante a última ditadura militar argentina

Histórico

Milei e vice enfrentam rusgas desde o começo

● **Embate na campanha**
Victoria Villarruel teve muitas discordâncias com Karina Milei (irmã do presidente) sobre a campanha

● **Começo tumultuado**
Villarruel, negacionista da ditadura, passou a chamar a atenção com falas polêmicas

● **Futebol**
Em julho de 2024, defendeu jogadores que entoaram cânticos racistas. Karina Milei precisou pedir desculpas

● **Ruptura**
Em novembro de 2024, Milei disse que Villarruel fazia parte da "casta" política, estava próxima da esquerda e não governava com ele

Confrontação

Governo fala em 'contar toda a história' e nega afirmações históricas sobre a ditadura

Eufrázio

Incluído por engano

Jornalista vê planos de guerra em chat do governo Trump

Jeffrey Goldberg foi adicionado a grupo do aplicativo Signal que teria a participação de autoridades do alto escalão

WASHINGTON

O jornalista Jeffrey Goldberg, editor-chefe da revista *The Atlantic*, foi incluído por engano em um grupo do aplicativo de mensagens Signal com autoridades do alto escalão do governo Donald Trump que discutiam os ataques aos houthis, do Iêmen. As conversas, com informações secretas sobre os planos militares dos EUA, reuniram, entre outros, o vice-presidente J.D. Vance, o secretário de Estado, Marco Rubio, e o secretário de Defesa, Pete Hegseth.

Questionado pela reportagem, o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, Brian Hughes, confirmou a veracidade do grupo. "Essa parece ser uma rede de mensagens autêntica, e estamos analisando como um número inadvertido foi adicionado", escreveu.

Segundo o relato publicado na revista, Jeffrey Goldberg recebeu o pedido de conexão de uma pessoa identificada como Michael Waltz. Esse é o nome do Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA.

Dois dias depois de aceitar a solicitação, ele foi incluído no grupo para coordenação da ofensiva contra os rebeldes houthis, que integram o chamado "Eixo da Resistência" do Irã e causaram problemas ao comércio global com ataques no Mar Vermelho em meio ao conflito no Oriente Médio.

Nos dias que antecederam o ataque no Iêmen, o usuário identificado como J.D. Vance se mostrou reticente sobre a ação. Ele argumentou que a via atingida pelos ataques dos rebeldes era mais importante para a Europa do que para os EUA. E a operação seria "inconsistente" com a mensagem que Trump quer passar aos europeus. A conta identificada como Pete Hegseth disse concordar, mas insistiu na necessidade da ofensiva. "Acredito que deveríamos fazê-lo. Isso não tem a ver com os houthis.

Detalhamento

Duas horas antes do ataque no Iêmen, o grupo falava de detalhes da ação contra os houthis

Eu vejo isso como duas coisas: 1) Restaurar a liberdade de navegação, um interesse nacional fundamental; e 2) Restabelecer a dissuasão, que Biden destruiu", dizia a mensagem.

A discussão chegou ao fim depois que "SM", que se presume ser o assessor Stephen Miller, entrou na conversa.

"Pelo que ouvi, o presidente foi claro: sinal verde, mas logo deixaremos claro para o Egito e para a Europa o que esperamos em troca. Também precisamos descobrir como fazer valer essa exigência", escreveu. "Se os EUA conseguirem restaurar a liberdade de navegação a um custo elevado, será necessário obter algum ganho econômico adicional em troca."

Além das discussões políticas sobre a ofensiva, o jornalista Jeffrey Goldberg presenciou trocas de informações secretas sobre os planos militares dos EUA.

Duas horas antes dos bombardeios no Iêmen, a conta identificada como Hegseth compartilhou no grupo de mensagens detalhes da operação, como quais seriam os alvos, as armas utilizadas e a sequência de ataques. ● WP

LEILÃO JUDICIAL DE IMÓVEL
TERRENO URBANO EM PERDIZES
OPORTUNIDADE IMPERDÍVEL DE INVESTIMENTO





ÁREA TOTAL:
1.003,58 M²

1ª PRAÇA LANCE INICIAL: R$7.381.373,00
05/03 ENCERRAMENTO ÀS 12H

2ª PRAÇA LANCE INICIAL: R$4.428.824,00
27/03 ENCERRAMENTO ÀS 12H
40% ABAIXO DA AVALIAÇÃO
SOMENTE ONLINE

DESTINAÇÃO DO IMÓVEL A INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA PARA CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO DE USO RESIDENCIAL (CONSTAM DA MATRÍCULA DO IMÓVEL, EM R02)

• TERRENO ESTÁ SITUADO EM PERDIZES, UM DOS BAIRROS MAIS TRADICIONAIS DE SÃO PAULO, COM GRANDE POTENCIAL DE VALORIZAÇÃO. A REGIÃO É BEM SERVIDA DE INFRAESTRUTURA, COM FÁCIL ACESSO A IMPORTANTES VIAS DA CIDADE E PROXIMIDADE DE CENTROS COMERCIAIS, EDUCACIONAIS E DE LAZER.

TERRENO URBANO COM ÁREA DE 1.003,58 M², LOCALIZADO À RUA PARIS, SOB OS NºS 644 E 632 E A RUA ALMIR RIBEIRO, NºS 13 E 25, NO 19º SUBDISTRITO DE PERDIZES, SÃO PAULO/SP, MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA DO IMÓVEL MATRÍCULA Nº 131.292, DO 2º CRI DA CAPITAL/SP. CONTRIBUINTES MUNICIPAIS NºS 012.060.0012-0, 012.060.0015-5, 012.060.0016-3 E 012.060.0042-2 PROCESSO: 0003271-08.2023.8.26.0100. 8ª VARA E OFÍCIO CÍVEL DO FORO CENTRAL/SP



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Carolina Laura Sodré Santoro, Leiloeira Oficial JUCESP nº 758

Em meio a negociações

Rússia ataca cidade ucraniana perto de Kursk

Um bombardeio russo na cidade ucraniana de Sumi deixou 65 feridos, sendo 14 crianças, e causou danos em vários apartamentos e um centro de ensino.

A Rússia ocupou brevemente partes de Sumi, fronteira com a russa Kursk, no começo da invasão, no início de 2022.

O ataque ocorreu enquanto representantes dos EUA e da Rússia se reuniam na Arábia Saudita em um ciclo de conversações para um cessar-fogo parcial da guerra. O encontro durou mais de 12 horas.

A Casa Branca e o Kremlin publicarão hoje uma declaração conjunta na qual resumirão as negociações "difíceis".

Os representantes americanos e russos discutiram a portas fechadas em Riad com foco m um possível cessar-fogo nos combates no Mar Negro. No dia anterior, americanos mantiveram conversas com os ucranianos. ● AFP

Turquia

Erdogan endurece repressão a manifestações pró-opositor preso

Presidente diz que principal partido de oposição será responsabilizado; mais de 1,1 mil já foram presos

ANCARA

O presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, disse ontem que os protestos contra a prisão do prefeito de Istambul, Ekrem Imamoglu, se tornaram um "movimento de violência" e que o principal partido da oposição seria responsabilizado por policiais feridos e danos à propriedade. Erdogan criticou os protestos, mas manifestantes foram às ruas em massa, apesar da proibição imposta pelo governo.

Multidões têm lotado as ruas de Istambul e de outras grandes cidades desde quarta-feira, quando as autoridades turcas prenderam Ekrem Imamoglu dias antes de ele aceitar formalmente a nomeação de seu partido para concorrer à presidência. Imamoglu é amplamente visto como o mais forte desafiante da oposição, tendo conquistado uma cidade que antes era controlada pelo partido de Erdogan.

A polícia entrou em confronto diversas vezes com os manifestantes e deteve mais de 1.100 pessoas, entre jornalistas e advogados, durante os protestos, de acordo com o Ministério do Interior. Em uma postagem no X, a pasta afirmou ontem que alguns manifestantes atacaram a polícia e outros foram detidos por serem "afiliados a grupos terroristas".

Os protestos se intensificaram no domingo depois que um tribunal confirmou a prisão de Imamoglu, acusado de corrupção, e o removeu do cargo enquanto aguarda julgamento. A ação levou à maior onda de manifestações de rua na Turquia em mais de uma década.

O Partido Republicano do Povo (CHP, de orientação social-democrata), principal força de oposição, optou por prosseguir com suas primárias no domingo e Imamoglu, de 53 anos, foi confirmado único candidato contra o presidente.

MANOBRA. Erdogan venceu uma reeleição apertada em 2023, e a próxima votação só está prevista para 2028, quando ele seria constitucionalmente proibido de concorrer a um terceiro mandato. No entanto, se a eleição for convocada antes, Erdogan pode concorrer novamente – porque ele não teria terminado um segundo mandato completo no cargo. A prisão de Imamoglu pode sinalizar a intenção de Erdogan de buscar uma votação antecipada.


KHALIL HAMRA/AP

Polícia usa a força para dispersar manifestação em Istambul

"Os únicos responsáveis pelos policiais feridos nos ataques de vândalos, os lojistas cujas janelas foram quebradas e os bilhões de liras de propriedade pública danificada são o principal líder do partido de oposição e seus seguidores", disse Erdogan, em um discurso à nação, ontem.

Os manifestantes se reuniram do lado de fora da sede municipal de Istambul e disseram que não iriam desistir de seus protestos contra a prisão de Imamoglu. Para eles, a detenção é um ataque de Erdogan à democracia.

"Isto não é um comício, este é um ato de desafio contra o fascismo", disse Ozgur Ozel, o líder do CHP, de Imamoglu. Ele disse que Erdogan se enganou ao pensar que os protestos se dissipariam e, após alguns dias, a calma retornaria.

Protestos em massa
Manifestantes ocupam grandes cidades desde quarta-feira, quando Imamoglu foi preso

Os promotores acusaram Imamoglu de liderar uma organização criminosa, aceitar subornos e uma série de crimes financeiros. Quando ele foi detido, os promotores também apresentaram acusações relacionadas a terrorismo, ligadas à sua cooperação com um partido pró-curdo em uma eleição recente.

No início da semana passada, a Universidade de Istambul revogou o diploma de Imamoglu, alegando irregularidades em sua transferência de outra escola em 1990. Candidatos à presidência na Turquia são obrigados a ter um diploma universitário, e a ação foi vista como uma manobra de Erdogan para manter Imamoglu fora das urnas.

PACÍFICOS. O opositor nega as alegações contra ele, diz que elas são politicamente motivadas e tem convocado as pessoas a irem às ruas em protestos pacíficos. Em uma mensagem enviada pelo líder de seu partido, Imamoglu disse que os manifestantes e a polícia devem se abster de violência.

"Deixe os manifestantes e os policiais acenarem uns para os outros e quando a manifestação terminar, quando o protesto terminar, deixe todos irem para casa com rostos sorridentes", disse Imamoglu.

RETROCESSO. Se ele for impedido de concorrer à presidência ou continuar detido, isso representará um retrocesso significativo para a democracia da Turquia. Erdogan está no poder, primeiro como primeiro-ministro e depois como presidente, desde 2003.

Em suas mais de duas décadas liderando a Turquia, Erdogan foi acusado de exibir tendências antiliberais, centralizar o poder e retroceder na democracia. Ele afirma que a investigação contra o prefeito é independente e que os tribunais decidem por seus próprios méritos. ● AP, AFP e WP

Brasil pede explicação

Brasileiro de origem palestina morre na prisão em Israel

FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA

O governo brasileiro cobrou informações de Israel, por meio de canais diplomáticos, após a morte de um brasileiro de origem palestina que estava preso no país. O governo de Israel não se posicionou publicamente sobre o caso.

A Embaixada do Brasil em Israel pediu informações sobre a morte de Walid Khaled Abdullah Ahmed, de 17 anos, ao governo israelense, mas o Itamaraty ainda não recebeu detalhes, segundo fontes da chancelaria. O governo brasileiro também não se pronunciou oficialmente.


@DCIPALESTINE

Ahmad, de 17 anos, estava preso desde setembro

A prisão do menor, ocorrida em setembro por suspeita de agredir um militar israelense, era de conhecimento de autoridades diplomáticas e consulares brasileiras na Cisjordânia. O caso vinha sendo monitorado. Ele estava detido na prisão de Megiddo.

APOIO. O Escritório da Representação do Brasil em Ramallah informou que presta apoio à família do jovem para obter informações e realizar procedimentos funerários.

A Federação Árabe Palestina do Brasil divulgou informações sobre a morte de Ahmed no domingo, nas redes sociais. A entidade acusa o governo de Israel de permitir a realização de tortura na prisão, o que o governo nega.

Segundo a ONG Defesa das Crianças Internacional – Palestina, o caso dele foi relatado à Comissão de Assuntos de Presos e Ex-Presos, e o Gabinete de Ligação Palestino informou à família de Walid sobre a morte e que ele sofria de doenças como sarna e disenteria amebiana. ●

'Sem Chão'

Ganhador do Oscar diz que codiretor foi preso

TEL-AVIV

O israelense Yuval Abraham, vencedor do Oscar de melhor documentário de 2025 com *Sem Chão* (*No other land*, no título original), denunciou ontem no X que um dos codiretores da produção, o palestino Hamdan Ballal, teria sido espancado por colonos israelenses e preso em seguida com outros três palestinos.

Em sua postagem, o cineasta israelense afirmou que seu colega estaria com "ferimentos na cabeça e no estômago". O governo de Israel não havia comentado o caso até ontem.

"Um grupo de colonos espancou Hamdan Ballal, codiretor de nosso filme *Sem Chão*. Eles o espancaram e ele apresenta feridas na cabeça e no estômago, com sangramento. Soldados invadiram a ambulância que ele havia chamado e o levaram. Não há sinal dele desde então", escreveu Yuval.

Yuval é jornalista e faz parte do coletivo palestino-israelense que dirigiu *Sem Chão*. O filme, sob direção de Hamdan, Yuval, Basel Adra e Rachel Szor, denuncia a destruição da região de Masafer Yatta por soldados israelenses na Cisjordânia ocupada.

O jornalista também compartilhou um vídeo que mostra as atividades do grupo invasor. Na gravação, um homem enfrenta algumas pessoas e atira pedras contra um veículo. "O colono mascarado no vídeo faz parte do grupo que atacou a vila de Hamdan. A localização de Hamdan ainda é desconhecida", escreveu. ● COM AP



(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA

'Podia ser qualquer pessoa. Parece roleta-russa', diz viúva

Enfermeira se mudou de SP após a morte do marido, o ciclista Vitor Medrado, que levou um tiro à queima-roupa de um ladrão de celular

ÍTALO LO RE

JAQUELINI SANTOS/ARQUIVO PESSOAL



Casal estava junto havia dois anos. Ele tinha ido até o Parque do Povo para fazer mentoria de ciclismo

A enfermeira Jaquelini Santos, de 40 anos, passou uma noite agradável ao lado do marido. "A gente teve uma conversa muito boa no jantar", diz. Como ele precisava trabalhar cedo, resolveram retomar o papo no almoço do dia seguinte, 13 de fevereiro. "Na hora em que saiu (*pela manhã*), ele me deu um beijo, e eu ainda falei: 'Nossa, você está bonito'." Minutos depois, o marido dela, o ciclista Vitor Medrado, de 46 anos, foi morto com tiro à queima-roupa ao lado do Parque do Povo, no Itaim-Bibi, zona sul de São Paulo. Ele havia ido até lá para encontrar um aluno de sua mentoria de ciclismo.

Câmeras de segurança mostram que a vítima nem sequer reagiu, em abordagem que chocou pela brutalidade. Na última semana, a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo anunciou que os dois ladrões e a financiadora do crime, a Mainha do Crime, foram presos. "Estou aliviada (*pelas prisões*)", afirma Jaquelini ao **Estadão**. "As pessoas estavam realmente cobrando (...) Como não dar uma resposta para a população sobre um crime tão horroroso?"

Ao mesmo tempo, ela diz que nada preenche a lacuna deixada. "Tudo na minha vida mudou, porque tudo que eu tinha de planejamento incluía o Vitor", diz. O casal estava junto havia dois anos. Depois da morte, ela deixou a casa em que moravam, na zona sul, e voltou à cidade do interior onde cresceu, até para ter mais suporte da família. Em São Paulo, não encontrava mais paz. "Passava um motoqueiro do meu lado e eu achava que ia ser abordada", conta a enfermeira. "Podia ser qualquer pessoa ali (*no local do crime*). Foi aleatório, parece uma roleta-russa o tempo todo."

COMO FOI. Quando recebeu o telefonema dizendo que Vitor havia sido baleado, Jaquelini ainda não tinha muitas informações. "Pedi um Uber correndo, desci, até vi a vitamina que ele tinha deixado pronta para mim, e saí correndo", diz. Era nos pequenos gestos, conta, como cuidar da alimentação dela, que o marido gostava de demonstrar carinho. Ela conta que, no caminho para o hospital, achava que ele havia reagido ao assalto. "Só pensava: 'Meu Deus, por que esse menino foi reagir?'", diz.

O ciclista havia sido alvo de furto recentemente na região. Ele tentou ir atrás do ladrão de bicicleta, mas não conseguiu recuperar o celular. Assim que viu as imagens da abordagem, a enfermeira foi tomada por um sentimento de revolta. "É muito cruel, é muita covardia. Falta humanidade naquilo ali. A pessoa não teve coragem nem de olhar no olho dele para falar 'Me entrega o celular'. A pessoa simplesmente atirou."

Na sequência, colegas organizaram atos em homenagem a Vitor nos arredores do Parque do Povo. "Eu sabia que o Vitor era querido, mas não sabia que tanta gente gostava dele. Todo o mundo se sensibilizou", relata a viúva.

Revolta
'É muito cruel, covardia. A pessoa não teve coragem nem de olhar no olho dele', diz Jaquelini

MEMÓRIAS. Desde que a tragédia aconteceu, Jaquelini foi tomada por uma série de sentimentos. Mas ela busca se apegar às boas memórias ao lado do marido para conseguir seguir em frente. "Até a hora que ele saiu, creio que era umas 5h50, quando ele se despediu, foi um ato de carinho. Eu tento me lembrar dele até aquele momento", relata.

Conforme a Secretaria da Segurança Pública, a região do Itaim-Bibi recebeu reforço no policiamento depois do latrocínio, com a intensificação de rondas e de ações preventivas por parte da Polícia Militar. Os roubos na área da 3.ª Seccional (Oeste), que abrange o bairro, caíram 3,32% em janeiro deste ano, diz a pasta. No mesmo mês, 543 suspeitos de cometer alguma infração foram presos – aumento de 14% em relação ao ano anterior. ●

Advogado de 70 anos é cercado em garagem e tem moto roubada

Um advogado foi cercado por ladrões no interior da garagem do prédio e teve a moto de luxo roubada no sábado, no Campo Belo, zona sul de São Paulo. De acordo com a SSP, a vítima tem 70 anos de idade. Ele não teve a identidade divulgada.

Câmeras de segurança registraram o ataque. O crime aconteceu às 16h45, quando o advogado chegava de moto ao edifício na Rua Barão de Triunfo. Ele entrava no prédio, após o portão automático da garagem se abrir, quando foi abordado por um motociclista com a arma em punho. Outros dois chegaram em seguida em outra moto. Logo depois apareceu uma terceira moto, com um suspeito dando cobertura. ● JOSÉ MARIA TOMAZELA

Governador do CE defende polícia e sugere que bandido 'leve a pior'

RAISA TOLEDO

O governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT), comentou a notícia da morte de dois homens durante confronto com a Polícia Militar no sábado, em Parambu, interior do Estado. "Entre um policial ser vítima e bandidos tombarem, que eles levem sempre a pior", escreveu nas redes sociais.

"Minha determinação será sempre agir dentro da lei, mas com a força que for necessária para combater firme o crime e dar mais paz para nossa população. Nossas forças de segurança têm meu apoio", continuou o governador.

Na operação repercutida por Elmano nesta segunda, a PM apreendeu quatro fuzis e dois quilos de drogas, deixando dois mortos após confronto com a equipe de policiais.

A declaração em defesa da polícia ocorre depois de uma fala do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, que provocou críticas entre defensores das forças de segurança. Ao argumentar pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública como instrumento de combate à criminalidade durante um evento em Brasília, o ministro disse que a polícia precisa "prender melhor". "Eu vou dizer o seguinte: a polícia prende mal e o Judiciário é obrigado a soltar." ●

PF/DIVULGAÇÃO



Operação Hammare

Quadrilha roubava cargas e tinha vida de luxo

A PF fez operação em três Estados contra uma quadrilha especializada em roubos de caminhões e cargas. O grupo levava uma vida de luxo e até uma Ferrari foi apreendida. ●

Ivana David

‘Juíza há 34 anos, nunca vi insegurança como a de hoje’

Para desembargadora paulista, responsabilidade não é da polícia nem da Justiça, mas do Estado

ALEX SILVA/ESTADÃO



ENTREVISTA

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, especialista em Teoria da Prova no Processo Penal

ROBERTA JANSEN

Magistrada há 34 anos, a desembargadora Ivana David, do Tribunal de Justiça de São Paulo, discorda "completamente" da ideia de que "a polícia prende mal e o Judiciário é obrigado a soltar", conforme disse o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, na semana passada. Para ela, a crise da segurança pública atingiu o pior nível das últimas três décadas e o principal responsável é o Estado, que não tem sido capaz de dar respostas efetivas.

Lewandowski disse que a polícia prende mal e o Judiciário é obrigado a soltar. A senhora concorda?

Com toda a vênia ao ministro, eu discordo completamente. Não tem erro nenhum. Essa necessidade de colocar a culpa em alguém, na Justiça ou na polícia, até na imprensa, achar um culpado, é uma leitura míope. O juiz não está lá para bater um carimbo. Ele tem de avaliar aquela situação específica, cada caso é um caso. E há muitas coisas a serem levadas em conta: se estão presentes os requisitos do flagrante, se há benesses na lei para aquele caso. Além disso, somos um País de 200 milhões de habitantes, profundamente desigual.

E pôr culpa no Judiciário?

Precisamos ter leis, não podemos, ou não devemos, nos afastar da lei. Eu posso determinar que um preso não seja solto e outro colega achar que deve. Ele está errado? Não necessariamente, ele tem essa competência. Por exemplo, a lei diz que a prisão em flagrante não deve ser transformada em preventiva no caso de mãe com filhos menores de 12 anos, que ela pode responder em regime aberto. Um homem preso em flagrante pelo mesmo crime provavelmente vai ficar preso. Tem mulheres que trabalham para facções criminosas porque são vítimas de chantagem, porque seus filhos, que estão na prisão, são ameaçados de morte. Outra: não dá para acabar com as audiências de custódia, como muitos sugerem. O Brasil é signatário de tratados internacionais.

> ***“Colocar a culpa na polícia é pior ainda. Vejo essa declaração (do ministro Ricardo Lewandowski) com preocupação, acho injusta com a polícia. Enquanto nós matamos um leão por dia, a polícia mata um por hora”***

Não dá para restringir?

Ok, vamos restringir. Então todo traficante deve ficar preso. Mas de que tráfico estamos falando? Em que circunstâncias?

A senhora fala em leitura míope. Por quê?

Porque olha só para um lado. Porque estão falando dos que são soltos “por erro do juiz ou da polícia”, mas também poderíamos falar dos muitos que estão encarcerados e não deveriam pelo mesmo motivo. Parece que ninguém se interessa muito pelos que estão presos.

Como avalia a situação da segurança pública no País?

Sou juíza há 34 anos e digo que nunca vi uma insegurança pública como a que estamos vivendo hoje. Porque, por trás do roubo do celular na Paulista, está uma organização criminosa. Não é um crime isolado.

E como combater?

Como se faz em todo lugar do mundo: com inteligência, tecnologia, coragem de cortar na carne, de assumir que os governos são corruptos, de mandar embora quem está envolvido. É como se faz com máfias e cartéis. A segurança pública é um dever do Estado. O Estado que se reinvente, que vá procurar novas formas de combate. ●

paladar 20 ANOS

A saborosa arte de informar



O portal referência em gastronomia vai muito além das receitas.

Traz notícias, tendências, eventos, cases, avaliações, dicas de restaurantes e muito mais.



Colunas e reportagens no jornal impresso | Renomados colunistas na programação da Rádio Eldorado | Podcast, webstories e newsletter semanal | + 700 mil seguidores | + de 20 MM de pageviews por mês | + de 18 MM de usuários únicos por mês

ESTADÃO 150 paladar

Educação

USP sofre ataque hacker, reforça rede e aciona a PF

Universidade não comenta tentativa de invasão, mas diz que dados continuam em segurança e sistema está em modernização

RENATA CAFARDO

Os sistemas de informação da Universidade de São Paulo (USP) têm sofrido ataques hackers há 15 dias. O **Estadão** apurou que estudantes aprovados na lista de espera da Fuvest tiveram problema para se matricular e dificuldade para acessar as plataformas de disciplinas online, e-mails institucionais, inscrições em concursos, holerite dos funcionários, entre outros. Procurada, a USP não comenta o assunto e só diz que o sistema passa por uma modernização.

Segundo fontes, os ataques ainda não cessaram e houve ameaças por e-mail à instituição. A universidade denunciou o ataque à Polícia Federal, que investiga o caso. Procurada pela reportagem, a corporação não comentou.

COMO FOI. Os ataques começaram por volta do dia 10 deste mês e chegaram a milhões de acessos por segundo, vindos de computadores de diversos países. O suposto autor da tentativa de invasão se identifica com um codinome – que não será reproduzido pela reportagem para não dar notoriedade ao criminoso, objetivo buscado por hackers em diversos fóruns virtuais.

A universidade, então, restringiu o acesso ao sistema para quem estivesse fora da rede da instituição, o que acabou causando dificuldades para que alunos e professores acessassem materiais de disciplinas ou notas, por exemplo, se não estivessem dentro da USP. Pessoas de fora da universidade também não puderam se inscrever em concursos.

As matrículas de estudantes novos aprovados pela Fuvest, um dos maiores processos seletivos do País, foram adiadas em pelo menos um dia. A USP chamou alunos aprovados em lista de espera para fazerem pré-matrícula online nos dias 11 e 19. A próxima convocação será amanhã. Em alguns momentos, até os sites da universidade para público externo ficaram indisponíveis, como é o caso do *Jornal da USP*.

Medida temporária
Para conter os ataques, a universidade bloqueou os acessos de quem está fora do câmpus

SOLUÇÃO. Segundo o **Estadão** apurou, um novo sistema já havia sido comprado pela universidade no ano passado, com estimativa para que fosse instalado neste começo de 2025. Os ataques hackers surgiram justamente quando esse processo teve início.

O professor do Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Jéferson Campos Nobre explica que um novo tipo de firewall, mais moderno, melhora a proteção em redes com muitos acessos porque tem mais capacidade de processamento.

Além disso, traz mecanismos mais avançados de segurança. "É como se você comprasse um computador ou um celular mais rápido. Ele consegue fazer mais coisas porque é mais potente", diz ele. Ontem, não houve problemas. ●

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

HALL/ESTACIONAMENTO
ALPHAVILLE – BARUERI – SP

Excelente oportunidade no coração de Alphaville, uma das regiões mais valorizadas e estratégicas para negócios na Grande São Paulo.

Hall/estacionamento, localizados no Edifício Pravda, situado na Alameda Grajaú, nº 98, no centro de Alphaville.

PARANÁ BANCO S/A, INSCRITA NO CNPJ Nº 14.388.344/0001-99, PROMOVERÁ A VENDA EM LEILÃO (1º OU 2º) DO IMÓVEL DESCRITOS, NA FORMA DA LEI 9.514/97. LOCALIZAÇÃO DOS IMÓVEIS: SALÃO 01, TIPO A/C/D, LOCALIZADO NO TÉRREO E 1º PAVIMENTO DO EDIFÍCIO PRAVDA, SITUADO NA ALAMEDA GRAJAÚ, Nº 98, ALPHAVILLE CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL, NA COMARCA DE BARUERI/SP, COM ÁREA TOTAL DE 923,289M², SENDO DESTE TOTAL 892,570M² EM ÁREAS CONSTRUÍDAS COBERTAS E 30,719M² EM ÁREAS DESCOBERTAS. ESTACIONAMENTO PRAVDA PARK, LOCALIZADO NOS 1º, 2º, 3º E 4º SUBSOLOS E NO TÉRREO, DO EDIFÍCIO PRAVDA, SITUADO NA ALAMEDA GRAJAÚ, Nº 98, ALPHAVILLE CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL, NA COMARCA DE BARUERI/SP, COM ÁREA TOTAL DE 8.350,607M², SENDO QUE DO TOTAL ACIMA DE 7.050,299M² EM ÁREAS CONSTRUÍDAS COBERTAS E 1.300,308M² EM ÁREAS DESCOBERTAS, MELHORES DESCRITAS E CARACTERIZADAS NAS MATRÍCULAS SOB Nº 174.261 E 174.259 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE BARUERI/SP . (OCUPADO). OBS.1: O IMÓVEL ESTÁ SENDO LEILOADO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, TANTO EM TERMOS FÍSICOS QUANTO EM TERMOS DOCUMENTAIS, CABENDO EXCLUSIVAMENTE AO COMPRADOR SE INFORMAR ANTECIPADAMENTE SOBRE TAIS ESTADOS E EFETUAR SEUS LANCES CONSIDERANDO POSSÍVEIS REGULARIZAÇÕES POSTERIORES AO LEILÃO. OBS.2: EVENTUAIS AVERBAÇÕES, REGULARIZAÇÕES E REGISTROS REFERENTE A CONSTRUÇÃO E/OU DEMOLIÇÃO, DEVERÃO SER APURADOS E PAGOS PELO ARREMATANTE JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES. OBS.3: CONSTA AÇÃO DESPESAS CONDOMINIAIS, PROCESSO Nº 1010341-24.2024.8.26.0068, EM TRÂMITE NA 5ª VARA CÍVEL DE BARUERI/SP; AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, PROCESSOS Nº. 1503174-30.2023.8.26.0068, 1503679-89.2021.8.26.0068, 1501892-88.2022.8.26.0068, 1010489-35.2024.8.26.0068 E 1010341-24.2024.8.26.0068 DO FORO DE BARUERI – VARA DA FAZENDA PÚBLICA/SP. O VENDEDOR RESPONDE PELO RESULTADO DA AÇÃO, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS E LIMITES ESTABELECIDOS NAS "CONDIÇÕES DE VENDA DOS IMÓVEIS" CONSTANTES DO EDITAL.OBS.4: A CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA. O IMÓVEL SERÁ ADQUIRIDO EM CARÁTER AD CORPUS, CABENDO AO ARREMATANTE A RESPONSABILIDADE DE SE CIENTIFICAR PREVIAMENTE SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS ÁREAS. CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: À VISTA, MAIS COMISSÃO DE 5% AO LEILOEIRO.DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE: O INTERESSADO DEVERÁ EFETUAR O CADASTRAMENTO PRÉVIO PERANTE O LEILOEIRO, COM ATÉ 24 HORAS DE ANTECEDÊNCIA AO EVENTO. O EX-DEVEDOR FIDUCIANTE SERÁ COMUNICADO DAS DATAS, HORÁRIOS E LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS LEILÕES, PARA NO CASO DE INTERESSE, EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL, PELO VALOR DA DÍVIDA, ACRESCIDA DOS ENCARGOS E DESPESAS, NA FORMA ESTABELECIDA NO PARÁGRAFO 2º-B DO ARTIGO 27 DA LEI 9.514/97, INCLUÍDO PELA LEI Nº 14.711, DE 2023. OS INTERESSADOS DEVEM CONSULTAR AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E VENDA DOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS NOS SITES: WWW.SODRESANTORO.COM.BR . PARA MAIS INFORMAÇÕES – TEL.: (11) 2464-6464 – E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR

SOMENTE ONLINE

ÁREA TOTAL DE 923,289M²

ÁREAS CONSTRUÍDAS COBERTAS 892,570M²

ÁREAS CONSTRUÍDAS DESCOBERTAS 30,719M²

1º LEILÃO: 24/03/2025 ÀS 13:00H
LANCE MÍNIMO R$12.570.000,00

2º LEILÃO: 31/03/2025 ÀS 13:00H
LANCE MÍNIMO R$10.648.517,48



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Vice-cônsul baleada

Detidos adolescentes por crime na 9 de Julho

A Polícia Civil de São Paulo apreendeu ontem dois adolescentes suspeitos de participar da tentativa de roubo que terminou com a vice-cônsul da Colômbia, Claudia Ortiz (foto), baleada. No dia 14, ela passava a pé na Avenida 9 de Julho, nos Jardins, quando foi atingida após um PM de folga disparar contra o trio que tentava roubar um celular no trânsito. ●

INSTAGRAM/@USCPLAY



Crime organizado

Donos de fintechs são denunciados pelo MP

O Ministério Público denunciou Cyllas Salerno Elias Júnior, dono do 2 Go Bank, e os dois sócios do InvBank Soluções Financeiras, Carlos Alexandre Ballotin e Marcelo Henrique Antunes da Palmaos, acusados de liderar uma organização ligada ao PCC e à lavagem de dinheiro. O 'Estadão' não conseguiu contato com a defesa das fintechs. ●

Eufrázio

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital
Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização 25/03

Hoje: manhã	Hoje: tarde	Hoje: noite	Volume de chuva	Umidade relativa	Amanhã	Quinta	Sexta	Sábado
23° (10%)	27° (65%)	22° (70%)	10 mm	60 a 100%	20°/26°	20°/29°	21°/28°	20°/27°

Sol: Nascente: 6h11 | Poente: 18h13

Lua: Minguante

Minguante	22/03	08h29
Nova	29/03	7h57
Crescente	04/04	23h14
Cheia	12/04	21h22

Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (mín./máx.)

Ribeirão Preto · São José do Rio Preto · Araçatuba · Presidente Prudente · Marília · Bauru · Sorocaba · São Paulo · Litoral Sul · Araraquara · Campinas · São José dos Campos · Litoral Norte

Precipitação Média: 100mm · 50mm · 25mm · 10mm · 5mm · 3mm · 1mm

Ondas: 25/03 — 2,5m · 1,5m · 1m

Fonte dos dados: meteoblue®

Capitais	Chove?	Vol. médio	Mín./Máx.
Aracaju	30%	1mm	25°C/31°C
Belém	60%	16mm	24°C/31°C
Belo Horizonte	60%	14mm	20°C/28°C
Boa Vista	10%	0mm	27°C/33°C
Brasília	85%	10mm	18°C/24°C
Campo Grande	60%	1mm	21°C/28°C
Cuiabá	60%	3mm	24°C/30°C
Curitiba	55%	4mm	18°C/26°C
Florianópolis	65%	4mm	21°C/25°C
Fortaleza	55%	4mm	27°C/30°C
Goiânia	50%	26mm	20°C/28°C
João Pessoa	30%	0mm	24°C/31°C
Macapá	75%	16mm	23°C/29°C
Maceió	30%	1mm	23°C/30°C
Manaus	65%	5mm	24°C/30°C
Natal	25%	0mm	24°C/30°C
Palmas	75%	5mm	23°C/31°C
Porto Alegre	40%	13mm	22°C/24°C
Porto Velho	75%	13mm	24°C/29°C
Recife	35%	0mm	23°C/30°C
Rio Branco	85%	8mm	22°C/29°C
Rio de Janeiro	45%	1mm	24°C/31°C
Salvador	35%	1mm	24°C/31°C
São Luís	75%	8mm	23°C/30°C
Teresina	30%	11mm	24°C/32°C
Vitória	35%	2mm	23°C/32°C

Mundo	Fuso	Mín./Máx.
Assunção	0h	22°C/29°C
Atenas	+5h	11°C/18°C
Barcelona	+4h	8°C/17°C
Berlim	+4h	6°C/14°C
Bruxelas	+4h	6°C/12°C
Buenos Aires	0h	17°C/27°C
Caracas	1h	20°C/30°C
Cidade do México	-3h	15°C/26°C
Estocolmo	+4h	4°C/8°C
Genebra	+4h	7°C/12°C
Johanesburgo	+5h	16°C/26°C
Lima	-2h	20°C/26°C
Lisboa	+3h	8°C/18°C
Londres	+3h	7°C/12°C
Los Angeles	-5h	14°C/25°C
Madri	+4h	4°C/14°C
Miami	-2h	22°C/27°C
Montevidéu	0h	11°C/22°C
Moscou	+6h	3°C/10°C
Nova York	-2h	8°C/14°C
Paris	+4h	5°C/14°C
Roma	+4h	14°C/20°C
Santiago	0h	10°C/25°C
Sydney	+14h	20°C/26°C
Tel Aviv	+5h	11°C/20°C
Tóquio	+12h	8°C/22°C
Toronto	-2h	-1°C/5°C
Washington	-2h	8°C/18°C

Medicina privada

Mais de 290 mil clientes da Golden Cross terão de mudar de plano até maio

Usuários poderão contratar qualquer opção disponível no mercado sem cumprir novos períodos de carência

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) concedeu portabilidade especial para todos os clientes da Golden Cross por "graves anormalidades administrativas e econômico-financeiras da operadora e sua incapacidade de regularizar essas questões". Os usuários têm até o dia 11 de maio para migrar para outros planos de saúde ou odontológicos.

Segundo dados da ANS, em janeiro, a Golden Cross contava com 192.205 beneficiários em planos de assistência médica e 102.187 em planos odontológicos. A empresa afirma que, até o momento, todos os clientes estão com "coberturas contratuais ativas".

"A resolução determina uma portabilidade especial. Ela difere da portabilidade comum por não exigir o cumprimento dos requisitos habituais. Ou seja, não tem um tempo mínimo de permanência no plano e não existe necessidade de uma equidade financeira do plano de origem e de destino", afirma Caio Henrique Fernandes, sócio do Vilhena Silva Advogados.

Depois do dia 11 de maio, a operadora terá o registro da ANS cancelado e as atividades serão encerradas. "Isso significa que a Golden Cross não poderá mais comercializar planos de saúde. É quase como se parasse de funcionar. Não significa, no entanto, que deixa de existir. Caso alguém entre com uma ação judicial para continuar um tratamento específico, por exemplo, ela vai ter de custear. Não é como se ela estivesse declarando falência", explica Fernandes.

Em nota, a ANS reforça que "os clientes poderão contratar qualquer plano sem cumprir novos períodos de carência ou cobertura parcial temporária. Caso ainda estejam em carência no plano atual, o período remanescente poderá ser cumprido na nova operadora. Na portabilidade especial de carências os beneficiários podem escolher qualquer plano em comercialização, independentemente do seu preço, em qualquer outra operadora".

O QUE DIZ A GOLDEN CROSS? A empresa afirma que, apesar da decisão, "segue no curso normal dos seus negócios, sendo que todos os seus beneficiários, até a presente data, estão com suas coberturas contratuais ativas e sendo atendidos normalmente".

A empresa destaca que, em 3 de fevereiro, apresentou um recurso administrativo para contestar outra decisão da ANS, que determinava a alienação compulsória da carteira de planos de saúde e odontológicos da operadora. Sobre a portabilidade, a Golden Cross afirma que só teve acesso à decisão na quarta-feira. "Ressaltamos que a decisão para adesão à portabilidade especial é individual e deve ser adotada por cada um dos seus beneficiários. A operadora não pode intervir nessa decisão", acrescenta.

> **Depois do dia 11 de maio**
> **A operadora deve ter o registro da ANS cancelado e atividades encerradas**

De acordo com Fernandes, caso o cliente tenha dificuldades na contratação de um novo plano, o primeiro passo é entrar em contato com a ANS (0800-701 9656) e, se o problema persistir, procurar a Justiça. Caso a portabilidade não seja viável por tratamento contínuo, como os oncológicos, o advogado recomenda que o cliente solicite à Golden Cross a manutenção do custeio do tratamento. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Carros parados em 45° em rua de Perdizes

Reclamação de Silvia Pereira: "Moro na Rua Caiubi, número 342, em Perdizes, na zona oeste de São Paulo, no quarteirão entre as Ruas Monte Alegre e Cardoso de Almeida. Esta rua de sentido único tem estacionamento permitido nos dois lados. Não haveria problema maior se os carros que estacionam não parassem a 45 graus, deixando a rua muito estreita para veículos de serviço maiores, além de causar impacto no fluxo em período escolar (duas escolas estão localizadas no mesmo quarteirão). O trânsito represado afeta inclusive as ruas do entorno. Já foi retirada parte da marcação no chão, porém os carros continuam estacionando dessa forma na região. Os moradores da área pedem que seja alterada a forma de estacionamento para paralelo à guia. Muito obrigada desde já pela ajuda."

Resposta da CET: "A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) instalou faixas e banners na Rua Caiubi, entre as Ruas Monte Alegre e Cardoso de Almeida, para informar os motoristas para não estacionarem em ângulo (45°). Os agentes em campo monitoram o local para orientar os usuários sobre o estacionamento junto ao meio-fio, paralelo à via." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o spreclama@estadao.com

HÁ 150 ANOS

Hospital para variolosos

Se o governo provincial não deve crear o hospital com um fim especial e para gozo exclusivo do da população da capital; si a camara minicipal não tem rendas que cheguem para isso, só ha um meio de se promover á essa necessidade d'esta grande cidade cuja população cresce diariamente. Esse meio é o que resulta dos donativos particulares, da subscripção popular com o concurso e auxilio da municipalidade.

O systema dos hospitaes de occasião está condemnado pela experiencia. Além das razões que temos apontado em artigos anteriores, as quaes provam a sua inconveniencia, apresentamos hoje a opinião do illustado medico o sr. dr. Barata (...) ●

PEIXE FRESCO E OSTRAS
Todos os dias desta semana
Restaurant Francez
RUA DA QUITANDA, 3

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2131 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11) 91123-8397 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

MISSAS

João Baptista Monteiro da Silva Filho - Dia 27, às 18h30, na Paróquia São Gabriel Arcanjo, na Av. São Gabriel, 108, Jardim Paulista (5 anos).

Cemitério Israelita do Butantã (Shloshim)

Moyses Bobrow - Amanhã, às 12 horas, no S B - Q 188 - Sep. 10.

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por concessionárias autorizadas, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP-Regula). Não há funerárias particulares.

Após o falecimento de uma pessoa, o primeiro passo é procurar as agências indicadas.

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**



Eliminatórias da Copa

Mais leve, Brasil visita Argentina com tensão extracampo

Bom resultado deixará Dorival mais tranquilo; ao falar em 'porrada', Raphinha irrita rivais

LEONARDO CATTO / BUENOS AIRES



A seleção brasileira visita a Argentina hoje, às 21h, no Monumental del Núñez, em Buenos Aires, mais leve após vencer a Colômbia, mas ainda cobrada a apresentar bom desempenho. Um bom resultado dará maior tranquilidade ao técnico Dorival Júnior. Líderes das Eliminatórias Sul-Americanas com 28 pontos, os argentinos se classificam para a Copa do Mundo de 2026 com um empate – podem até entrar em campo garantidos, se a Bolívia não bater o Uruguai mais cedo.

Os dois principais astros das seleções, Messi e Neymar, não jogam, pois estão lesionados.

Normalmente acirrado, o clássico desta noite ganhou um ingrediente extra quando Raphinha, entrevistado por Romário ao ser questionado sobre se daria "porrada" nos argentinos, respondeu: "Porrada neles. Sem dúvida. Porrada neles. No campo e fora do campo, se tiver que ser".

A declaração, claro, causou furor na imprensa e na seleção argentina, embora o técnico Lionel Scaloni tenha mantido o tom diplomático: "É uma partida de futebol, 90 minutos dentro de campo", disse.

TIME MODIFICADO. A seleção brasileira chega a esta 14ª rodada em terceiro lugar, com 21 pontos. Mas Dorival mandará a campo um time com seis alterações em relação àquele que iniciou a partida contra os colombianos em Brasília.

Quatro das mudanças foram obrigatórias, depois do corte de Alisson (protocolo de concussão), Gerson (lesão), Gabriel Magalhães e Bruno Guimarães (suspensos). Em seus lugares entram, respectivamente o goleiro Bento, o zagueiro Murillo e os meias Joelinton e André.

As outras duas alterações, por opção do técnico, são Wesley no lugar de Vanderson e Matheus Cunha na vaga de João Pedro. "O Matheus tem liberdade de movimentação. Ora um primeiro atacante, ora um segundo. Depende muito de como a Argentina se postar em campo", disse Dorival.

Endrick, convocado somente após o corte de Neymar, é o único centroavante de ofício no plantel atual. Dorival, no entanto, tem preferido o jogador do Real Madrid e pede paciência.

"Ele tem chamado a atenção em todos os treinamentos, tudo agora é questão de tempo. Nós precisamos, primeiro, ter um pouco mais de posse de bola, temos que valorizar um pouco mais dessa posse, por isso a característica de um João Pedro, a característica de um Matheus Cunha", explicou. ●

ELIM. SUL-AMERICANAS - 14ª RODADA



ARGENTINA: Emiliano Martínez; Molina, Romero, Otamendi e Talgiafico; De Paul e Mac Allister; Giuliano Simeone, Enzo Fernández e Thiago Almada; Júlian Álvarez.
Técnico: Lionel Scaloni.
BRASIL: Bento; Wesley, Marquinhos, Murillo e Guilherme Arana; André e Joelinton; Raphinha, Rodrygo e Vini Jr; Matheus Cunha.
Técnico: Dorival Júnior.
Árbitro: Andre Rojas.
Horário: 21h (de Brasília).
Local: Monumental del Núnez, em Buenos Aires.

Eleição da CBF

Ednaldo Rodrigues foi reeleito ontem, por unanimidade, para o período 2026-2030

Santos

Neymar celebra retorno aos treinos: 'Estou me sentindo bem e sem dor'

Após retomar os treinos com o elenco do Santos, Neymar falou com entusiasmo sobre sua recuperação e o prazer de voltar ao campo. Em um vídeo divulgado pelo clube, o atacante revelou estar sem dores e progressivamente se sentindo melhor, após um período dedicado à fisioterapia por causa da lesão na coxa esquerda. "O mais feliz de voltar para o campo sou eu. Estou me sentindo bem, sem dor, graças a Deus. Depois de longos dias de trabalho, estou feliz", afirmou o jogador. ●

NR SPORTS/SANTOS FC



Corinthians

Confiante, Talles Magno afirma: 'Estamos preparados para conquistar o título'

Com a vitória no primeiro confronto, o Corinthians entra na final do Paulistão com a vantagem no jogo de quinta, contra o Palmeiras. Para o atacante Talles Magno, o elenco está preparado para ser campeão: "Todos os jogadores do Corinthians estão preparados e dispostos para fazer de tudo por este título". ●

Palmeiras

Mayke analisa preparação para a final do Paulistão: 'Vamos para fazer história'

Um dos mais longevos do elenco do Palmeiras, o lateral-direito Mayke disse que o elenco alviverde está pronto para tentar reverter a desvantagem para o Corinthians. "É uma final muito importante. Vamos com tudo para, se Deus quiser, continuar fazendo história nesse clube tão grande", afirmou. ●

São Paulo

Com retorno de Calleri, time entra na reta final de treinos para a estreia no Brasileiro

O São Paulo iniciou ontem mais uma semana de preparação visando a estreia no Campeonato Brasileiro. A principal novidade foi o retorno do atacante Calleri aos treinos. O meia Rodriguinho, que estava em processo de transição física devido a dores no joelho esquerdo, também treinou com o grupo. ●

Tênis

João Fonseca leva virada e cai na 3ª rodada em Miami

MIAMI

João Fonseca está eliminado do Masters de Miami. A grande campanha na competição a nível ATP 1000 chegou ao fim ontem, após batalha de mais de duas horas diante do australiano Alex De Minaur, que aproveitou a queda física do brasileiro no final do jogo para buscar a virada por 2 sets a 1, parciais de 5/7, 7/5 e 6/3 em jogo com arquibancadas efervescentes em verde e amarelo.

O adversário do australiano, hoje, será Matteo Berrettini, cabeça de chave 29, que passou pelo surpreendente belga Zizou Bergs, algoz do russo Andrey Rublev na segunda rodada, com duplo 6/4. Depois de enfileirar disputas em uma série de competições, João Fonseca agora terá alguns dias para descansar após iniciar a atual temporada ainda em dezembro do ano passado.

O brasileiro não disputará torneios de menor significância na próxima semana e vai definir com sua equipe quando começará a participar dos torneios de saibro. Há competições a partir de 6 de abril, caso do Masters de Montecarlo, na França, ou na semana seguinte, os ATPs de Munique e Barcelona.

Com o resultado no ATP 1000 de Miami, João Fonseca deverá subir no ranking de entradas – o brasileiro começou o torneio no 60º lugar, mas não tinha pontos a defender na competição da Flórida. ●

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● WTA 1000 e Masters 1000 de Miami
Oitavas e quartas de final
12h / ESPN 2

FUTEBOL
● Eliminatórias Asiáticas
Irã x Usbequistão
13h / ESPN 3
● Eliminatórias Europeias
Moldávia x Estônia
14h / ESPN 4
Macedônia do Norte x País de Gales
16h30 / SporTV 3
Israel x Noruega
16h45 / ESPN 4
● Elim. Sul-Americanas
Bolívia x Uruguai
17h / SporTV
Argentina x Brasil
21h / Globo e SporTV
Colômbia x Paraguai
21h / SporTV 2
Chile x Equador
21h / SporTV 3
Venezuela x Peru
21h / SporTV 4

BASQUETE
● Liga Ouro
Minas B x Cruzeiro
19h / Disney +
● NBA
New York Knicks x Dallas Mavericks
20h30 / Prime Video

Eufrázio

Litoral paulista

'Buraco' chama a atenção ao surgir no céu de Peruíbe

Fenômeno atmosférico ocorre em meio a congelamento de moléculas de água e pode ser causado até por avião

RENATA OKUMURA


ALEXSANDRA LOPES/ARQUIVO PESSOAL

Fenômeno em Peruíbe até rendeu posts na internet que cogitavam se tratar de algo extraterrestre

Um "buraco" surgiu no céu de Peruíbe, no litoral paulista, nos últimos dias, e chamou a atenção de moradores e visitantes. As imagens registradas mostram em redes sociais as nuvens formando um imenso "buraco" circular.

Algumas postagens na internet, inclusive, levantaram a possibilidade de se tratar de algum objetivo voador não identificado. Conforme especialistas em meteorologia, no entanto, tratou-se apenas de um efeito na atmosfera, que nada tem a ver com invasões alienígenas ou sequer fenômenos climáticos.

CIRROCUMULUS E ALTOCUMULUS. De acordo com Maria Clara Sassaki, especialista em meteorologia e porta-voz da TempoOK, o buraco é provocado pela formação de nuvens tipo cirrocumulus ou altocumulus. Elas surgem quando há uma camada de gotículas de água localizada em um ponto de super-resfriamento no céu.

Se houver alguma perturbação na atmosfera, as moléculas de água que estão super-resfriadas congelam, puxando outras moléculas do lado. Esse gelo desaba da nuvem e, em seu lugar, nós vemos somente um buraco.

Maria Clara dá um exemplo do dia a dia para explicar. "Acontece, por exemplo, quando você esquece uma garrafa de água no congelador, aí você lembra e corre para tirar. Quando você abre, a água ainda está líquida e você sente aquele alívio, mas quando você tira a garrafa e o líquido se mexe, tudo o que estava dentro congela de repente."

Ainda de acordo com a especialista, essa perturbação atmosférica pode ser causada pela passagem de um avião, por exemplo. "Ou uma diferença na temperatura entre massas. Qualquer coisa que altere o ar pode causar esse congelamento", pontua ela.

Essas nuvens não são exclusivas de nenhuma área geográfica e foram fotografadas de muitos locais, mas, por serem raras, pessoas as comparam com "eventos extraterrestres", o que não tem nenhuma relação, ressalta a Climatempo.

Explicação
Água congelada desaba da nuvem e, em seu lugar, nós vemos somente um imenso buraco

APENAS UM EFEITO VISUAL. O surgimento dessas nuvens, apesar de ter assustado algumas pessoas em Peruíbe, não oferece nenhum risco, segundo os meteorologistas. É só o efeito visual mesmo. "Essas nuvens que estão nessa condição não são nuvens de tempestades", acrescenta a porta-voz do TempoOK. ●

VEM AÍ
A 10ª EDIÇÃO!

ESTADÃO Melhores SERVIÇOS 2025

8.MAI NO DIGITAL
11.MAI ESPECIAL NO IMPRESSO

CONFIRA AS NOVIDADES DESTA EDIÇÃO E SAIBA COMO COLOCAR A SUA MARCA EM EVIDÊNCIA

Mais de 2M de avaliações

Dashboard navegável exclusivo mede o desempenho de empresas e setores mensalmente

PERFORMANCE
EXPERIÊNCIA
SATISFAÇÃO

A **EDIÇÃO COMEMORATIVA** TRAZ O RANKING COM AS **EMPRESAS QUE MAIS ENCANTARAM** OS CONSUMIDORES EM 36 CATEGORIAS

SAIBA COMO COLOCAR A SUA MARCA NO MAIOR E MAIS ABRANGENTE RANKING DE SERVIÇOS DO BRASIL.
ESCREVA PARA
publicacoes@estadao.com
E SOLICITE UMA PROPOSTA.



CONHEÇA AS EDIÇÕES ANTERIORES

Realização: ESTADÃO 150 ANOS
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Parceria: HSR Specialist Researchers

MILAN LEILÕES
41 ANOS
Soluções para:
• Industrias
• Bancos
• Seguradoras
info@milanleiloes.com.br

ECONOMIA & NEGÓCIOS
TERÇA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO
E&N





DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B28)

Telecomunicações Em disputa

Concorrentes pressionam Anatel a barrar expansão da Starlink no País

Empresa de internet via satélite do bilionário Elon Musk quer mais do que dobrar os equipamentos na órbita brasileira; operadoras falam em interferências na rede local

CIRCE BONATELLI

Pedido da Starlink para ampliar o número de satélites no Brasil virou alvo de ataques de outras operadoras que atuam no País. Elas falam em risco de um "congestionamento" na órbita e de interferência entre os sinais de telecomunicações se for dado aval ao projeto apresentado pela companhia, comandada pelo bilionário Elon Musk.

Em dezembro de 2023, a Starlink pediu à Anatel para mais do que dobrar o número de satélites sobre a órbita do Brasil; os equipamentos são usados para dar acesso à internet em áreas remotas. O pedido não foi aprovado ainda e, além de questões técnicas, a agência está avaliando os riscos políticos e comerciais que a expansão poderia acarretar para o País (*mais informações na pág. B2*).

A empresa de Musk – principal assessor do presidente Donald Trump para o corte de gastos – quer colocar em órbita 7,5 mil novos satélites de segunda geração, com uso de faixas de frequências nas bandas Ka, Ku e E – esta última ainda não utilizada. O pedido veio na forma de atualização da licença atual, que permite à Starlink operar 4,4 mil satélites, já lançados.

Por ser uma constelação de satélites com tecnologia diversa e utilização de diferentes bandas, a Anatel levou o tema para consulta pública. O Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite (Sindisat), representante de Claro, Hughes, SES, Intelsat, Eutelsat e Hispasat, foi contra o aval, sob a alegação de que a nova geração de satélites é "totalmente diferente" da anterior, o que exigiria o pedido de uma licença nova, e não apenas a modificação da anterior.

> **Congestionamento**
> **Empresa do bilionário Elon Musk já tem 4,4 mil satélites no País, e quer lançar mais 7,5 mil**

"O maior número de satélites do sistema, planos orbitais distintos, faixas de frequências distintas e limites de potência diferentes irão, sem nenhuma dúvida, aumentar o potencial de interferência aos sistemas e redes em operação no Brasil", diz o presidente do Sindisat, Fabio Alencar, em documento enviado à Anatel.

A americana Hughes, segunda maior operadora de internet por satélites no Brasil, apresentou o mesmo argumento à Anatel. "As características técnicas e operacionais dos registros da geração 1 e da geração 2 indicam diferenças operacionais significativas", descreveu a advogada da empresa, Marília Mazzola.

Já a canadense Kepler, que também opera sistemas de baixa órbita como a Starlink, defende que a Anatel conserve condições de mercado que não suprimam a concorrência. "A larga escala da constelação de satélites da Starlink levanta preocupações sobre a disponibilidade do espectro, congestionamento orbital e o alto risco de interferência, o que pode impactar outras operadoras, incluindo a Kepler", diz a associada sênior de regulação, Polly Averns, em documento.

A Starlink não disponibiliza telefone, e-mail ou atendimento à imprensa. O *Estadão/Broadcast* localizou um dos escritórios de advocacia que atende a multinacional no Brasil, mas também não foi concedida entrevista. ●

RISCO GEOPOLÍTICO ENTRA NO RADAR DA ANATEL AO ANALISAR PEDIDO. PÁG. B2

LEILÃO DE VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO
27/03(QUINTA) ÀS 14H
SOMENTE ONLINE
ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS!











ATENÇÃO!
COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO
*SUJEITO À ANÁLISE DE CRÉDITO
*FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE
*CORRESPONDENTE BANCÁRIO
*INDEPENDENTE





SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195

Movimentações do mercado de carbono

ARTIGO

João Pedro Conceição e Silva Seleme Zandoná
Advogados

O mercado de carbono foi a pauta das últimas semanas de 2024. No dia 12 de dezembro, foi sancionada a lei que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). No cenário internacional, em novembro ocorreu a COP-29 – fórum máximo da ONU para discussões sobre mudanças climáticas –, na qual as negociações sobre a operacionalização completa do artigo 6.º do Acordo de Paris eram ponto crucial.

O artigo é parte integrante do SBCE, explicitamente mencionado em três dispositivos, com um sendo inteiramente destinado a estabelecer as condições para "autorização de transferência internacional" de ativos. Versando sobre essa temática, o artigo 6.º cria as bases para a cooperação voluntária e para o comércio institucional de créditos de maneira global; este último, operacionalizado pelo "Mecanismo" do dispositivo 6.4 e seu Órgão Supervisor (SB).

O Acordo aprovado em 2015 não continha as "regras, modalidades e procedimentos" para o funcionamento desse mecanismo, que deveriam ter sido elaborados e aprovados na subsequente sessão da COP. Entretanto, o Mecanismo e o Órgão Supervisor só foram aprovados em 2021, na COP-26.

Apenas em outubro de 2024 o SB entregou seus dois projetos contendo os padrões e as metodologias que seriam empregados pelo Mecanismo do dispositivo 6.4.

Mercado global pode começar a ser utilizado para transacionar créditos de forma cooperativa e eficiente

Esses dois projetos foram adotados pela presidência da COP-29 e ratificados pelos Estados-parte, com clarificações e pedidos ao SB.

Em que pese ainda seja necessário mais trabalho, fato é que após a COP-29 o mercado global de carbono pode, enfim, começar a ser utilizado por países para transacionar créditos de maneira cooperativa e eficiente.

Foram aprovados dois projetos contendo, de um lado, requisitos para as atividades de remoção de carbono, e, de outro, os requisitos para o desenvolvimento e a avaliação das metodologias creditadas pelo mecanismo do artigo 6.º.

Entre outras determinações, as atividades de remoção de carbono devem: ser objeto de monitoramento contínuo; endereçar possíveis riscos de "vazamento" de carbono; e evitar impactos socioambientais negativos, respeitando os direitos humanos e os direitos de povos indígenas. As metodologias devem ser reais, transparentes, conservadoras e confiáveis, e demonstrar adicionalidade.

Considerando a escolha legislativa de incluir o artigo 6.º do Acordo de Paris no SBCE, deve-se depreender que os requisitos e padrões elaborados internacionalmente serão observados e integrarão o futuro sistema. Entender e aplicar a integralidade dos requisitos será crucial para o operador que almeja vender seus créditos em níveis nacional e mundial. ●

Telecomunicações **Em disputa**

Risco geopolítico entra no radar da Anatel ao analisar pedido da Starlink

Agência teme que a infraestrutura da empresa seja usada em caso de desavença entre governos, com a suspensão dos serviços

CIRCE BONATELLI

O pedido da Starlink para mais do que dobrar a quantidade de satélites sobre a órbita do Brasil completou um ano e três meses sob avaliação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Mais que os aspectos técnicos, as preocupações geopolíticas ganharam corpo no ano passado, depois dos embates entre o bilionário Elon Musk e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao mesmo tempo, a Starlink ainda virou alvo das demais operadoras locais, que alertaram a Anatel sobre os riscos de um "congestionamento" na órbita e uma interferência entre os sinais de telecomunicações, caso haja o aval para mais satélites nas condições solicitadas.

O desfecho da tramitação está à espera do posicionamento da área técnica da Anatel para, em seguida, ser deliberado pelo conselho diretor, o que deve ocorrer ainda este semestre.

A Starlink entrou no mercado brasileiro de internet em 2022, quando lançou 4,4 mil satélites por aqui. De lá para cá, virou líder do segmento de internet via satélite – tem hoje 335 mil usuários, ou 58,6% do mercado, que totaliza 570 mil acessos, segundo dados da Anatel. A outra grande no ramo é a Hughes, com 170 mil (29,8%). Outras operadoras têm participações pequenas, como Viasat (3,5%), Telebras (2,9%) e Claro (2,1%).

REGIÕES ISOLADAS. A Starlink trabalha com satélites de baixa órbita que proveem internet de alta velocidade e baixa latência. A Amazon, por exemplo, também recebeu aval da Anatel e vai lançar ainda este ano uma constelação de 3,2 mil satélites. Este tipo de conexão não depende de torres ou redes de fibra óptica, como ocorre na banda larga convencional. Por isso, tornou-se uma alternativa para os moradores de áreas rurais e demais regiões isoladas, onde as operadoras não levam infraestrutura terrestre por ser caro demais e pouco rentável.

Depois do pedido de autorização para colocar em órbita mais 7,5 mil satélites de sua segunda geração em dezembro de 2023, a Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação da Anatel propôs em novembro passado uma minuta do ato de direito de exploração para ser deliberado pelo seu conselho diretor, mas não chegou a ser colocada em votação.

Neste mês, o relator do processo, conselheiro Alexandre Freire, levantou algumas preocupações e pediu mais informações às áreas técnicas sobre temas classificados por ele como inerentes à "soberania digital" brasileira e à "segurança de dados e riscos cibernéticos", segundo mostram documentos ao qual o *Estadão/Broadcast* teve acesso.

Como justificativa, Freire citou a "relevância estratégica" da questão e a necessidade de uma "instrução robusta" para a deliberação. Com relação à soberania, ele indagou sobre o risco de a Starlink operar sem integração com redes nacionais, resultando no roteamento direto do tráfego brasileiro via satélites e, consequentemente, fora da jurisdição nacional. Nesse caso, há receio de que a empresa fique fora da esfera de fiscalização da Anatel e da observância das normas locais.

RISCO GEOPOLÍTICO. Também foi solicitado que a área técnica aponte riscos de um potencial uso da infraestrutura da empresa de Musk como instrumento de pressão em contextos de crises geopolíticas ou disputas comerciais, inclusive o risco de interrupção do serviço no País. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, deu a Musk o cargo de chefe do Departamento de Eficiência Governamental (DOGE).

Por fim, Freire também quer saber quais os riscos associados ao processamento e armazenamento de dados sensíveis de cidadãos, empresas e órgãos públicos em servidores localizados no exterior, tendo em vista as exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). As respostas a essas perguntas devem sair nos próximos dias.

Em paralelo, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem se movimentando em busca de empresas concorrentes da Starlink para prestar serviços no Brasil. O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, foi na semana passada para o Canadá, na sede da Telesat, conferir o desenvolvimento da constelação de satélites em baixa órbita para atendimento corporativo.

Em 2024, o governo brasileiro fechou acordo com outra rival de Musk, a chinesa SpaceSail. Foi assinado um memorando de entendimento envolvendo a Telebrás para atender zonas remotas do País, como a Amazônia. A SpaceSail planeja iniciar operações no Brasil em 2026.

Tais movimentações evidenciam como a receptividade a Musk mudou com a troca de governo. Na gestão anterior, o bilionário se encontrou com o ex-presidente Jair Bolsonaro no Brasil, quando cogitaram um projeto para monitoramento da Amazônia. Já no atual governo, as trocas de farpas ganharam dimensão. ●

Liderança

335 mil é o número de usuários dos serviços de internet via satélite da Starlink no País, o que dá à empresa uma participação de 58,6% nesse mercado; a Hughes, segunda maior, tem 170 mil clientes, ou 29,8%

Empresa tem problemas também em países como Itália e Canadá

O bilionário Elon Musk vem enfrentando desafios também em outros mercados. No último sábado, o ministro da Defesa da Itália, Guido Crosetto, anunciou que o governo da primeira-ministra, Giorgia Meloni, suspendeu as negociações para a implementação da Starlink em aplicações militares e governamentais do país. Sem citar Musk diretamente, Crosetto disse que a medida não se relaciona a detalhes técnicos e sim sobre a pessoa.

No início deste mês, ainda, o primeiro-ministro de Ontário, Doug Ford, cancelou um contrato da província canadense com a Starlink. O Canadá é o segundo maior mercado da empresa de internet via satélite de Musk. A retaliação ocorreu depois que os Estados Unidos estabeleceram tarifas de 25% sobre a maioria das importações americanas de produtos canadenses.

A Starlink também foi tema de conversas envolvendo a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, com ameaças do lado americano de desligar os serviços de internet da empresa para os ucranianos, o que gerou respostas duras dos europeus sobre a necessidade de se buscar uma alternativa ao país.

O *Estadão/Broadcast* contatou um escritório de advocacia que atende a Starlink no Brasil, mas não obteve retorno. ● C.B.

Concorrência desafia a liderança de Tesla e SpaceX

O homem mais rico do mundo vê poderio de seu império ameaçado

ARTIGO

The Economist

Até recentemente, Elon Musk tinha pouca necessidade de olhar para trás. Ele uma vez descreveu a concorrência para a Tesla, sua empresa de veículos elétricos (VE), como "o enorme fluxo de carros a gasolina saindo das fábricas do mundo todo, todos os dias", em vez do "pequeno gotejamento" de outros fabricantes de VE. A SpaceX, sua empresa de foguetes, tinha superado tanto as tradicionais companhias do setor aeroespacial que desenvolveu uma aura quase invencível. No entanto, se Musk puder se afastar da embriaguez de atacar a estrutura pública americana, ele pode notar algo. Não é apenas que as tempestades políticas que ele incitou neste ano estão chamuscando as marcas de suas empresas. É que os dois negócios que sustentam seu império corporativo – representando cerca de 90% do seu valor e provavelmente todo o seu lucro – estão enfrentando uma concorrência cada vez mais acirrada. O homem mais rico do mundo perdeu o foco – e agora tem um alvo X em suas costas.

Começando pela SpaceX. No ano passado, ela realizou cinco de cada seis lançamentos de espaçonaves do mundo. Por meio de sua divisão Starlink, ela possui 60% dos satélites no espaço. Em dezembro, ela vendeu ações avaliadas em US$ 350 bilhões, dois terços acima do seu nível anterior. A Starlink, seu principal motor de lucro, está a caminho de gerar mais de US$ 11 bilhões em receita neste ano e US$ 2 bilhões de fluxo de caixa livre, diz Chris Quilty, da Quilty Space, uma consultoria. Agora, no entanto, as intervenções explosivas de Musk estão alarmando os clientes da SpaceX, e em um momento em que os rivais estão se tornando mais capazes. Suas ameaças de ligar e desligar o suporte da Starlink para a Ucrânia levantaram a difícil questão da confiança. Políticos europeus estão ponderando o quão confiável Musk será como um provedor de longo prazo de comunicações estratégicas via satélite.

A busca por alternativas ajudou a impulsionar uma alta de mais de três vezes no preço das ações da Eutelsat, a proprietária francesa da OneWeb, que fornece serviços de banda larga via satélite para empresas. Nenhum fornecedor europeu poderia se aproximar dos 7 mil satélites da Starlink em órbita baixa. (A Eutelsat tem apenas 600.) Nem poderiam competir em preço. No entanto, a Starlink pode em breve enfrentar uma concorrência significativa do Projeto Kuiper, da Amazon, que visa colocar mais de 3 mil satélites em órbita baixa, criando uma rede de banda larga baseada no espaço. Se conseguir isso, alguns clientes fora da América podem decidir que têm mais confiança em um produto da Amazon do que em um pertencente ao volátil Musk.

Jeff Bezos, fundador da Amazon, também está acelerando o ritmo no negócio de lançamentos com a Blue Origin. Sua empresa de foguetes é separada do Projeto Kuiper, mas tem contratos para voar muitos de seus satélites.

Em janeiro, o foguete New Glenn, de Bezos, alcançou a órbita em sua primeira tentativa. Se a Blue Origin conseguir fazer viagens repetidas e bem-sucedidas com foguetes reutilizáveis, ela poderia se tornar uma concorrente significativa para a SpaceX. Assim também poderia a Rocket Lab, a rival mais próxima da SpaceX em número de lançamento. A empresa prevê estrear o Neutron, um novo foguete, neste ano.

CARROS ELÉTRICOS. A ameaça à Tesla é ao mesmo tempo grande e imediata. De um pico de US$ 1,5 trilhão em meados de dezembro, seu valor de mercado caiu pela metade. Ativistas têm atacado as lojas da Tesla na América e na Europa com raiva do comportamento de Musk. No entanto, republicanos também compram Teslas. Protestos são apenas parte da história.

Assim como com a SpaceX, a concorrência da Tesla está acelerando. A General Motors vendeu 50% mais veículos elétricos no ano passado do que em 2023, e agora está competindo com a Hyundai para se tornar a segunda maior fornecedora de veículos elétricos a bateria da América.

Embora a Tesla ainda seja a líder de mercado, as margens de lucro diminuíram à medida que a empresa reduziu os preços para encarar os rivais. Outro problema é um recall de quase todas as Cybertrucks na América devido a problemas com a cola usada para fixar painéis externos.

Na China, o maior mercado automobilístico do mundo, o futuro parece ainda mais sombrio. A BYD, maior rival da Tesla, tem 15% do mercado, mais do que o triplo do fabricante americano.

Em fevereiro, as vendas da Tesla na China caíram 49% na comparação anual, enquanto as da BYD aumentaram 161%. Em 18 de março, a empresa chinesa revelou um sistema de carregamento que disse poder alimentar um VE em cinco minutos, metade do tempo da infraestrutura de carregamento da Tesla. No fim do mês passado, a BYD chocou a indústria automobilística lançando uma tecnologia avançada de assistência ao motorista, chamada "Olho de Deus", sem custo adicional.

CARTAS. Musk ainda tem cartas na manga. O enorme foguete Starship da SpaceX, ainda em teste, poderia mais uma vez transformar o negócio de satélites entregando constelações muito maiores do que o Falcon 9, o destaque atual da empresa. A Tesla espera por um avanço em robôs humanoides em conjunto com a xAI, a empresa de inteligência artificial de Musk, que por si só se tornou uma parte valiosa de seu império.

Em fevereiro, as vendas da Tesla na China caíram 49%, enquanto as da BYD aumentaram 161%

Diz-se que está levantando US$ 10 bilhões. Até mesmo a X, anteriormente Twitter, parece ter recuperado muito do valor que Musk queimou quando a comprou em 2022, talvez graças à sua participação na xAI. A rede social conseguiu recentemente um aporte financeiro, atingindo um valor de mercado de aproximadamente US$ 44 bilhões – o preço que Musk pagou por ele.

Em 20 de março, Musk realizou um encontro improvisado para galvanizar a equipe da Tesla. Ele declarou que robôs-táxis logo sairiam das linhas de produção da empresa, com cada um montado em "menos de cinco segundos", e que 50 mil robôs humanoides seriam fabricados no próximo ano.

Acreditar que Musk pode alcançar tais objetivos elevados é o que impulsionou os valores de suas empresas. Ele pode sentir que seu sucesso até agora lhe dá o direito a uma estadia temporária no governo, especialmente se ele puder eliminar algumas das regulamentações que restringem suas ambições. Mas seus concorrentes não desperdiçarão a oportunidade. ●

© 2024 THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED. DIREITOS RESERVADOS. PUBLICADO SOB LICENÇA. O TEXTO ORIGINAL EM INGLÊS ESTÁ EM WWW.ECONOMIST.COM

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500



UMA CELEBRAÇÃO ELEGANTE!

No Hotel Resort e Golfe Clube dos 500, seu casamento será marcado por beleza e elegância. O local ideal para celebrar o amor em grande estilo.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!



TRISUL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 08.811.643/0001-27
NIRE 35.300.341.627 | Código CVM nº 02113-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2025

TRISUL S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 25 de abril de 2025, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária: (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iv) fixação do número de 6 (seis) membros do Conselho de Administração; (v) eleição dos membros do Conselho de Administração; (vi) indicação, dentre os membros do Conselho de Administração eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração; (vii) Deliberar sobre a independência dos candidatos a membros do Conselho de Administração, em atendimento ao Art. 7º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (viii) a fixação da remuneração global anual no montante de até R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) dos administradores para o exercício social de 2025.

Assembleia Geral Extraordinária: (i) deliberar quanto ao Plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP") para os administradores da Companhia. A Assembleia Geral será realizada de maneira exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81. A administração da Companhia esclarece que, observados os respectivos prazos e procedimentos, os acionistas poderão participar e votar na Assembleia Geral por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: (a) sistema eletrônico para participação a distância; e (b) boletim de voto a distância. Para participação na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico, o acionista deverá solicitar seu cadastro, impreterivelmente, até o dia **22 de abril de 2024**, inclusive, mediante solicitação pelo link https://easyvoting.afim.adv.br/acionista-wpconsentimento.aspx?CtxWQdnQS4JAgLx1hIBxd5JkvfVLPh9rXXKL-gWzhSYvLO:O9rDs_TZa1veLl, fornecendo as informações e documentos indicados, detalhadamente, na Proposta de Administração ("Solicitação de Acesso"). Validada a sua condição pela Companhia, o acionista receberá nas 24 (vinte e quatro) horas que antecederem a Assembleia Geral, o seu acesso de participação à reunião virtual. Os acionistas ou representantes legais que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra não poderão participar da Assembleia Geral. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@trisul.com.br, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário. A Companhia reforça que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia Geral por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. Nos termos da RCVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas exerçam o seu direito de voto mediante o envio do boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia (Itaú Corretora de Valores S.A.) ou diretamente à Companhia, conforme modelo disponibilizado. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na RCVM 81, bem como as orientações e prazos constantes da Proposta da Administração. Conforme previsto no § 1º do art. 141 da Lei das S.A., no art. 5º, I, da RCVM 81 e no art. 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social com direito a voto requerer, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 horas antes da Assembleia, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do conselho de administração. Para fins do art. 4º, da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022 ("RCVM 70"), o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário para o pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento). Eventuais informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico serão colocadas à disposição dos acionistas no site da Companhia (https://ri.trisul.com.br/), da CVM (http://www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral, para Solicitação de Acesso por sistema eletrônico e adoção do sistema de votação a distância.

São Paulo/SP, 25 de março de 2025
MICHEL ESPER SAAD JUNIOR
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.015/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.043/2024 – SECRETARIA DE SAÚDE – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA PARA ABASTECIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sítios: https://www.gov.br/compras/pt-br e https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245 - Envio das Propostas de Preços pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **26/03/2025** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **07/04/2025 às 10h00min**

Osasco, 24 de março de 2025.
Meire Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações

EDITAL DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

SINDFISC - Sindicato dos Empregados em Fiscalização, Inspeção e Controle Operacional nas Empresas de Transportes de Passageiros, Gestoras e Prestadoras de Serviços do ABC e Litoral Sul - Convoca todos os empregados da **EMTU**, representados por essa entidade associados ou não, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária nos termos do Estatuto Social, que se realizará no **dia 28 de Março de 2025** no auditório da EMTU sito à Rua Joaquim Casemiro, 290 - Bairro Planalto, às 12:30h com quórum de 50% em primeira chamada, sendo que não havendo o quórum a assembleia será realizada em segunda chamada às 13:00h, com qualquer número de participantes, para tratar as seguintes ordens do dia: 1) discussão e aprovação da Pauta de Reivindicações para renovação, data-base maio de 2025 2) concessão de poderes à Diretoria do Sindicato para manter negociações coletivas, celebrar acordos e convenções coletivas instaurar dissídio coletivo, se preciso for; 3) discussão e aprovação para desconto da Contribuição Negocial com valor a ser discutido em assembleia, para custeio da organização sindical, seu aparelhamento para futuras negociações, em vistas das negociações.

Claudionor A. Guerra - Diretor Presidente

Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

CNPJ/MF nº 05.456.668/0001-12

Edital de Convocação

O Presidente do Conselho de Administração da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida José Geraldo de Mattos, nº 765, Bairro Piracangaguá, na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, na forma do artigo 7º do seu Estatuto Social, convoca os senhores acionistas a participarem, no **dia 16 de abril de 2025**, em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas, de modo híbrido (digital, via plataforma Microsoft Teams, e presencial, na sede da Companhia): Assembleia Geral Ordinária, às 14h em primeira convocação e às 14h15 em segunda convocação**, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e a distribuição de dividendos, na forma prevista do artigo 7º, parágrafo 6º do Estatuto Social; (iii) eleger dois membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 11, parágrafo 1º do Estatuto Social; e (iv) eleger os membros do Conselho Fiscal, nos termos do art. 7º, parágrafo 7º do Estatuto Social; e, em **Assembleia Geral Extraordinária, às 15h00 em primeira convocação e às 15h15 em segunda convocação**, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia; e (ii) transferência do investimento aprovado para civil e instalações pela Campo Limpo Resinas para a Campo Limpo Tampas. Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ora convocadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Os acionistas da Companhia ("Acionistas") poderão participar das Assembleias por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, das seguintes formas: (i) presencialmente, na sede da Companhia; (ii) virtualmente, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams; ou (iii) votando à distância, via boletim de voto. Os Acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por participar virtualmente das Assembleias por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams poderão se cadastrar até 30 minutos antes da realização de cada uma das Assembleias, fornecendo as documentações e informações indicadas neste edital de convocação. A solicitação para a participação virtual, bem como o envio das documentações e informações deverão ser devidamente enviadas para o e-mail marina.almeida@inpev.org.br, e o acionista receberá, em seguida, um acesso intransferível para sua participação virtual nas Assembleias. Os Acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por submeter seus votos por meio boletim de voto disponibilizado no endereço eletrônico https://campolimpoplasticos.com.br, deverão submeter seus boletins de voto devidamente preenchidos e acompanhados dos documentos abaixo para o e-mail marina.almeida@inpev.org.br, até o dia 15 de abril de 2025. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de participar nas Assembleias presencial ou virtualmente, desde que observado o procedimento de cadastro previsto neste edital de convocação, caso em que o respectivo boletim de voto enviado será desconsiderado. **Documentação para participação:** (i) documentos que comprovem a legitimidade para representar o acionista; ou (ii) procuração outorgada, há menos de um ano, pelos representantes legais do acionista a (a) outro acionista, a (b) administrador da Companhia ou (c) advogado, nos termos do art. 126, §1º da Lei das Sociedades Anônimas. **A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia, que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.**

Taubaté/SP, 25 de março de 2025
Adriano Pescarmona
Presidente do Conselho de Administração da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A

Sindicato da Indústria de Produtos de Cacau, Chocolates, Balas e Derivados do Estado de São Paulo - Sicab, Av. Paulista, 1313, 7º andar, cj. 708, São Paulo/SP. **Edital de Convocação** - será realizada ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 02 de abril de 2025, às 14h30, em primeira convocação, para deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Alteração Estatutária - Proposta de modificação do Estatuto Social do SICAB e 2) Demais assuntos de interesse da categoria, se houver. São Paulo, 25 de março de 2025. **Fernando Caneli - Presidente.**

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS REGULAMENTO FFM

FFM 2089/2024-00 (RC 42.188) OLYRA SERVICOS E COMERCIO LTDA-EPP, 17.853.540/0001-44
FFM 0042/2025-00 (RC 42.324) GE HEALTHCARE DO BRASIL COM. E SERV. P/ EQUIP. MEDICO-HOSPITALARES LTDA, 00.029.372/0002-21
FFM 0092/2025-00 (RC 42.386) PLENA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA-EPP, 05.955.989/0001-00

CETESB
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 43.776.491/0001-70

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2025 - UASG 263101

PROCESSO CETESB Nº 44/2024/308

A CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO torna público que realizará Pregão eletrônico em conformidade com a LF nº 13.303/16, seu Regulamento Interno de Licitações e subsidiariamente com o Art. 28, Inc. I da LF nº 14.133/21, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de desenvolvimento, testes, manutenção e gerenciamento de qualidade de sistemas na área de Tecnologia da Informação, conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra este Edital como Anexo I.

Endereços para consulta do edital: www.gov.br/compras, www.cetesb.sp.gov.br/acontece/licitações e contratos, www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

Início da abertura da sessão pública: 09/04/2025 às 09:00h.

A Sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada por meio do Sistema COMPRAS.GOV.BR; www.gov.br/compras/pt-br.

Dúvidas/esclarecimentos deverão ser encaminhados pelo email: comprasgov_cetesb@sp.gov.br.

CETESB — Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.

CNPJ/MF nº 14.776.142/0001-50 - NIRE 35.3.0056296-8

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2025

Convocamos os senhores acionistas da **Westwing Comércio Varejista S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, Torre A, 5º Andar, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.3.0056296-8 e no CNPJ/MF sob o nº 14.776.142/0001-50 (**"Companhia"**), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (**"Lei das S.A."**) e dos art. 5º, §2º, inciso II e art. 28, §2º, inciso II e §3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (**"Resolução CVM 81"**), a se reunirem, de modo exclusivamente digital, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 25 de abril de 2025, às 15:00 horas (**"AGO"**), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo as respectivas notas explicativas e acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal; (ii) apreciação do relatório da administração e das contas dos administradores da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iv) fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025; (v) instalação do Conselho Fiscal da Companhia; (v) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e (vi) fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. **Instruções e Informações Gerais:** A AGO será realizada de modo exclusivamente digital de modo que os senhores acionistas poderão participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, que permitirá que seus acionistas participem da AGO ao acessarem a plataforma digital (**"Sistema Eletrônico"**) ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos, nos termos previstos na Resolução CVM 81. Para participarem da AGO pelo Sistema Eletrônico, os acionistas deverão enviar solicitação por e-mail à Companhia para o endereço ri@westwing.com.br, até o dia 23 de abril de 2025, o qual deverá conter toda a documentação necessária, conforme indicado na proposta da administração para a AGO (**"Proposta da Administração"**). Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento ou não apresentarem os documentos para a participação no prazo acima referido não poderão participar da AGO, nos termos do artigo 6º, § 3º, da Resolução CVM 81. Adicionalmente, ainda que o acionista tenha realizado a sua solicitação para participação na Assembleia dentro do prazo previsto, caso ele não tenha ações registradas na última relação da base acionária da Companhia, ele não poderá acessar o Sistema Eletrônico e participar da AGO. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação a distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o *link* e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). **O *link* e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados, sob pena de responsabilização.** Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá, conforme instruções contidas na Proposta da Administração: (i) transmitir as instruções de voto às instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia e que prestarem esse serviço ou diretamente à B3, no caso de ações depositadas em depositário central; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja, o BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM; ou (iii) preencher o boletim de voto a distância disponível nos websites indicados abaixo (**"Boletim de Voto"**) e enviá-lo diretamente à Companhia. Nos termos do artigo 5º, inciso I-A da Resolução CVM 81, o percentual mínimo de participação no capital social votante para requerer a instalação do Conselho Fiscal da Companhia é de 2%, nos termos do artigo 5º, inciso I-A da Resolução CVM 81 e da Resolução CVM 70. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (https://ri.westwing.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração contendo informações detalhadas relativas à participação na AGO por meio do Sistema Eletrônico e à votação nas matérias da ordem do dia por meio do Boletim de Voto, bem como todos os demais documentos relacionados à matéria constante da ordem do dia da AGO. São Paulo, 25 de março de 2025. **Luciano Mathia Penha - Presidente do Conselho de Administração.**

Raia Drogasil S.A.

CNPJ/MF nº 61.585.865/0001-51 - NIRE 35.300.035.844

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Os Srs. Acionistas da **Raia Drogasil S.A.** ("Companhia" ou "RD Saúde") ficam convocados a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias" ou "AGOE"), a serem realizadas, cumulativamente, no dia 22/04/2025, às 11:00h, em primeira convocação, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Corifeu de Azevedo Marques nº 3.097. A AGOE terá como **Ordem Do Dia** os seguintes itens: • Em AGO: i) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, publicados na edição do "O Estado de São Paulo" em 26/02/2024, bem como do Parecer do Conselho Fiscal; ii) destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2024, referendando as apropriações de juros sobre capital próprio e distribuição de dividendos intermediários previamente deliberadas pelo Conselho de Administração, bem como a declaração de dividendos adicionais, para pagamento aos acionistas no dia 30/05/2025, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório; iii) determinação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia; iv) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; v) fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia; vi) eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; vii) fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal. • Em AGE: viii) alteração do Estatuto Social da Companhia para: (a) incluir a atividade secundária de exames e análise clínica em seu objeto social; (b) ajustar a nomenclatura dos cargos da Diretoria da Companhia e suas respectivas atribuições; (c) retirar da alçada de aprovação do Conselho de Administração a concessão de garantia, aval ou fiança para sociedades nas quais a Companhia detenha a integralidade do capital social; (d) retirar da alçada de aprovação do Conselho de Administração as transações entre a Companhia e sociedades controladas; (e) alterar a alçada de aprovação do Conselho de Administração para orientação de voto em sociedades controladas; (f) ajuste de redação para esclarecer que compete ao Conselho de Administração aprovar programas de remuneração variável; e (g) ajuste de redação para esclarecer que serão nulos quaisquer atos praticados em desacordo com o Estatuto Social. ix) Consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações aprovadas; • **Informações Gerais:** Representação: Poderão participar das Assembleias ora convocadas os acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes, desde que as referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Unibanco S.A., consoante dispõe o artigo 126 da Lei nº 6.404/76. Seguindo a prática adotada nos últimos exercícios sociais, solicitamos que, preferencialmente, os instrumentos de procuração para representação nas Assembleias ora convocadas sejam depositados até 48 horas antes da realização das mesmas no seguinte endereço: Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097, cidade de São Paulo/SP, CEP 05319-900, aos cuidados de Elton Flavio Silva de Oliveira, Diretor Jurídico, podendo também ser encaminhados por meio eletrônico ao seguinte endereço de e-mail: juridico.societario@rd.com.br. Justificativa do formato escolhido para a AGOE: Seguindo a prática adotada nos últimos exercícios sociais, com adesão relevante dos acionistas, a Companhia realizará as Assembleias no formato presencial, no endereço de sua sede social, conforme preâmbulo deste edital. A RD Saúde enfatiza que os acionistas também poderão participar remotamente por meio do envio de boletins de voto a distância ou por procurador devidamente constituído na forma da legislação aplicável. Votação a distância: Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do depositário central, da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Unibanco S.A., ou diretamente à Companhia, conforme boletim disponibilizado pela Companhia e observadas as orientações constantes da Proposta da Administração disponibilizada nesta data. Voto Múltiplo: O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5%, nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 70 e deverá ser requerido no prazo de até 48 horas antes da realização das Assembleias. Os documentos a serem discutidos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária — inclusive os referidos nos artigos 10, 11 e 12 da Resolução CVM nº 81/22 — encontram-se à disposição no endereço da Companhia acima indicado e nos websites da Companhia (www.rd.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na internet. SP, 21/03/2025. **Antonio Carlos Pipponzi**, Presidente do Conselho de Administração, RD Saúde. (22, 24 e 25/03/2025)

e|investidor ESTADÃO

Planilha de gastos

Controle seus gastos mensais de forma **rápida e fácil** com a planilha automática de orçamento do E-Investidor

O QUE ESPERAR DESTE MATERIAL:

Planilha automatizada

Despesas por categorias

Real X Previsto

Visão anual

Aponte a câmera do seu celular para o **QR Code** e acesse agora a nossa planilha exclusiva



Pedro Fernando Nery X: @pfnery

A falta do pai

A primeira vez que vi a frase achei uma grande bobagem. Na minha lembrança, a fala era do então senador republicano Marco Rubio – agora, secretário de Estado. "A pobreza é fundamentalmente a ausência do pai." Achei careta, e também uma oportunidade perdida. Porque Rubio era um dos principais entusiastas, na direita americana, de uma espécie de Bolsa Família para os Estados Unidos.

Com o tempo, a frase voltava à minha cabeça. A pobreza é a falta do pai. Lembrei de um vídeo antigo, de um protesto por cotas raciais, possivelmente na USP. Meninas negras, de fora da universidade, interrompiam uma aula de Economia. Um estudante revoltado com a manifestação discutia com elas, talvez sobre meritocracia. Em algum momento, revela que estudou em um cursinho de ponta.

Elas devem ter sugerido privilégio, porque ele passou a argumentar que o pai ralou muito na vida para conseguir chegar ao ponto em que pudesse matricular seu filho em uma instituição de elite. A menina respondeu: "Nem pai eu tive". Parecia mimimi. Não é.

Um adulto a menos em casa implica menos um provedor: no caso masculino, o que tem acesso privilegiado ao mercado de trabalho. Essa falta, ademais, limita a disponibilidade para o trabalho do outro genitor. Na pandemia, foram pagos mais de 10 milhões de auxílios emergenciais a mães solo – mulheres sem emprego formal que estivessem abaixo da linha da pobreza.

> *O retrato da família brasileira mais vulnerável é uma imagem sem a presença de homens*

Sem o pai, há ainda a perda de uma referência de comportamentos – aqui supondo que o pai que falta é o bom pai. Perde-se também em cuidado, acompanhamento da educação e da saúde. Um efeito de segunda ordem são as mães sobrecarregadas, mais predispostas à depressão, o que pode impactar tremendamente a qualidade da maternidade, com consequências graves principalmente na primeira infância.

A Constituição brasileira até prescreve um "princípio da paternidade responsável", mas a experiência internacional traz mais exemplos de combate à pobreza em famílias que contam apenas com a mãe do que lições sobre como incentivar a boa paternidade. Para os conservadores, é agir na consequência, não na causa. O recente livro *O Privilégio dos Dois Pais*, da economista Melissa S. Kearney, colecionaria as evidências.

Aqui, estudo do governo identificou no CadÚnico 10 milhões de crianças na primeira infância em famílias de baixa renda: três quartos vivendo com mães solo. O retrato da família brasileira mais vulnerável é um retrato sem homens. Como deve ser a política social diante da escassez de pais? ●

PROFESSOR DE ECONOMIA DO IDP E AUTOR DO LIVRO 'EXTREMOS - UM MAPA PARA ENTENDER AS DESIGUALDADES NO BRASIL'

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel **(quinzenalmente)** ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Custo de vida **Efeito nos juros**

Alckmin defende retirar alimento e energia do cálculo da inflação

Presidente em exercício diz que País deveria adotar modelo dos EUA para evitar efeitos climáticos e geopolíticos na taxa

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, defendeu ontem retirar os preços dos alimentos e da energia do cálculo da inflação. Ele defendeu um cálculo feito nos moldes do que acontece nos Estados Unidos.

"Eu mencionei o exemplo americano porque ele tira do cálculo da inflação alimento, porque alimento é muito clima. Se eu tenho uma seca muito forte, uma alteração climática muito grande, vai subir o preço de alimento, e não adianta eu aumentar os juros, que não vai fazer chover", afirmou em participação remota no evento Rumos 2025, organizado pelo jornal *Valor Econômico*.

Segundo ele, isso só "prejudica a economia". "No caso do Brasil, pior ainda, porque aumenta a dívida pública. Cada 1% da taxa Selic o impacto é de R$ 48 bilhões na dívida, no pagamento da dívida. E também tiram (*nos EUA*) a energia, preço de barril de petróleo. Não adianta aumentar juros, que não vai baixar o barril do petróleo. Isso é guerra, é geopolítica. Então eles excluem no cálculo", afirmou. Segundo ele, essa é uma "medida inteligente".

Alckmin defendeu "aumentar os juros naquilo que pode ter mais efetividade na redução da inflação". "Claro que a redução da inflação é essencial. A inflação não é neutra socialmente, ela atinge muito mais o assalariado que tem reajuste normalmente uma vez por ano e vê todo mês, todo dia, o seu salário perder poder aquisitivo. Entendo, sim, que é uma medida que deve ser estudada pelo Banco Central", afirmou.

O presidente em exercício ressaltou que não adianta elevar os juros para combater a inflação de choques de alimentos e petróleo. "Acho que o Banco Central vai analisar a questão da alta da Selic diante de choques inflacionários", disse Alckmin, que aposta na safra recorde de grãos e na apreciação do real ante o dólar para reduzir a inflação.

FOCUS. A mediana do relatório Focus para o IPCA de 2025 caiu pela segunda semana seguida, de 5,66% para 5,65%. Um mês antes, também estava em 5,65%. Considerando só as 98 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana passou de 5,68% para 5,66%. ● GABRIELA JUCÁ e FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Haddad diz que confia no arcabouço fiscal e que não fará mexidas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo está comprometido com as metas de resultado primário, para o qual disse ter o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Haddad fez um apanhado das medidas adotadas pelo atual governo no campo econômico e do que espera a partir deste ano para a economia brasileira.

"O arcabouço fiscal, se reforçar os fundamentos, não terá problema de crescimento, de déficit, de inflação. Confio no desenho que foi feito em 2023", disse, acrescentando que "o arcabouço corrige a Lei de Responsabilidade Fiscal (*LRF*) sem a fantasia do teto de gastos".

"Poderia ter sido convencido pela realidade de que alguma coisa poderia ser mudada. Não ia ser vergonha nenhuma mudar um parâmetro ou outro do arcabouço. Estou convencido de que ele funciona", afirmou o ministro. ● F.C.S. e G.J.



CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

bradesco — LEILÃO EXTRAJUDICIAL — 07 IMÓVEIS
2º LEILÃO - 27/03/2025, a partir das 09h30
LOCALIDADES: AM GO PE PR RS SP
APARTAMENTO • CASA • IMÓVEL RURAL
IMÓVEL COMERCIAL/RESIDENCIAL • TERRENO
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA — SOMENTE "ON-LINE"
Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br
Mais informações consulte: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ — (11) 3117.1001 — af@freitasleiloeiro.com.br
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS | LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

bradesco — LEILÃO SOMENTE "ON-LINE" — IMÓVEL COMERCIAL
FECHAMENTO: 31/03/2025, a partir das 15h00
SUZANO/SP - JD. SANTA HELENA — DESOCUPADO
Rua Marechal Rondon, nº 55 e Rua Almirante Gago Coutinho (Lts. 06, 07, 08, 09, 16, 17, 18 e 19 da qd. 06)
Área Terreno: 2.000,00m² | Área Constr. lançada no IPTU: 2.243,87m²
AMPLAS FACILIDADES DE PAGAMENTO:
À vista com 10% de desconto
Parcelamento em 12x sem juros/correção ou 36 ou 48 vezes com juros/correção
Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br
Mais informações consulte: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ — (11) 3117.1001 — sac@freitasleiloeiro.com.br
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS | LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

bradesco — LEILÃO EXTRAJUDICIAL — IMÓVEIS
1º LEILÃO - 07/04/2025, a partir das 10h00
2º LEILÃO - 10/04/2025, a partir das 10h00
DIVERSAS LOCALIDADES
VÁRIOS IMÓVEIS
EM LOTEAMENTO
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA — SOMENTE "ON-LINE"
Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br
Mais informações consulte: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ — (11) 3117.1001 — af@freitasleiloeiro.com.br
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS | LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

bradesco — LEILÃO SOMENTE "ON-LINE" — 24 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 14/04/2025, a partir das 12h00
LOCALIDADES: AL BA CE GO MA MG MS MT PA RJ RS SP
APARTAMENTO • ÁREA RURAL • CASAS • LOJAS • TERRENOS — FAÇA SUA PROPOSTA!
AMPLAS FACILIDADES DE PAGAMENTO:
À vista com 10% de desconto
Parcelamento em 12x sem juros/correção ou 24, 36 ou 48 vezes com juros/correção
Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br
Mais informações consulte: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ — (11) 3117.1001 — sac@freitasleiloeiro.com.br
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS | LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

EMBRAESP
LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS
www.embraesp.com.br
(11) 3665-1590

Tributos Isenção até R$ 5 mil

Estados vão a Haddad para discutir perdas com projeto que mexe no IR

Governadores e prefeitos falam em impacto na receita do Imposto de Renda retido na fonte de servidores públicos

BRASÍLIA

Representantes dos Estados se reunirão hoje com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir o projeto de lei que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil por mês, que seria compensada com tributação extra de contribuintes de alta renda. O objetivo dos governos regionais é entender melhor como funcionará a compensação proposta pela União, para garantir que não haverá impacto nos cofres dos entes subnacionais.

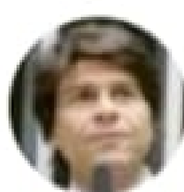
Desde que o governo apresentou a proposta, na última semana, há uma movimentação por parte de Estados e municípios que pressionam os parlamentares para evitar uma eventual perda de arrecadação. Como mostrou o **Estadão**, o principal receio de governadores e prefeitos é em relação ao impacto que a medida pode gerar na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pago pelos funcionários públicos estaduais, distritais e municipais.

O governo federal argumenta que os entes subnacionais não terão perdas nos repasses dos fundos de participação porque a ampliação da faixa de isenção do IR para quem recebe até R$ 5 mil será compensada pela tributação daqueles que recebem mais de R$ 600 mil anuais. Como a renúncia fiscal é proporcional ao ganho de receitas neste modelo, não haveria alteração nos repasses ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Um interlocutor dos Estados explicou à reportagem que o grupo quer compreender melhor os cálculos da equipe econômica, já que tanto o ministro quanto outros integrantes frisam que o projeto é neutro do ponto de vista fiscal. Os governadores, no entanto, também se preocupam com as perdas que virão pela mudança no IRRF. Hoje, a retenção fica integralmente com os entes subnacionais, mas, com o projeto, esses servidores serão equiparados aos demais trabalhadores.

COMPENSAÇÃO. Nos corredores da Câmara, deputados têm ecoado que o projeto precisa prever alguma proposta que compense os Estados e municípios por eventual queda nas receitas. O assunto deve ganhar força, sobretudo, quando o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), designar o relator da proposta. No entanto, algumas sugestões para incluir no texto já têm surgido nos bastidores do Legislativo.

O *Estadão/Broadcast* apurou que a equipe técnica da liderança do União Brasil, a pedido dos parlamentares filiados à sigla, já está elaborando uma proposta de emenda para compensar os cofres de Estados e municípios. À reportagem, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) também afirmou que estuda uma alternativa para, segundo ele, garantir a recomposição das receitas dos entes federativos com base no último ano antes da vigência da nova regra, corrigida pelo crescimento da arrecadação do IR.



"A prefeitura do Rio deve ter receita de R$ 1 bilhão e alguma coisa com essa retenção (IRRF). Aí, ela está perdendo R$ 300 milhões"

Pedro Paulo, deputado federal (PSD-RJ)

"Por exemplo, a prefeitura do Rio de Janeiro deve ter uma receita de R$ 1 bilhão e alguma coisa com essa retenção (*IRRF*). Aí, ela está perdendo R$ 300 milhões. Pela proposta, a União pagaria os R$ 300 milhões mais um reajuste do que aumentou a arrecadação de Imposto de Renda no nível geral. Se a arrecadação de Imposto de Renda crescer 5%, seriam os R$ 300 milhões mais esse porcentual geral", explicou. Ele ainda avalia por quanto tempo a compensação deveria vigorar ou se seria possível incorporá-la a um repasse já existente da União aos entes federados.

SENADO. No Senado, a proposta apresentada pelo governo também provocou algumas reclamações. Prefeitos começaram a procurar gabinetes de alguns parlamentares para argumentar que o texto, da forma como está, causará uma queda de arrecadação.

Senadores ouvidos pela reportagem disseram que aguardam o andamento da discussão sobre o assunto na Câmara, com a justificativa de que só será necessário elaborar formas de compensação para os governos estaduais e as prefeituras se os deputados não fizerem esse ajuste no texto – o que é visto como improvável, diante da pressão que os Estados e municípios começaram a fazer nos últimos dias.

Como antecipou o *Estadão/Broadcast*, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) também vai defender que haja um mecanismo de compensação, com critérios previamente definidos em lei. A entidade estima que, dos 7,5 milhões de servidores municipais, 3,4 milhões já são isentos e que outros 2 milhões passarão a essa condição com a nova regra, resultando em uma perda de arrecadação própria de quase R$ 5 bilhões em 2026. Somando a redução da receita própria e do FPM, a perda para os municípios poderia chegar a R$ 11,8 bilhões, diz em nota.

Na semana passada, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, disse em entrevista à CNN Brasil que o imposto mínimo para alta renda, medida para compensar a perda com a isenção, atenderá também aos Estados. Ele afirmou ainda que a retirada do imposto para o trabalhador serve como um "14.º salário" ou "renda extra", o que irá impulsionar o consumo e, consequentemente, ter impacto positivo na arrecadação de ICMS, para os Estados, e de ISS aos municípios. "Então, esse aquecimento da economia por conta desse valor injetado muito mais do que compensa qualquer suposta perda de Estados e municípios."

A procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize de Almeida, lembrou, na coletiva técnica de apresentação do projeto, que o Imposto de Renda é um tributo com capacidade de ativa 100% da União. "Os Estados têm direito, na verdade, a uma repartição da arrecadação, do produto da arrecadação." ● FERNANDA TRISOTTO, GIORDANNA NEVES e GABRIEL HIRABAHASI

COLUNA FIABCI-BRASIL



INFORME PUBLICITÁRIO

SÃO PAULO, 25/03/2025

Otimismo (com cautela) no setor imobiliário

*Por Guilherme de Lucca**

A despeito das incertezas que rondam o cenário internacional e da mais recente elevação da taxa de juros por parte do Banco Central, o setor imobiliário vive um momento de grande otimismo em face aos resultados extremamente positivos verificados nos últimos 12 meses. Dados do Secovi-SP apontam seguidos recordes em números de vendas, assim como de lançamentos, e a consequente redução dos estoques a níveis jamais verificados – o que incentiva novos investimentos e o reforço da mão de obra contratada.

Mesmo com a perspectiva de estabilização da taxa Selic em patamares acima de dois dígitos até 2026, a leitura dos grandes incorporadores é de que isso não interfira de forma tão significativa no volume de financiamentos (que alcançou o segundo melhor ano, em 2024, segundo a ABECIP), nem nos preços médios de venda (que vêm se valorizando acima do IPCA, também de acordo com a instituição).



Mercado de imóveis segue em alta, mas é preciso monitorar as variáveis econômicas e políticas que podem impactar seu desempenho

Os níveis atuais de inadimplência, aliás, estão entre os mais baixos já verificados – o que se deve, sobretudo, à política distratos implementada a partir de 2018, que trouxe maior segurança jurídica às incorporadoras, com regras mais claras sobre a desistência de contratos de compra e venda de imóveis.

Somado a isso, a desaceleração do dólar e o crescimento de fontes alternativas de captação, como a LCI, LIG e os FII, têm garantido o fôlego necessário para manter esse mercado aquecido e contrapor a uma (cada vez) menor captação líquida da poupança, que é consequência da elevação da taxa Selic.

Mesmo tendo em vista uma redução da atividade econômica a partir do segundo semestre, o cenário para os próximos anos é considerado profícuo para as atividades do setor, especialmente no Estado de São Paulo, que concentra o maior volume de investimentos imobiliários.

Ainda assim, o entendimento é de que essa conjunção de fatores, ora considerados positivos, possui variáveis que devem ser acompanhadas com muita atenção no decorrer dos próximos meses. A começar pelas taxas de juros, que precisam encontrar um patamar de estabilidade suficiente para estancar a pressão inflacionária atualmente verificada no país.

Eventuais mudanças na política fiscal do governo, sobretudo no que se refere aos *fundings*, também entram nesse cálculo, assim como questões externas, ligadas sobretudo aos Estados Unidos, China e Europa.

Portanto, é certo que o momento favorável vivido pelo setor deve ser aproveitado, mas com certa cautela diante de fatores macroeconômicos que podem vir a ser desafiadores em um futuro próximo.

**** Guilherme de Lucca é vice-presidente do Comitê Financeiro da FIABCI Mundial e vice-presidente de Gestão Administrativa Financeira do Secovi-SP***



Coluna publicada às terças-feiras sob responsabilidade da FIABCI-BRASIL (Federação Internacional Imobiliária; Tel (11) 5078-7778 - www.fiabci.com.br - Produção gráfica: Publicidade Archote

Guerra comercial 'Futuro próximo'

Trump diz que vai anunciar novas tarifas

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou ontem que novas tarifas sobre carros, aço, alumínio e fármacos serão anunciadas "em um futuro próximo", destacando que a medida trará "bilhões de dólares" ao país. "Essas tarifas manterão os impostos baixos nos EUA", declarou Trump, reforçando que o anúncio será feito "muito em breve".

Trump citou que o lançamento do Serviço de Receita Externa ocorrerá em 2 de abril, data que ele e o secretário do Comércio americano, Howard Lutnick, chamaram de "dia das tarifas recíprocas", que também devem entrar em vigor nessa data. "Nesse dia, o mundo vai tratar os Estados Unidos de maneira mais justa", afirmou Lutnick. Trump acrescentou: "Impostos vão ser muito reduzidos nos EUA com o Serviço de Receita Externa" e garantiu que "a receita externa vai cobrir nossos gastos internos em breve".

O republicano também celebrou o retorno de empresas ao país, afirmando que US$ 4 trilhões em negócios estão voltando para os EUA. Além disso, reforçou que "os preços já baixaram de maneira bem significativa nos EUA", citando quedas nos valores de alimentos e energia.

Quanto à política monetária, Trump reiterou sua expectativa de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) reduza as taxas de juros. ● PEDRO LIMA



LIBERTY MUTUAL SURETY BRASIL LTDA.

(Atualmente denominada LIBERTY MUTUAL SURETY BRASIL SEGUROS S.A)

CNPJ 58.138.452/0001-14

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE	61.802	–
Disponível	10	–
Caixa e equivalentes de caixa	10	–
Aplicações	61.792	–
Título de Renda Fixa - Privado	61.792	–
Créditos das operações c/seguros e resseguros	–	–
Títulos e créditos a receber	–	–
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	–	–
Ativo não Circulante	–	–
Total do Ativo	61.802	–

PASSIVO	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE	157	–
Contas a pagar	157	–
Obrigações a pagar	49	–
Impostos e contribuições	108	–
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	–
Depósito de terceiros	–	–
Provisões técnicas - seguros	–	–
Passivo não Circulante	–	–
Patrimônio Líquido	61.646	–
Aumento/Redução de capital em aprovação	61.500	–
Reserva de Lucros	146	–
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	61.802	–

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos	–	–
Variações das provisões técnicas de prêmios	–	–
Prêmios ganhos	–	–
Resultado com resseguros	–	–
Despesas administrativas	–	–
Despesas com tributos	(14)	–
Resultado financeiro	302	–
(=) Resultado operacional	288	–
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(94)	–
Lucro líquido do exercício	194	–

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	194	–
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(61.792)	–
Impostos e contribuições	108	–
Obrigações a pagar	49	–
Caixa consumido pelas operações	(61.441)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(61.441)	–
Aumento de capital	61.500	–
Dividendos Propostos	(49)	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	61.451	–
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	10	–
Caixa no início do período	–	–
Caixa no fim do período	10	–
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	10	–

DIRETORIA

Wellington Rosa dos Santos – Diretor Presidente

Maximilian Zanelato Bordin – Diretor Financeiro

Vanessa Toma Maeda – Diretora de *Compliance* e Controles Internos

CONTADOR

Maximilian Zanelato Bordin – CRC 1SP327823/O-0

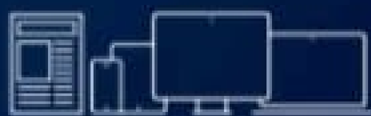
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00609551452025
UASG – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Modalidade: Pregão Eletrônico 01/2025
Nº Processo: 006.00114465/2025-22
Objeto: Aquisição de materiais de escritório e papelaria
Total de Itens Licitados: 07 (sete)
Valor total da licitação: R$ 6.993,22 (seis mil, novecentos e noventa e três reais e vinte e dois centavos))
Disponibilidade do edital: 25/03/2025
Horário: 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:59
Endereço: Rua Major Zanoni nº 04 Centro Tremembé SP
Entrega das Propostas: a partir de 25/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 07/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Publique seus atos societários no jornal impresso!



PORTAL ESTADÃO RI

ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI

Eldorado 107,3 Estadão Blue Studio



broadcast

AVISO DE LICITAÇÃO



O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2025012000128 – Serviços de engenharia para acompanhamento técnico e controle tecnológico durante as etapas de fabricação, pintura e montagem da estrutura metálica da futura Unidade Limeira. Abertura: 11/04/2025 às 10h30.

PE 2025012000129 – Serviços de pré-impressão, impressão e fornecimento de peças editoriais para as Edições Sesc. Abertura: 04/04/2025 às 10h30.

PE 2025012000132 – Serviços de limpeza e conservação para a Unidade Ipiranga. Abertura: 11/04/2025 às 10h30.

PE 2025012000133 – Serviços de transporte de passageiros, por meio de fretamento de ônibus, micro-ônibus e van para Diversas Unidades. Abertura: 10/04/2025 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

CONSTRUTORA TENDA S.A.

CNPJ/MF nº 71.476.527/0001-35 - NIRE 35.300.348.206 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Construtora Tenda S.A., companhia aberta, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 280, 8º e 9º pavimentos, Centro, CEP 01014-908, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.348.206, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 71.476.527/0001-35, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código 21148 ("Companhia" ou "Tenda"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81/2022"), convocar os senhores acionistas para reunirem-se, no dia 25 de abril de 2025, às 14h00, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleia"), **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica ***Microsoft Teams***, nos termos do artigo 5º, § 3º, da Resolução CVM 81/2022, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas relatório do auditor independente da Companhia, do relatório da administração, do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 3. Deliberar sobre o número de membros que irão compor o Conselho de Administração para o próximo mandato; 4. Eleger os membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia; 5. Deliberar sobre o número de membros que irão compor o Conselho Fiscal para o próximo mandato; 6. Eleger os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia e os seus respectivos suplentes; e 7. Deliberar sobre a fixação do montante global da remuneração anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Deliberar sobre a aprovação do 2º Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia; e 2. Deliberar sobre a ampla reforma do Estatuto Social da Companhia, bem como a sua consolidação, nos termos das alterações constantes da proposta da administração para a AGOE (**"Proposta da Administração"**). **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 6º, § 3º, da Resolução CVM 81/2022 e do artigo 126 da Lei das S.A., para participar da AGOE digital, por si, seus representantes legais ou procuradores, os senhores acionistas deverão solicitar suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância e encaminhar à Companhia os seguintes documentos, em **até 2 (dois) dias de antecedência da realização da AGOE**, para o e-mail **ri@tenda.com**: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou, no caso de acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, na forma do artigo 126 da Lei das S.A.; (iii) documentos que comprovem os poderes do representante do acionista pessoa jurídica ou do gestor ou administrador no caso de fundos de investimento; e (iv) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista por procurador ("Documentos"). **A Assembleia ora convocada será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM 81/2022**. Nesse sentido, as instruções gerais para participação na Assembleia, inclusive aquelas relativas à participação por meio do sistema eletrônico contratado pela Companhia, encontram-se dispostas detalhadamente na Proposta da Administração, divulgada pela Companhia juntamente com o presente Edital de Convocação nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia (www.ri.tenda.com), da CVM (gov.br/cvm), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). Ademais, nos termos do artigo 7º da Resolução CVM 81/2022, todos os documentos e informações mencionados neste Edital de Convocação, bem como quaisquer outros exigidos pela regulamentação pertinente, estão disponíveis aos senhores acionistas nos referidos links. O formato exclusivamente à distância e digital (i) possibilita que a votação seja realizada de forma conveniente aos senhores acionistas; (ii) facilita e proporciona um maior número de votações, mitigando a possibilidade de uma segunda convocação; e (iii) exige menor infraestrutura física, trazendo uma economia de tempo e recursos. Sem prejuízo da possibilidade de participação de modo exclusivamente digital na AGOE, os acionistas também poderão participar da assembleia mediante envio de instruções para o preenchimento do boletim de voto à distância (i) aos seus respectivos agentes de custódia; (ii) ao escriturador das ações da Companhia; (iii) à Central Depositária de Ativos da B3 (**"Central Depositária"**); ou (iv) diretamente à Tenda, observado que tais instruções deverão ser recebidas em **até 4 (quatro) dias antes da realização da AGOE**. O envio do boletim de voto a distância ao agente de custodiante, ao escriturador ou à Central Depositária deverá observar as regras e procedimentos aplicáveis indicados pelos mesmos, enquanto os boletins de voto a distância enviados diretamente à Companhia deverão estar acompanhados dos Documentos acima indicados. Excepcionalmente nesta AGOE, como forma de facilitar a participação dos seus acionistas, a Tenda aceitará que os documentos especificados neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, bem como os boletins de voto a distância, sejam enviados por e-mail, sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados. O acesso à AGOE será restrito aos acionistas, seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo fixado neste Edital de Convocação. Ainda que o acionista tenha seu cadastro aprovado pela Companhia, caso ele não tenha ações registradas na última relação da base acionária da Companhia, ele não conseguirá acessar o ambiente da AGOE. Em observância à Lei das S.A. e à Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição de adoção do sistema de voto múltiplo para a eleição do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto. Conforme determina o artigo 141, § 1º, da Lei das S.A., a requisição do processo de voto múltiplo deverá ser enviada à Companhia, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da AGOE. Adicionalmente, para os fins do artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81/2022, a Companhia informa que o seu Conselho Fiscal possui funcionamento permanente. Para orientações adicionais, deve-se observar as regras previstas na Resolução CVM 81/2022, Resolução CVM nº 204, de 04 de junho de 2024, e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia. São Paulo/SP, 24 de março de 2025. **Claudio José Carvalho de Andrade - Presidente do Conselho de Administração**



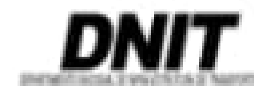




AVISO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS torna público que requereu, em 13.03.2025, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a renovação da Licença de Operação (RLO) nº 180/2001 para a continuidade da operação dos sistemas de produção e escoamento de óleo e gás do módulo I do Campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos, através da plataforma de produção P-40 e da unidade de estocagem e transferência P-38. PROCESSO IBAMA nº 02001.003612/96-95.

ALEX MURTEIRA CÉLEM
Gerente Geral da Unidade de Negócio da Bacia de Campos







AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº 089/2025 - UASG 393003

Nº Processo: 50600035960202485. Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados em assessoramento em gestão pública e engenharia consultiva no âmbito da Diretoria de Planejamento e Pesquisa - DPP/DNIT. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 21/03/2025 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h55. Endereço: Saun Quadra 3 Bloco a, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/393003-3-90089-2025. Entrega das Propostas: a partir de 21/03/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 05/05/2025 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital poderá ser obtido nos sítios: www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.dnit.gov.br.

NATHÁLIA PRADO RADEL
Agente de Contratação

Dexco S.A.

Dexco

CNPJ. 97.837.181/0001-47 Companhia Aberta NIRE 35300154410

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Os senhores acionistas da **DEXCO S.A.** ("Companhia") são convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), que será realizada em **24.04.2025, às 11h00**, de forma exclusivamente digital, para deliberarem sobre as seguintes matérias: **Em pauta extraordinária:** 1) Alterar o artigo 11.1 do Estatuto Social, para ajustar a correta referência ao artigo da cláusula compromissória, e alterar os artigos 12 e 12.1 do Estatuto Social, com o objetivo de (i) criar 1 (um) novo cargo no Conselho de Administração, de forma que o número máximo de membros do Conselho de Administração, que poderá ser, inclusive, fixado para o próximo mandato anual, passará a ser de 10 (dez) membros efetivos, e (ii) ajustar o número de membros independentes do Conselho de Administração; 2) Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações estatutárias aprovadas nesta Assembleia. **Em pauta ordinária:** 3) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024; 4) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2024 e ratificar a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos e correspondente imputação ao dividendo mínimo obrigatório; 5) Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato anual; 6) Eleger membros titulares e suplentes do Conselho de Administração; 7) Deliberar sobre a independência dos candidatos a membros independentes do Conselho de Administração; 8) Eleger membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal para o próximo mandato anual; 9) Fixar a verba global destinada à remuneração dos administradores para o exercício social de 2025; e 10) Fixar a remuneração mensal individual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025. **Informações gerais:** 1) Legitimação, Representação e Participação na Assembleia: Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, munidos de documento de identidade e comprovação de poderes, consoante Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, poderão participar da Assembleia ou participar e votar de forma virtual por meio de Plataforma Digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Para tanto, os acionistas deverão enviar solicitação acompanhada da documentação necessária em formato PDF para o site da plataforma da Assembleia Plataforma Digital ALFM Easy Voting (link: https://ezvoting.alfm.adv.br/acionista_vo_consentimento.aspx?[illegible]), até às **11h00 do dia 22.04.2025**. As orientações, o link, os dados para conexão e a senha de acesso serão enviados, pela Companhia, até às 11h00 do dia 23.04.2025, somente àqueles que manifestarem tal interesse e apresentarem a integralidade da documentação necessária até às 11h00 do dia 22.04.2025, podendo regularizar eventuais pendências no cadastro até às 11h00 do dia 23.04.2025, conforme instruções detalhadas no Manual da Assembleia. 2) Voto a Distância: Os acionistas que optarem por exercer seus direitos de voto a distância deverão preencher o Boletim de Voto a Distância e enviá-lo, até **20.04.2025**, ao escriturador das ações da Companhia, aos agentes de custódia (corretoras) ou ao depositário central, ou diretamente à Companhia, consoante instruções contidas no Manual da Assembleia; 3) Voto Múltiplo: Os acionistas interessados em requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração deverão representar, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante, nos termos da Resolução CVM nº 70/22 e requerer com antecedência mínima de 48 horas da realização da Assembleia. A Companhia destaca a importância de que eventuais pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros; 4) Eleição em Separado: Os acionistas minoritários poderão eleger, em votação em separado, membro para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, observadas as condições previstas nos Artigos 141 e 161 da Lei nº 6.404/76, conforme o caso, sendo que, em relação à eleição em separado para o Conselho de Administração, somente serão computados os votos relativos às ações detidas pelos acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária desde 24.01.2025, nos termos do Artigo 141, §6º, da Lei nº 6.404/76; e 5) Documentos à disposição dos acionistas: O Manual da Assembleia, a Proposta da Administração e todos os demais documentos e informações adicionais necessários para análise e exercício do direito de voto encontram-se disponíveis na sede social e no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.dex.co/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

São Paulo (SP), 24 de março de 2025.

Alfredo Egydio Setubal
Presidente do Conselho de Administração

(25/26/27)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00608698022025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00009155/2024-51
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90005/2025

Objeto: Fórmula infantil e outros. Total de Itens Licitados: 06 itens licitados (seis itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 25/03/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-000806/2025. Entrega das Propostas: a partir de 25/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 04/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

CECRESP Corretora Administradora de Seguros e Consultoria Ltda.

Sociedade Empresarial
CNPJ/MF 03.071.489/0001-27 - NIRE 354000134-79
Assembleia Geral Ordinária de Sócios - Presencial
Edital de Convocação - Presencial

O Presidente do Conselho de Administração da **CECRESP Corretora Administradora de Seguros e Consultoria Ltda.**, no uso das atribuições que lhe confere o contrato social, convoca todos os sócios para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária de Sócios - PRESENCIAL**, à Avenida Paulista, 1374 - 5º Andar - Sala 5C, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-100, que será realizada no dia **31/03/2025**, às 14h00, em primeira convocação, com a presença de titulares de no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social, ou às 15h00, em segunda convocação, com qualquer número, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Prestação de contas dos administradores referente ao exercício de 2024; 2. Destinação do lucro líquido do exercício de 2024; 3. Fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração; 4. Outros assuntos de interesse da sociedade (sem deliberação). **Clarisvaldo Izidio de Almeida** - Presidente do Conselho de Administração. Cecresp Corretora Administradora de Seguros e Consultoria Ltda. **Nota I:** Nos termos do artigo 1.078, § 1º, do Código Civil, a Cecresp Corretora Administradora de Seguros e Consultoria Ltda. informa que as contas dos administradores, o balanço patrimonial e o resultado econômico do exercício de 2024, encontram-se disponíveis no site: https://cecrespcorretora.com.br. **Nota II:** Os sócios e representantes deverão apresentar, até o dia da assembleia, comprovação de poderes, conforme previsto no contrato social, através do e-mail: juridico.cecresp@icloud.com.br ou presencialmente, dentre os quais, o Estatuto Social da Cooperativa, Ata de Assembleia Geral que elegeu o Conselho de Administração, ata de eleição da Diretoria Executiva e/ou carta de nomeação. **Nota III:** Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site: https://cecrespcorretora.com.br

CBSM - Companhia Brasileira de Soluções de Marketing S.A.

CNPJ/ME nº 10.221.279/0001-97 - NIRE 35.300.359.58-5
Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 12 de Março de 2025

1. **Data, Horário e Local.** Em 12 de março de 2025, às 9h30, na sede da **CBSM - Companhia Brasileira de Soluções de Marketing S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12995, 16º andar, Sala/Conjunto nº 1601 e 1602, parte, Espaço de Escritório WeWork nº 16W103 e 16W104, CEP 04578-911. 2. **Convocação e Presença.** Dispensada a convocação em virtude da presença de todos os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. 3. **Composição da Mesa.** Presidente: Sr. Otávio Augusto Gomes de Araújo; Secretária: Sra. Fabiana Vilhena Vendas. 4. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre as seguintes matérias: 4.1. Examinar, discutir e deliberar sobre a retificação de determinados termos aprovados no âmbito da assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 21 de fevereiro de 2025, devidamente registrada na Junta Comercial de São Paulo em 07 de março de 2025, sob nº 89.141/25-5 ("AGE 21.2.2025"). 4.2. Deliberar sobre a autorização à Companhia para tomar todas as medidas para efetivar a aprovação da matéria acima, incluindo celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários ou convenientes à matéria acima; 4.3. Ratificar todas as demais deliberações, inclusive aquelas relativas a Emissão tomadas nos termos da AGE 21.2.2025 e que não tenham sido expressamente alteradas nos termos da presente ata. 4.4. Ratificar todos os atos que tenham sido praticados pela Diretoria da Companhia e demais representantes legais da Companhia relacionados às matérias acima. 5. **Deliberações.** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas aprovaram o quanto segue: 5.2. A retificação a qualquer menção constante na AGE 21.2.2025 à *"segunda emissão de debêntures pela Emissora"*, quando o correto seria *"primeira emissão de debêntures pela Emissora"*. 5.3. A autorização à Companhia para tomar todas as medidas para efetivar a aprovação da matéria acima, incluindo celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários ou convenientes à matéria acima. 5.4. Ratificar todas as demais deliberações, inclusive aquelas relativas a Emissão tomadas nos termos da AGE 21.2.2025 e que não tenham sido expressamente alteradas nos termos da presente ata. 5.5. Ratificar todos os atos que já tenham sido praticados pela Diretoria da Companhia e demais representantes legais da Companhia relacionados às deliberações acima. 6. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa ofereceu o uso da palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como não houve manifestação, declarou encerrados os trabalhos, suspendendo-os pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, na forma de sumário, a qual, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Otávio Augusto Gomes de Araújo - Presidente; Fabiana Vilhena Vendas - Secretária. Acionistas: Dotz S.A. e SPPS Participações Ltda. **Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.** São Paulo, 12 de março de 2025. Otávio Augusto Gomes de Araújo - Presidente, Fabiana Vilhena Vendas - Secretária. **JUCESP** nº 95.804/25-0 em 20/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Alteração de data de abertura

Edital nº: 002/2025. **Modalidade:** Ato convocatório. **Tipo:** Menor preço. **Objeto da seleção:** Contratação de empresa especializada para construção do prédio 1027 - PBI - Produção de Bancos Influenza. **Data:** vide link: https://fundacaobutantan.org.br/licitacoes/ato-convocatorio/edital-002-2025 Autoridade signatária do edital: Karina Mendes Neves de Oliveira - Compras e Licitações

SECOVI SP

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO – SECOVI-SP – CNPJ nº 60.746.858/0001-73

Edital de Convocação
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, na forma dos arts. 17, §1º e 2º e 18, I do Estatuto, ficam convocados todos os integrantes da categoria econômica representada pelo SECOVI-SP, CNPJ nº 60.746.858/0001-73, associados ou não, em pleno gozo de seus direitos sindicais, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 31 de março de 2025, com início às 11h30 (onze horas e trinta minutos) em primeira convocação, na sede social, situada na Rua Dr. Bacelar, nº 1043, Vila Clementino, CEP 04026-002, São Paulo / SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

a) Outorga de plenos poderes à Diretoria do SECOVI-SP para entabular e finalizar negociações coletivas durante o período de 1º de fevereiro de 2025 a 31 de janeiro de 2026 com as correspondentes entidades sindicais representativas das categorias profissionais simétricas, nas respectivas datas-base ou, havendo necessidade, fora delas, e, quando provocado, com as entidades sindicais representativas de categorias profissionais assimétricas, bem como firmar convenções e/ou acordos coletivos de trabalho e/ou termos aditivos;

b) Discussão e deliberação sobre a outorga ou não do comum acordo para a instauração de dissídio coletivo

c) Deliberar sobre contribuição assistencial/negocial para custeio da negociação coletiva de trabalho e fixar seus valores e vencimentos;

d) Outros assuntos de interesse da categoria.

Não havendo, na hora acima indicada, número legal de participantes para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada em segunda convocação, às 11h40 (onze horas e quarenta minutos), com qualquer número de presentes.

São Paulo, 24 de março de 2025.
RODRIGO UCHOA LUNA
Presidente
SECOVI-SP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

MANOEL ANTÔNIO LOPES RODRIGUES ALVES, brasileiro, casado, arquiteto, portador do Registro Geral número 5.362.981 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o número 033.015.768-00, residente e domiciliado na Rua Casa do Ator, número 593, apartamento 141, bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, São Paulo, e **GRACINDA MARIA LOPES RODRIGUES ALVES**, brasileira, solteira, empresária, portadora do Registro Geral número 15.388.845-3 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o número 163.752.288-67, residente e domiciliada na Rua Marechal Bina Machado, número 517, bairro Jardim Marajoara, na cidade de São Paulo, São Paulo, sócios da sociedade limitada **"GRACIMAC" - Administração de Bens Ltda.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número 66.723.271/0001-83, com sede na Rua Domingos de Morais, número 2262, conjunto 6, bairro Vila Mariana, na cidade de São Paulo, São Paulo, convocam os senhores sócios para a Assembleia Geral Extraordinária de sócios da referida sociedade empresária a ser realizada no dia 31 de março de 2025, às 17 horas, por meio de videoconferência, através do link: meet.google.com/pqs-ocyh-amx, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) destituição de administrador da sociedade;

b) nomeação de novo administrador para a sociedade;

c) definição de pró-labores e divisão de lucros

Os sócios deverão acessar a assembleia por meio do link acima mencionado na data e horário indicados. Recomenda-se testar previamente o acesso à plataforma de videoconferência para evitar contratempos. Ao ingressar na videoconferência, cada sócio deverá se identificar com nome completo e, se possível, manter a câmera ativada para validação de presença.

Caso algum sócio não possa participar pessoalmente, poderá ser representado por procurador constituído há menos de um ano, que seja sócio ou advogado, conforme previsto no artigo 1.074, § 1º, do Código Civil. A procuração deverá ser encaminhada para o e-mail mra@sc.usp.br até 1 de abril de 2025.

Este edital está sendo publicado conforme as disposições legais e contratuais aplicáveis.

São Paulo, 14 de março de 2025.

MANOEL ANTÔNIO LOPES RODRIGUES ALVES
GRACINDA MARIA LOPES RODRIGUES ALVES

Habitasec Securitizadora S.A.

HabitaSEC securitizadora

CNPJ/ME nº 09.304.427/0001-58 - NIRE 35.3.0035206.8

Edital de 1ª (Primeira) Convocação para Assembleia Especial de Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 329ª Série da 1ª Emissão da Habitasec Securitizadora S.A.

Por esse edital, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 329ª Série da 1ª Emissão da Habitasec Securitizadora S.A. ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão" e "Securitizadora"), respectivamente, bem como o Agente Fiduciário, para se reunirem em **Assembleia Especial de Titulares dos CRI a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia 15 de abril de 2025, às 15 horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto**, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRI, devidamente habilitados nos termos deste edital, nos termos da Cláusulas 13.4 e seguintes do Termo de Securitização da Emissão (abaixo definido). Os Titulares de CRI deverão deliberar sobre as seguintes matérias: (I) Declaração do Vencimento Antecipado da CCB, e consequentemente do Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI nos termos da Cláusula 8.1, item (v) da CCB e 7.3.6, item (v) do Termo de Securitização, consubstanciado na alienação fiduciária superveniente prestada pela Estrutura Empreendimentos Imobiliários S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 05.801.430/0001-33 (**"Devedora"**) da titularidade de suas quotas da GEO4 Empreendimentos SPE Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 14.066.813/0001-60 (**"Sociedade"**), bem como cessão fiduciária de eventual saldo a que tenha direito em razão da excussão das garantias no âmbito do presente CRI em favor da ARC Crédito I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, inscrita no CNPJ sob o nº 30.868.828/0001-27 a fim de garantir às Notas Comerciais Escriturais colocadas de forma privada em 08 de março de 2024 no valor de R$18.054.000,00 (dezoito milhões e cinquenta e quatro mil reais) (**"Nova Dívida"**) conforme verificado na Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de março de 2024 pela Devedora registrada na Junta Comercial de Santa Catarina em 25 de março de 2024 sob nº 20245119345. Sendo certo que, a garantia prestada no âmbito da Nova Dívida pela Devedora viola às Cláusulas 5.1, item (i) e 10.3 da Alienação Fiduciária de Quotas, Cláusula 4.1., item (vii) e 5.1, item (ii) do Contrato de Cessão Fiduciária, o qual não teve autorização prévia pela Credora. (II) Declaração do Vencimento Antecipado da CCB, e consequentemente do Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI nos termos da Cláusula 8.1, item (xi) da CCB e nos termos da Cláusula 7.3.6, item (xi) do Termo de Securitização, consubstanciado no descumprimento de apresentação de novos direitos creditórios em valor suficiente, a exclusivo critério da Emissora, conforme os Critérios de Elegibilidade elencados na Cláusula 7.3. do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, para que haja fluxo trimestral na Conta Arrecadadora em montante igual ou superior àquele previsto para cada uma das respectivas datas de verificação, conforme estipulado no Anexo I do Fluxo Mínimo de Recebíveis do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, permanecendo desenquadramento o Índice de Cobertura. (III) Declaração do Vencimento Antecipado da CCB, e consequentemente do Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI nos termos da Cláusula 8.1, item (xl) da CCB e nos termos da Cláusula 7.3.6, item (xl) do Termo de Securitização, em razão da ausência de repasse do valor de R$ 616.798,44 (seiscentos e dezesseis mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos) provenientes dos Direitos Cedidos, os quais foram depositados em conta diversa da Conta Arrecadadora e não repassados em 2 (dois) Dias Úteis a contar do recebimento indevido, nos termos da Cláusula 3.1, item 2, subitem (ii) da Cessão Fiduciária de Recebíveis. Ainda se configura o descumprimento pecuniário devido à ausência de repasses dos Direitos Cedidos na Conta Arrecadadora, especialmente no que diz respeito às unidades listadas no Anexo II da presente assembleia. Tais unidades foram alienadas como parte de uma permuta, celebrados entre a Devedora e um terceiro adquirente, sendo certo, que o montante resultante dessa alienação perfaz o quantum R$ 8.627.504,00 (oito milhões, seiscentos e vinte e sete mil, quinhentos e quatro reais), de modo que a transação realizada não observou as disposições específicas contidas na Cláusula 3.1, Itens 1 e 2 da Cessão Fiduciária de Recebíveis. (iv) Caso os itens (i), (ii) e (iii) não seja deliberado pelo Vencimento Antecipado, conceder prazo a ser definido na presente assembleia para o item II para reenquadramento do Índice de Cobertura e III da ordem do dia, objetivando o repasse à Conta Arrecadadora. (v) Caso não seja declarado o Vencimento Antecipado, nos termos do item (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia, aprovar os aditamentos aos Documentos da Operação a fim de refletir a contratação da **Neo Serviços Administrativos e Recuperação de Crédito Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.409.178/0001-4, ratificando, portanto, a rescisão ao Contrato de Prestação. (vi) Caso não seja declarado o Vencimento Antecipado, nos termos dos itens (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia, autorizar alteração da cláusula 13.4. do Termo de Securitização, para: (a) excluir a obrigatoriedade de publicação pela Emissora de edital de convocação de Assembleias Especial dos Titulares dos CRI por meio de jornal de grande circulação em 3 (três) publicações, conforme artigo 26 da Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60") que prevê apenas a obrigação da convocação da assembleia especial de investidores, ser disponibilizada pela companhia securitizadora na página que contém as informações do patrimônio separado na rede mundial de computadores; e (b) alterar o prazo mínimo de antecedências para primeira convocação em 20 (vinte) nos termos do artigo 26, parágrafo 1º, da Resolução CVM 60. (vii) Autorizar que a Emissora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas presente Assembleia, inclusive a contratação de Assessor Legal para formalização de aditamentos e ajustar os documentos da operação, às custas do Patrimônio Separado e realizar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas na presente Assembleia, considerando os termos e condições aprovados, sem prejuízo a outros ajustes formais ou procedimentais. A Emissora registra, para fins de esclarecimento, que a Assembleia instalar-se-á (i) em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRI que representem metade mais um, no mínimo, dos CRI em Circulação; e (ii) em segunda convocação, com qualquer número de CRI em Circulação, nos termos da cláusula 11.6 do Termo de Securitização. Adicionalmente, em conformidade com a Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica, cujo acesso será disponibilizado pela Securitizadora àqueles que enviarem correio eletrônico *(e-mail)* para juridico@habitasec.com.br e agentefiduciario@vorta.com.br com os documentos de representação, até o horário da Assembleia. **Para fins de verificação da regular representação, serão aceitos como documentos de representação: (a) pessoa física** - cópia digitalizada do documento de identidade do titular de CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração acompanhada do documento de identidade do outorgante, contendo sua foto e assinatura, bem como do documento de identidade do outorgado, contendo sua assinatura e foto, sendo que a procuração deverá estar com firma reconhecida sobre a assinatura, abono ou assinatura eletrônica; e **(b) demais participantes** - cópia do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI, e cópia digitalizada do documento de identidade do respectivo representante legal; (c) caso representado por procurador, cópia digitalizada da procuração acompanhada do documento de identidade do outorgante, contendo sua foto e assinatura, bem como do documento de identidade do outorgado, contendo sua assinatura e foto, sendo que a procuração deverá estar com firma reconhecida sobre a assinatura, abono ou assinatura eletrônica; (d) com relação aos Titulares dos CRI que forem fundos de investimento, a representação destes na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar também a cópia do regulamento atualizado do fundo, devidamente registrado no órgão competente; e (e) manifestação de voto, conforme abaixo: Informações Adicionais: Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRI que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos detalhados na seção "Procedimento de Habilitação", acima, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do *chat* que ficará salvo para fins de apuração de votos. Para a presente Assembleia de Titulares dos CRI, não haverá possibilidade de instrução de voto à distância. **(II) Documentos Disponíveis. Os documentos pertinentes e necessário ao debate e deliberações previstas na Ordem do Dia estão disponibilizados no site da Securitizadora** (http://www.habitasec.com.br). Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no *"Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 329ª (trecentésima vigésima nona) Série da 1ª (Primeira) Emissão da HabitaSec Securitizadora S.A."*, firmado em 10 de fevereiro de 2022, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, conforme aditado ("Termo de Securitização"). São Paulo, 25 de março de 2025.

Habitasec Securitizadora S.A.

HabitaSEC securitizadora

CNPJ/ME nº 09.304.427/0001-58 - NIRE 35.3.0035206.8

Edital de 1ª (Primeira) Convocação para Assembleia Especial de Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 237ª Série da 1ª Emissão da Habitasec Securitizadora S.A.

Por esse edital, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 329ª Série da 1ª Emissão da Habitasec Securitizadora S.A. ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão" e "Securitizadora"), respectivamente, bem como o Agente Fiduciário, para se reunirem em **Assembleia Especial de Titulares dos CRI a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia 15 de abril de 2025, às 14 horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto**, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRI, devidamente habilitados nos termos deste edital, nos termos da Cláusulas 13.4 e seguintes do Termo de Securitização da Emissão (abaixo definido). Os Titulares de CRI deverão deliberar sobre as seguintes matérias: (I) Declaração do Vencimento Antecipado da CCB, e consequentemente do Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI nos termos da Cláusula 8.1, item (v) da CCB e 7.3.6, item (v) do Termo de Securitização, consubstanciado na alienação fiduciária superveniente prestada pela Estrutura Empreendimentos Imobiliários S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 05.807.430/0001-33 (**"Devedora"**) da titularidade de suas quotas da GEO4 Empreendimentos SPE Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 14.066.813/0001-60 (**"Sociedade"**), bem como cessão fiduciária de eventual saldo a que tenha direito em razão da excussão das garantias no âmbito do presente CRI em favor da ARC Crédito I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, inscrita no CNPJ sob o nº 30.868.828/0001-27 a fim de garantir às Notas Comerciais Escriturais colocadas de forma privada em 08 de março de 2024 no valor de R$18.054.000,00 (dezoito milhões e cinquenta e quatro mil reais) (**"Nova Dívida"**) conforme verificado na Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de março de 2024 pela Devedora registrada na Junta Comercial de Santa Catarina em 25 de março de 2024 sob nº 20245119345. Sendo certo que, a garantia prestada no âmbito da Nova Dívida pela Devedora viola às Cláusulas 5.1, item (i) e 10.3 da Alienação Fiduciária de Quotas, Cláusula 4.1., item (vii) e 5.1, item (ii) do Contrato de Cessão Fiduciária, o qual não teve autorização prévia pela Credora. (II) Declaração do Vencimento Antecipado da CCB, e consequentemente do Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI nos termos da Cláusula 8.1, item (xi) da CCB e nos termos da Cláusula 7.3.6, item (xi) do Termo de Securitização, consubstanciado no descumprimento de apresentação de novos direitos creditórios em valor suficiente, a exclusivo critério da Emissora, conforme os Critérios de Elegibilidade elencados na Cláusula 7.3. do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, para que haja fluxo trimestral na Conta Arrecadadora em montante igual ou superior àquele previsto para cada uma das respectivas datas de verificação, conforme estipulado no Anexo I do Fluxo Mínimo de Recebíveis do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, permanecendo desenquadramento o Índice de Cobertura. (III) Declaração do Vencimento Antecipado da CCB, e consequentemente do Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI nos termos da Cláusula 8.1, item (xl) da CCB e nos termos da Cláusula 7.3.6, item (xl) do Termo de Securitização, em razão da ausência de repasse do valor de R$ 616.798,44 (seiscentos e dezesseis mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos) provenientes dos Direitos Cedidos, os quais foram depositados em conta diversa da Conta Arrecadadora e não repassados em 2 (dois) Dias Úteis a contar do recebimento indevido, nos termos da Cláusula 3.1, item 2, subitem (ii) da Cessão Fiduciária de Recebíveis. Ainda se configura o descumprimento pecuniário devido à ausência de repasses dos Direitos Cedidos na Conta Arrecadadora, especialmente no que diz respeito às unidades listadas no Anexo II da presente assembleia. Tais unidades foram alienadas como parte de uma permuta, celebrados entre a Devedora e um terceiro adquirente, sendo certo, que o montante resultante dessa alienação perfaz o quantum R$ 8.627.504,00 (oito milhões, seiscentos e vinte e sete mil, quinhentos e quatro reais), de modo que a transação realizada não observou as disposições específicas contidas na Cláusula 3.1, Itens 1 e 2 da Cessão Fiduciária de Recebíveis. (iv) Caso os itens (i), (ii) e (iii) não seja deliberado pelo Vencimento Antecipado, conceder prazo a ser definido na presente assembleia para o item II para reenquadramento do Índice de Cobertura e III da ordem do dia, objetivando o repasse à Conta Arrecadadora. (v) Caso não seja declarado o Vencimento Antecipado, nos termos do item (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia, aprovar os aditamentos aos Documentos da Operação a fim de refletir a contratação da NEO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 17.409.178/0001-4, ratificando, portanto, a rescisão ao Contrato de Prestação de Serviço com a FABIX GESTÃO DE NEGÓCIOS E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 12.656.124/0001-09; (vi) Caso não seja declarado o Vencimento Antecipado, nos termos dos itens (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia, autorizar alteração da cláusula 13.4. do Termo de Securitização, para: (a) excluir a obrigatoriedade da publicação pela Emissora de edital de convocação de Assembleias Especial dos Titulares dos CRI por meio de jornal de grande circulação em 3 (três) publicações, conforme artigo 26 da Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60") que prevê apenas a obrigação da convocação da assembleia especial de investidores, ser disponibilizada pela companhia securitizadora na página que contém as informações do patrimônio separado na rede mundial de computadores; e (b) alterar o prazo mínimo de antecedências para primeira convocação em 20 (vinte) nos termos do artigo 26, parágrafo 1º, da Resolução CVM 60. (vii) Autorizar que a Emissora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas na presente Assembleia, inclusive a contratação de Assessor Legal para formalização de aditamentos e ajustar os documentos da operação, às custas do Patrimônio Separado e realizar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas na presente Assembleia, considerando os termos e condições aprovados, sem prejuízo a outros ajustes formais ou procedimentais. A Emissora registra, para fins de esclarecimento, que a Assembleia ora instalar-se-á (i) em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRI que representem metade mais um, no mínimo, dos CRI em Circulação; e (ii) em segunda convocação, com qualquer número de CRI em Circulação, nos termos da cláusula 11.6 do Termo de Securitização. Adicionalmente, em conformidade com a Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica, cujo acesso será disponibilizado pela Securitizadora àqueles que enviarem correio eletrônico (e-mail) para juridico@habitasec.com.br e agentefiduciario@vorta.com.br com os documentos de representação, até o horário da Assembleia. **Para fins de verificação da regular representação, serão aceitos como documentos de representação: (a) pessoa física** - cópia digitalizada do documento de identidade do Titular de CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração acompanhada do documento de identidade do outorgante, contendo sua foto e assinatura, bem como do documento de identidade do outorgado, contendo sua assinatura e foto, sendo que a procuração deverá estar com firma reconhecida sobre a assinatura, abono ou assinatura eletrônica; e **(b) demais participantes** - cópia do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI, e cópia digitalizada do documento de identidade do respectivo representante legal; (c) caso representado por procurador, cópia digitalizada da procuração acompanhada do documento de identidade do outorgante, contendo sua foto e assinatura, bem como do documento de identidade do outorgado, contendo sua assinatura e foto, sendo que procuração deverá estar com firma reconhecida sobre a assinatura, abono ou assinatura eletrônica; (d) com relação aos Titulares dos CRI que forem fundos de investimento, a representação destes na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar também a cópia do regulamento atualizado do fundo, devidamente registrado no órgão competente; e (e) manifestação de voto, conforme abaixo: **Informações Adicionais** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRI que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos detalhados na seção "Procedimento de Habilitação", acima, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do *chat* que ficará salvo para fins de apuração de votos. Para a presente Assembleia de Titulares dos CRI, não haverá possibilidade de instrução de voto à distância. **(II) Documentos Disponíveis. Os documentos pertinentes e necessário ao debate e deliberações previstas na Ordem do Dia estão disponibilizados no site da Securitizadora** (http://www.habitasec.com.br). Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no *"Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 237ª (trecentésima vigésima nona) Série da (Primeira) Emissão da HabitaSec Securitizadora S.A."*, firmado em 1 de março de 2021, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, conforme aditado ("Termo de Securitização"). São Paulo, 25 de março de 2025.

ESTADÃO

QUER RESULTADOS?

PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.

ESTADÃO RI

DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS

A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES

CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3

broadcast

Eufrázio

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60 - NIRE 35.3.0004108-9

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Dezembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 30 de dezembro de 2024, às 09h, na sede social da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), Avenida Rio Branco, nº 1.489, e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01205-001. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"). **3. Mesa:** Presidente da Mesa: Marcos Roberto Loução e Secretário: Gustavo Franco Pacheco. **4. Ordem do Dia:** (i) Rerratificar as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de outubro de 2024, às 08h, para retificar o número de ações emitidas pela Companhia, bem como fazer indicar de forma expressa a fixação do preço unitário das ações emitidas relativas ao aumento de capital social aprovado no referido conclave, promovendo a devida correção do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia indicadas no item "i" e em seu Estatuto Social consolidado; (ii) Ratificar as demais deliberações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2024; e (iii) Rerratificar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para fazer refletir as deliberações nesta Assembleia. **5. Deliberações:** Após análise e discussão acerca das matérias objeto da ordem do dia, a Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade de votos, e sem ressalvas: (i) Aprovou a proposta de retificação do total de ações emitidas pela Companhia no âmbito do aumento de capital social no valor de R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada pela Companhia em 31 de outubro de 2024, às 08h, promovendo o devido ajuste do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, indicados no item "i" e na consolidação da ata do referido conclave, para fazer refletir o número correto de novas ações emitidas pela Companhia, sendo no total de 3.860.175 (três milhões, oitocentas e sessenta mil, cento e setenta e cinco), ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 9,066946 por ação, fixado com base no valor patrimonial das ações, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, passando o número total de ações da Companhia de 698.592.826 (seiscentos e noventa e oito milhões, quinhentas e noventa e duas, oitocentas e vinte e seis) para **702.453.001 (setecentos e dois milhões, quatrocentas e cinquenta e três mil e uma) ações**. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Porto Seguro S.A., nos termos do novo boletim de subscrição constante do **Anexo I** à presente ata (Anexo I - Boletim de Subscrição). Em consequência da retificação realizada, o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, na ata ora mencionada, passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 3.669.799.505,14 (três bilhões, seiscentos e sessenta e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinco reais e quatorze centavos), dividido em 702.453.001 (setecentos e dois milhões, quatrocentas e cinquenta e três mil e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal".* (ii) Aprovou a ratificação das demais deliberações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de outubro de 2024, às 08h; e, (iii) Aprovou a rerratificação da consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a redação constante do **Anexo II** (Anexo II - Estatuto Social da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais), para fazer refletir as deliberações tomadas nesta Assembleia. Por fim, os acionistas reunidos em Assembleia autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para realização e lançamentos competentes referentes à ordem do dia e aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA. **6. Documentos Arquivados:** Procurações e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 30 de dezembro de 2024. **Assinaturas:** (ass.) Marcos Roberto Loução - Presidente da Mesa e (ass.) Gustavo Franco Pacheco - Secretário. **Acionistas: Porto Seguro S.A.**, representada por seu Diretor Sr. Marcos Roberto Loução e por seu procurador Sr. Gustavo Franco Pacheco e **Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.**, representada por seu procurador Sr. Gustavo Franco Pacheco. A presente certidão é cópia fiel da lavrada em livro próprio da Companhia. São Paulo, 30 de dezembro de 2024. Marco Roberto Loução - **Presidente**; Gustavo Franco Pacheco - **Secretário**. **JUCESP** nº 85.274/25-2 em 26/02/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício. **Anexo II** *à ata de Assembleia Geral Extraordinária da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais realizada em 30 de dezembro de 2024* **Estatuto Social Consolidado da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**, constituída sob a forma de sociedade por ações, reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação vigente ("Companhia"). **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede na Avenida Rio Branco, nº 1489 e Rua Guaianases, nº 1238, Campos Elíseos, na Capital do Estado de São Paulo, podendo criar sucursais, filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto a exploração de operações de Seguros de Danos e de Pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas, conforme definido na Legislação vigente. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social: Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 3.669.799.505,14 (três bilhões, seiscentos e sessenta e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinco reais e quatorze centavos), dividido em 702.453.001 (setecentos e dois milhões, quatrocentas e cinquenta e três mil e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - As ações poderão pertencer a pessoas físicas e jurídicas. **Parágrafo 2º** - No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem. **Capítulo III - Diretoria: Artigo 6º** - A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 23 (vinte e três) membros, a saber: 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) CEO - Seguros, 01 (um) COO (Chief Operating Officer) - Seguros, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados; 02 (dois) Diretores Vice-Presidente, 01 (um) Diretor de Produto - Automóvel, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor de Produção, 01 (um) Diretor de Tecnologia da Informação, 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Gente e Cultura, 01 (um) Diretor de Produto - Ramos Elementares e Seguros de Pessoas, 01 (um) Diretor de Controladoria e 07 (sete) Diretores sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição". **Parágrafo Único** - Dentre os membros da Diretoria, àquele que for designado como responsável pelos Controles Internos, conforme determina a Resolução CNSP nº 416/2021, competirá as seguintes atribuições: a) orientar e supervisionar a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, bem como acompanhar as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; b) prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver, com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; c) aprovar os Relatórios emitidos pelas Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos; e d) informar, periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o comitê de riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando, a riscos novos ou emergentes; níveis de exposição a riscos e eventuais limitações e incertezas relacionadas à sua mensuração; ações relativas à gestão de riscos e deficiências correlacionadas com a estrutura de gestão de riscos e ao sistema de controles internos, bem como as alternativas para saneamento. **Artigo 7º** - A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante termo lavrado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 8º** - A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, a remuneração global mensal dos administradores, a ser distribuída conforme deliberação da Diretoria. Além dos honorários, a Diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da Companhia, até 0,1 (um décimo) dos lucros e observado o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 9º** - Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos de administração da Companhia; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; d) deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas; e) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedade de economia mista e entidades paraestatais; f) resolver sobre a criação, alteração ou extinção de sucursais, filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da Companhia. **Parágrafo 1º** - Observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: a) por 2 (dois) Diretores em conjunto; b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Procurador; c) por 2 (dois) Procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 2º** - A representação da Companhia perante a Repartição Fiscalizadora de suas operações caberá a qualquer dos Diretores ou Procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 3º** - A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) Atos de rotina realizados fora da sede social; b) Atos de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos); c) Atos de representação em assembleias, contratos sociais, alterações de contratos sociais, distratos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista; d) Atos praticados perante quaisquer órgãos e entidades administrativos públicos ou privados; e e) Atos de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Companhia e nem exonerem terceiros de obrigações para com ela. **Parágrafo 4º** - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou com cláusula ad judicia que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos Diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Parágrafo 5º** - Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o CEO - Seguros ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos. **Parágrafo 6º** - As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 10** - No caso de vaga de Diretor, os demais Diretores indicarão, dentre eles, um substituto que acumulará as funções do substituído até a primeira Assembleia Geral, à qual caberá deliberar a respeito da eleição de novo diretor. **Parágrafo Único** - Nas ausências ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores por mais de 30 (trinta) dias, os demais Diretores poderão escolher, dentre eles, um substituto para exercer as funções do Diretor ausente ou impedido. **Artigo 11** - A Companhia poderá ter um órgão de consulta, denominado Conselho Consultivo, cujos Membros serão escolhidos e indicados pela Diretoria entre as pessoas de notável saber científico e técnico no Mercado de Seguros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a renovação da indicação. **Parágrafo 1º** - O Conselho Consultivo se reunirá sempre que solicitado pela Diretoria e seus respectivos pareceres serão transcritos no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria, por ocasião da reunião que deliberar sobre os mesmos. **Parágrafo 2º** - O Conselho Consultivo perceberá a remuneração que lhe fixar a Diretoria, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral, para cada período de 2 (dois) anos. **Capítulo IV - Conselho Fiscal: Artigo 12** - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e de seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária entre Acionistas ou não, residentes no País, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único** - O Conselho Fiscal não será permanente. Será instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, terminando seu período de funcionamento na primeira Assembleia Geral Ordinária, após sua instalação. **Artigo 13** - Os Membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo V - Comitê de Auditoria:** *I - Dos Objetivos do Comitê de Auditoria*: **Artigo 14** - A Companhia se utiliza do Comitê de Auditoria da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Comitê de Auditoria"), órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, voltada à transparência dos negócios aos acionistas e investidores. *II - Da Subordinação e da Composição*: **Artigo 15** - O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Conselho de Administração"), que definirá a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria. **Artigo 16** - A composição do Comitê de Auditoria será de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos com prazo de mandato a ser definido pelo Conselho de Administração, permitida reeleição, desde que a permanência do membro no cargo não ultrapasse 5 (cinco) anos consecutivos. **Parágrafo 1º** - A nomeação de um integrante do Comitê de Auditoria deverá observar os requisitos e vedações do capítulo III. **Parágrafo 2º** - O integrante do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. **Parágrafo 3º** - A destituição do integrante do Comitê de Auditoria ficará a cargo do Conselho de Administração caso fique comprovada infração a qualquer dos requisitos e vedações previstos no capítulo III, bem como de sua independência ter sido afetada por eventual circunstância de conflito. **Parágrafo 4º** - É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. *III - Dos Requisitos e Vedações*: **Artigo 17** - São requisitos mínimos para o exercício de integrante do Comitê de Auditoria: i. Observar as normas que estabelecem condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de sociedades supervisionadas; ii. Não ser ou não ter sido, no exercício social corrente e no anterior: a. Funcionário ou diretor da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas; b. Membro responsável pela auditoria independente na sociedade supervisionada; e, c. Membro do conselho fiscal da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas; iii. Não ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" a "c" no inciso anterior; e, iv. Não receber qualquer outro tipo de remuneração da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas, que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria. *IV - Das Atribuições*: **Artigo 18** - Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: i. Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua inexistência, pelo Presidente ou Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou pelo Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; ii. Recomendar, à administração da sociedade supervisionada, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; iii. Revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras; iv. Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; v. Avaliar a aceitação, pela administração da sociedade supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelos auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; vi. Avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela sociedade supervisionada, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; vii. Recomendar, à Presidência ou ao Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou à Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; viii. Reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; ix. Verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da sociedade supervisionada; x. Reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; xi. elaborar relatórios relativos aos semestres findos em 30/06 e 31/12 contendo: atividades exercidas; avaliação da efetividade dos controles internos; descrição das recomendações feitas e daquelas não acatadas, contendo as justificativas; avaliação da efetividade das auditorias externa e interna; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis; xii. preparar resumo do relatório do item "xi" para publicação juntamente com as demonstrações contábeis de 30/06 e 31/12; xiii. preparar Nota Explicativa que será anexada às demonstrações contábeis de cada sociedade controlada; xiv. arquivar os relatórios do item "xi" pelo período mínimo de 05 (cinco) anos; xv. comunicar qualquer constatação de erro ou fraude aos auditores independentes e à auditoria interna, imediatamente; xvi. estabelecer, ad referendum do Conselho de Administração, processos para a seleção, contratação, supervisão e avaliação do Auditor Independente, inclusive verificando a comprovação de sua certificação, bem como para a recepção e o tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis, bem como dos relatórios do Auditor Independente e da Auditoria Interna do Conglomerado Porto Seguro; xvii. aprovar o plano de trabalho semestral da auditoria interna do Conglomerado Porto Seguro; xviii. fixar diretrizes de orientação dos programas de trabalhos da auditoria interna, dos relatórios emitidos e da adequação de sua equipe; xix. conhecer o plano anual do Auditor Independente sobre exame das demonstrações financeiras, bem como sua interação com os trabalhos da auditoria interna; xx. examinar propostas de alterações de princípios contábeis, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração. **Capítulo VI - Assembleia Geral: Artigo 19** - A Assembleia Geral reunir-se-á anualmente até o dia 31 (trinta e um) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela. **Parágrafo Único** - O presidente da Assembleia convidará um dos presentes para secretariar a Mesa. **Artigo 20** - As Assembleias Extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legais e regularmente convocadas, constituindo-se a Mesa pela forma prescrita no artigo anterior. **Artigo 21** - Os anúncios de primeira convocação das Assembleias Gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação na Sede da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. **Parágrafo Único** - As demais convocações das Assembleias Gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 22** - Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Artigo 23** - As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto à exigência de quórum especial. **Parágrafo Único** - A cada ação corresponde um voto. **Artigo 24** - Verificando-se o caso de existência de ações objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os Condôminos designarem para figurar como representante junto à Sociedade, ficando suspenso o exercício destes direitos quando não for feita a designação. **Artigo 25** - Os Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 26** - Para que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na Sede da Companhia com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. **Capítulo VII - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Resultados. Artigo 27** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras anuais. **Parágrafo Único** - A diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais, ou relativo a períodos inferiores, para quaisquer fins, inclusive para pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou distribuição de dividendos à conta de lucro do período apurado em tais balanços, observado o disposto neste estatuto social e na legislação aplicável. **Artigo 28** - Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, automaticamente e independentemente de deliberação assemblear, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo de lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/1976. O lucro líquido do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções referidas nesse artigo. **Artigo 29** - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal (art. 193 da Lei nº 6.404/76), até que atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A destinação à reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 30** - O lucro líquido do exercício será, ainda, quando for o caso, diminuído das importâncias destinadas à constituição da reserva de capital, à reserva para contingências (art. 195 da Lei nº 6.404/76) e à reserva de incentivos fiscais (art. 195-A da Lei nº 6.404/76), de um lado, e, de outro lado, quando for o caso, acrescido da reversão da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar (art. 202, III, da Lei nº 6.404/76) formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções e adições referidas nos artigos 29 e 30 e terá a seguinte destinação: a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e b) o saldo remanescente será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas prevista no artigo 31 deste estatuto ou, alternativamente, poderá ter a destinação que a assembleia geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Único** - O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a Diretoria informar que seu pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 31** - A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas", que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia. **Parágrafo 1º** - Será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após efetivada a destinação prevista no artigo 31 deste estatuto social. **Parágrafo 2º** - O saldo da Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976. Ultrapassado esse limite, a assembleia geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social. Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a assembleia geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização. Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral que, em determinado exercício, o valor que seria destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital social. **Artigo 32** - Sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da Diretoria, poderá: a) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros existente no último balanço anual aprovado em assembleia geral de acionistas; b) semestralmente, distribuir dividendos à conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral; c) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de lucro acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço levantado em periodicidade inferior a semestral, desde que, nesse caso, o montante de dividendos a ser pago no exercício não supere o saldo das reservas de capitais de que trata o art. 182, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976; e d) a qualquer tempo, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. **Parágrafo Único** - Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 33** - Os dividendos não reclamados ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo

Secretaria M. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público para conhecimento de todos os interessados que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Processo nº 39.413/2024.

Concorrência Eletrônico nº 01/2025.

Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obras e serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final da construção de Unidades de Saúde no município de Ourinhos/SP, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

Data limite para recebimento das propostas: 09/04/2025 até as 08h59min.

Data de abertura da sessão pública: 09/04/2025 às 09:00 horas.

Realização através da plataforma Bolsa Brasileira de Mercadorias: www.novobbmnet.com.br

O edital e seus anexos poderão ser examinados e adquiridos gratuitamente através do site: www.ourinhos.sp.gov.br e na plataforma acima mencionada.

Ourinhos, 24 de março de 2025.

Guilherme Andrew Gonçalves da Silva – Prefeito.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00608763042025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00002251/2025-50
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90108/2025

Objeto: Alteplase e outros. Total de Itens Licitados: 03 itens licitados (três itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 25/03/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-000804/2025. Entrega das Propostas: a partir de 25/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 04/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AURIFLAMA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Auriflama/SP, por seu presidente infra assinado, Augusto Rodrigues Costa, brasileiro, casado, portador do RG nº 6.287.536 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº ***.190.***-15, residente e domiciliado na Rua André Gean Tomassi nº 60-22, Bairro Jardim Alvorada, CEP 15.350-054, município de Auriflama/SP, no uso de suas atribuições legais, pelo presente edital convoca a categoria dos trabalhadores rurais na ativa e aposentados, desde que associados desta entidade e que estejam em dia com suas obrigações sociais, sendo estes: trabalhadores rurais empregados, assalariados em geral que exercem atividades nos seguintes setores: Canavieiro, Citricultura, Cultura Diversificada, Granjeiros, Pecuária, Reflorestamento, Corte de Madeira, Resinagem, Tratoristas e Operadores de Máquinas, Aplicadores de Defensivos Agrícolas, Administradores de Propriedades Rurais, Extrativismo Rural, bem como os Pequenos Produtores Rurais que exercem atividade rural em regime de economia familiar, dos municípios de Auriflama e Guzolândia, estado de São Paulo, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 15 de abril de 2025, às 15h:00 (quinze horas), em primeira convocação ou às 15h30min. (quinze horas e trinta minutos), em segunda convocação, na Câmara Municipal de Auriflama, localizada na Rua João Pacheco de Lima, nº 58-31, Centro, município Auriflama/SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Deliberar sobre a dissolução da entidade, com a devida baixa no CNPJ/MF nos órgãos competentes; e 2) Outros assuntos relacionados à dissolução e encerramento das atividades sindicais. Auriflama/SP, 21 de março de 2025. **Augusto Rodrigues Costa - Presidente**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1009236-04.2023.8.26.0664. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Votuporanga, Estado de São Paulo, Dr(a). REINALDO MOURA DE SOUZA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MÁRCIO NEVES DOS SANTOS, CPF 284.283.668-67, que lhe foi proposta uma ação de Cobrança - Procedimento Comum Cível por parte de Banco Bradesco S.A., para declarar rescindidos os contratos de empréstimos pactuados: Cartão de crédito/compra - contrato n.º 4532117112062957 / 6504912833795002, da bandeira: VISA, ELO, pelo inadimplemento do demandado, bem como, condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 89.822,42 (20/07/2023), atualização da última fatura, reconhecendo a aplicação de multa de 2% já aplicada nos extratos, juros de 1% ao mês e correção monetária segundo índices oficiais (INPC). Encontrando-se o requerido em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Votuporanga, aos 12 de dezembro de 2024.

SINDUSCON SP

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

O Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo - SindusCon-SP, com sede na Rua Dr. Bacelar, 1.043, 5º andar, Vila Clementino, São Paulo, Capital, convoca as empresas integrantes da categoria para Assembleia Geral Extraordinária, on line, no dia 31 de março de 2025, às 14h00 em primeira convocação e, não havendo número legal, às 14h30 em segunda e última convocação. Ordem do dia: 1 - leitura e aprovação da ata da Assembleia geral anterior; 2 - deliberação e fixação de metas para as convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos com todas as categorias profissionais que se relacionam com o SindusCon-SP; 3 - deliberação e fixação da Contribuição Negocial, nos termos do art. 8º da CF; 4 - outorga de poderes para a Diretoria, Comissão de Negociação e Assessoria Jurídica, visando negociações ou celebrações de convenções coletivas e/ou interposição de dissídios coletivos, e acompanhamento nos quais a categoria da indústria da construção civil figurar como suscitada, bem como atribuir à Assembleia caráter permanente, enquanto perdurarem as negociações/dissídios coletivos. O SindusCon-SP convoca todas as empresas da categoria para participarem da assembleia, por seu representante legal, ou por preposto, devidamente habilitados por procuração específica. Após o cadastro, receberão o link de acesso à reunião. O cadastro servirá como lista de presença. Link de inscrição: https://lp.sindusconsp.com.br/juridico-31-03-2025-assembleia-geral

São Paulo, 24 de março de 2025. Yorki Oswaldo Stefan - Presidente

Transporte aéreo **Chapter 11**

Gol anuncia acordo para ter até US$ 1,2 bi de investidores

Em recuperação judicial, companhia diz ainda que mantém 'negociações avançadas' para levantar outros US$ 650 milhões

ALINE BRONZATI
CORRESPONDENTE EM NOVA YORK
ALTAMIRO SILVA JUNIOR
SÃO PAULO

A Gol anunciou ontem ao mercado e à Corte de Falências de Nova York acordos com investidores para tentar concluir seu plano de captação e sair do chamado Chapter 11, o equivalente ao instrumento de recuperação judicial nos Estados Unidos – que prevê a necessidade de até US$ 1,9 bilhão (R$ 10,88 bilhões) –, voltando a operar sem a proteção da Justiça contra os credores. Numa primeira operação, a companhia diz ter o compromisso de financiamento de até US$ 1,25 bilhão (R$ 7,16 bilhões) de alguns investidores. Também relatou que está em "negociações avançadas" com outros investidores para levantar mais US$ 650 milhões (R$ 3,7 bilhões).

O compromisso de US$ 1,25 bilhão foi conseguido com as gestoras de ativos alternativos Castlelake, que cuida de mais de US$ 25 bilhões em recursos, e a Elliott Investment Management, com mais de US$ 73 bilhões em recursos – "cada um em nome de certos fundos e contas afiliados ou geridos por eles", explicam os documentos em Nova York. Só a carta de compromisso firmada pelas duas gestoras tem 50 páginas. Por meio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Gol divulgou um comunicado sobre os valores, sem revelar o nome dos investidores. Com o anúncio, as ações da aérea fecharam ontem em alta de 1,41% na B3.

Reação
Com o anúncio do acordo com investidores, ações da Gol têm alta de 1,41% na Bolsa

"Os devedores (*Gol e afiliadas*) estão atualmente em negociações avançadas com outros possíveis investidores para finalizar os termos do saldo do financiamento de saída", disse o CEO da Seabury International Corporate Finance, John E. Luth, em documento da Corte em apoio à aérea brasileira.

FABIO MOTTA/ESTADÃO-21/11/2014



Com novos aportes, Gol espera sair da recuperação ainda em maio

Os recursos em negociação serão usados pela Gol para pagar o empréstimo DIP, modalidade para empresas em dificuldade financeira, que conseguiu logo após acionar a Justiça dos EUA em busca de solução ao elevado endividamento, em janeiro do ano passado. Parte do montante também ajudará a recompor o capital de giro e o custeio do dia a dia da Gol após o Chapter 11.

AZUL VAI À BOLSA. Também em fase final do processo de reestruturação de dívidas, a Azul prepara uma oferta subsequente de ações (follow-on) que pode movimentar cerca de R$ 1 bilhão, por meio da qual credores viram seus acionistas. A operação está prevista para meados de abril. A empresa já está realizando rodadas de conversas (roadshows) com investidores internacionais e locais, para apresentar as medidas que vem adotando para resolver seu endividamento. A oferta de ações está dentro do aumento de capital previsto no plano de reestruturação, anunciado em janeiro.

Pela legislação brasileira, os acionistas atuais têm direito de preferência de participar de um aumento de capital para evitar diluição das participações. E a parte que falta é a conversão de títulos de dívida (bonds) em ações.

No caso da Gol, a data prevista para a conclusão da alocação do novo financiamento é 19 de abril, conforme os documentos na Corte de Nova York. Na prática, a Gol precisa de mais US$ 650 milhões uma vez que, conforme o anúncio feito ontem, firmou compromisso com outros investidores para financiamento de até US$ 1,25 bilhão. Somados, os dois totalizam o montante necessário para a empresa concluir o processo de recuperação judicial na Justiça dos EUA.

Os US$ 1,25 bilhão anunciados ontem, porém, podem ser reduzidos até um compromisso de US$ 750 milhões, explicam os documentos, caso a empresa aérea consiga mais recursos de outros investidores ou por meio de outra forma de captação. "A Gol reitera que reduzirá significativamente seu endividamento, convertendo em capital ou extinguindo até aproximadamente US$ 1,7 bilhão de sua dívida financiada antes do início do procedimento de Chapter 11 e até aproximadamente US$ 850 milhões de outras obrigações", informou a Gol.

O juiz da Corte de Nova York marcou para 20 de maio a audiência de confirmação do plano de financiamento da Gol. A companhia está em processo de recuperação judicial desde o início de 2024. ●

27 | MAR | 11h

LIVE
CENÁRIOS
com Sonia Racy

O embaixador é o convidado especial dessa entrevista em que conversamos sobre o que o Brasil e o mundo podem esperar da COP-30 em Belém.

CONVIDADO



André Corrêa do Lago
Diplomata, presidente da COP-30

Assista ao vivo pelas mídias sociais do **Estadão** e pelo canal do YouTube do **Banco Safra**

 TV Estadão
 Podcast
 Mídias sociais
 YT Banco Safra

Realização:
ESTADÃO 150

Parceria:
 Safra

Startup **À procura de investidor**

Gigante de testes de DNA pede falência

A empresa de testes de DNA 23andMe entrou ontem com um pedido de falência nos EUA após não encontrar um comprador para assumir a sua operação. A startup criada por Anne Wojcicki tem até o dia 7 de maio para continuar buscando um investidor. A 23andMe esteve no centro de polêmicas em relação ao vazamento de dados genéticos, quando, em 2023, um ataque hacker expôs dados de cerca de 6,9 milhões de clientes da empresa.

Sediada no Vale do Silício, a companhia continuará a se apresentar aos investidores com o objetivo de obter pelo menos uma oferta ativa, de acordo com documentos judiciais. Esse prazo foi estabelecido pelos credores, que estão buscando permissão judicial para emprestar à 23andMe até US$ 35 milhões (R$ 200,1 milhões). Também ontem, Anne, então CEO da empresa, renunciou ao cargo, mas vai permanecer na diretoria da empresa.

Uma semana antes do pedido de recuperação judicial, a 23andMe já havia perdido 99% de seu valor de mercado.

A 23andMe surgiu em 2006 com o objetivo de oferecer testes de DNA, para descobrir possíveis doenças, dados de ancestralidade e predisposições genéticas. Em 2021, a empresa foi avaliada em cerca de US$ 6 bilhões, mas o valor começou a cair após embates legais em relação ao uso dos dados dos clientes, que eram compartilhados com farmacêuticas, para pesquisas. ●

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

CNPJ nº 29.030.467/0001-66

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277 - 7º Andar - CEP 01452-000 - São Paulo - SP - Tel: (11) 2202-8100 - www.br.scotiabank.com

Scotiabank

Relatório da Administração

Apresentação: Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações. **Desempenho do exercício:** O Banco encerrou o exercício de 2024 com um lucro líquido de R$ 323.579 mil, contra um lucro líquido de R$ 325.916 mil apresentado no exercício de 2023. Apresentou índice de Basileia do Conglomerado de 51,65% (25,08% em 2023) e patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R$ 399.489 mil (R$ 952.980 mil em 2023). **Outras informações:** O Banco é controlador integral da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil. De acordo com o disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068 do BACEN, o Banco declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento". No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve distribuição de dividendos no valor R$ 309.620 mil (R$ 1.000 mil em 2023) e juros sobre o capital próprio no valor de R$ 198.525 mil (R$ 189.125 mil em 2023), já deduzidos dos tributos incidentes. No mesmo período, houve aumento de capital social no valor de R$ 198.525 mil (R$ 189.125 mil em 2023), integralizados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio. Os honorários pagos à auditoria externa, referentes aos serviços de auditoria e de não auditoria, são divulgados anualmente no *Annual Report* do *The Bank of Nova Scotia* ("BNS"). **Agradecimentos:** O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Disponibilidades	4	55.473	32.489
Ativos financeiros		13.807.201	16.386.540
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	9.015.735	9.470.965
Títulos e valores mobiliários	6	2.323.071	1.989.209
Instrumentos financeiros derivativos	7d	405.007	4.423.504
Operações de crédito	9a	1.253.204	-
Operações de câmbio	10	752.684	296.579
Outros ativos financeiros	11a	57.500	206.283
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(133)	(21.840)
Títulos e valores mobiliários	6	-	(377)
Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	9c/d	(133)	(21.463)
Outros ativos	11b	41.726	4.224
Créditos tributários	20b/c	475.773	510.790
Investimentos		65.471	66.188
Participações em controladas	12	65.471	66.182
Outros investimentos		-	6
Imobilizado de uso		18.759	9.832
Imóveis de uso		2.332	2.332
Outras imobilizações de uso		31.275	20.715
Depreciações acumuladas		(14.848)	(13.215)
Intangível		2.023	2.861
Ativos intangíveis		5.538	5.461
Amortizações acumuladas		(3.515)	(2.600)
Total do ativo		14.470.292	16.991.444

Passivo	Nota	2024	2023
Passivos financeiros		10.136.434	12.697.275
Depósitos	13	936.475	4.598.676
Captações no mercado aberto	14	1.025.016	886.740
Obrigações por empréstimos	15	1.998.140	6.885.665
Obrigações por repasses	16, 29b	1.253.204	-
Instrumentos financeiros derivativos	7d	4.223.803	307.948
Operações de câmbio	10	608.311	3.196
Outros passivos financeiros	17a	91.685	11.047
Outros passivos	17b	177.476	56.073
Obrigações fiscais diferidas	20b	698.446	757.207
Provisão para contingências	18d	34.035	32.346
Patrimônio líquido		3.423.901	3.448.543
Capital social	19a	2.825.473	2.626.948
Reservas de lucros		602.305	821.905
Outros resultados abrangentes		(3.877)	(310)
Total do passivo		14.470.292	16.991.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Estatutárias	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.299.487	138.336	60.554	658.935	(15.023)	-	3.142.289
Aumento de capital – Homologado	138.336	(138.336)	-	-	-	-	-
Aumento de capital – Em fase de homologação	-	189.125	-	-	-	-	189.125
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	14.713	-	14.713
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	325.916	325.916
Constituição de reserva legal	-	-	16.296	-	-	(16.296)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	-	87.120	-	(87.120)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(222.500)	(222.500)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.437.823	189.125	76.850	745.055	(310)	-	3.448.543
Aumento de capital – Homologado	189.125	(189.125)	-	-	-	-	-
Aumento de capital – Em fase de homologação	-	198.525	-	-	-	-	198.525
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(3.567)	-	(3.567)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	323.579	323.579
Constituição de reserva legal	-	-	16.179	-	-	(16.179)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	-	73.841	-	(73.841)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(233.559)	(233.559)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(309.620)	-	-	(309.620)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.626.948	198.525	93.029	509.276	(3.877)	-	3.423.901
Saldos em 30 de junho de 2024	2.626.948	-	81.883	745.055	(1.028)	95.619	3.548.477
Aumento de capital – Em fase de homologação	-	198.525	-	-	-	-	198.525
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(2.849)	-	(2.849)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	222.927	222.927
Constituição de reserva legal	-	-	11.146	-	-	(11.146)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	-	73.841	-	(73.841)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(233.559)	(233.559)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(309.620)	-	-	(309.620)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.626.948	198.525	93.029	509.276	(3.877)	-	3.423.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2024 – 2º Semestre	2024 – Exercício	2023 – Exercício
Receitas/(despesas) da intermediação financeira		312.361	562.340	498.169
Operações de crédito	9f	179.393	273.795	(8.161)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		716.907	1.348.711	1.334.965
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	413.101	1.472.010	143.189
Operações de captação no mercado aberto		(125.242)	(360.962)	(847.108)
Operações de empréstimos e repasses		(828.334)	(1.863.368)	(156.433)
Resultado em operações de câmbio		(43.464)	(307.846)	31.717
Resultado da intermediação financeira		312.361	562.340	498.169
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(239)	(1.732)	9.249
Títulos e valores mobiliários		-	377	(65)
Garantias financeiras prestadas		-	24	(22)
Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito	9d	(239)	(2.133)	9.336
Resultado bruto da intermediação financeira		312.122	560.608	507.418
Outras receitas/(despesas) operacionais		(97.811)	(160.890)	(93.535)
Receitas de prestação de serviços	28	10.928	23.859	30.256
Despesas de pessoal	25	(65.712)	(118.181)	(86.662)
Outras despesas administrativas	26	(23.486)	(43.325)	(38.656)
Despesas tributárias		(24.515)	(34.492)	(8.832)
Resultado de participação em controlada	12	(94)	(382)	1.389
Outras receitas operacionais	27	5.300	11.863	8.970
Outras despesas operacionais		(232)	(232)	-
Despesas de provisão para contingências		(763)	(1.690)	(2.012)
Trabalhistas		(60)	(83)	(41)
Fiscais		(703)	(1.607)	(1.970)
Cíveis		-	-	(1)
Resultado operacional		213.548	398.028	411.871
Resultado não operacional		(34)	(211)	(249)
Resultado antes da tributação e participações nos lucros		213.514	397.817	411.622
Imposto de renda e contribuição social	20a	11.469	(70.740)	(82.391)
Provisão para imposto de renda		22.863	(17.673)	(180.692)
Provisão para contribuição social		17.195	(15.410)	(144.554)
Ativo fiscal diferido		(28.589)	(37.657)	242.855
Participações nos lucros		(2.056)	(3.498)	(3.315)
Lucro líquido do semestre/exercícios		222.927	323.579	325.916
Lucro líquido por ação – R$		2.293,66	3.197,66	3.584,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	2024 – 2º Semestre	2024 – Exercício	2023 – Exercício
Lucro líquido do semestre/exercícios	222.927	323.579	325.916
Itens que podem ser reclassificados para o resultado			
Variação no valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda	(2.849)	(3.567)	14.713
Títulos e valores mobiliários	(4.602)	(5.868)	26.389
Efeito fiscal	2.071	2.640	(11.875)
Ajuste de avaliação patrimonial controlada	(318)	(339)	199
Resultado abrangente do semestre/exercícios	220.078	320.012	340.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	2024 – 2º Semestre	2024 – Exercício	2023 – Exercício
Atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercícios	222.927	323.579	325.916
Ajustes ao lucro líquido	(8.569)	78.220	77.451
Despesa/(reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	239	1.732	(9.249)
Resultado de participações em controladas e coligadas	94	383	(1.389)
Depreciações e amortizações	1.788	3.511	3.323
Perda na baixa de imobilizado de uso	10	169	362
Perda na baixa de investimento	6	6	-
Imposto de renda e contribuição social	(11.469)	70.740	82.392
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	763	1.689	2.012
Variação de ativos e passivos operacionais	(3.726.511)	(215.228)	(300.197)
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(527.169)	158.354	263.652
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	252.623	(339.730)	(501.494)
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos	3.562.603	7.934.152	(1.996.222)
(Aumento)/redução em operações de crédito	(133.999)	(1.253.204)	521.902
(Aumento)/redução em operações de câmbio	(139.528)	125.948	600.523
Redução em outros ativos financeiros	581.450	148.783	378.384
(Aumento)/redução em outros ativos	(2.064)	(1.234)	2.005
Aumento/(redução) em depósitos	(621.674)	(3.662.200)	543.617
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	18.246	138.276	(575)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(6.671.538)	(3.638.325)	(74.927)
Aumento/(redução) em outros passivos financeiros	(17.817)	80.638	(37.370)
Aumento/(redução) em outros passivos	(126)	29.583	735
(Redução) em provisão para contingências	-	(1)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.518)	(36.268)	(427)
Caixa líquido (aplicado) nas/proveniente das atividades operacionais	(3.512.153)	86.581	103.170
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(10.353)	(11.693)	(1.304)
Aquisição de intangível	(70)	(137)	(189)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(10.423)	(11.830)	(1.493)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	198.525	198.525	189.125
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(233.559)	(233.559)	(222.500)
Pagamento de dividendos	(309.620)	(309.620)	(1.000)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(344.654)	(344.654)	(34.375)
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	(3.867.230)	(269.903)	67.302
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	7.315.913	3.718.586	3.651.284
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	3.448.683	3.448.683	3.718.586
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	(3.867.230)	(269.903)	67.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional: O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 - 7º andar, São Paulo - Brasil, está organizado e autorizado a exercer as suas atividades como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio. Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia ("BNS") e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá. **2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 21 de março de 2025. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto. As demonstrações financeiras são elaboradas e divulgadas de acordo com os critérios gerais e procedimentos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818 e na Resolução BCB nº 2. **Adoção de novas normas e interpretações: Normas e interpretações que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025:** Nas demonstrações financeiras preparadas para 31 de dezembro de 2024, as normas e interpretações a seguir, com data de adoção efetiva a partir de 1º de janeiro de 2025 e ainda não adotadas pelo Banco, incluem a Resolução CMN nº 4.966, a Resolução BCB nº 352, a Resolução CMN nº 4.975 e quaisquer normas complementares. Em novembro de 2021, o CMN publicou a Resolução CMN nº 4.966, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, alinhadas aos princípios estabelecidos na norma internacional IFRS 9. A nova resolução substitui as resoluções e circulares do BACEN que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, como a Resolução CMN nº 2.682 - que estabelecia a base de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das instituições financeiras desde 1999 - e também as Circulares nº 3.068 e nº 3.082 (emitidas pelo BACEN), aplicáveis aos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A Resolução CMN nº 4.966 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros e classificá-los e mensurá-los de acordo com as regras de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos a resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes. No ano de 2023, foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.100 e BCB nº 352, sendo complementares à Resolução CMN nº 4.966, e dispõem de diretrizes adicionais, como por exemplo, tratamento às seguintes matérias: - Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; - Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; - Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras; - Faculdade no reconhecimento dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou na originação de instrumentos considerados imateriais; e - Apropriação de receita. Essas resoluções visam fornecer orientações mais detalhadas e abrangentes para as instituições financeiras em relação à contabilização e divulgação de informações sobre instrumentos financeiros. **a) Modelo proposto da Resolução CMN nº 4.966 e normas correlatas:** Os principais aspectos que contém a nova normativa são: **Classificação de instrumentos financeiros:** O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPJ). Com base no supracitado, o ativo será classificado como: **i. Custo Amortizado ("CA"):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. **ii. Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. **iii. Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"):** ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores (acima). Com relação aos passivos financeiros, a classificação continua essencialmente sem alterações relevantes em relação à norma atual. O Banco reclassificou um ativo financeiro anteriormente classificado como "Disponível para venda" para "Valor justo por meio do resultado", o que gerou uma reclassificação da marcação de mercado negativa de "Outros resultados abrangentes" para "Lucros ou prejuízos acumulados", no montante de R$ 392, líquido dos efeitos tributários, não gerando impactos no patrimônio líquido. Adicionalmente, os contratos de câmbio passaram a ser tratados contabilmente como derivativos, e classificados na categoria "Valor justo por meio do resultado", o que gerou um impacto negativo no patrimônio líquido de R$ 48, líquido dos efeitos tributários, referente à marcação a mercado dos contratos em aberto. A partir de 1º de janeiro de 2025, os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado serão reconhecidos utilizando o método da Taxa Efetiva de Juros ("TEJ"). Isso significa que o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual será equalizado ao valor contábil bruto do ativo ou passivo financeiro. No entanto, as operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024 continuarão a ser reconhecidas pela taxa contratual estipulada nos respectivos contratos durante sua vigência. Referente às operações de créditos classificadas na categoria custo amortizado, o Banco optou, para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo segundo o método completo e apropriação às receitas contratuais; e, adicionalmente, sem o reconhecimento dos custos imateriais, conforme disposto no art. 13 da Resolução BCB nº 352. **Modelo de** ***impairment*** **por risco de crédito:** A Resolução CMN nº 4.966 institui um novo conceito para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. De acordo com a classificação no segmento prudencial, as instituições financeiras devem adotar a metodologia completa ou simplificada para avaliar perdas. Como o Banco está enquadrado no segmento S3, a metodologia a ser aplicada é a completa. Dentre os critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas, devem ser consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais. Atualmente, as perdas por *impairment* são registradas apenas quando há evidências objetivas de que o valor recuperável dos ativos diminuiu devido a um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial desses ativos. Além disso, esses eventos de perda devem afetar adversamente os fluxos de caixa futuros esperados do ativo, os quais podem ser estimados com confiabilidade. Sob o padrão atual, as perdas incorridas são avaliadas com base em informações razoáveis e sustentáveis sobre eventos passados e condições atuais. De acordo com a Resolução CMN nº 4.966, a expectativa de eventos futuros e condições econômicas também devem ser consideradas. O Banco não reconhece os juros a partir do momento que a Administração entende que o reconhecimento desta receita não seja provável, em função de significativa incerteza de recebimento futuro, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 90 dias de atraso. A Resolução CMN nº 4.966, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio segundo: Estágio 1 - Operações em curso normal - Perda Esperada considerando a probabilidade de *default* para até os próximos 12 meses; • Instrumentos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, não sejam classificados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito; Estágio 2 - Operações que apresentaram aumento significativo no risco de crédito - Perda Esperada *Lifetime*; • Segundo a Resolução CMN nº 4.966, há um aumento significativo de risco quando houver atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou dos encargos; • Observar demais critérios para caracterização de aumento significativo de riscos. Estágio 3 - Operações em *default* (ativo problemático) - Perda Esperada *Lifetime*; • Atraso superior a 90 dias, podendo considerar um prazo inferior diante de evidências de que, dentro desse prazo, há uma redução significativa da capacidade financeira da contraparte para cumprir suas obrigações conforme pactuado; ou • Indicativos de que a obrigação correspondente não será totalmente cumprida nas condições estabelecidas, sem a necessidade de recorrer a garantias ou colaterais. Neste sentido, a Administração avaliou que há evidências objetivas quanto à perda pelo valor recuperável em operações que possuem atraso igual ou superior a 90 dias. **Escopo de aplicação:** O modelo de *impairment* de ativos financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966 tem escopo de aplicação mais abrangente do que o modelo de perda atualmente utilizado, aplicando-se sobre os ativos financeiros classificados nas categorias CA, VJORA e VJR, quando aplicável. **Metodologia de estimação de** ***Impairment*:** O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD, LGD e EAD: - PD (*Probability of Default*): A probabilidade de *default* tem o objetivo de estimar qual a probabilidade de uma determinada operação apresentar *default*, com base nas definições da Resolução CMN nº 4.966 e demais critérios que a entidade julgar razoável. Considerando que a PD tem a funcionalidade de representar probabilidade de *default* ocorrer e não sua severidade, a sua estimativa deve considerar a frequência de ocorrências e não o valor destas. Além disso, será necessário definir no processo de modelagem as PDs 12 meses para fins de mensuração dos instrumentos classificados no Estágio 1 e PDs *Lifetime* para aplicação no Estágio 2. As principais premissas observadas para o parâmetro de PD são as seguintes: • Histórico e expectativas; • Crescimento do PIB real (% a.a.) - Brasil e EUA; • Índice de Desemprego (%) - Brasil e EUA; • Taxa Básica de Juros (SELIC) (% a.a.) - Brasil e Canadá; • Crescimento do PIB real (% a.a.) - Global; • Rentabilidade de Título Soberano de 10 anos (% a.a.) - Brasil e EUA. - LGD (*Loss Given Default*): A perda, dado o *default*, tem o objetivo de estimar o montante de perda efetiva das operações que entram em *default*. Para a estimativa deste parâmetro, são utilizados os montantes das operações em *default* e os montantes que se concretizaram como perda, assim, encontrando a relação de perda frente ao total de *defaults*. É importante avaliar o prazo de recuperação para cada grupo e as suas respectivas correlações para definição dos critérios de baixa à prejuízo, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966. As principais premissas de modelagem observadas para o parâmetro de LGD são as seguintes: • Histórico e expectativas; • Índice de Desemprego (%) - Brasil e Países PAC (Aliança do Pacífico: Bloco comercial que inclui Chile, Colômbia, México e Peru); • Crescimento do PIB real (% a.a.) - Global; • Histórico de perdas realizadas e custos de recuperação relativos a *defaults* observados. - EAD (*Exposure at Default*): A exposição ao *default* tem o objetivo de refletir o saldo exposto no momento do *default*. Com base na Resolução CMN nº 4.966, as perdas esperadas devem considerar como base de cálculo o valor contábil bruto dos ativos financeiros. Com base nos modelos adotados, o Banco estimou um impacto positivo de aproximadamente de R$ 63 em seu patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, consequente da adoção da Resolução CMN nº 4966, relativo ao *impairment* de seus ativos financeiros. Esse montante será reconhecido contabilmente quando da adoção do normativo, em 1º de janeiro de 2025, em contrapartida à conta redutora do ativo "provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito" no que tange à perda esperada para os ativos financeiros. **Definição de ativo problemático e** ***stop accrual*:** A Resolução CMN nº 4.966 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução proíbe explicitamente o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como *Stop Accrual*. Conforme mencionado anteriormente, referente a operações em estágio 3, os ativos se tornam problemáticos quando uma operação possuir atraso maior ou igual a 90 dias. Para os ativos com características de problema de recuperação de crédito são considerados os seguintes critérios: (i) a contraparte não possui mais a capacidade financeira de honrar sua obrigação; (ii) reestruturação do ativo; (iii) falência decretada, recuperação judicial; (iv) ordem judicial que impeça o cumprimento das obrigações; (v) redução significativa da liquidez do ativo associado à obrigação, devido à diminuição da sua capacidade financeira em honrar sua obrigação; (vi) inadimplência de cláusulas contratuais relevantes; e (vii) negociação de instrumentos com desconto significativo que reflita perdas incorridas associadas ao risco de crédito. **Baixa de ativo financeiro:** Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários: - Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou - O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa. Trimestralmente, o Banco realiza uma análise detalhada do fluxo de caixa de cada contraparte. Esta análise abrange tanto o fluxo de caixa próprio quanto a capacidade de recuperação das garantias. Com base nessa avaliação, decide-se sobre a viabilidade de recuperação do valor tomado. Se a recuperação for considerada inviável, procede-se com a baixa contábil. **Ajuste ao risco de crédito próprio:** A Resolução CMN nº 4.966 institui o reconhecimento da parcela da variação no valor justo de passivo financeiro derivativo decorrente de alterações no risco de crédito próprio da instituição, conhecido como *DVA (Debit Valuation Adjustment)*. Com isso, o Banco estimou um impacto positivo de aproximadamente R$ 4.193 em seu patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, decorrente da adoção da Resolução CMN nº 4.966, relativo ao ajuste de seu passivo financeiro. ***Hedge accounting*:** Os requisitos de *Hedge Accounting* estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetem os resultados da entidade. Ressalta-se que as operações de *hedge* devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo: • *Hedge* de valor justo; • *Hedge* de fluxo de caixa; • *Hedge* de investimento líquido no exterior. **b) Resolução CMN nº 4.975:** A Resolução CMN nº 4.975 define que as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar o CPC 06 - Arrendamentos "no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil." Desta forma, o Banco passou a tratar o contrato de aluguel de sua sede como um arrendamento financeiro, reconhecendo em seu balanço um ativo de direito de uso, que é depreciado pelo prazo do contrato, e um passivo de arrendamento, com reconhecimento de despesa financeira. O Banco realizou uma projeção considerando as despesas de juros, depreciação e aluguel para calcular o valor presente destes fluxos e definir o valor inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço, utilizando taxas de mercado. Ao final do contrato, o total das despesas de juros e depreciação reconhecidas no resultado é igual ao total dos montantes de aluguel efetivamente pagos, apesar de o momento do reconhecimento das despesas ser diferente. Com base nos modelos adotados, o Banco estimou um impac-

continua...

Eufrázio



Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

continuação

to negativo de aproximadamente R$ 260 em seu patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, conseguinte da adoção da Resolução CMN nº 4.975. **c) Impostos Correntes e Diferidos:** A Lei nº 14.467, publicada em 17 de novembro de 2022, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, a Lei nº 9.430 não se aplicará mais às instituições financeiras. Tais alterações visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir as vulnerabilidades decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras. **Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:** (i) O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação; (ii) O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, segundo as seguintes regras: - Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida; - Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito; - Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores. Os fatores "A" e "B" estão definidos na Instrução Normativa RFB nº 1.700. Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No entanto, quando esses encargos se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica dentro do período legal, para os fins legais, devem ser adicionados à base de cálculo. Recuperação de créditos: Deverão ser computados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o montante dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer época ou a qualquer título, inclusive nos casos de novação da dívida ou do arresto dos bens recebidos em garantia real. Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja pessoas jurídicas (PJ) ou físicas (PF); diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior. Adicionalmente, deverão ser imputados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o total dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer período ou qualquer título, inclusive nos casos de pagamento indireto que consiste na extinção da dívida antiga para a criação de uma nova, ou de arresto dos bens recebidos em garantia real. Conforme a Lei nº 14.467, estabeleceu diretrizes o qual Banco será responsável por realizar a dedução na proporção de 1/36 para cada mês do período de apuração, a partir de abril de 2025, referente as diferenças temporárias relacionadas a perdas de operações de crédito adicionadas à base do lucro real até 31 de dezembro de 2024, e ainda não deduzidas até esta data. O Banco estimou um impacto fiscal negativo de aproximadamente R$ 3.230 em seu patrimônio líquido, conseguinte da adoção das Resoluções CMN nº 4.966 e nº 4.975.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis: a. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. **b. Apuração de resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial negativa das contas "Outras receitas/despesas operacionais" diretamente para as respectivas contas "Receitas/(despesas) da intermediação financeira" na demonstração de resultado. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas - posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor. **d. Títulos e valores mobiliários:** São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. "Títulos mantidos até o vencimento", para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e, "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apreçamento a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do *spread* de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos na nota 3g. No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor patrimonial das respectivas cotas. **e. Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.082 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos e operações de futuros, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apreçamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos financeiros derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente. Instrumentos financeiros considerados como *hedge* contábil de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do exercício. No momento da designação inicial do *hedge*, o Banco formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais. O Banco faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existem uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro do intervalo de 80% e 125%. **f. Operações de crédito:** São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas. As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento. **g. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). O Banco aplica, adicionalmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa suas estimativas com base em estudos internos (provisão complementar). As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. **h. Operações de câmbio:** A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a de fechamento disponibilizada pelo BACEN. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas da demonstração dos resultados conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais. **i. Outros ativos:** Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço. **j. Permanente:** - **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos ativos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens. - **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. - **Investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **k. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificadas perdas por *impairment*. **l. Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses:** Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os custos incorridos na forma de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originais. **m. Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos. **n. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei nº 9.430. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei nº 7.689. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. Os créditos tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social. Com base na Resolução CMN nº 4.842, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização desses ativos (nota 20c). **o. PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. **q. Pagamento baseado em ações:** Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (nota 22). **r. Benefícios a empregado pós-emprego:** Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, nos quais o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. **s. Resultado recorrente e não recorrente:** A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que: (i) Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota 30.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2024	2023
Disponibilidades	59.472	32.499
Moeda nacional	3.715	3.253
Moeda estrangeira	55.757	29.246
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.389.211	3.686.087
Aplicações em operações compromissadas - revendas a liquidar - posição bancada	3.205.970	3.435.196
Aplicações em depósitos interfinanceiros	183.241	250.891
Total	3.448.683	3.718.586

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2024 Até 3 meses	2024 Total	2023 Total
Aplicações em operações compromissadas	8.832.494	8.832.494	9.220.074
Posição bancada			
LTN	7.805.878	7.805.878	7.163.063
NTN	-	-	1.170.253
Posição vendada			
LTN	1.011.574	1.011.574	886.758
Posição financiada			
LTN	15.042	15.042	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	183.241	183.241	250.891
Total	9.015.735	9.015.735	9.470.965

6. Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

Composição por tipo e vencimento

	2024 Sem vencimento	2024 Até 3 meses	2024 De 3 a 6 meses	2024 De 6 a 12 meses	2024 Acima de 12 meses	2024 Valor de mercado/contábil	2024 Custo atualizado	2023 Valor de mercado/contábil	2023 Custo atualizado
Títulos para negociação									
Carteira própria									
LTN	-	-	-	-	-	-	-	10.326	10.328
NTN	-	-	-	-	1.607	1.607	1.796	1.770	1.811
Total	-	-	-	-	1.607	1.607	1.796	12.096	12.139
Títulos disponíveis para venda									
Carteira própria									
LTN	-	-	-	-	69.233	69.233	69.714	303.864	303.940
Ações de companhias fechadas	6.855	-	-	-	-	6.855	7.568	7.568	7.568
Subtotal	6.855	-	-	-	69.233	76.088	77.282	311.432	311.508
Vinculados à prestação de garantias[(a)]									
LTN	-	-	291.070	281.233	-	572.303	577.430	281.932	282.201
LFT	-	354.048	-	160.330	1.114.204	1.628.582	1.628.685	1.266.039	1.266.250
Cotas de fundo de investimento	44.491	-	-	-	-	44.491	44.491	43.690	43.690
Subtotal	44.491	354.048	291.070	441.563	1.114.204	2.245.376	2.250.606	1.591.661	1.592.141
Total	51.346	354.048	291.070	441.563	1.183.437	2.321.464	2.327.888	1.903.093	1.903.649

	2024 Sem vencimento	2024 Até 3 meses	2024 De 3 a 6 meses	2024 De 6 a 12 meses	2024 Acima de 12 meses	2024 Custo atualizado/contábil	2024 Valor de mercado	2023 Custo atualizado/contábil	2023 Valor de mercado
Títulos mantidos até o vencimento									
Carteira própria									
Debêntures[(b)]	-	-	-	-	-	-	-	74.020	74.781
Total	-	-	-	-	-	-	-	74.020	74.781
Total Geral	51.346	354.048	291.070	441.563	1.185.044	2.323.071	2.329.684	1.989.209	1.990.569

(a) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos e de câmbio. (b) No exercício de 2024, não há a provisão para perdas associadas ao risco de crédito (R$ 377 em 2023).

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

7. Instrumentos Financeiros Derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais adversas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco. Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos: **a. Contratos futuros:**

	2024 Valor de mercado - Valor referencial	2024 Valor de mercado - Ajuste a receber/(pagar)	2023 Valor de mercado - Valor referencial	2023 Valor de mercado - Ajuste a receber/(pagar)
Posição comprada	35.937.004	(91.474)	40.386.548	157.933
DI	4.064.636	(182)	1.493.189	(267)
DDI	31.477.609	(90.588)	38.893.359	158.200
Dólar	394.759	(704)	-	-
Posição vendida	1.957.150	4.111	1.861.615	(4.729)
DI	138.683	167	311.849	278
DDI	1.337.996	2.537	1.004.860	(3.253)
Dólar	480.471	1.407	544.906	(1.754)

Em 31 de dezembro de 2024, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica "Outros passivos financeiros" no passivo circulante, o montante de R$ 106 (R$ 38 em 2023), referente a comissões e corretagens a liquidar junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. **b. Operações de *swap* e operações a termo:**

Por indexador	2024 Valor referencial	2024 Valor de custo	2024 Valor de mercado	2023 Valor referencial	2023 Valor de custo	2023 Valor de mercado
Swap						
Valores a receber	3.223.283	399	76.319	32.222.291	3.104.087	4.422.708
CDI x Dólar	2.813.545	-	74.296	31.978.791	3.100.159	4.419.280
Pré x Dólar	-	-	-	243.500	3.928	3.428
Dólar x CDI	5.878	372	369	-	-	-
CDI x CDI	403.860	27	1.654	-	-	-
Valores a pagar	30.626.960	(5.479.202)	(4.220.609)	3.439.589	(343.977)	(229.704)
CDI x Dólar	30.204.954	(5.413.156)	(4.147.085)	3.352.236	(343.463)	(229.413)
Pré x Dólar	243.500	(64.931)	(72.370)	-	-	-
Dólar x CDI	178.506	(1.115)	(1.154)	87.353	(514)	(291)
Termo de moedas - NDF						
Valores a receber	3.481.536	326.268	328.688	148.347	349	796
Posição comprada - Dólar	3.481.536	326.268	328.688	141.343	225	692
Posição vendida - Dólar	-	-	-	7.004	124	104
Valores a pagar	413.871	(2.535)	(2.994)	2.213.587	(80.698)	(78.244)
Posição comprada - Dólar	285.891	-	(569)	2.208.725	(80.698)	(78.213)
Posição vendida - Dólar	127.980	(2.535)	(2.425)	4.862	-	(31)
Total	37.745.650	(5.155.070)	(3.818.596)	38.023.813	2.679.761	4.115.556

c. Composição por vencimento: O quadro a seguir demonstra os valores referenciais registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento:

	2024 Até 3 meses	2024 De 3 a 6 meses	2024 De 6 a 12 meses	2024 Acima de 12 meses	2024 Total	2023 Total
Futuros[(a)]	6.284.577	4.761.355	7.946.076	22.872.146	41.894.154	42.248.163
Swap[(a)]	4.177.856	1.975.928	7.966.094	19.730.365	33.850.243	35.661.879
Termo de moedas - NDF[(b)]	2.265.321	1.023.780	572.379	33.927	3.895.407	2.361.934
Total	12.727.754	7.761.063	16.484.549	42.636.438	79.639.804	80.271.976

(a) Contraparte: B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. (b) Contraparte: pessoa jurídica.

d. Segregação entre circulante e não circulante: O valor de mercado dos instrumentos financeiros estava segregado conforme segue:

	2024 Circulante	2024 Não circulante	2024 Total	2023 Circulante	2023 Não circulante	2023 Total
Ativo						
Swap	2.023	74.296	76.319	576.683	3.846.025	4.422.708
Termo de moedas - NDF	328.690	(2)	328.688	719	77	796
Total	330.713	74.294	405.007	577.402	3.846.102	4.423.504
Passivo						
Swap	(2.647.521)	(1.573.088)	(4.220.609)	(140.642)	(89.062)	(229.704)
Termo de moedas - NDF	(2.874)	(120)	(2.994)	(72.486)	(5.758)	(78.244)
Total	(2.650.395)	(1.573.208)	(4.223.603)	(213.128)	(94.820)	(307.948)

e. Resultados: Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão assim compostos:

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Futuros	3.049.087	7.033.633	(5.857.116)
Swap	(2.943.612)	(6.256.047)	6.212.073
Termo de moedas - NDF	307.626	695.024	(211.735)
Total	413.101	1.472.610	143.182

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

f. *Hedge* de risco de mercado: O quadro a seguir demonstra os valores dos contratos designados como instrumentos financeiros de *hedge* e do item objeto de *hedge*:

Estratégia de *hedge* de risco de mercado	2024 Instrumentos de *hedge* - Valor de mercado	2024 Item objeto de *hedge* - Valor de mercado	2024 Item objeto de *hedge* - Valor de custo	2023 Instrumentos de *hedge* - Valor de mercado	2023 Item objeto de *hedge* - Valor de mercado
Hedge de obrigações por empréstimos externos	1.884.378	1.866.665	1.899.731	-	-
Total	1.884.378	1.866.665	1.899.731	-	-

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082 do BACEN. O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado para proteção contra o risco de exposição cambial para pagamentos de principal e dos juros cambiais prefixados, referente à captação de recursos contraídos no exterior. A estrutura da operação é uma combinação de contratos de Futuro DDI utilizados como instrumentos derivativos de *hedge* e de obrigações por empréstimos no exterior captados (nota 15) em moeda norte americana, com vencimentos até outubro de 2027, designados como item objeto de *hedge* de risco de mercado. O valor a mercado da captação externa, item objeto de *hedge*, leva em consideração as características da operação com relação à taxa de juros e o seu prazo para determinação do valor futuro dos fluxos de caixa, que serão descontados a valor presente pelas taxas de mercado, calculadas com base nos preços negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. **8. Gerenciamento de Riscos: Administração de risco operacional:** O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro do Banco. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco. A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Banco e do BNS. **Administração de riscos de mercado e liquidez:** Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de riscos são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.958. **Administração de risco de crédito:** Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam. A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que são contábeis. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Banco. De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito do Banco. **Gerenciamento de capital:** O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital com o intuito de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557. Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital e; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital. A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: http://www.br.scotiabank.com. **Risco de mercado:** Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banco, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias

continua



Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

continuação

(*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. De acordo com as diretrizes do BACEN, através das Resoluções CMN nº 4.557 e BCB nº 111, as operações são divididas entre as carteiras de negociação e bancária. A carteira de negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou como objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado. Na carteira bancária estão incluídas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Banco, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento (*Held to Maturity*) e os instrumentos da carteira de tesouraria. Com o intuito de avaliar os efeitos no resultado diante de eventuais cenários, o Banco realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração. **Análise de sensibilidade 1:** São considerados choques paralelos nas curvas dos fatores de riscos mais relevantes. Consideram-se dois cenários para essa simulação, em que cada fator de risco analisado sofre um incremento ou uma redução de 100 pontos base. Essa análise examina os efeitos no resultado da organização diante de possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

Carteira de negociação

	Cenários	
Taxas de juros	+100 bps	-100 bps
Exposição de juros prefixados	(78)	78
Exposição ao cupom cambial	684	(684)
Total	606	(606)

Carteira de negociação + bancária

	Cenários	
Taxas de juros	+100 bps	-100 bps
Exposição de juros prefixados	(3.751)	3.751
Exposição ao cupom cambial	584	(584)
Total	(3.167)	3.167

Análise de sensibilidade 2: São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais. • **Cenário (I):** Choque paralelo de 10 pontos base (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 10% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais. • **Cenário (II):** Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 20% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais. • **Cenário (III):** Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 30% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais. É importante destacar que os cenários (II) e (III) envolvem eventos relacionados a fortes situações de estresse.

Carteira de negociação:

	Cenários		
Taxas de juros	(I)	(II)	(III)
Exposição de juros prefixados	(8)	(342)	(513)
Exposição ao cupom cambial	(68)	(783)	(1.175)
Total	(76)	(1.125)	(1.688)
Taxas de câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(672)	(1.343)	(2.015)

Carteira de negociação + bancária

	Cenários		
Taxas de juros	(I)	(II)	(III)
Exposição de juros prefixados	(375)	(11.084)	(16.626)
Exposição ao cupom cambial	(58)	(664)	(995)
Total	(433)	(11.748)	(17.621)
Taxas de câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(1.041)	(2.083)	(3.124)

Na análise realizada, as operações da carteira bancária sofreram valorização ou desvalorização em decorrência das mudanças nas taxas de juros a termo praticadas no mercado. Essas oscilações não representam impacto financeiro no resultado do Banco, pois os ativos financeiros contidos nessa carteira não são mensurados ao valor de mercado e, por consequência, o impacto dessas oscilações são considerados somente no patrimônio líquido do Banco. No caso da carteira de negociação, as exposições representam impactos no resultado do Banco devido à marcação a mercado dos ativos ou devido à sua realização ou liquidação.

9. Operações de Crédito: a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo

	2024				2023
	A vencer				
Setor privado	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Nota de crédito à exportação (NCE)	-	148.624	1.104.580	1.253.204	-
Indústria	-	148.624	1.104.580	1.253.204	-
Total NCE	-	148.624	1.104.580	1.253.204	-
CCL exportação com ACC/ACE - (nota 10)	65.108	56.696	-	121.804	293.731
Indústria	65.108	56.696	-	121.804	293.731
Rendas a receber de ACC/ACE - (nota 10)	979	1.238	-	2.217	5.511
Indústria	979	1.238	-	2.217	5.511
Variação cambial CCL exportação com ACC/ACE (i)	3.898	5.283	-	9.181	(5.457)
Indústria	3.898	5.283	-	9.181	(5.457)
Total ACC e ACE	69.985	63.217	-	133.202	293.785
Total	69.985	211.841	1.104.580	1.386.406	293.785

(i) Conforme instruções do BACEN, o Banco calcula a provisão para perdas associadas ao risco de crédito das operações, com base no saldo de câmbio comprado a liquidar (CCL) das operações com adiantamento de contrato de câmbio (ACC/ACE) adicionado aos respectivos rendimentos, convertidos em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Banco não possuía operações de cessão de crédito com transferências ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533. **b. Concentração das operações de crédito:**

	2024	2023
Principal devedor	1.253.204	234.054
Percentual sobre o total da carteira de crédito	90,4%	79,7%
20 maiores devedores	1.386.406	293.785
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%

c. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2024					2023	
Nível de risco	% mínimo de provisionamento requerido	Total da carteira	Provisão mínima	Provisão complementar(i)	Provisão total	Total da carteira	Provisão total
AA	0%	1.386.406	-	(133)	(133)	234.054	(234)
A	0,50%	-	-	-	-	38.700	(198)
H	100%	-	-	-	-	21.031	(21.031)
Total		1.386.406	-	(133)	(133)	293.785	(21.463)

(i) Provisão complementar aos percentuais estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682.

d. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2024	2023
Saldos no início dos exercícios	(21.463)	(133.697)
Constituição de provisão	(2.132)	(1.613)
Reversão de provisão	-	10.949
Baixa para prejuízo	23.462	102.898
Saldos no final dos exercícios	(133)	(21.463)

e. Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo: O montante de crédito renegociados em 31 de dezembro de 2024 representa R$ 84.659 (R$ 24.270 em 2023). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve baixa de créditos para prejuízo no montante de R$ 23.462 (R$ 102.898 em 2023). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve recuperações de crédito. **f. Resultado de operações de crédito:**

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de financiamentos à exportação	179.352	273.797	1.472
Rendas de repasses interfinanceiros	-	-	18.068
Variação cambial negativa	-	-	(27.701)
Rendas de conta garantida	1	1	-
Total	179.353	273.798	(8.161)

10. Operações de Câmbio

	2024	2023
Ativo circulante		
Câmbio comprado a liquidar	750.467	288.906
Direitos sobre vendas de câmbio	-	2.562
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - (nota 9a)	2.217	5.511
Total	752.684	296.979
Passivo circulante		
Obrigações por compra de câmbio	730.115	294.365
Câmbio vendido a liquidar	-	2.562
Adiantamentos sobre contrato de câmbio - (nota 9a)	(121.804)	(293.731)
Total	608.311	3.196

11. Outros Ativos: a. Composição de outros ativos financeiros:

	2024	2023
Ativo circulante		
Negociação e intermediação de valores	4.216	158.479
Outros	2	4
Subtotal	4.218	158.483
Ativo não circulante		
Devedores por depósitos em garantia - (nota 18d)	53.282	47.800
Subtotal	53.282	47.800
Total	57.500	206.283

b. Composição de outros ativos:

	2024	2023
Ativo circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	1.210	274
Antecipação de IRPJ e CSLL	36.728	491
Outros impostos e contribuições a compensar	460	444
Valores a receber sociedades ligadas	1.831	1.750
Outros valores e bens	1.399	1.153
Subtotal	41.628	4.112
Ativo não circulante		
Antecipação de IRPJ e CSLL	16	95
Outros valores e bens	82	17
Subtotal	98	112
Total	41.726	4.224

12. Participações em Controladas: O Banco possui participação de 100% na Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme segue:

	2024	2023
Percentual de participação no capital social	100%	100%
Quantidade de ações detidas	60.000.000	60.000.000
Capital social da controlada	60.000	60.000
Patrimônio líquido da controlada	65.471	66.192
Resultado do período da controlada	(382)	1.389
Valor contábil do investimento - ativo não circulante	65.471	66.192
Resultado de equivalência patrimonial	(382)	1.389

13. Depósitos

	2024					2023
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	72	-	-	-	72	114
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	211.441
Depósitos a prazo	-	495.537	217.817	223.049	936.403	4.387.121
Total	72	495.537	217.817	223.049	936.475	4.598.676

Em 31 de dezembro de 2024, a taxa média das captações dos depósitos a prazo é de 101% do CDI (102% do CDI em 2023).

14. Captações no Mercado Aberto: Em 31 de dezembro de 2024, estão representadas por obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação no montante de R$ 1.010.012 (R$ 886.740 em 2023) e operações de venda com compromisso de recompra no montante de R$ 15.004 (R$ 0 em 2023), com vencimentos até março de 2025 e taxa média de 11,99% ao ano (10,91% ao ano em 2023).

15. Obrigações por Empréstimos

Linhas de crédito	Taxa de juros a.a.	Vencimentos até	Saldo em 2024
Obrigações por empréstimos no exterior (i)	5,10% a 5,16%	26/07/2027	1.866.665
Financiamentos à exportação	4,52% a 4,95%	25/04/2025	131.475
Total			1.998.140

(i) Linhas de crédito destinadas a eventuais necessidades de liquidez.

Linhas de crédito	Taxa de juros a.a.	Vencimentos até	Saldo em 2023
Outras obrigações em moeda estrangeira (i)	5,31% a 5,32%	04/01/2024	6.621.517
Financiamentos à exportação	5,63% a 5,88%	04/06/2024	268.152
Total			6.889.669

(i) Linhas de crédito destinadas a eventuais necessidades de liquidez.

16. Obrigações por Repasses: Em 31 de dezembro de 2024, as obrigações por repasses do exterior no montante de R$ 1.253.204 (R$ 0 em 2023) estão representadas por captação externa na forma da Resolução CMN nº 2.921, sendo R$ 14.744 com vencimento em abril de 2025 e R$ 1.238.460 com vencimento em abril de 2029. **17. Outros Passivos: a. Composição de outros passivos financeiros:**

	2024	2023
Passivo circulante		
Relações interdependências	-	5.734
Negociação e intermediação de valores	91.685	5.313
Total	91.685	11.047

b. Composição de outros passivos:

	2024	2023
Passivo circulante		
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	91.844	-
Impostos e contribuições a recolher	41.350	24.990
Provisão para despesas de pessoal	24.974	14.701
Valores a pagar sociedades ligadas	894	634
Outros	8.634	4.249
Subtotal	167.696	44.574
Passivo não circulante		
Provisão para despesas de pessoal	9.780	11.498
Subtotal	9.780	11.498
Total	177.476	56.072

18. Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: a. Ativos contingentes: O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros. **b. Contingências passivas:** O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3p. O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica "Provisão para contingências", no passivo não circulante. As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R$ 212 (R$ 429 em 2023). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas. Existem processos em andamento de natureza fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R$ 16.393 (R$ 15.515 em 2023), sendo os mais significativos decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R$ 5.990 (R$ 5.814 em 2023) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R$ 9.065 (R$ 8.416 em 2023), referente a impostos reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal. **c. Obrigações legais:** Em 31 de dezembro de 2024, o processo principal no montante de R$ 22.309 (R$ 21.417 em 2023), incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17 e Lei Complementar nº 7 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade. O Banco não possui outros processos materiais com possibilidade de perda provável ou possível, além dos já mencionados. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas. **d. Movimentação dos saldos:**

	2024					2023
Provisão para contingências	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações legais	Cíveis	Total	Total
Saldo inicial	677	3.257	28.411	1	32.346	30.334
Constituição	2	-	192	-	194	291
Atualização	81	139	1.276	-	1.496	1.721
Pagamento	-	-	-	(1)	(1)	-
Total	760	3.396	29.879	-	34.035	32.346

	2024				2023
Depósitos judiciais	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações legais	Total	Total
Saldo inicial	104	18.312	29.384	47.800	42.602
Constituição	13	2.695	192	2.900	2.459
Atualização	8	1.270	1.329	2.607	2.739
Pagamento	-	(25)	-	(25)	-
Total - (nota 11a)	125	22.252	30.905	53.282	47.800

19. Patrimônio Líquido: a. Capital social: O capital social, totalmente integralizado, no valor de R$ 2.825.473, está representado por 107.076 (101.010 em 2023) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo nº 202 da Lei nº 6.404. Em 20 de dezembro de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi deliberado o aumento de capital social no valor de R$ 198.525, integralizados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio. O processo está em fase de homologação pelo BACEN. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se à parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes. **c. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A Administração deliberará em Assembleia Geral, anualmente, o montante mínimo relativo à distribuição de dividendos referente ao lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram aprovados para pagamento: I. Dividendos no valor de R$ 309.620 (R$ 1.000 em 2023), em 28 de outubro de 2024, conforme Ata de Reunião de Diretoria; II. Juros sobre o capital próprio no valor de R$ 198.525 (R$ 189.125 em 2023), já deduzidos do imposto de renda retido na fonte no valor de R$ 35.034 (R$ 33.375 em 2023), em 20 de dezembro de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária. **20. Imposto de Renda e Contribuição Social: a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações:**

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após as participações nos lucros	394.319	394.319	408.307	408.307
Juros sobre o capital próprio	(233.559)	(233.559)	(222.500)	(222.500)
Adições/(exclusões) temporárias	135.882	135.882	(739.429)	(739.435)
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	133.322	133.322	(720.472)	(720.472)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(21.707)	(21.707)	(112.147)	(112.147)
Créditos baixados para prejuízo	23.462	23.462	102.898	102.898
Outras	805	805	(9.718)	(9.718)
Adições/(exclusões) permanentes	(32)	(25)	(2.759)	(2.752)
Base tributável	296.610	296.617	(556.381)	(556.384)
Compensação de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social	(88.983)	(88.985)	-	-
Base tributável após a compensação	207.627	207.632	(556.381)	(556.384)
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Total IRPJ e CSLL - Valores correntes antes dos incentivos fiscais	(51.883)	(41.526)	-	-
Incentivos fiscais	1.565	-	-	-
Total IRPJ e CSLL - Valores correntes	(50.318)	(41.526)	-	-
Créditos tributários	(20.920)	(16.737)	134.912	107.943
Passivo fiscal diferido	32.645	26.116	(180.692)	(144.554)
Total	(38.593)	(32.147)	(45.780)	(36.611)

b. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem:

Créditos tributários	Saldos em 31/12/2023	Constituição	Realização/reversão	Saldos em 31/12/2024
Refletido no resultado	510.539	20.197	(57.854)	472.882
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	426.747	-	(40.043)	386.704
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	14.532	760	-	15.292
Provisões indedutíveis	9.750	8.813	(5.073)	13.490
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.658	-	(9.598)	60
Créditos baixados para prejuízo	46.304	10.558	-	56.862
Provisão para risco de crédito - debêntures	181	-	(181)	-
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como negociação	19	66	-	85
Outros	3.348	-	(2.959)	389
Refletido no patrimônio líquido	251	2.838	(198)	2.891
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	251	2.517	(198)	2.570
Ajuste a valor de mercado de ações	-	321	-	321
Total	510.790	23.035	(58.052)	475.773

Passivo fiscal diferido	Saldos em 31/12/2023	Constituição	Realização/reversão	Saldos em 31/12/2024
Refletido no resultado				
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	(745.292)	(62.069)	123.350	(684.011)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(11.747)	(1.168)	-	(12.915)
Marcação a mercado de operações compromissadas	(168)	(1.352)	-	(1.520)
Total	(757.207)	(64.589)	123.350	(698.446)

c. Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

Prazo de realização	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
1º ano	11.768	35.168	46.936
2º ano	12.371	61.278	73.649
3º ano	8.523	65.815	74.338
4º ano	8.295	68.502	76.797
5º ano	8.129	75.848	83.977
6º ano ao 10º ano	39.983	80.093	120.076
Total	89.069	386.704	475.773
Valor presente (i)	53.525	248.939	302.464

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

21. Partes Relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. **a. Transações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo/(passivo)		Receitas/(despesas)	
	2024	2023	2024	2023
Disponibilidades	626	1.665	231	(52)
BNS (Controlador)	626	1.665	231	(52)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	400	16	9
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	-	400	16	9
Carteira de câmbio - posição ativa	-	214	2.999	(3)
BNS (Controlador)	-	214	2.999	(3)
Outros ativos	103	226	(98)	(45)
BNS (Controlador)	103	226	(98)	(45)
Conta garantida	-	-	1	-
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	-	-	1	-
Depósitos à vista	(4)	(33)	-	-
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	(4)	(33)	-	-
Captações no mercado aberto	(15.004)	-	(3.506)	(42)
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	(15.004)	-	(3.506)	(42)
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas/receitas/(despesas) de prestação de serviços	537	1.116	17.662	14.152
BNS (Controlador)	576	1.349	18.608	14.228
Scotiabank Inverlat (México) (Parte relacionada)	(39)	(302)	(51)	(265)
Scotiabank Colpatria (Colômbia) (Parte relacionada)	-	69	(117)	(137)
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	-	-	(778)	326
Obrigações por empréstimos	(131.474)	(6.889.669)	(1.398.481)	(164.594)
BNS (Controlador)	(131.474)	(6.889.669)	(1.398.481)	(164.594)
Obrigações por repasses	(1.253.204)	-	(273.797)	8.161
BNS (Controlador)	(1.253.204)	-	(273.797)	8.161
Carteira de câmbio - posição passiva	-	(214)	(2.180)	(11)
BNS (Controlador)	-	(214)	(2.180)	(11)
Outras despesas operacionais	-	-	(68)	-
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	-	-	(68)	-

b. Remuneração da administração: Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizam R$ 40.269 (R$ 35.295 em 2023), sendo formadas por R$ 36.673 (R$ 29.969 em 2023), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R$ 3.596 (R$ 5.326 em 2023), que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. **22. Pagamento Baseado em Ações:** Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na Bolsa de Valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco

continua

Eufrázio

Scotiabank — Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

continuação

com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU ou PSU. **a. Plano de unidades de ações restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)**: De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2024, o valor do passivo provisionado para este plano é de R$ 8.888 (R$ 6.710 em 2023) e a quantidade total de ações devidas é de 68.581 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R$ 322,17 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R$ 9.200 (R$ 2.799 em 2023).

	Saldo 2024		Saldo 2023	
RSU	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Preço da ação	-	322,17(i)	-	235,60(i)
Devido	68.581	22.095	71.881	16.935
Provisionado	27.589	8.888	28.480	6.710
A provisionar	40.992	13.207	43.401	10.225

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 4,16 reais por dólar canadense.

	A pagar Dez/2025		Dez/2026		Dez/2027	
RSU	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Preço da ação	-	322,17(i)	-	322,17(i)	-	322,17(i)
Devido	25.244	8.133	29.781	9.595	13.556	4.367
Provisionado	16.467	5.305	10.500	3.383	622	200
A provisionar	8.777	2.828	19.281	6.212	12.934	4.167

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 4,16 reais por dólar canadense.

b. Plano de unidades de ações por desempenho (PSU - *Performance Share Unit Plan*): De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (retorno sobre o patrimônio líquido e retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 31 de dezembro de 2024, o valor do passivo provisionado para este plano é de R$ 5.661 (R$ 4.222 em 2023) e a quantidade total de ações devidas é de 41.138 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R$ 322,17 por ação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve despesa de R$ 3.584 (reversão de R$ 621 em 2023).

	Saldo 2024		Saldo 2023	
PSU	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Preço da ação	-	322,17(i)	-	235,60(i)
Devido	41.138	13.254	32.244	7.597
Provisionado	17.573	5.661	17.919	4.222
A provisionar	23.565	7.593	14.325	3.375

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 4,16 reais por dólar canadense.

	A pagar Dez/2025		Dez/2026		Dez/2027	
PSU	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Preço da ação	-	322,17(i)	-	322,17(i)	-	322,17(i)
Devido	10.445	3.365	17.102	5.510	13.591	4.379
Provisionado	10.445	3.365	6.712	2.162	416	134
A provisionar	-	-	10.390	3.348	13.175	4.245

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 4,16 reais por dólar canadense.

23. Benefícios a Empregado Pós-emprego: Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é de R$ 2.652 (R$ 1.168 em 2023). Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros. O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados. **24. Índice de Basileia e Limites Operacionais**: O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil, formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Basileia amplo do Conglomerado é de 51,65% (25,08% em 2023), o patrimônio de referência de R$ 3.223.084 (R$ 3.256.187 em 2023) e o patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (*RWA*) de R$ 399.489 (R$ 952.960 em 2023). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o índice de imobilização.

25. Despesas de Pessoal

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Proventos	44.391	79.467	58.208
Encargos sociais	16.440	29.264	21.258
Benefícios	4.010	7.679	6.444
Outras	871	1.771	752
Total	65.712	118.181	86.662

26. Outras Despesas Administrativas

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Serviços do sistema financeiro	5.223	10.268	8.838
Processamento de dados	5.545	9.738	9.005
Serviços de terceiros	2.227	4.320	3.945
Aluguéis	2.043	3.950	3.864
Depreciação/amortização	1.788	3.511	3.323
Serviços técnicos especializados	1.882	3.315	2.303
Contribuições filantrópicas	1.420	1.420	2.000
Comunicações	648	1.293	1.529
Água, energia e gás	331	661	635
Condomínio	314	588	558
Outras	2.065	4.261	2.656
Total	23.486	43.325	38.656

27. Outras Receitas Operacionais

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Reversão de provisões operacionais (i)	1.944	1.944	1.286
Recuperação de encargos e despesas	146	328	314
Reversão de provisão de ajustes prudenciais	1.668	6.577	4.115
Atualizações monetárias	1.331	2.617	2.758
Outras	211	397	497
Total	5.300	11.863	8.970

(i) Refere-se basicamente a reversão de provisão de bônus e despesas administrativas.

28. Receitas de Prestação de Serviços

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Rendas de serviços prestados a ligadas	10.927	21.589	17.887
Rendas de garantias prestadas	-	29	219
Rendas de comissão de colocação de títulos	-	2.240	-
Rendas de outros serviços	1	1	12.150
Total	10.928	23.859	30.256

29. Outras Informações: a. Garantias financeiras prestadas: As garantias financeiras prestadas são registradas em nome dos beneficiários ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros. As operações de garantias financeiras prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, utilizando os critérios definidos na nota 3g. São concedidos créditos por meio de garantias financeiras prestadas, conforme quadro a seguir:

	2024 Fianças bancárias	2024 *Standby letter of credit*	2024 Total	2023 Fianças bancárias	2023 *Standby letter of credit*	2023 Total
Garantias financeiras prestadas	590	-	590	2.469	23.087	25.556
Provisão para perdas garantias financeiras	-	-	-	(1)	(23)	(24)
Total	590	-	590	2.468	23.064	25.532

b. Operações ativas vinculadas: Em 31 de dezembro de 2024, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, conforme demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo/(passivo) 2024	Ativo/(passivo) 2023	Receitas/(despesas) 2024	Receitas/(despesas) 2023
Operações de crédito				
Nota de Crédito à Exportação (nota 8a)	1.253.204	-	273.797	(7.738)
Repasse interfinanceiro	-	-	-	(423)
Obrigações por empréstimos e repasses				
Repasses do exterior (nota 16)	(1.253.204)	-	(273.797)	8.161
Total	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração das operações ativas vinculadas era suficiente para cobrir os custos das operações de captação. Não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial. Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.677. **30. Resultado Recorrente e Não Recorrente**: Conforme disposto na Resolução BCB nº 2, deve ser considerado como resultado não recorrente, o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o resultado do Banco era integralmente recorrente.

Diretoria

Paulo André Campos Bernardo
Izabel Eliza de Oliveira Salvucci
Rodrigo Almeida Sergio
Luciana Chi

Jaques Mester
Victor de Souza Rosa
Fabio Tirolli de Sousa

Contador

Roberto Shoji Haga
CRC 1SP242224/O-6

Relatório do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Conglomerado, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e da empresa de auditoria externa e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da auditoria interna, dos auditores externos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. **Sistemas de controles internos e de administração de riscos**: O Comitê de Auditoria, avaliou, em reuniões com a Diretoria de Riscos & Compliance, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos de crédito, de mercado e de liquidez. Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Conglomerado são adequados e suficientes. **Cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas**: O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Conglomerado. **Auditoria interna**: O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas, da aprovação de seus planejamentos estratégico e tático e do acompanhamento de sua execução. O Comitê avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade do Conglomerado. **Auditoria externa**: O Comitê mantém com os auditores externos um canal de comunicação regular para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, permitindo aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis. O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela KPMG, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos. **Demonstrações financeiras**: O Comitê analisou as demonstrações financeiras em conjunto com as notas explicativas, relativas ao semestre e exercício de 2024 e revisou com a KPMG e com os executivos do Conglomerado antes de sua publicação. Verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Conclusão**: O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, certifica que as informações constantes neste relatório são verídicas, atendem às requisições definidas na Resolução CMN nº 4.910 e que o sistema de controles do Conglomerado é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 21 de março de 2025.
Comitê de Auditoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria**: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos**: Ver notas explicativas 3e e 7 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria**: Conforme divulgado nas notas explicativas 3e e 7, os instrumentos financeiros derivativos totalizam, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$ 405.007 mil (ativo) e R$ 4.223.603 mil (passivo) e são contabilizados pelo valor de mercado. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como swaps, termos de moeda (NDF) e operações de futuro, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, Corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outras. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos reconhecidos a outros tipos de instrumentos financeiros. Devido à relevância das operações de instrumentos financeiros derivativos e do resultado por eles gerados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto**: Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a: – Avaliamos o desenho, dos controles internos chaves implementados pelo Banco relacionados a processos de aprovação, registro e atualização das operações, para mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros. – Recalculamos, com base em amostragem da carteira de instrumentos derivativos, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros derivativos, o valor de mercado dos instrumentos financeiros com base em informações observáveis no mercado, como taxas de câmbio, índices econômicos e outras taxas divulgadas por entidades reguladoras ou de mercado; – Teste por amostragem das liquidações financeiras de instrumentos financeiros derivativos realizados durante o período; – Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros derivativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2025.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

ESTADÃO RI
QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO
CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA
Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.
ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS
ACESSE E CONHEÇA
CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442
ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO broadcast

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ nº 39.696.805/0001-57

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277 - 7º Andar - CEP 01452-000 - São Paulo - SP - Tel: (11) 2202-8100 - www.br.scotiabank.com

Scotiabank

Relatório da Administração

Apresentação

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

Outras informações

A Corretora iniciou suas atividades em 1º de novembro de 2021 como intermediadora ao fluxo de renda variável dos clientes institucionais e seu plano de negócios está sendo seguido integralmente e com o acompanhamento direto da Diretoria Executiva. Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve deliberação de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio. Os honorários pagos à auditoria externa, referentes aos serviços de auditoria e de não auditoria, são divulgados anualmente no *Annual Report* do *The Bank of Nova Scotia* ("BNS").

Agradecimentos

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Disponibilidades	4	4	33
Ativos financeiros		133.144	100.068
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	15.004	-
Títulos e valores mobiliários	6	51.227	68.448
Negociação e intermediação de valores	8	66.765	31.523
Outros ativos financeiros		148	97
Outros ativos	9	1.235	1.196
Diversos		1.235	1.196
Créditos tributários	12b	940	499
Imobilizado de uso		89	123
Imóveis de uso		8	8
Outras imobilizações de uso		231	220
Depreciações acumuladas		(150)	(105)
Intangível		269	430
Ativos intangíveis		807	807
Amortizações acumuladas		(538)	(377)
Total do ativo		135.681	102.349

Passivo	Nota	2024	2023
Passivos financeiros		66.250	31.807
Captações no mercado aberto		-	400
Negociação e intermediação de valores	8	66.250	31.407
Outros passivos	10	3.952	4.342
Diversos		3.952	4.342
Obrigações fiscais diferidas	12b	8	8
Patrimônio líquido		65.471	66.152
Capital social	11	60.000	60.000
Reservas de lucros		5.815	6.157
Outros resultados abrangentes		(344)	(5)
Total do passivo		135.681	102.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Estatutárias	Outros resultados abrangentes	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.000	240	4.568	(204)	-	64.604
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	199	-	199
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.389	1.389
Constituição de reserva legal	-	70	-	-	(70)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	1.319	-	(1.319)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	60.000	310	5.887	(5)	-	66.192
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(339)	-	(339)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(382)	(382)
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	(382)	-	382	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	60.000	310	5.505	(344)	-	65.471
Saldos em 30 de junho de 2024	60.000	310	5.887	(26)	(288)	65.883
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(318)	-	(318)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(94)	(94)
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	(382)	-	382	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	60.000	310	5.505	(344)	-	65.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Receitas da intermediação financeira		3.625	7.105	7.988
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.602	7.105	7.988
Instrumentos financeiros derivativos		23	-	-
Despesas da intermediação financeira		(17)	(17)	(9)
Operações de captação no mercado aberto		(16)	(16)	(9)
Operações de empréstimos e repasses		(1)	(1)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		3.608	7.088	7.979
Outras receitas/(despesas) operacionais		(3.714)	(7.685)	(5.747)
Receitas de prestação de serviços	19	6.848	14.837	12.522
Despesas de pessoal	20	(7.357)	(16.401)	(11.829)
Outras despesas administrativas	21	(2.447)	(4.852)	(4.753)
Despesas tributárias	22	(837)	(1.783)	(1.603)
Outras receitas operacionais		84	542	58
Outras despesas operacionais		(5)	(28)	(142)
Resultado operacional		(106)	(597)	2.232
Resultado não operacional		-	-	104
Resultado antes da tributação		(106)	(597)	2.336
Imposto de renda e contribuição social	12a	12	215	(947)
Provisão para imposto de renda		552	(3)	(712)
Provisão para contribuição social		345	(2)	(452)
Ativo fiscal diferido		(885)	220	217
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercícios		(94)	(382)	1.389
Lucro líquido/(prejuízo) por lote de mil ações - R$		(1,57)	(6,37)	23,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercícios	(94)	(382)	1.389
Itens que podem ser classificados para o resultado			
Variação no valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda	(318)	(339)	199
Títulos e valores mobiliários	(529)	(565)	332
Efeito fiscal	211	226	(133)
Resultado abrangente do semestre/exercícios	(412)	(721)	1.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Atividades operacionais			
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercícios	(94)	(382)	1.389
Ajustes ao lucro líquido/(prejuízo)	92	(8)	1.047
Imposto de renda e contribuição social	(12)	(214)	946
Depreciação e amortização	104	206	206
Resultado com títulos de renda variável	-	-	(105)
Variação de ativos e passivos operacionais	(37.662)	15.376	(2.651)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	(35.697)	16.656	(594)
(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	(23)	-	-
(Aumento) em outros ativos financeiros	(7)	(51)	(97)
(Aumento)/redução em negociação e intermediação de valores	(396)	(400)	121
Redução em outros ativos	292	1.165	607
(Redução) em outros passivos	(1.257)	(390)	(2.682)
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	-	(400)	400
Imposto de renda e contribuição social pagos	(574)	(1.204)	(426)
Caixa líquido (aplicado) nas/proveniente das atividades operacionais	(37.664)	14.986	(215)
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(11)	(11)	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(11)	(11)	-
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	(37.675)	14.975	(215)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	52.683	33	248
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	15.008	15.008	33
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	(37.675)	14.975	(215)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional: A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 - 7º andar, São Paulo - Brasil, tem como objetivo principal complementar as atividades do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, através da intermediação das operações de ações realizadas no âmbito da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, para clientes institucionais, oferecendo a eles uma estrutura integral e "*end to end*" ("de ponta a ponta") em linha com as legislações vigentes. A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Grupo Scotiabank Brasil"). A Corretora mantém estrutura de governança corporativa integrada ao Banco e é controlada pelo *The Bank of Nova Scotia* ("BNS"), com sede no Canadá. **2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 21 de março de 2025. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto. As demonstrações financeiras são elaboradas e divulgadas de acordo com os critérios gerais e procedimentos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818 e na Resolução BCB nº 2. **Adoção de novas normas e interpretações: Normas e interpretações que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025:** Nas demonstrações financeiras preparadas para 31 de dezembro de 2024, as normas e interpretações a seguir, com data de adoção efetiva a partir de 1º de janeiro de 2025 e ainda não adotadas pela Corretora, incluem a Resolução CMN nº 4.966, a Resolução BCB nº 352, a Resolução CMN nº 4.975 e quaisquer normas complementares. Em novembro de 2021, o CMN publicou a Resolução CMN nº 4.966, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, alinhadas aos princípios estabelecidos na norma internacional IFRS 9. A nova resolução substitui as resoluções e circulares do BACEN que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, como a Resolução CMN nº 2.682 - que estabelecia a base de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das instituições financeiras desde 1999 - e também as Circulares nº 3.068 e nº 3.082 (emitidas pelo BACEN), aplicáveis aos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A Resolução CMN nº 4.966 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros e classificá-los e mensurá-los de acordo com as regras de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos a resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes. No ano de 2023, foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.100 e BCB nº 352, sendo complementares à Resolução CMN nº 4.966, e dispõem de diretrizes adicionais, como por exemplo, tratamento às seguintes matérias: - Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; - Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; - Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras; - Faculdade no reconhecimento dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou na originação de instrumentos considerados imateriais; e - Apropriação de receita. Essas resoluções visam fornecer orientações mais detalhadas e abrangentes para as instituições financeiras em relação à contabilização e divulgação de informações sobre instrumentos financeiros. **Classificação de Instrumentos Financeiros:** O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPJ). Com base no supracitado, o ativo será classificado como: i. **Custo Amortizado ("CA")**: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. ii. **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")**: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. iii. **Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR")**: ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores (acima). A partir de 1º de janeiro de 2025, os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado serão reconhecidos utilizando o método da Taxa Efetiva de Juros ("TEJ"). Isso significa que o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual será equiparado ao valor contábil bruto do ativo ou passivo financeiro. No entanto, as operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024 continuarão a ser reconhecidas pela taxa contratual estipulada nos respectivos contratos durante sua vigência. Não há impactos financeiros decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966 para a Corretora. **3. Descrição das Principais Práticas Contábeis: a. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora. **b. Apuração de resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. As principais receitas referem-se à corretagem que compreendem, principalmente, serviços de colocação de títulos e valores mobiliários, e intermediação de operações em bolsas, que são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas - posição bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias. **d. Títulos e valores mobiliários:** São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, "Títulos mantidos até o vencimento", para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e, "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. **e. Permanente: - Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento à Resolução BCB nº 6, alterada pela Resolução BCB nº 367, os novos ativos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens; **- Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento à Resolução BCB nº 7, alterada pela Resolução BCB nº 367, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. **f. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, os ativos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificadas perdas por *impairment*. **g. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei nº 9.430. A contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei nº 7.689. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Corretora possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias. Os créditos tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social. Com base na Resolução CMN nº 4.842, as projeções de curto e médio prazo preparadas pela Corretora, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos. **h. PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **i. Pagamento baseado em ações:** Os funcionários elegíveis da Corretora participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. A Corretora contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (nota 17). **j. Benefícios a empregado pós-emprego:** Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais a Corretora se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual a Corretora como patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. **k. Outros ativos:** Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias, ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço. **l. Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata die*) incorridos. **m. Resultado recorrente e não recorrente:** A Resolução BCB nº 2, em seu art. 34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que: (i) Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados como não recorrentes estão evidenciados na nota 23.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	2024	2023
Disponibilidades	4	33
Moeda nacional	4	33
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.004	-
Aplicações em operações compromissadas - revendas a liquidar - posição bancada	15.004	-
Total	15.008	33

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2024 Até 3 meses	2024 Total	2023 Total
Aplicações em operações compromissadas	15.004	15.004	-
Posição bancada			
LTN	15.004	15.004	-
Total	15.004	15.004	-

6. Títulos e Valores Mobiliários: O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

Títulos disponíveis para venda

	2024 Sem vencimento	2024 De 6 a 12 meses	2024 Valor de mercado/contábil	2024 Custo atualizado	2023 Valor de mercado/contábil	2023 Custo atualizado
Carteira própria						
LTN	-	42.185	42.185	42.713	57.668	57.658
Ações	59	-	59	105	85	105
Subtotal	59	42.185	42.244	42.818	57.753	57.763
Vinculados a operações compromissadas						
LTN	-	-	-	-	401	399
Subtotal	-	-	-	-	401	399
Vinculados à prestação de garantias (a)						
Cotas de fundo de investimento	8.983	-	8.983	8.983	10.294	10.294
Subtotal	8.983	-	8.983	8.983	10.294	10.294
Total	9.042	42.185	51.227	51.801	68.448	68.456

(a) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações de compra e venda de ações.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, e as cotas de fundo de investimento assim como as ações, na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

7. Gerenciamento de Riscos: Administração de risco operacional: A Corretora está inserida no ambiente de controles internos do Grupo Scotiabank Brasil, que possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Grupo. A estrutura de risco operacional também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Grupo Scotiabank Brasil. **Administração de riscos de mercado e liquidez:** Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de riscos são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Grupo o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Grupo apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.958. **Administração de risco de crédito:** Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Grupo, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam. A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Grupo Scotiabank Brasil e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Grupo, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Grupo. De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição. **Gerenciamento de capital:** O Grupo Scotiabank Brasil está empenhado em manter uma sólida base de capital com o intuito de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Grupo, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557. Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Grupo visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que toquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital e; existências de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital. A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Grupo. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: http://www.br.scotiabank.com. **Risco de mercado:** Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através das Resoluções CMN nº 4.557 e BCB nº 111, as operações são divididas entre as carteiras de negociação e bancária. A carteira de negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado. Na carteira bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Grupo, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento (*Held to Maturity*) e os instrumentos da carteira de tesouraria. Com o intuito de avaliar os efeitos no resultado do Conglomerado diante de eventuais

continua...

Eufrázio



Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

continuação

cenários, o Grupo realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

8. Negociação e Intermediação de Valores

	2024	2023
Ativo circulante		
Caixas de registro e liquidação	48.755	-
Devedores - Contas de liquidação pendentes	18.010	31.523
Total	66.765	31.523
Passivo circulante		
Credores - Contas de liquidação pendentes	66.250	7.590
Caixas de registro e liquidação	-	23.817
Total	66.250	31.407

9. Outros Ativos

	2024	2023
Ativo circulante		
Antecipação de IRPJ e CSLL	1.168	1.105
Outros impostos e contribuições a compensar	8	-
Adiantamentos e antecipações salariais	-	5
Despesas antecipadas	58	86
Subtotal	1.234	1.196
Ativo não circulante		
Despesas antecipadas	1	-
Total	1.235	1.196

10. Outros Passivos

	2024	2023
Passivo circulante		
Provisão para despesas de pessoal	1.326	1.318
Impostos e contribuições sobre lucros	-	1.161
Impostos e contribuições a recolher	2.092	1.381
Provisão para outras despesas administrativas	92	82
Subtotal	3.510	3.942
Passivo não circulante		
Provisão para despesas de pessoal	442	400
Subtotal	442	400
Total	3.952	4.342

11. Patrimônio Líquido: O capital social, totalmente integralizado, no valor de R$ 60.000 está representado por 60.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **a. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. **b. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve deliberação de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio. **12. Imposto de Renda e Contribuição Social: a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações**

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	(597)	(597)	2.336	2.336
Adições/(exclusões) temporárias	(35)	(35)	536	536
Outras despesas administrativas	(35)	(35)	536	536
Adições/(exclusões) permanentes	59	59	135	135
Base tributável	(573)	(573)	3.007	3.007
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais	-	-	(728)	(451)
Incentivos fiscais	-	-	18	-
Total IRPJ e CSLL - valores correntes - (nota 10)	-	-	(710)	(451)
Créditos tributários	138	82	136	81
Passivo fiscal diferido	(3)	(2)	(2)	(1)
Total	135	80	(576)	(371)

b. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

Créditos tributários	Saldos em 31/12/2023	Constituição	Realização/ reversão	Saldos em 31/12/2024
Refletido no resultado	491	602	(382)	711
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	229	-	229
Provisões indedutíveis	491	373	(382)	482
Refletido no patrimônio líquido	8	223	(2)	229
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda - ações	8	12	(2)	18
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	-	211	-	211
Total	499	825	(384)	940

Passivo fiscal diferido	Saldos em 31/12/2023	Constituição	Realização/ reversão	Saldos em 31/12/2024
Refletido no resultado	(3)	(5)	-	(8)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(3)	(5)	-	(8)
Refletido no patrimônio líquido	(5)	-	5	-
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	(5)	-	5	-
Total	(8)	(5)	5	(8)

c. Previsão da realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias

Prazo de realização	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
1º ano	594	229	823
2º ano	90	-	90
3º ano	9	-	9
4º ano	18	-	18
5º ano	-	-	-
6º ano ao 10º ano	-	-	-
Total	711	229	940
Valor presente (*)	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(*) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

13. Limites de Basileia e Limites Operacionais: A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Conglomerado"), formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Basileia amplo do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação vigente, é de 51,65% (25,08% em 2023), sendo superior ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN. **14. Passivos Contingentes:** A Corretora não é parte de processos ou discussões judiciais em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **15. Partes Relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo/(passivo) 2024	Ativo/(passivo) 2023	Receitas/(despesas) 2024	Receitas/(despesas) 2023
Disponibilidades	4	33	-	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	4	33	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.004	-	3.506	42
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	15.004	-	3.506	42
Conta garantida	-	-	(1)	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	-	(1)	-
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas/receitas/(despesas) de prestação de serviços	-	-	767	(338)
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	-	778	(326)
Scotiabank Colpatria (Colômbia) (Parte Relacionada)	-	-	(11)	(12)
Captações no mercado aberto	-	400	(16)	(9)
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	400	(16)	(9)
Outras receitas operacionais	-	-	68	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	-	68	-

16. Remuneração da Administração: Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizam R$ 766 (R$ 1.727 em 2023) sendo formadas por R$ 1.283 (R$ 1.614 em 2023) que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e pela reversão de R$ 517 (R$ 113 em 2023) que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. **17. Pagamento Baseado em Ações:** Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto, no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento da Corretora com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho da Corretora. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através do plano RSU. **Plano de unidades de ações restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*):** De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2024, o valor do passivo provisionado para este plano é de R$ 284 (R$ 322 em 2023) e a quantidade total de ações devidas é de 3.131 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R$ 322,17 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R$ 410 (R$ 347 em 2023).

RSU	Saldo 2024 Quantidade de ações	Saldo 2024 Valor	Saldo 2023 Quantidade de ações	Saldo 2023 Valor
Preço da ação	-	322,17(a)	-	235,60(a)
Devido	3.131	1.008	5.861	1.381
Provisionado	884	284	1.368	322
A provisionar	2.247	724	4.493	1.059

(a) Valores em reais convertidos pela taxa de 4,16 reais por dólar canadense.

RSU	A pagar Dez/2025 Quantidade de ações	Dez/2025 Valor	Dez/2026 Quantidade de ações	Dez/2026 Valor	Dez/2027 Quantidade de ações	Dez/2027 Valor
Preço da ação	-	322,17(a)	-	322,17(a)	-	322,17(a)
Devido	1.344	433	1.734	559	53	16
Provisionado	315	102	516	166	53	16
A provisionar	1.029	331	1.218	393	-	-

(a) Valores em reais convertidos pela taxa de 4,16 reais por dólar canadense.

18. Benefícios a Empregados Pós-emprego: Para o plano de contribuição definida pós-emprego, a Corretora oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é de R$ 434 (R$ 182 em 2023). Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros. A Corretora não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados. **19. Receitas de Prestação de Serviços:** São compostas pelas rendas de corretagens e operações em bolsa, assim como rendas de comissão de colocação de títulos no montante total de R$ 14.837 (R$12.522 em 2023).

20. Despesas de Pessoal

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Proventos	4.681	10.203	7.643
Encargos sociais	1.765	3.839	2.819
Benefícios	911	1.642	1.245
Treinamento	-	717	122
Total	7.357	16.401	11.829

21. Outras Despesas Administrativas

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Processamento de dados	1.165	2.539	2.631
Serviços do sistema financeiro	175	393	470
Aluguéis	171	401	399
Amortização/depreciação	104	207	206
Propaganda e publicidade	-	-	169
Comunicações	91	176	157
Serviços técnicos especializados	132	198	119
Água, energia e gás	31	66	64
Viagens	253	267	62
Publicações	16	32	27
Outras	309	573	449
Total	2.447	4.853	4.753

22. Despesas Tributárias

	2024 2º Semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Cofins	418	878	821
ISS	342	742	627
Pis	68	143	133
Impostos, taxas e contribuições	9	20	22
Total	837	1.783	1.603

23. Resultado Recorrente e Não Recorrente: Conforme disposto na Resolução BCB nº 2, deve ser considerado como resultado não recorrente, o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2024, o resultado da Corretora era integralmente recorrente. Em 31 de dezembro de 2023, o resultado não recorrente da Corretora foi originado de um resultado com título de renda variável no montante de R$ 104.

Diretoria

Paulo André Campos Bernardo
Rodrigo Almeida Sergio
Luciana Chi
Jaques Mester
Fabio Tiroli de Sousa

Contador

Roberto Shoji Haga
CRC 1SP242224/C-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da
Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2025.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-5

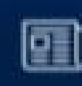
ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Confira as notícias que envolvem as principais empresas do País.

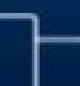

AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS

INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL

BUSCADOR INTELIGENTE

PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS

CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS





PORTAL ESTADÃO RI

ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107,3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Itaú BBA Trading S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS A 31/12/2024 CNPJ nº 52.815.131/0001-20

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 14 de março de 2025, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	1	1
Ativos Financeiros	**9.347.938**	**9.740.226**
Ao Custo Amortizado	**8.256.580**	**9.361.273**
Títulos e Valores Mobiliários	7.446.824	8.297.334
Outros Ativos Financeiros	809.810	1.064.071
(-) Provisão para Perda Esperada	(54)	(132)
Ao Valor Justo por meio do Resultado	**1.091.358**	**378.953**
Títulos e Valores Mobiliários	1.084.397	366.434
Derivativos	6.961	12.519
Ativos Fiscais	**78.762**	**3.515**
Imposto de Renda e Contribuição Social - A Compensar	72.484	1.792
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	6.193	1.542
Outros	85	181
Outros Ativos	1.633.143	774.373
Investimentos em Controladas	73.282	34.947
Imobilizado, Líquido	24	28
Total do Ativo	**11.133.150**	**10.553.090**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Passivos Financeiros	**1.590.785**	**626.614**
Ao Custo Amortizado	**1.354.504**	**624.910**
Recursos de Mercados Institucionais	1.231.814	615.575
Outros Passivos Financeiros	122.690	9.335
Ao Valor Justo por meio do Resultado	**236.281**	**1.704**
Derivativos	236.281	1.704
Provisões	8.762	8.004
Obrigações Fiscais	**119.093**	**115.617**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	-,-	89.799
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	85.317	17.181
Outras	33.776	8.637
Outros Passivos	12.775	14.575
Total do Passivo	**1.731.415**	**764.810**
Total do Patrimônio Líquido	**9.401.735**	**9.788.280**
Capital Social	8.783.292	8.783.292
Reservas de Lucros	607.111	1.006.800
Outros Resultados Abrangentes	11.332	(1.812)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**11.133.150**	**10.553.090**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 01/01/2023	**8.783.292**	**13.762**	**234.354**	**86**	-,-	**9.031.494**
Total do Resultado Abrangente	-,-	-,-	-,-	(1.898)	765.961	764.063
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-,-	-,-	-,-	-,-	765.961	765.961
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	-,-	-,-	-,-	(1.898)	-,-	(1.898)
Destinações:						
Reservas	-,-	38.298	720.386	-,-	(758.684)	-,-
Dividendos	-,-	-,-	-,-	-,-	(7.277)	(7.277)
Saldos em 31/12/2023	**8.783.292**	**52.060**	**954.740**	**(1.812)**	-,-	**9.788.280**
Mutações do Período	-,-	**38.298**	**720.386**	**(1.898)**	-,-	**756.786**
Saldos em 01/01/2024	**8.783.292**	**52.060**	**954.740**	**(1.812)**	-,-	**9.788.280**
Dividendos	-,-	-,-	(711.188)	-,-	-,-	(711.188)
Total do Resultado Abrangente	-,-	-,-	-,-	13.144	600.311	613.455
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-,-	-,-	-,-	-,-	600.311	600.311
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	-,-	-,-	-,-	13.144	-,-	13.144
Destinações:						
Reservas	-,-	30.015	281.484	-,-	(311.499)	-,-
Dividendos	-,-	-,-	-,-	-,-	(288.812)	(288.812)
Saldos em 31/12/2024	**8.783.292**	**82.075**	**525.036**	**11.332**	-,-	**9.401.735**
Mutações do Período	-,-	**30.015**	**(429.704)**	**13.144**	-,-	**(386.545)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas de Juros e Similares	885.051	1.014.279
Resultado de Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	61.943	82.787
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	(174.484)	29.167
Receita de Prestação de Serviços	21.729	14.104
Despesas de Juros e Similares	(60.472)	(28.555)
Outras Receitas	419.932	144.761
Perda Esperada com Ativos Financeiros	**78**	**(50)**
(Perda) Esperada com Operações de Crédito	-,-	82
(Perda) Esperada com demais Ativos Financeiros, Líquida	78	(132)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	**(252.835)**	**(110.995)**
Despesas Gerais e Administrativas	(165.543)	(50.031)
Despesas Tributárias	(110.735)	(71.735)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Investidas	23.443	10.771
Lucro / (Prejuízo) Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**900.942**	**1.145.498**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(237.146)	(374.921)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(63.485)	(4.616)
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**600.311**	**765.961**
Quantidade de Ações Ordinárias em Circulação	112.485.910.118	112.485.910.118
Lucro / (Prejuízo) por lote de mil Ações (Ordinárias) R$	5,34	6,81

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**600.311**	**765.961**
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	**13.144**	**(1.898)**
Variação de Valor Justo	14.892	(1.907)
Efeito Fiscal	(1.748)	9
Total de Outros Resultados Abrangentes	**13.144**	**(1.898)**
Total do Resultado Abrangente	**613.455**	**764.063**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	**637.131**	**763.156**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	600.311	765.961
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo)	**36.820**	**(2.805)**
Perda Esperada com Operações de Crédito	-,-	(82)
Depreciações e Amortizações	18	6
Resultado de Participações em Investidas	(23.443)	(10.771)
Tributos Diferidos	63.485	4.616
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões	758	677
Constituição / (Reversão) Provisões para Contingência	-,-	7.327
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	(3.998)	(4.578)
Variação de Ativos e Passivos	**370.160**	**(761.600)**
(Aumento) / Redução em Ativos		
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	1.108.691	(326.856)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	(717.963)	6.622
Derivativos (Ativos / Passivos)	240.135	(10.703)
Operações de Crédito	-,-	6.095
Ativos Fiscais	(66.859)	1.727
Outros Ativos	(858.770)	(705.174)
(Redução) / Aumento em Passivos		
Recursos de Mercados Institucionais	616.239	204.037
Obrigações Fiscais	267.991	281.884
Outros Passivos e Provisões	118.832	10.648
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(338.136)	(229.880)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**1.007.291**	**1.556**
(Aquisição) de Imobilizado	(14)	(10)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**(14)**	**(10)**
Dividendos Pagos	(1.007.277)	(1.546)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(1.007.277)**	**(1.546)**
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	-,-	-,-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1	1
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1	1
Disponibilidades	1	1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Itaú BBA Trading S.A. (ITAÚ BBA TRADING ou empresa) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto a comercialização de produtos de origem animal, vegetal, industrializados, entre outros, mediante compra e venda, exportação, importação e intermediação de negócios, participação em outras sociedades, no país e no exterior, representação em geral de negócios internos e internacionais, aquisição, gerenciamento e negociação de quaisquer obrigações e direitos creditórios, prestação de serviços de promoção, divulgação e colocação de mercadorias brasileiras no exterior, consultoria em assuntos econômicos ligados ao agronegócio e alimentos.

As operações do ITAÚ BBA TRADING são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 14 de março de 2025.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis da empresa foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Resumo das Principais Políticas Contábeis

Não houve alteração das políticas contábeis materiais durante o período. Abaixo está descrita a política contábil material da empresa:

I - Comercialização de Produtos do Agronegócio

As antecipações de recursos ao produtor rural e a aquisição de carteira de recebíveis, consideradas no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros, são mensuradas ao Custo Amortizado. Enquanto as commodities adquiridas para revenda, registradas nas rubricas Outros Ativos do Balanço Patrimonial, Outras Receitas e Despesas Gerais e Administrativas, consideradas na Demonstração do Resultado, são reconhecidas ao Valor Justo por Meio do Resultado.

NOTA 3 - ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

a) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

- Custo Amortizado: utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: utilizado quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- Valor Justo por meio do Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios de classificação ao Custo Amortizado e Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes.

b) Mensuração Subsequente de Instrumentos Financeiros

Valor Justo dos Instrumentos Financeiros: Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

Nível 1: Informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos.

Nível 2: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente.

Nível 3: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas.

c) A seguir apresentamos resumo do valor de custo e/ou valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

I - Custo Amortizado

	31/12/2024 Valor Justo	31/12/2024 Custo	31/12/2023 Custo
Títulos e Valores Mobiliários	**7.446.770**	**7.446.770**	**8.297.334**
Títulos de Empresas	**7.446.770**	**7.446.770**	**8.297.334**
Certificados de Depósito Bancário	642.799	642.799	800.558
Letras Financeiras do Tesouro	6.653.922	6.653.922	7.368.299
Outros	150.049	150.049	128.477
Circulante		**233.730**	**128.477**
Não Circulante		**7.213.040**	**8.168.857**

II - Custo Amortizado - Outros Ativos Financeiros

	31/12/2024 Valor Justo	31/12/2024 Custo	31/12/2023 Custo
Outros Ativos Financeiros	**809.810**	**809.810**	**1.064.071**
Depósitos em Garantia	75.983	75.983	71.985
Operações sem características de Concessão de Crédito	702.620	702.620	991.108
Outros	31.207	31.207	978
Circulante		**169.336**	**71.590**
Não Circulante		**640.474**	**992.481**

III - Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2024 Custo	31/12/2024 Valor Justo	Hierarquia de Valor Justo	31/12/2023 Valor Justo
Títulos e Valores Mobiliários	**845.298**	**1.084.397**		**366.434**
Títulos de Empresas	**845.298**	**1.084.397**		**366.434**
Cédula do Produtor Rural	172.274	151.400	2	146.050
Certificado de Agronegócio	673.024	932.997	2	220.384
Circulante		**1.084.397**		**366.434**
Não Circulante		-,-		-,-

NOTA 4 - INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

a) Evento Subsequente

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 12/03/2025, foi deliberada a redução do capital social em R$ 4.090.292, sem cancelamento das ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no Capital Social da empresa.

ESTADÃO

QUER RESULTADOS?

PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.

ESTADÃO RI

DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

ACESSE E CONHEÇA

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL (11) 3856-2442

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3 broadcast

Eufrázio

Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS A 31/12/2024

CNPJ nº 03.424.616/0001-88

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

- https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 19 de março de 2025, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	14	-,-
Ativos Financeiros	**420.615**	**373.431**
Ao Custo Amortizado	**281.920**	**276.251**
Títulos e Valores Mobiliários	279.627	193.418
Operações de Crédito	642	1.591
Outros Ativos Financeiros	1.769	81.539
(-) Provisão para Perda Esperada	(118)	(297)
Ao Valor Justo por meio do Resultado	**138.695**	**97.180**
Títulos e Valores Mobiliários	138.695	97.180
Ativos Fiscais	**44.762**	**39.811**
Imposto de Renda e Contribuição Social - A Compensar	28.155	24.765
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	16.607	15.046
Outros Ativos	3.217	3.216
Total do Ativo	**468.608**	**416.458**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Provisões	232	221
Obrigações Fiscais	**613**	**1**
Outras	613	1
Outros Passivos	711	496
Total do Passivo	**1.556**	**718**
Total do Patrimônio Líquido	**467.052**	**415.740**
Capital Social	210.000	190.000
Reservas de Lucros	257.052	225.740
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**468.608**	**416.458**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Estatutária	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 01/01/2023	**150.000**	**15.699**	**203.169**	-,-	**368.868**
Aumento / (Redução) de Capital	40.000	-,-	(40.000)	-,-	-,-
Total do Resultado Abrangente	-,-	-,-	-,-	47.218	47.218
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-,-	-,-	-,-	47.218	47.218
Destinações:					
Reserva Especial	-,-	2.360	44.512	(46.872)	-,-
Dividendos	-,-	-,-	-,-	(346)	(346)
Saldos em 31/12/2023	**190.000**	**18.059**	**207.681**	-,-	**415.740**
Mutações do Período	**40.000**	**2.360**	**4.512**	-,-	**46.872**
Saldos em 01/01/2024	**190.000**	**18.059**	**207.681**	-,-	**415.740**
Aumento / (Redução) de Capital	20.000	-,-	(20.000)	-,-	-,-
Total do Resultado Abrangente	-,-	-,-	-,-	51.804	51.804
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-,-	-,-	-,-	51.804	51.804
Destinações:					
Reservas	-,-	2.590	48.722	(51.312)	-,-
Dividendos	-,-	-,-	-,-	(492)	(492)
Saldos em 31/12/2024	**210.000**	**20.649**	**236.403**	-,-	**467.052**
Mutações do Período	**20.000**	**2.590**	**28.722**	-,-	**51.312**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas de Juros e Similares	13.702	52.159
Resultado de Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	21.016	-,-
Outras Receitas	13	20
Perda Esperada com Ativos Financeiros	**39.458**	**39.111**
(Perda) Esperada com Operações de Crédito	(729)	(3.410)
Recuperação de Créditos	40.187	42.521
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	**(6.392)**	**(10.876)**
Despesas Gerais e Administrativas	(2.577)	(1.893)
Despesas Tributárias	(3.815)	(8.983)
Lucro / (Prejuízo) Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**67.797**	**80.414**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(17.554)	(18.941)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.561	(14.255)
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**51.804**	**47.218**
Quantidade de Ações Ordinárias em Circulação	7.482.229.795	7.482.229.795
Lucro / (Prejuízo) por lote de mil Ações (Ordinárias) R$	6,92	6,31

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**51.804**	**47.218**
Total de Outros Resultados Abrangentes	-,-	-,-
Total do Resultado Abrangente	**51.804**	**47.218**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	**50.902**	**64.798**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	51.804	47.218
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo)	**(902)**	**17.580**
Perda Esperada com Operações de Crédito	729	3.410
Tributos Diferidos	(1.561)	14.255
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões	11	14
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	(81)	(99)
Variação de Ativos e Passivos	**(50.542)**	**(64.025)**
(Aumento) / Redução em Ativos		
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(5.368)	(5.009)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	(41.515)	(30.843)
Operações de Crédito	(949)	(1.468)
Ativos Fiscais	(3.362)	(9.880)
Outros Ativos	(1)	3.695
(Redução) / Aumento em Passivos		
Obrigações Fiscais	16.682	1.918
Outros Passivos e Provisões	69	(42)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(16.098)	(21.396)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**360**	**773**
Dividendos Pagos	(346)	(775)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(346)**	**(775)**
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	**14**	**(2)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	-,-	2
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	14	-,-
Disponibilidades	14	-,-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (ITAÚ CIA. SEC. ou empresa) é uma sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamento e de arrendamento mercantil, contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias.

As operações da ITAÚ CIA. SEC. são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 18 de março de 2025.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis da empresa foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Resumo das Principais Políticas Contábeis

Não houve alteração das políticas contábeis materiais durante o período. Abaixo estão descritas as políticas contábeis materiais da empresa:

I - Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

a) Classificação de Ativos Financeiros

- Custo Amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- Valor Justo por meio do Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios de classificação ao Custo Amortizado e Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes.

b) Mensuração Subsequente de Instrumentos Financeiros

Valor Justo dos Instrumentos Financeiros: Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

Nível 1: Informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos.

Nível 2: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente.

Nível 3: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas.

Operações de Crédito

A empresa classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Perda de Crédito Esperada

A empresa avalia a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantias financeiras:

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a empresa espera receber.

NOTA 3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito

Operações de Crédito, por tipo	31/12/2024	31/12/2023
Pessoas Físicas	**640**	**1.587**
Crédito Pessoal	640	1.587
Micro / Pequenas e Médias Empresas	**2**	**4**
Total de Operações de Crédito	**642**	**1.591**
Provisão para Perda Esperada	(118)	(297)
Total de Operações de Crédito, líquido de Perda de Crédito Esperada	**524**	**1.294**
Circulante	**388**	**1.054**
Não Circulante	**254**	**537**

b) Valor Contábil Bruto e Perda de Crédito Esperada

	Valor Contábil Bruto – Saldo em 31/12/2023	Valor Contábil Bruto – Write Off	Valor Contábil Bruto – Aquisição / (Liquidação)	Valor Contábil Bruto – Saldo final em 31/12/2024	Perda de Crédito Esperada – Saldo em 31/12/2023	Perda de Crédito Esperada – Write Off	Perda de Crédito Esperada – (Constituição) / Reversão	Perda de Crédito Esperada – Saldo final em 31/12/2024
Pessoas Físicas	1.587	(908)	(39)	640	(296)	908	(729)	(117)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	4	-,-	(2)	2	(1)	-,-	-,-	(1)
Total	**1.591**	**(908)**	**(41)**	**642**	**(297)**	**908**	**(729)**	**(118)**

ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Publique seus atos societários no jornal impresso!


AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS


INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL


BUSCADOR INTELIGENTE


PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS


CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS


PORTAL ESTADÃO RI


ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107,3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Eufrázio

Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS A 31/12/2024

CNPJ nº 58.851.775/0001-50

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

- https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 14 de março de 2025, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	1	1
Ativos Financeiros	**332.884**	**207.095**
Ao Custo Amortizado	**331.470**	**206.325**
Títulos e Valores Mobiliários	143.276	86.538
Outros Ativos Financeiros	188.194	119.787
Ao Valor Justo por meio do Resultado	**1.414**	**770**
Títulos e Valores Mobiliários	1.414	770
Ativos Fiscais	**27.317**	**45.453**
Imposto de Renda e Contribuição Social - A Compensar	16.413	31.643
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	10.172	13.123
Outros	732	687
Outros Ativos	8.222	11.430
Investimentos em Controladas e Coligadas	958.893	940.420
Imobilizado, Líquido	38.966	73.822
Total do Ativo	**1.366.283**	**1.278.221**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Provisões	72.889	70.708
Obrigações Fiscais	**4.572**	**3.281**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	-,-	(902)
Outras	4.572	4.183
Outros Passivos	3.389	11.589
Total do Passivo	**80.850**	**85.578**
Total do Patrimônio Líquido	**1.285.433**	**1.192.643**
Capital Social	638.525	639.269
Reservas de Capital	4	151
Reservas de Lucros	646.824	553.218
Outros Resultados Abrangentes	80	5
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**1.366.283**	**1.278.221**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas de Juros e Similares	15.833	14.347
Resultado de Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	644	308
Receita de Prestação de Serviços	50.465	42.920
Outras Receitas	87.112	15.836
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	**16.850**	**14.392**
Despesas Gerais e Administrativas	(10.201)	(30.520)
Despesas Tributárias	(10.141)	(12.090)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Investidas	37.192	57.002
Lucro / (Prejuízo) Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**170.904**	**87.793**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(32.746)	(14.357)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(3.855)	3.487
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**134.303**	**76.923**
Quantidade de Ações	1.646.861	1.646.861
Lucro / (Prejuízo) por Ação - R$	81,55	46,71

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**134.303**	**76.923**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	**(90)**	**1.924**
Investidas	(90)	1.924
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado)	**(24)**	-,-
Investidas	(24)	-,-
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	**189**	**3.183**
Variação de Valor Justo	160	3.445
Investidas	29	(262)
Total de Outros Resultados Abrangentes	**75**	**5.107**
Total do Resultado Abrangente	**134.378**	**82.030**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 01/01/2023	**656.492**	**83**	**112.776**	**370.000**	**(5.102)**	-,-	**1.134.249**
Aumento / (Redução) de Capital	(17.223)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(17.223)
Reorganização Societária	-,-	-,-	-,-	(969)	-,-	-,-	(969)
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-,-	68	-,-	-,-	-,-	-,-	68
Outros	-,-	-,-	-,-	(4.781)	-,-	-,-	(4.781)
Total do Resultado Abrangente	-,-	-,-	-,-	-,-	5.107	76.923	82.030
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	76.923	76.923
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-,-	-,-	-,-	-,-	1.924	-,-	1.924
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	-,-	-,-	-,-	-,-	3.183	-,-	3.183
Destinações:							
Reservas	-,-	-,-	3.846	72.346	-,-	(76.192)	-,-
Dividendos	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(731)	(731)
Saldos em 31/12/2023	**639.269**	**151**	**116.622**	**436.594**	**5**	-,-	**1.192.643**
Mutações do Período	**(17.223)**	**68**	**3.846**	**66.594**	**5.107**	-,-	**58.394**
Saldos em 01/01/2024	**639.269**	**151**	**116.622**	**436.594**	**5**	-,-	**1.192.643**
Aumento / (Redução) de Capital	(744)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(744)
Reorganização Societária	-,-	-,-	-,-	(1.292)	-,-	-,-	(1.292)
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-,-	(147)	-,-	-,-	-,-	-,-	(147)
Outros	-,-	-,-	-,-	33	-,-	-,-	33
Total do Resultado Abrangente	-,-	-,-	-,-	-,-	75	134.303	134.378
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	134.303	134.303
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-,-	-,-	-,-	-,-	(90)	-,-	(90)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	-,-	-,-	-,-	-,-	(24)	-,-	(24)
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	-,-	-,-	-,-	-,-	189	-,-	189
Destinações:							
Reservas	-,-	-,-	6.715	88.150	-,-	(94.865)	-,-
Dividendos	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(39.438)	(39.438)
Saldos em 31/12/2024	**638.525**	**4**	**123.337**	**523.487**	**80**	-,-	**1.285.433**
Mutações do Período	**(744)**	**(147)**	**6.715**	**86.891**	**75**	-,-	**92.790**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	**101.148**	**21.243**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	134.303	76.923
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo)	**(33.155)**	**(55.680)**
Depreciações e Amortizações	1.823	2.162
Resultado de Participações em Investidas	(37.192)	(57.002)
Tributos Diferidos	3.855	(3.487)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões	3.909	3.544
Constituição / (Reversão) Provisões para Contingência	(1.700)	(575)
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	(3.807)	(4.470)
(Ganho) / Perda na Alienação de Investimentos	(61)	2.331
Outros (Inclui Variação Cambial)	18	1.817
Variação de Ativos e Passivos	**(110.358)**	**(36.230)**
(Aumento) / Redução em Ativos		
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(121.179)	(42.494)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	(644)	(308)
Ativos Fiscais	14.735	(2.769)
Outros Ativos	3.208	(1.125)
(Redução) / Aumento em Passivos		
Obrigações Fiscais	15.108	16.190
Outros Passivos e Provisões	(7.497)	7.900
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.089)	(13.624)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**(9.210)**	**(14.987)**
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	40.105	17.364
Alienação de Investimentos	144	433
(Aquisição) de Investimentos	(23.682)	(1.992)
Alienação de Imobilizado	32.812	-,-
(Aquisição) de Imobilizado	-,-	(6)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**49.379**	**15.799**
Dividendos Pagos	(40.169)	(812)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(40.169)**	**(812)**
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	-,-	-,-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1	1
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1	1
Disponibilidades	1	1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A. (ITAÚ CONSULTORIA ou empresa) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras e tem por objetivo a atividade de consultoria de valores mobiliários, deter participações em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, e a gestão de seus próprios bens de renda.

As operações da ITAÚ CONSULTORIA são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 14 de março de 2025.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis da empresa foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Resumo das Principais Políticas Contábeis

Não houve alteração das políticas contábeis materiais durante o período. Abaixo está descrita a política contábil material da empresa:

I - Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando a empresa fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a empresa espera receber em troca desses serviços. As principais receitas são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

NOTA 3 - INVESTIMENTOS

Política Contábil - São reconhecidos ao custo de aquisição e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em controladas e coligadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

Empresas	Moeda Funcional	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	% de Participação - Votante	% de Participação - Total	Quantidade de Ações - Ordinárias / Cotas	Quantidade de Ações - Preferenciais	Investimento em 31/12/2023	Movimentação de 01/01 a 31/12/2024 - Dividendos Pagos / Provisionados (1)	Movimentação de 01/01 a 31/12/2024 - Outros Eventos (2)	Movimentação de 01/01 a 31/12/2024 - Resultado de Participações	Investimento em 31/12/2024	Resultado de Participação de 01/01 a 31/12/2023
No País									**932.931**	**(40.240)**	**21.375**	**34.255**	**948.321**	**56.023**
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	Real	29.305.271	53.113.662	3.401.059	0,56	0,56	10.085.182	-,-	345.293	(39.249)	(1.454)	19.071	323.661	22.543
Itaúsa Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	Real	272.000	600.449	57.703	56,56	56,56	72.432	-,-	307.300	(310)	-,-	32.638	339.628	29.817
Tecnologia Bancária S.A.	Real	956.419	982.709	15.109	28,95	28,05	1.087.113.075	114.098.301	271.376	-,-	-,-	4.238	275.614	3.598
Outras Participações									8.962	(681)	22.829	(21.692)	9.418	65
No Exterior									**7.489**	**(24)**	**170**	**2.937**	**10.572**	**979**
Total									**940.420**	**(40.264)**	**21.545**	**37.192**	**958.893**	**57.002**

1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Outros Ativos Financeiros.
2) Contempla eventos societários decorrentes de aquisições, alienações, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital e outros resultados abrangentes, se aplicável.

agro.estadao.com.br
agro ESTADÃO
CONHEÇA O PORTAL AGRO
Conteúdo relevante para a gestão de toda a cadeia de abastecimento
Uma parceria: ESTADÃO 150 broadcast agro PYXYS
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO

Eufrázio

Kinea Private Equity Investimentos S.A.

CNPJ nº 04.661.817/0001-61

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS A 31/12/2024

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- https://estadoori.estadao.com.br/publicacoes/

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 14 de março de 2025, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	1	1
Ativos Financeiros	**33.675**	**38.007**
Ao Custo Amortizado	**6.451**	**6.522**
Outros Ativos Financeiros	6.451	6.522
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	**27.224**	**31.485**
Títulos e Valores Mobiliários	27.224	31.485
Ativos Fiscais	**3.465**	-.-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	3.465	-.-
Outros Ativos	1.805	1.653
Imobilizado, Líquido	8	17
Total do Ativo	**38.954**	**39.678**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações Fiscais	**5.475**	**2.748**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	4.473	2.113
Outras	1.002	635
Outros Passivos	11.342	12.633
Total do Passivo	**16.817**	**15.381**
Total do Patrimônio Líquido	**22.137**	**24.297**
Capital Social	7.904	7.904
Reservas de Lucros	14.233	16.393
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**38.954**	**39.678**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 01/01/2023	**7.904**	**1.581**	**16.396**	-.-	**25.881**
Dividendos	-.-	-.-	(16.396)	-.-	(16.396)
Total do Resultado Abrangente	-.-	-.-	-.-	29.644	29.644
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-.-	-.-	-.-	29.644	29.644
Destinações:					
Reservas	-.-	-.-	14.812	(14.812)	-.-
Dividendos	-.-	-.-	-.-	(14.832)	(14.832)
Saldos em 31/12/2023	**7.904**	**1.581**	**14.812**	-.-	**24.297**
Mutações do Período	-.-	-.-	**(1.584)**	-.-	**(1.584)**
Saldos em 01/01/2024	**7.904**	**1.581**	**14.812**	-.-	**24.297**
Dividendos	-.-	-.-	(14.812)	-.-	(14.812)
Total do Resultado Abrangente	-.-	-.-	-.-	28.177	28.177
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-.-	-.-	-.-	28.177	28.177
Destinações:					
Reservas	-.-	-.-	12.652	(12.652)	-.-
Dividendos	-.-	-.-	-.-	(15.525)	(15.525)
Saldos em 31/12/2024	**7.904**	**1.581**	**12.652**	-.-	**22.137**
Mutações do Período	-.-	-.-	**(2.160)**	-.-	**(2.160)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas de Juros e Similares	2.860	3.675
Receita de Prestação de Serviços	74.643	76.424
Outras Receitas	186	7
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	**(41.457)**	**(40.919)**
Despesas Gerais e Administrativas	(32.920)	(36.389)
Despesas Tributárias	(8.537)	(4.530)
Lucro / (Prejuízo) Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**36.232**	**39.187**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(11.520)	(9.543)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.465	-.-
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**28.177**	**29.644**
Quantidade de Ações	7.615.666	7.615.666
Lucro / (Prejuízo) por Ação - R$	3,70	3,89

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**28.177**	**29.644**
Total de Outros Resultados Abrangentes	-.-	-.-
Total do Resultado Abrangente	**28.177**	**29.644**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	**24.721**	**29.654**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	28.177	29.644
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo)	**(3.456)**	**10**
Depreciações e Amortizações	9	10
Tributos Diferidos	(3.465)	-.-
Variação de Ativos e Passivos	**5.616**	**1.574**
(Aumento) / Redução em Ativos		
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	71	415
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	4.261	2.182
Outros Ativos	(152)	(314)
(Redução) / Aumento em Passivos		
Obrigações Fiscais	11.161	8.711
Outros Passivos	(1.291)	(456)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.434)	(8.964)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**30.337**	**31.228**
Dividendos Pagos	(30.337)	(31.228)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(30.337)**	**(31.228)**
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	-.-	-.-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1	1
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1	1
Disponibilidades	1	1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Kinea Private Equity Investimentos S.A. (KINEA PRIVATE ou empresa) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras e tem por objeto a gestão de fundos de investimento em participações (private equity), tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional. A KINEA PRIVATE poderá, também, prestar serviços de assessoria técnica e administrativa na área de investimentos no mercado financeiro e no mercado de capitais.

As operações da KINEA PRIVATE são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelos órgãos de governança em 14 de março de 2025.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Políticas Contábeis

I - Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis da empresa foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Resumo das Principais Políticas Contábeis

Não houve alteração das políticas contábeis materiais durante o período. Abaixo estão descritas as políticas contábeis materiais da empresa:

I - Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando a empresa fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a empresa espera receber em troca desses serviços. As principais receitas são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO ICESP/FFM 2942/2025 - CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA ICESP RC Nº 8345/2025

A FFM ICESP entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO**, para contratação de empresa especializada para fornecimento de **ÓLEO DIESEL B S500 COMUM**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

SINDICATO DAS EMPRESAS LOCADORAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ/MF 67.354.746/0001-74

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo, por seu presidente, Sr. Eladio Paniagua Junior, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca as empresas locadoras de veículos automotores estabelecidas em todos os municípios do Estado de São Paulo, filiadas na categoria associadas a esta entidade e em pleno gozo dos seus direitos associativos, para participar das Assembléias Geral Ordinária e Extraordinária, por meio de vídeo conferência, através do link de acesso https://us02web.zoom.us/meeting/register/[illegible] no dia 31/03/25, segunda-feira, com 1ª convocação às 09h30 e 2ª convocação às 10h00, com a finalidade de discutir e deliberar a respeito das seguintes ordens do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** 1) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, pareceres e relatórios relativos ao exercício de 2024; 2) Deliberar sobre a previsão orçamentária do exercício fiscal do ano de 2025. **Assembleia Geral Extraordinária:** 1) Análise das pautas de reivindicações e as negociações coletivas para 2025/2026; 2) Nomeação de comissão de negociação para a CCT 2025/2026, e poderes para negociar; 3) Outorga de poderes à Diretoria para celebrar Convenções Coletivas, Termos Aditivos, bem como, Instauração, Defesa ou Acordo em processo de Dissídio Coletivo; 4) Fixação de contribuições; 5) Outros assuntos de interesse geral. Em função da relevância dos assuntos, as empresas deverão ser representadas por seus sócios, diretores ou prepostos devidamente habilitados. Para tanto, solicitamos a indicação dos representantes que participarão da AGO e AGE virtuais, via e-mail secretaria@sindlocsp.com.br até as 12h00 do próximo dia 27, com o nome completo, e-mail e número de WhatsApp do indicado, acompanhado de cópia digital da procuração, para os procedimentos prévios de todo o documento já exigido.

São Paulo, 25 de março de 2025. **Eladio Paniagua Junior - Presidente**

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO NO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 62640651/0001-01

Rua Jerônimo da Veiga, 164, 15º andar, telefone 3168.9100 - CEP: 04536-000 - São Paulo/SP

Eleições Sindicais – Aviso

Comunico aos associados que foi registrada a seguinte chapa, como concorrente à eleição que se refere o Aviso publicado no dia 07 de março de 2025, neste Jornal: **Para a diretoria: Efetivos** – Maximiliano Piernartiri, Christian Hattar Saigh e João Carlos de Paiva Verissimo; **Suplentes** – Rogério Joaquim Tondo, Hélio Gomes da Silva e Junior Gervásio Justino. **Para o Conselho Fiscal: Efetivos** – Cláudio Irie, Maurício Ghiraldelli e Jorge Botossi de Figueiredo; **Suplentes** – Paulo Florêncio da Silva, Rodrigo Racy Curi e João Luiz Roth. **Para Delegados-Representantes junto ao Conselho da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: Efetivos** – Christian Hattar Saigh e Maximiliano Piernartiri; **Suplentes** – João Carlos de Paiva Verissimo e Rogério Joaquim Tondo. Comunico, outrossim, que o prazo para impugnação de candidaturas é de até 3 (três) dias a contar da publicação deste Aviso.

João Carlos de Paiva Verissimo - Presidente.

RNI Negócios Imobiliários S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 67.010.660/0001-24 - NIRE 35.300.335.210

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **RNI Negócios Imobiliários S.A.** ("Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 24 de abril de 2025, às 10:30 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, 2500, Higienópolis, CEP 15.085-485, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025; e (iv) Deliberar sobre a manutenção do Conselho Fiscal da Companhia e eleição dos seus respectivos membros. Informações Gerais: Todos os documentos e informações relacionados às matérias a serem deliberadas na AGO da Companhia, incluindo a Proposta da Administração da AGO ("Proposta") e o Boletim de Voto a Distância ("Boletim"), encontram-se à disposição dos acionistas na sua sede social e no seu website - ri.rni.com.br, bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), na forma da legislação aplicável. A AGO será realizada de modo exclusivamente presencial, podendo os acionistas participarem e votar (i) de forma presencial e pessoal; (ii) de forma presencial, por meio de procurador devidamente constituído, nos termos do art. 126 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), observadas as regras para outorga descritas na Proposta; ou (iii) ou por meio de envio de Boletim, nos termos da Resolução CVM 81/2022. A Companhia entende que a forma exclusivamente presencial é a mais adequada para a realização desta AGO, considerando a possibilidade de voto via Boletim, conforme a prática já adotada pela Companhia em suas últimas assembleias. Participação presencial: Os acionistas da Companhia que queiram participar presencialmente ou por procurador devidamente constituído deverão comparecer à AGO munidos dos documentos listados na Proposta ou, preferencialmente, enviar a cópia simples dos referidos documentos para o endereço eletrônico rni.ri@rni.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência da data designada para a realização da AGO, ou seja, até o dia 21 de abril de 2025. As regras e orientações detalhadas, bem como os procedimentos e informações adicionais para a participação presencial dos acionistas na AGO, constam na Proposta. Participação mediante envio do Boletim: Nos termos da Resolução CVM 81/2022, e conforme detalhado na Proposta, os acionistas que tiverem interesse em exercer o seu direito de voto por meio do Boletim poderão: i. preenchê-lo e enviá-lo diretamente à Companhia por meio eletrônico para o endereço rni.ri@rni.com.br, acompanhado dos documentos indicados na Proposta; ou ii. enviar as instruções de voto por meio dos seus agentes de custódia, do escriturador das ações de emissão da Companhia ou da Central Depositária da B3, conforme orientações constantes da Proposta. São José do Rio Preto, 24 de março de 2025. **Gustavo Felix de Moraes** - Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

Prefeitura de São José dos Campos

Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças

Edital de licitação: Pregão Eletrônico 023/SGAF/2025 Objeto: Ata de registro de preços para fornecimento de blocos, canaletas e artefatos de concreto. Abertura: 07/04/2025 às 09h00. **Informações**: Rua José de Alencar, 123 - 1º andar - sala 03, das 08h15 às 17h00. **Valéria Aparecida Mendes de Oliveira** - Diretora do Departamento de Recursos Materiais. Os editais completos podem ser retirados através do site: www.sjc.sp.gov.br.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.013/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 847/2024 – SECRETARIA DE SAÚDE – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sítios: https://www.gov.br/compras/pt-br e https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245 - Envio das Propostas de Preços pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **25/03/2025** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **07/04/2025 às 10h00min**

Osasco, 24 de março de 2025.

Meire Regina Hernandes

Secretária Executiva de Compras e Licitações

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02.316/2024 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS ODONTOLÓGICOS E ACESSÓRIOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, que estará à disposição dos interessados nos sítios: https://www.gov.br/compras/pt-br e https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245 - Envio das Propostas de Preços pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **25/03/2025** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **07/04/2025 às 10h00min**

Osasco, 21 de março de 2025

Meire Regina Hernandes

Secretária Executiva de Compras e Licitações

Conheça o que você pode anunciar no Estadão, no portal Estadão.com e na Rádio Eldorado FM.

Noticiário — Anúncio publicitário, informes e Expressão de Opinião veiculados no Estadão em posição determinada ou indeterminada

Classificados — Anúncio de ofertas veiculado no Estadão no caderno Classificados: Automóveis, Imóveis, Vagas de Emprego e Negócios/ Oportunidades

Fúnebre — Publicação de notas de falecimento, missas e homenagens a pessoas falecidas veiculadas no Estadão em caderno específico.

Publicidade Legal — Publicação de Atas, Assembleias, Balanços, artigos e comunicados legais para fé pública, veiculados no Estadão em caderno específico.

Fale agora com um consultor

Telefone (11) 3856-2139
Whatsapp (11) 99123-8351 ou pelo QR Code
Email balcao.lmao@estadao.com

Horário de Atendimento
Segunda a Sexta: 8h30 às 21h00
Sábados, Domingos e Feriados: 14h00 às 20h00

SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO

ESTADÃO — VEM PENSAR COM A GENTE

e|investidor ESTADÃO

E-book gratuito

Tudo sobre o Tesouro Direto

Um mergulho no investimento mais escolhido entre os brasileiros.



BAIXE PELO QR CODE

Itaú BBA Assessoria Financeira S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS A 31/12/2024 CNPJ nº 04.845.753/0001-59

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

- https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 17 de março de 2025, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	1	1
Ativos Financeiros	**1.042.940**	**1.181**
Ao Custo Amortizado	**1.042.940**	**1.181**
Títulos e Valores Mobiliários	905.491	1.181
Outros Ativos Financeiros	137.449	-.-
Ativos Fiscais	**121.865**	-.-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	117.000	-.-
Outros	4.865	-.-
Outros Ativos	7.204	-.-
Investimentos em Coligadas	2.221.399	-.-
Imobilizado, Líquido	75	-.-
Ativos Intangíveis, Líquido	7	-.-
Total do Ativo	**3.393.491**	**1.182**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações Fiscais	**153.704**	**8**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	122.501	7
Outras	31.203	1
Outros Passivos	358.597	1
Total do Passivo	**512.301**	**9**
Total do Patrimônio Líquido	**2.881.190**	**1.173**
Capital Social	1.310.000	1.010
Reservas de Capital	4.701	-.-
Reservas de Lucros	1.750.141	163
Outros Resultados Abrangentes	(183.652)	-.-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**3.393.491**	**1.182**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas de Juros e Similares	34.770	75
Receita de Prestação de Serviços	976.350	-.-
Outras Receitas	18.260	-.-
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	**(192.965)**	**(12)**
Despesas Gerais e Administrativas	(286.872)	(7)
Despesas Tributárias	(140.454)	(5)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Investidas	234.361	-.-
Lucro / (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**836.415**	**63**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(251.564)	(15)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30.359	-.-
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**615.210**	**48**
Quantidade de Ações	849.579.381	417.723
Lucro / (Prejuízo) por Ação - R$	0,72	0,12

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 01/01/2023	**130**	-.-	**10**	**126**	-.-	-.-	**266**
Aumento / (Redução) de Capital	880	-.-	-.-	(20)	-.-	-.-	860
Total do Resultado Abrangente	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	48	48
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	48	48
Destinações:							
Reservas	-.-	-.-	2	45	-.-	(47)	-.-
Dividendos	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(1)	(1)
Saldos em 31/12/2023	**1.010**	-.-	**12**	**151**	-.-	-.-	**1.173**
Mutações do Período	**880**	-.-	**2**	**25**	-.-	-.-	**907**
Saldos em 01/01/2024	**1.010**	-.-	**12**	**151**	-.-	-.-	**1.173**
Cisão	1.308.990	2.611	229.003	1.505.014	(137.059)	(6.336)	2.902.223
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-.-	2.090	-.-	-.-	-.-	-.-	2.090
Dividendos	-.-	-.-	-.-	(521.892)	-.-	-.-	(521.892)
Outros	-.-	-.-	-.-	60.498	-.-	-.-	60.498
Total do Resultado Abrangente	-.-	-.-	-.-	-.-	(46.593)	615.210	568.617
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	615.210	615.210
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-.-	-.-	-.-	-.-	(49.206)	-.-	(49.206)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	-.-	-.-	-.-	-.-	1	-.-	1
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	-.-	-.-	-.-	-.-	1.251	-.-	1.251
Ganhos e Perdas - *Hedge*	-.-	-.-	-.-	-.-	1.361	-.-	1.361
Destinações:							
Reservas	-.-	-.-	30.761	446.594	-.-	(477.355)	-.-
Dividendos	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(131.519)	(131.519)
Saldos em 31/12/2024	**1.310.000**	**4.701**	**259.776**	**1.490.365**	**(183.652)**	-.-	**2.881.190**
Mutações do Período	**1.308.990**	**4.701**	**259.764**	**1.490.214**	**(183.652)**	-.-	**2.880.017**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**615.210**	**48**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	**(185.440)**	-.-
Investidas	(185.440)	-.-
Hedge	**1.135**	-.-
***Hedge* de Fluxo de Caixa**	**1.135**	-.-
Investidas	1.135	-.-
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado)	**(575)**	-.-
Investidas	(575)	-.-
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	**1.228**	-.-
Investidas	1.228	-.-
Total de Outros Resultados Abrangentes	**(183.652)**	-.-
Total do Resultado Abrangente	**431.558**	**48**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	**350.490**	**48**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	615.210	48
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo)	**(264.720)**	-.-
Resultado de Participações em Investidas	(234.361)	-.-
Tributos Diferidos	(30.359)	-.-
Variação de Ativos e Passivos	**(368.176)**	**(908)**
(Aumento) / Redução em Ativos		
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(667.593)	(939)
Ativos Fiscais	(4.865)	23
Outros Ativos	1.025	-.-
(Redução) / Aumento em Passivos		
Obrigações Fiscais	248.805	17
Outros Passivos	154.651	-.-
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(100.199)	(9)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**(17.686)**	**(860)**
Dividendos Recebidos	671.180	-.-
(Aquisição) de Imobilizado	(75)	-.-
(Aquisição) de Intangível	(7)	-.-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**671.098**	-.-
Aumento de Capital	-.-	860
Dividendos Pagos	(653.412)	-.-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(653.412)**	**860**
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	-.-	-.-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1	1
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1	1
Disponibilidades	1	1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Itaú BBA Assessoria Financeira S.A. (IBBA ASSESSORIA ou empresa) tem por objeto: (i) prestação de serviços de assessoria financeira, comercial e técnica; (ii) prestação de serviços de estruturação e coordenação de operações com títulos ou valores mobiliários ou atividade correlatas; (iii) exercício de atividade de intermediação de valores mobiliários; e (iv) participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista.

As operações do IBBA ASSESSORIA são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 17 de março de 2025.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis da empresa foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Resumo das Principais Políticas Contábeis

Não houve alteração das políticas contábeis materiais durante o período. Abaixo está descrita a política contábil material da empresa:

I - Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando a empresa fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a empresa espera receber em troca desses serviços. As principais receitas são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

NOTA 3 - INVESTIMENTOS

Política Contábil - São reconhecidos ao custo de aquisição e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em controladas e coligadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

Empresas	Moeda Funcional	Capital	Patrimônio Líquido (3)	Lucro Líquido (3)	% de Participação: Votante	% de Participação: Total	Quantidade de Ações / Cotas: Ordinárias / Cotas	Quantidade de Ações / Cotas: Preferenciais	Investimento em 31/12/2023	Movimentação de 01/01 a 31/12/2024: Dividendos Pagos / Provisionados (1)	Movimentação de 01/01 a 31/12/2024: Outros Eventos (2)	Movimentação de 01/01 a 31/12/2024: Resultado de Participações	Investimento em 31/12/2024	Resultado de Participações de 01/01 a 31/12/2023
No País														
Rauseg Participações S.A.	Real	6.960.563	10.917.011	2.814.800	11,20	11,20	671.424.103	-.-	-.-	(550.932)	1.582.500	191.245	1.222.813	-.-
Itaú BBA Trading S.A.	Real	8.783.292	9.401.735	600.311	10,25	10,25	11.527.451.396	-.-	-.-	(102.479)	1.030.417	35.544	963.482	-.-
CIP S.A.	Real	1.143.289	1.802.116	626.186	1,95	1,95	1.027.561	-.-	-.-	(11.499)	39.031	7.572	35.104	-.-
Total									-.-	**(664.910)**	**2.651.948**	**234.361**	**2.221.399**	-.-

1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Outros Ativos Financeiros.
2) Contempla eventos societários decorrentes de aquisições, alienações, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital e outros resultados abrangentes, se aplicável.
3) Patrimônio Líquido e Lucro Líquido contemplam ajustes de forma a padronizar os procedimentos no âmbito da investidora.

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.

AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS
INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL
BUSCADOR INTELIGENTE
PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS
CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS

PORTAL ESTADÃO RI
ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

GIORDANNA NEVES, MATHEUS PIOVESANA, CIRCE BONATELLI E ALTAMIRO SILVA JUNIOR
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
X: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Teto do consignado do INSS entra em pauta em meio à queda das concessões

A discussão sobre um aumento no teto dos juros do consignado para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) volta à pauta hoje em Brasília após uma sequência de altas na taxa Selic e o avanço do novo consignado privado. A modalidade voltada aos aposentados da Previdência pública vem perdendo força nos últimos meses. Segundo dados do Banco Central, a oferta da linha tem caído desde outubro. Em janeiro, as concessões de consignado para aposentados e pensionistas do INSS foram 15,4% menores do que no mesmo mês do ano passado, somando R$ 9,4 bilhões. A título de comparação, a concessão do consignado para servidores públicos cresceu 5,7% no mesmo período, e para trabalhadores do setor privado, ainda no modelo antigo, teve alta de 6%.

Linha teve oferta reduzida

A queda reflete uma série de movimentos que, segundo os bancos, estão relacionados com o teto mais baixo. Um deles é a redução ou mesmo suspensão da oferta por correspondentes bancários, em que a equação econômica se tornou desfavorável. Outro é a menor oferta a públicos de idade mais avançada.

Taxa foi cortada a partir de 2023

O BC determina que os bancos não podem oferecer produtos com margens negativas. Assim, as instituições suspenderam a oferta do consignado do INSS em março de 2023, quando o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) reduziu de uma única vez o teto de juros de 2,14% ao mês para 1,70%.

● **AJUSTE.** A suspensão foi feita inclusive por bancos públicos federais. O ajuste mais recente ocorreu em janeiro. O CNPS aumentou o teto da taxa de juros no crédito consignado para beneficiários do INSS de 1,66% para 1,80% ao mês, valor proposto pelo Ministério da Previdência Social, quando a Selic estava em 12,25% ao ano. A taxa básica está hoje em 14,25% ao ano. Já a taxa de juros do cartão de crédito consignado e do cartão de benefício, hoje em 2,46% ao mês, ficou no mesmo patamar.

● **PEDIDO.** Os bancos haviam pedido taxa de 1,99% ao mês na reunião. O representante das instituições financeiras, Ivo Mósca, chegou a dizer que a taxa de 1,80% não resolve o prejuízo dos bancos com a modalidade e avaliou que, se não houvesse mudança significativa, as instituições não iriam conseguir suprir toda a demanda de crédito. Segundo Mósca, o teto de 1,99% seria um novo valor mínimo para permitir, ao menos, a retomada da modalidade por parte dos correspondentes bancários.

PRÉDIOS MAIS ALTOS

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO -5/8/2024



Leilão de Cepacs da Faria Lima pela Prefeitura de São Paulo pode movimentar até R$ 3 bi; Banco do Brasil vai coordenar a oferta

● **ENQUANTO ISSO.** As atenções do governo ainda estão mais voltadas ao novo consignado privado, que entrou em vigor na última sexta-feira. Segundo o Ministério do Trabalho, o novo produto teve 40,2 milhões de simulações de sexta a domingo, mas apenas 11 mil contratos fechados. Entre os bancos, a percepção é positiva, mas avalia-se que a nova linha só entrará em velocidade de cruzeiro no segundo semestre.

● **FARIA LIMA.** A Prefeitura de São Paulo está trabalhando no prospecto do aguardado leilão de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) da Operação Consorciada Urbana Faria Lima. O processo está a cargo da SP Urbanismo, que prevê realizar o certame na metade do ano. O Banco do Brasil foi contratado como coordenador da oferta, apurou a *Coluna*.

● **BILHÕES.** Na sexta-feira, a Prefeitura publicou o decreto que regulamenta a nova lei da operação urbana. Agora, o que está na mesa é definir o total de títulos que serão oferecidos ao mercado e qual o valor unitário. A operação ainda tem um estoque de 250 mil metros quadrados de potencial construtivo adicional para a região. Isso significa um potencial de gerar de R$ 2,6 bilhões a R$ 3 bilhões aos cofres públicos.

● **VALORES.** A estimativa corresponde a uma oferta de 150 mil a 180 mil títulos por no mínimo R$ 17,6 mil a unidade (valor do último leilão, em 2021). Não está claro se o valor poderá permanecer o mesmo do último leilão ou se terá de ser atualizado pela inflação, conforme recomendação de alguns juristas a fim de a Prefeitura evitar encrencas com o Tribunal de Contas do Município e atrasar o processo. Se atualizados, os Cepacs ficariam entre R$ 21 mil e R$ 22 mil.

● **APETITE.** Segundo empresas e gestores ouvidos pela *Coluna*, há muito apetite de incorporadoras que já têm terrenos na região e/ou opções de compra. Já aquelas que não têm, vão pensar duas vezes antes de imobilizar capital comprando Cepacs neste momento de juro alto e ainda ir atrás de um projeto nos próximos trimestres. Mas o pleito oficial do setor será o de que a Prefeitura coloque todo o estoque no leilão.

SOBE

Chinesa BYD superou Tesla em receita no ano passado

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO -11/8/2024



A montadora chinesa de carros híbridos e elétricos BYD anunciou receita superior à de sua rival americana Tesla em 2024, segundo balanço divulgado ontem. No ano passado, o lucro líquido da empresa aumentou 34%, alcançando US$ 5,55 bilhões, enquanto sua receita subiu 29%, para US$ 107 bilhões. Já a Tesla, do bilionário Elon Musk, registrou receita de US$ 97,7 bilhões e lucro de US$ 7,6 bilhões em 2024.

DESCE

Frigoríficos caem na B3 em meio a realização de lucros

ANDRE DUSEK/ESTADÃO -21/3/2017



Depois da forte alta da última semana, embaladas principalmente pela perspectiva de listagem da JBS na Bolsa de Valores de Nova York, as ações de frigoríficos caíram em bloco ontem na B3. BRF recuou 2,07%, seguida por Minerva (-2,02%), JBS (-2,01%) e Marfrig (-1,98%). Para o responsável por renda variável da Fami Capital, Gustavo Bertotti, os papéis passam por realização de lucros após intensas altas recentes.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 131.321,44 PTS. | Dia -0,77% | Mês 6,94% | Ano 9,18%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
BRAP ON N1	21,30	10,19	30.000
CVC BRASIL ON ATZ	2,72	7,07	8.364
BRADESCO ON N1	11,52	1,41	8.968

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
EMBRAER ON NM	71,25	-4,70	20.537
RUMO S.A. ON NM	17,05	-4,11	23.94
SMARTFIT ON	21,56	-3,79	6.27

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

19/3 a 19/4	0,1722	1,0025	0,6111	0,5000
20/3 a 20/4	0,1705	1,0360	0,6714	0,5000
21/3 a 21/4	0,1688	0,9912	0,6696	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	42.583,32	1,42	-2,87	0,09
FRANKFURT - DAX	22.852,66	-0,17	1,34	14,78
LONDRES - FTSE	8.638,01	-0,10	-1,95	5,69
TÓQUIO - NIKKEI	37.608,07	-0,19	1,33	-6,59

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,82	3.281,51
	15/8/2040	7,37	1.505,2
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	7,60	4.092,59
PREFIXADO	1/1/2028	14,63	685,84
	1/1/2032	14,86	393,38
SELIC	1/3/2028	0,05	16.232,16

(*) TÍTULOS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,00	1,48	1,48	4,87
IGP-M (FGV)	0,27	1,06	1,33	8,44
IGP-DI (FGV)	0,11	1,00	1,11	8,79
IPC (FIPE)	0,24	0,51	0,75	4,52
IPCA (IBGE)	0,16	1,31	1,47	5,06
CUB (Sinduscon)	2,04	0,09	2,14	6,10
FIPE/CAP-SP (FIPE)	0,41	0,11	0,80	6,75

Índices de reajuste do aluguel (Fevereiro)

IGP-M (FGV)	1,0844	IPCA (IBGE)	1,0506
IGP-DI (FGV)	1,0878	INPC (IBGE)	1,0487
IPC-FIPE	1,0452	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)

Trabalhador assalariado e doméstico*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.518,00	7,5%
DE R$ 1.518,01 ATÉ R$ 2.793,88	9%
DE R$ 2.793,89 ATÉ R$ 4.190,83	12%
DE R$ 4.190,84 ATÉ R$ 8.157,41	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.518,00 A 8.157,41	20%	DE 303,60 A 1.631,48

*O CÁLCULO É PROGRESSIVO: A ALÍQUOTA É APLICADA À FAIXA DE SALÁRIO. NÃO É MAIS LIMITADO A 11%. [illegible]

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (CETIP)	14,16	0,05	4,58	14,84
CDI	14,15	0,05	1,60	16,46

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abs.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/25	11,38	215.600	11,23	11,6	-1,13
CAFÉ NY*	JUL/25	387,40	43.050	384,40	395,50	0,55
SOJA CBOT**	MAI/25	1007	378.790	1003	1011	-0,25
MILHO CBOT**	JUL/25	472	488.110	469	475	0,11

(*) CENTS POR LIBRA-PESO (**) CENTS POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	R$	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	128,19	0,52	6,74
BOI Cepea/esalq, R$/@	317,75	0,5	34,83
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	85,74	-0,40	43,70
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	2.573,80	25,94	152,67

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,7524	0,6	-2,77	-6,92
DÓLAR TURISMO	5,9850	0,58	-2,33	-7,1
EURO	6,2740	0,47	1,30	-3,28
OURO US$/ONÇA TROY	3.006,20	-0,26	5,55	13,1
WTI US$/BARRIL	69,000	1,22	-1,06	-3,58
BRENT US$/BARRIL	72,050	0,92	0,03	-3,3

	US$ NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ \ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0812	1,2924	0,1736
EURO	0,926	1,0000	1,1965	0,1607
FRANCO SUÍÇO	0,883	0,9536	1,1410	0,1532
LIBRA ESTERLINA	0,774	0,8358	1,0000	0,1343
IENE	150,676	162,7605	194,7390	26,1530

AS MOEDAS NA VERTICAL VALEM EM COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: BC



JSL S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ / MF nº 52.548.435/0001-79 / NIRE 35.300.362.683
Demonstrações Financeiras Resumidas em 31 de dezembro de 2024 - Conforme Parecer de Orientações da CVM nº 39 de 16/12/21

JSLG
B3 LISTED NM

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2024 confirma a efetividade do nosso planejamento estratégico que trouxe escala e rentabilidade à JSL, acima do planejado no IPO em set/20. Crescimento orgânico robusto em todos os anos, aquisições estratégicas e disciplina de alocação de capital suportam este novo patamar. Em um cenário macroeconômico que variou consideravelmente no decorrer do ano, mantivemos o compromisso com diversificação de serviços e setores de atuação e excelência na entrega. Buscamos constantemente maximizar a eficiência operacional através da otimização de custos, disciplina na precificação dos contratos e alocação de capital.

Esses quatro anos foram marcados pela transformação da escala, eficiência operacional e geração de caixa. A receita bruta cresceu 3x em relação a 2020, enquanto o EBITDA cresceu 4x e a margem se expandiu em 3,2 p.p. Isso reforça nosso foco no desenvolvimento contínuo e sustentável, que só é possível pelo comprometimento da nossa Gente com a geração de valor para Companhia, clientes e acionistas.

No 4T24, alcançamos R$ 2,4 bilhões de receita líquida de serviços, aumento de 16% em relação ao 4T23 que demonstra um ritmo constante de crescimento orgânico mesmo neste patamar de escala. Em 2024, a receita líquida foi de R$ 9,1 bilhões, aumento de 20% em relação ao ano anterior, com efeito da consolidação da IC Transportes e FSJ Logística. Se excluirmos as duas empresas, o crescimento orgânico do ano foi de 16%. Em 2024, fechamos R$ 5,4 bilhões em novos contratos que sustentarão nosso ritmo de crescimento nos próximos trimestres. Adicionamos 28 novos clientes à nossa base e tivemos um *cross-selling* de 89%. Vale destacar que parte dos novos contratos é feito por meio do *cross-selling* entre as empresas do ecossistema JSL.

Em relação aos nossos serviços, observamos desempenho robusto em todos segmentos, com crescimento de 31% em distribuição urbana, 26% em armazenagem, 17% em operações dedicadas e 11% em transporte de cargas. Além disso, as aquisições estratégicas continuam ampliando nossa presença em setores-chave da economia, como *e-commerce*, combustíveis e químicos. Neste trimestre, já percebemos um aumento do perfil de operação *asset light* (54% da receita) como consequência dos novos contratos celebrados.

Em 2024, demos início à nossa operação em Gana para atendimento de um cliente no setor de alimentos e bebidas, em linha com o modelo de replicar projetos de clientes em outras regiões. Este é um modelo que tem se mostrado de sucesso e é uma avenida de crescimento adicional para a JSL e suas empresas controladas.

O EBITDA ajustado no 4T24 atingiu R$ 434,0 milhões com margem de 18,0% incorporando algumas das implantações relevantes realizadas nos trimestres anteriores que ainda estavam em processo de maturação no 4T24. Além disso, voltamos a ter implantações de novos projetos em função dos R$ 2,2 bilhões em novos contratos fechados no 3T24, portanto o alívio de custos de implantação não foi observado integralmente no período. Adicionalmente, tivemos impacto de inflação no preço de alguns insumos (como peças e pneus), o que causou um aumento nos custos e pressionou a rentabilidade de alguns contratos. Os mecanismos contratuais nos protegem de variações maiores nos custos de insumos no geral, e, portanto, devemos observar uma recomposição nas margens destes projetos ao longo dos próximos meses. Mesmo com os impactos observados nesse trimestre, fechamos o ano com EBITDA ajustado de R$ 1,7 bilhão, com margem mantida no patamar de 19,4%. EBITDA reportado foi de R$ 1,8 bilhão, margem de 20,8%.

O lucro líquido ajustado foi de R$ 35,7 milhões no quarto trimestre de 2024. No comparativo com 4T23, além dos impactos das implantações e inflação nos custos diretos e indiretos já citados no parágrafo acima, é importante mencionar que o resultado do 4T23 foi beneficiado pelo efeito de JSCP do ano e pelo benefício tributário de subvenção sobre investimentos existente à época. Este último efeito também impactou comparativo do resultado acumulado do ano. Esses impactos foram parcialmente compensados pela redução do *spread* da dívida de 0,5 p.p. observada ao longo de 2024 somada a um CDI médio ligeiramente inferior na comparação anual (4T24x4T23). No ano, o lucro líquido ajustado foi de R$ 190,1 milhões.

Tivemos no quarto trimestre de 2024 um ROIC *Running Rate* de 14,6%, impactado pela concentração de grandes projetos intensivos em ativos (*asset heavy*) nos primeiros nove meses do ano, além de parte dos novos projetos do 4T24 que já teve a implantação iniciada. Por outro lado, há um importante potencial de expansão à medida que alcançamos o amadurecimento dos contratos em implantação no decorrer de 2025.

Concluímos o ano com a confiança de que estamos no caminho certo para evoluir em nosso plano estratégico. O crescimento consistente de receita, com sustentação das margens operacionais nos níveis adequados ao nosso negócio, somados às implantações de novos projetos e eficiência na alocação de capital, proporcionam a confiança de que seguiremos nossa agenda de consolidação do mercado de logística.

O cenário de inflação e alta de juros reforça ainda mais nosso foco em desalavancagem. Como parte da estratégia, a priorização de geração de caixa e gestão do endividamento são fatores importantes que contribuirão com o objetivo final. Estima-se uma redução adicional de 0,2 p.p. no *spread* do custo médio de nosso endividamento em função da amortização de um CRA com custo de 147% do CDI em maio/25.

O *capex* líquido do 4T24 foi de R$ 109,0 milhões, totalizando R$ 789,0 milhões no ano. Houve uma grande concentração de implantações de projetos com perfil *asset heavy* com uma necessidade de investimento mais alta no primeiro semestre do ano. Já no segundo semestre, a maior parte dos contratos fechados foram leves em ativos, reduzindo o *capex* necessário. No entanto, importante destacar que esses projetos também apresentam custos pré-operacionais e, portanto, devem passar a contribuir com o resultado nos próximos meses. A redução do *capex* líquido vista entre 2024 e 2023 também é resultado da opção por alugar parte dos ativos necessários à operação, o que contribui para acelerar o processo de desalavancagem da JSL.

Encerramos o 4T24 com R$ 1,9 bilhão em caixa, além de R$ 702 milhões em linhas de crédito comprometidas não sacadas, totalizando R$ 2,6 bilhões de liquidez disponível, o que é suficiente para cobrir 1,7 vezes a dívida de curto prazo. Isso evidencia nossa disciplina na gestão da estrutura de capital, mantendo uma posição de caixa adequada para cumprir com as obrigações de curto e médio prazos. A alavancagem alcançou 3,04x Dívida Líquida/EBITDA e 2,63x Dívida Líquida/EBITDA-A, nossa referência para *covenants*.

Seguimos avançando em nossa agenda de sustentabilidade, com reconhecimento e ações concretas. Fomos incluídos no ranking da revista americana Time entre as "Melhores Empresas do Mundo com Crescimento Sustentável", que destaca companhias pelo equilíbrio entre desempenho financeiro e práticas ambientais. Lançamos o Programa Conectando Fronteiras, voltado à empregabilidade de imigrantes e refugiados, com a contratação de profissionais em Goiânia e adesão ao Fórum Empresas com Refugiados da ONU. O Programa Mulheres na Direção expandiu seu alcance, totalizando 7 edições concluídas até hoje, e passou a incluir as modalidades de Manutenção, Mineração e Fretamento, impactando mais de 200 mulheres em 6 estados.

Acreditamos que a Companhia está preparada para os desafios atuais do mercado brasileiro, em função do nosso modelo de negócios sólido, baseado em contratos que garantem rentabilidade adequada e excelência na prestação de serviços essenciais aos clientes. Estamos comprometidos com a evolução de nossa estrutura de capital, por meio da redução da alavancagem e consequente evolução da margem líquida. Objetivos que serão atingidos por meio da melhoria contínua de nossos processos, eficiência operacional e disciplina financeira.

Agradecemos à nossa Gente, clientes e acionistas pela confiança.

Ramon Alcaraz
Diretor Presidente da JSL

São Paulo, 24 de março de 2025 - A JSL S.A. (B3: JSLG3) ("JSL") anuncia seus resultados para o 4T24.

RESULTADOS DE 2024 REFLETEM TRANSFORMAÇÃO DA ESCALA E CONSOLIDAÇÃO DO NOVO PATAMAR DE MARGENS E RENTABILIDADE

- **Receita bruta alcança R$ 10,7 bilhões em 2024, crescimento de 20% em relação ao ano anterior (orgânico de 16%)**; ritmo de crescimento estável mesmo no patamar atual da escala - acima do planejado no IPO
  - o **Operações *asset light* atingem 54% da receita no 4T24 com crescimento de 18% a/a**, mostrando um maior direcionamento para projetos mais leves em ativos
- **EBITDA ajustado atinge R$ 1,7 bilhão no ano**, incremento de 16% em relação a 2023, com margem de 19,4%, **sustentada no patamar adequado** com a maturação dos projetos implantados e foco em eficiência
- **Lucro líquido ajustado de R$ 190,1 milhões em 2024**, com potencial de evolução da margem líquida com a estratégia de desalavancagem
- **Novos contratos atingem R$ 886 milhões no 4T24**, com prazo médio de 49 meses, adicionando **receita média mensal de R$ 18 milhões**, que sustentam o crescimento orgânico. **No ano, somamos R$ 5,4 bilhões**
- **Fluxo de caixa livre após crescimento de R$ 521,1 milhões em 2024**, mesmo com *capex* total de R$ 1.1 bilhão que ainda contribuirá com a geração de caixa
- **Inclusão da JSL no ranking da revista americana TIME entre as "Melhores Empresas do Mundo com Crescimento Sustentável"**, que reconhece o equilíbrio entre desempenho financeiro e práticas ambientais

Sumário das informações Financeiras (R$ mm)	4T24	4T23	Δ A/A	3T24	Δ T/T	2024	2023	Δ A/A
Receita Bruta	**2.937,5**	**2.555,1**	**15,0%**	**2.777,4**	**5,8%**	**10.686,0**	**8.929,8**	**19,7%**
Receita Bruta de Serviços	2.856,3	2.462,2	16,0%	2.706,6	5,5%	10.382,8	8.645,1	20,1%
Receita Bruta Venda Ativos	81,3	92,9	-12,6%	70,8	14,8%	303,2	284,7	6,5%
Receita Líquida	**2.491,0**	**2.161,4**	**15,2%**	**2.352,3**	**5,9%**	**9.056,3**	**7.574,6**	**19,6%**
Receita Líquida de Serviços	2.411,3	2.071,5	16,4%	2.284,4	5,6%	8.762,4	7.299,0	20,0%
Receita Líquida Venda Ativos	79,6	89,9	-11,4%	67,9	17,3%	293,9	275,7	6,6%
EBIT	**266,4**	**287,3**	**-7,3%**	**292,1**	**-8,8%**	**1.210,5**	**1.281,4**	**-5,5%**
Margem (% ROL Serviços)	*11,0%*	*13,9%*	*-2,8 p.p.*	*12,8%*	*-1,7 p.p.*	*13,8%*	*17,6%*	*-3,7 p.p.*
Lucro Líquido	**22,7**	**72,9**	**-68,8%**	**43,8**	**-48,2%**	**207,3**	**351,7**	**-41,1%**
Margem (% ROL)	*0,9%*	*3,4%*	*-2,5 p.p.*	*1,9%*	*-1,0 p.p.*	*2,3%*	*4,6%*	*-2,4 p.p.*
EBITDA	**430,0**	**415,7**	**3,5%**	**449,9**	**-4,4%**	**1.819,5**	**1.728,0**	**5,3%**
Margem (% ROL de Serviços)	*17,8%*	*20,1%*	*-2,2 p.p.*	*19,7%*	*-1,9 p.p.*	*20,8%*	*23,7%*	*-2,9 p.p.*
CAPEX Líquido	**108,6**	**346,3**	**-68,6%**	**86,7**	**25,3%**	**789,0**	**1.008,7**	**-21,8%**
EBIT Ajustado[1]	**286,1**	**301,4**	**5,5%**	**323,8**	**-7,0%**	**1.159,4**	**1.070,8**	**15,8%**
Margem (% ROL de Serviços)	*11,9%*	*14,5%*	*-2,7 p.p.*	*14,2%*	*-2,4 p.p.*	*13,2%*	*14,7%*	*-1,4 p.p.*
EBITDA Ajustado[1]	**434,0**	**411,2**	**5,5%**	**466,4**	**-7,0%**	**1.701,3**	**1.468,8**	**15,8%**
Margem (% ROL de Serviços)	*18,0%*	*19,9%*	*-1,9 p.p.*	*20,4%*	*-2,4 p.p.*	*19,4%*	*20,1%*	*-0,7 p.p.*
Lucro Líquido Ajustado[1]	**35,7**	**82,2**	**-56,5%**	**72,7**	**-50,9%**	**190,1**	**212,7**	**-10,7%**
Margem (% ROL)	*1,4%*	*3,8%*	*-2,4 p.p.*	*3,1%*	*-1,7 p.p.*	*2,1%*	*2,8%*	*-0,7 p.p.*

[1] EBITDA, EBIT e Lucro Líquido ajustados em 4T23 e 3T24 conforme reportado à época. No 4T24, o EBITDA e EBIT foram ajustados em R$ 3,9 mm para excluir o efeito de baixa de mais-valia alocada no custo de venda de ativos, refletindo em R$ 2,6 mm de ajuste no Lucro Líquido. Além disso, o EBIT foi ajustado em R$ 15,8 mm e o Lucro Líquido em R$ 10,4 mm para excluir os efeitos da amortização do ágio/mais-valia das aquisições.

Anexo I - Reconciliação do EBITDA e do Lucro Líquido

Reconciliação do EBITDA (R$ mm)	4T24	4T23	Δ A/A	3T24	Δ T/T	2024	2023	Δ A/A
Lucro Líquido Total	22,7	72,9	-68,8%	43,8	-48,2%	207,3	351,7	-41,1%
Resultado Financeiro	242,6	241,9	0,3%	231,5	4,8%	942,1	903,7	4,2%
IR e contribuição social	1,1	(27,6)	-103,9%	16,8	-93,6%	61,0	26,0	135,1%
Depreciação e Amortização	163,7	128,4	27,5%	157,8	3,7%	609,1	446,6	36,4%
Depreciação imobilizado	124,0	81,6	52,0%	118,8	4,4%	457,5	326,8	40,0%
Depreciação IFRS 16	39,7	46,8	-15,2%	39,1	1,5%	151,5	119,8	26,5%
EBITDA	**430,0**	**415,7**	**3,5%**	**449,9**	**-4,4%**	**1.819,5**	**1.728,0**	**5,3%**
Custo de Venda de Ativos	**(84,5)**	**73,5**	**-214,9%**	**(64,2)**	**31,7%**	**(276,3)**	**205,1**	**-234,7%**
EBITDA-A	**514,6**	**489,2**	**5,2%**	**514,1**	**6,1%**	**2.095,8**	**1.933,1**	**8,4%**
Créditos extemporâneos líquidos	–	–	n.a.	–	n.a.	(151,7)	–	n.a.
Provisões	–	–	n.a.	8,3	n.a.	11,9	–	n.a.
Mais-Valia	3,9	(4,4)	n.a.	8,2	n.a.	21,6	(259,2)	-108,3%
EBITDA Ajustado	**434,0**	**411,2**	**5,5%**	**466,4**	**-6,9%**	**1.701,3**	**1.468,8**	**15,8%**
EBITDA Ajustado ex - IFRS 16	394,3	364,4	8,2%	427,3	-7,7%	1.549,8	1.349,0	14,9%

Reconciliação do Lucro Líquido (R$ mm)	4T24	4T23	Δ A/A	3T24	Δ T/T	2024	2023	Δ A/A
Lucro Líquido	**22,7**	**72,9**	**-68,8%**	**43,8**	**-48,2%**	**207,3**	**351,7**	**-41,1%**
Créditos Extemporâneos Líquidos	–	–	n.a.	–	n.a	(100,1)	–	n.a.
Provisões	–	–	n.a.	13,4	n.a	24,3	–	n.a.
Mais-Valia	2,6	(2,9)	n.a.	5,4	n.a	14,3	(171,1)	-108,4%
Amortização PPA	10,4	12,2	-14,8%	10,1	n.a	44,3	32,1	38,1%
Lucro Líquido Ajustado	**35,7**	**82,2**	**-56,5%**	**72,7**	**-50,9%**	**190,1**	**212,7**	**-10,7%**
Margem (% ROL)	*1,4%*	*3,8%*	*-2,4 p.p.*	*1,5%*	*-0,1 p.p.*	*2,4%*	*2,8%*	*-0,5 p.p.*

Acesso ao Relatório da Administração Completo: Está disponível para visualização e download na seção de Relações com Investidores em nosso website ri.jsl.com.br.

Para informações adicionais, entre em contato com a Área de Relações com Investidores:

Tel.: +55 (11) 3154-4013 | ri@jsl.com.br | ri.jsl.com.br

AVISO
As Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são Demonstrações Financeiras Resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
- Central de Resultados - JSL RI = https://ri.jsl.com.br/central-de-resultados/
- Consulta de Documentos de Companhias Abertas (cvm.gov.br)
- Empresas Listadas | B3
- Estadão RI (estadao.com.br) = https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Em milhares de reais

Ativo	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	48.218	64.008	442.823	610.869
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	1.313.746	1.178.277	1.451.284	1.243.267
Instrumentos financeiros derivativos	131.284	26.395	131.284	26.412
Contas a receber	1.172.563	950.944	1.814.896	1.582.547
Estoques	74.040	47.838	97.192	64.842
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	320.777	184.241	389.254	197.874
Tributos a recuperar	27.244	26.041	78.344	96.554
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	63.532	27.234	85.522	40.794
Despesas antecipadas	24.338	18.802	37.794	28.568
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	14.964	645	–	–
Adiantamentos a terceiros	36.083	31.132	67.044	62.218
Partes relacionadas	–	2.215	–	–
Outros créditos	8.935	7.965	23.137	24.517
	3.235.724	2.565.741	4.618.574	3.978.862
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	19.183	42.433	759	–
Instrumentos financeiros derivativos	78.183	268.349	86.915	268.349
Contas a receber	18.950	19.766	25.304	36.022
Tributos a recuperar	29.287	73.845	86.987	163.742
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11.690	5.845	12.839	6.594
Depósitos judiciais	45.819	43.378	70.461	63.309
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	95.869	164.275	127.425
Partes relacionadas	76.638	51.752	–	–
Ativo de indenização por combinação de negócios	29.499	–	406.819	515.015
Outros créditos	41.818	18.614	41.039	28.522
	351.067	619.851	895.398	1.209.378
Investimentos	2.402.930	2.462.778	–	–
Imobilizado	3.628.121	2.724.043	6.058.085	5.754.548
Intangível	279.352	278.474	908.125	846.079
	6.661.470	6.085.146	7.861.608	7.910.005
Total do ativo	9.897.194	8.650.887	12.480.182	11.888.867

Passivo	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante				
Fornecedores	174.701	249.527	309.272	505.900
Risco sacado a pagar	–	–	2.521	–
Empréstimos e financiamentos	1.255.906	432.322	1.474.762	894.287
Debêntures	37.289	59.017	37.289	59.017
Arrendamentos a pagar	21.641	24.109	22.435	32.493
Arrendamentos por direito de uso	56.623	36.461	132.317	132.840
Obrigações sociais e trabalhistas	215.578	183.305	364.653	322.264
Instrumentos financeiros derivativos	112.666	58.531	112.666	58.531
Imposto de renda e contribuição social a recolher	–	–	1.643	3.437
Tributos a recolher	111.077	68.677	184.546	137.520
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	106.546	–	106.546	–
Adiantamentos de clientes	21.444	9.642	36.557	25.015
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	147.414	110.824	147.414	110.824
Outras contas a pagar	46.298	36.539	75.784	85.073
	2.307.183	1.268.954	3.008.405	2.367.201
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	3.331.918	2.667.182	4.255.952	3.766.703
Debêntures	1.565.315	2.100.405	1.565.315	2.100.405
Arrendamentos a pagar	65.387	70.549	70.596	89.852
Arrendamentos por direito de uso	217.344	184.352	441.724	373.625
Obrigações sociais e trabalhistas	12.338	141.489	13.852	141.748
Instrumentos financeiros derivativos	106.213	–	106.213	–
Tributos a recolher	–	–	11.928	28.902
Provisão para demandas judiciais e administrativas	53.859	48.753	493.666	616.526
Imposto de renda e contribuição social diferidos	45.989	–	259.899	171.647
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	408.620	498.604	448.797	544.167
Partes relacionadas	20	2.051	20	2.051
Outras contas a pagar	8.648	5.105	23.455	22.597
	5.815.651	5.718.490	7.701.417	7.858.223
Total do passivo	8.126.834	6.987.444	10.709.822	10.225.424
Patrimônio líquido				
Capital social	806.688	806.688	806.688	806.688
Reservas de capital	23.497	23.497	23.497	23.497
Ações em tesouraria	(42.579)	(42.257)	(42.579)	(42.257)
Reservas de lucros	975.303	887.659	975.303	887.659
Outros ajustes patrimoniais reflexos de controladas	6.506	(12.144)	6.506	(12.144)
Ajustes de avaliação patrimonial	945	–	945	–
Total do patrimônio líquido	1.770.360	1.663.443	1.770.360	1.663.443
Total do passivo e patrimônio líquido	9.897.194	8.650.887	12.480.182	11.888.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua→

continuação

JSL S.A. - CNPJ/MF nº 52.548.435/0001-79 / NIRE 35.300.362.683 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
Em milhares de reais

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita líquida de prestação de serviços logísticos, locação de veículos, máquinas e equipamentos e de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	5.057.548	4.177.986	9.056.258	7.574.644
Custo de venda, locação e prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	(4.150.929)	(3.486.232)	(7.502.387)	(6.182.602)
Lucro bruto	906.619	691.754	1.553.871	1.392.042
Despesas comerciais	(27.040)	(20.198)	(47.357)	(42.523)
Despesas administrativas	(174.437)	(185.298)	(447.568)	(413.273)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	5.768	6.726	(11.052)	5.563
Outras receitas operacionais, líquidas	108.042	237.450	162.565	339.595
Resultado de equivalência patrimonial	113.770	243.076	–	–
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	932.722	973.510	1.210.459	1.281.404
Receitas financeiras	264.093	135.959	247.549	95.453
Despesas financeiras	(969.302)	(795.554)	(1.189.649)	(999.107)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	227.513	313.915	268.359	377.750
Imposto de renda e contribuição social - corrente	–	–	(11.105)	(29.501)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(20.201)	37.868	(49.942)	3.534
Total do imposto de renda e da contribuição social	(20.201)	37.868	(61.047)	(25.967)
Lucro líquido do exercício	207.312	351.783	207.312	351.783
(=) Lucro básico por ação (em R$)				
(=) Lucro básico por ação (em R$)	–	–	0,72865	1,23634
(=) Lucro diluído por ação (em R$)	–	–	0,72862	1,23632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
Em milhares de reais

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023 Reapresentado (Nota 1.4)	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023 Reapresentado (Nota 1.4)
Receitas				
Venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	5.971.291	4.940.127	10.686.030	8.929.835
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	5.768	6.726	(11.052)	5.563
Outras receitas operacionais	129.380	279.745	223.150	404.573
	6.106.439	5.226.598	10.898.128	9.339.971
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das vendas e prestação de serviços	(2.497.041)	(2.230.954)	(4.656.916)	(3.962.686)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(137.934)	(153.389)	(227.927)	(214.002)
	(2.634.975)	(2.384.343)	(4.884.843)	(4.176.688)
Valor adicionado bruto	3.471.464	2.842.255	6.013.285	5.163.283
Retenções				
Depreciação, amortização e *impairment*	(356.247)	(255.206)	(609.035)	(446.586)
Valor adicionado líquido produzido pela JSL	3.115.217	2.587.049	5.404.250	4.716.697
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	113.770	243.076	–	–
Receitas financeiras	264.093	135.959	247.549	95.453
	377.863	379.035	247.549	95.453
Valor adicionado total a distribuir	3.493.080	2.966.084	5.651.799	4.812.150
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	1.505.912	1.232.618	2.722.535	2.183.823
Remuneração direta	994.320	819.206	1.895.191	1.510.233
Benefícios	419.157	334.956	672.060	544.255
FGTS	92.435	78.456	155.284	129.335
Impostos, taxas e contribuições	752.844	544.281	1.434.115	1.185.974
Federais	435.063	270.885	821.922	648.447
Estaduais	217.683	188.803	474.479	416.642
Municipais	100.098	84.593	137.714	120.885
Remuneração de capital de terceiros	1.027.012	837.402	1.287.837	1.090.570
Juros e despesas bancárias	969.302	795.554	1.189.649	999.107
Aluguéis	57.710	41.848	98.188	91.463
Remuneração de capital próprio	207.312	351.783	207.312	351.783
Dividendos e juros sobre capital próprio do exercício	119.668	90.160	119.668	90.160
Lucro retido do exercício	87.644	261.623	87.644	261.623
Valor adicionado distribuído	3.493.080	2.966.084	5.651.799	4.812.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
Em milhares de reais

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	207.312	351.783	207.312	351.783
Variações de hedge de fluxo de caixa em controladas	(8.588)	–	(8.588)	–
Imposto de renda e contribuição social sobre variações de hedge de fluxo de caixa em controladas	2.903	–	2.903	–
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	945	–	945	–
Ajustes de conversão de balanço de controladas no exterior	24.735	(11.046)	24.735	(11.046)
Total de outros resultados abrangentes	19.595	(11.046)	19.595	(11.046)
Resultado abrangente do exercício	226.907	340.737	226.907	340.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
Em milhares de reais

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	227.513	313.915	268.359	377.750
Ajuste para:				
Resultado de equivalência patrimonial	(113.770)	(243.076)	–	–
Depreciação e amortização	356.247	255.206	609.035	446.586
Custo de venda de ativos desmobilizados	185.462	128.589	276.255	205.123
Provisões para perdas e baixa de ativos	(25.897)	49.018	(11.659)	58.947
Créditos de impostos extemporâneos e reversão de provisão Sistema S	(152.896)	(19.694)	(189.732)	(45.647)
Resultado do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	26.149	(38.258)	8.443	(38.167)
Variação cambial	(1.899)	51.750	12.270	65.239
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento a pagar, direito de uso, despesas de captação e aquisição de empresas	901.813	589.120	1.092.567	741.540
Custos sobre passivo atuarial	392	–	392	–
Ganho por compra vantajosa	–	(216.494)	–	(259.195)
	1.403.114	870.876	2.065.930	1.552.176
Variações no capital circulante líquido operacional				
Contas a receber	(209.826)	(222.839)	(225.758)	(285.912)
Estoques	(29.095)	116	(35.339)	(2.524)
Fornecedores	(45.536)	(18.099)	(35.367)	(35.487)
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	92.987	210.455	176.583	186.752
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(84.661)	225.165	(67.626)	69.086
	(276.131)	194.798	(181.507)	(68.085)
Imposto de renda e contribuição social (pagos)	–	–	(11.205)	(20.772)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, debêntures, aquisição de empresas, arrendamento a pagar e direito de uso	(636.004)	(430.510)	(808.846)	(569.935)
Compra de ativo imobilizado operacional	(689.572)	(640.252)	(1.141.604)	(1.302.232)
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	(112.218)	(836.736)	(308.774)	(804.676)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(310.811)	(842.618)	(296.008)	(1.214.518)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas	(38.826)	(5.555)	–	–
Debêntures e notas comerciais conversíveis em ações	(108.000)	(302.000)	–	–
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(66.140)	(42.472)	(107.868)	(87.912)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	38.663	56.613	–	–
Aquisição de empresas, líquido de caixa no consolidado	–	(58.417)	–	(62.164)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(174.303)	(351.831)	(107.868)	(150.076)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Recompra de ações para tesouraria	(322)	(52)	(322)	(52)
Pagamento de parcelamento de aquisição de empresas	(79.812)	(76.686)	(84.329)	(93.443)
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	2.181.800	2.123.938	2.453.459	2.781.022
Amortização de empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento a pagar e direito de uso	(1.582.957)	(737.599)	(2.086.132)	(941.168)
Pagamento de instrumentos derivativos de *hedge*	(68.034)	(100.764)	(68.017)	(100.700)
Acordo de financiamento de fornecedor - risco sacado	–	–	2.521	–
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	–	(134.775)	–	(134.775)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	450.675	1.074.062	217.180	1.510.884
Efeitos de variações cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	18.650	(11.046)	18.650	(11.046)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(15.790)	(131.433)	(168.046)	135.244
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	64.008	195.441	610.869	475.625
No final do período	48.218	64.008	442.823	610.869
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(15.790)	(131.433)	(168.046)	135.244
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa				
Compensação de impostos a recuperar com impostos a pagar	210.465	257.913	313.806	340.275
Adições financiadas por arrendamentos a pagar e FINAME	–	(15.891)	–	(65.265)
Variação no saldo de fornecedores e montadoras de veículos a pagar	29.290	(7.675)	157.261	162.066
Adições de arrendamentos por direito de uso	(115.706)	(56.658)	(258.866)	(162.022)
Aumento de capital com emissão debêntures conversíveis em ações	–	–	–	(94.013)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais

		Reservas de capital			Reservas de lucros							
	Capital social	Transações com pagamentos baseados em ações	Reserva especial	Ações em tesouraria	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de investimentos	Reserva legal	Lucros acumulados	Outras variações patrimoniais reflexas de controladas	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	806.688	472	22.720	(42.205)	15.192	215.955	348.668	46.221	–	(1.098)	–	1.412.613
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	351.783	–	–	351.783
Ajuste de conversão de balanço de controladas no exterior	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(11.046)	–	(11.046)
Total resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	–	–	351.783	(11.046)	–	340.737
Remuneração com base em ações	–	305	–	–	–	–	–	–	–	–	–	305
Subvenções governamentais controladora	–	–	–	–	–	129.422	–	–	(129.422)	–	–	–
Recompra de ações	–	–	–	(52)	–	–	–	–	–	–	–	(52)
Distribuição de juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	–	(90.160)	–	–	(90.160)
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	–	114.612	17.589	(132.201)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	806.688	777	22.720	(42.257)	15.192	345.377	463.280	63.810	–	(12.144)	–	1.663.443
Saldos em 31 de dezembro de 2023	806.688	777	22.720	(42.257)	15.192	345.377	463.280	63.810	–	(12.144)	–	1.663.443
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	207.312	–	–	207.312
Ajuste de conversão de balanço de controladas no exterior	–	–	–	–	–	–	–	–	–	24.735	–	24.735
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	945	945
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(6.085)	–	(6.085)
Total resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	–	–	207.312	18.650	945	226.907
Recompra de ações	–	–	–	(322)	–	–	–	–	–	–	–	(322)
Distribuição de juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	–	(91.518)	–	–	(91.518)
Distribuição de dividendos adicionais	–	–	–	–	–	–	–	–	(28.150)	–	–	(28.150)
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	–	77.278	10.366	(87.644)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	806.688	777	22.720	(42.579)	15.192	345.377	540.558	74.176	–	6.506	945	1.770.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A JSL S.A., ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social na Rua Doutor Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º Andar - Itaim Bibi - São Paulo, tendo suas ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) pela denominação (*ticker*) JSLG3, controlada pela Simpar S.A. ("Holding"). A Companhia também negocia certificados de depósito de ações no mercado de balcão (OTC) dos Estados Unidos da América (EUA), visando facilitar a compra, manutenção e venda de ações por investidores norte-americanos. A JSL S.A. e suas controladas (em conjunto denominadas "JSL") estão focadas em serviços de logística, referidos como "JSL Logística", constituídas pelas atividades de prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas intermunicipal, interestadual e internacional; transporte fretado de passageiros; organização logística de transporte de cargas; armazenagem, movimentações internas de plantas fabris e atividades afins. **1.1. Principais eventos ocorridos: a) Emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio:** Em 29 de fevereiro de 2024, a Companhia concluiu a captação de R$ 1.750.000 por meio da emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), operação lastreada pelos Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs), emitidos pela JSL, em três séries, sendo: (i) a primeira série no valor de R$ 605.989; (ii) a segunda série no valor de R$ 800.536; e (iii) a terceira série no montante de R$ 343.475. Todas as séries possuem vencimento em sete anos, com amortizações ao final dos quarto, sexto e sétimo anos, pagamento de juros semestrais e possuem cláusulas de compromissos, incluindo a manutenção de índices financeiros, os quais são calculados sobre as informações contábeis consolidadas da JSL. As emissões da primeira e segunda séries possuem proteção de valor justo de taxa por meio de contratos de Swap. **b) 18ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, da JSL S.A.:** Em 06 de março de 2024, a Companhia realizou o instrumento particular de escritura da 18ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para a distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição, em série única. O valor total foi de R$ 200.000 com vencimento em 5 anos, amortizações no 4º e 5º ano. **c) 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, conversíveis em participação societária, para distribuição privada, da controlada Agrolog Transportadora de Cargas em Geral Ltda.:** Em 27 de março de 2024, a controlada realizou a primeira emissão em série única, conversíveis em participação societária, para distribuição privada, de 50.000.000 de notas comerciais escriturais com valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real) perfazendo o montante total de R$ 50.000 com Taxa DI + 2,5% a.a. e vencimento final em 27 de março de 2026, adquirido em sua totalidade pela Companhia. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido da controlada, o qual inclui componentes de passivo financeiro e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Notas Comerciais deverá ser convertida em 50.000.000 de ações ordinárias da Emissora. **d) 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, conversíveis em participação societária, para distribuição privada, da controlada Fadel Transportes e Logística Ltda.:** Em 02 de agosto de 2024, a Fadel Transportes e Logística Ltda., realizou a emissão para colocação privada de 28.000.000 notas comerciais escriturais, em série única, da 1ª emissão da emitente, com valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real) perfazendo o montante total de R$ 28.000 com Taxa DI + 2,5% a.a. e vencimento final em 02 de agosto de 2026, celebrado entre a Fadel Transportes e Logística Ltda. e a JSL S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido da controlada, o qual inclui componentes de passivo financeiro e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Notas Comerciais deverá ser convertida em 28.000.000 de ações ordinárias da Emissora. **e) Emissão de Nota de Crédito à Exportação:** Em 26 de agosto de 2024, a controlada Transportes Marvel S.A. concluiu a captação de R$ 165.000 por meio da primeira emissão de Nota de Crédito à Exportação (NCE) com vencimento em três anos, a emissão possui proteção de valor justo de taxa por meio de contrato de Swap. **f) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024 e em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024, parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Companhia está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional. **g) 2ª emissão de debêntures simples, em série única, conversíveis em participação societária, para distribuição privada, da controlada Pronto Express Logística S.A.:** Em 20 de dezembro de 2024, a controlada realizou a segunda emissão em série única, conversíveis em ações, para colocação privada, de 30.000 debêntures com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais) perfazendo o montante total de R$ 30.000 e vencimento final em 20 de dezembro de 2026, adquirido em sua totalidade pela Companhia. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido da controlada, o qual inclui componentes de passivo financeiro e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 30.000.000 de ações ordinárias da Emissora. **1.1.1 Combinações de negócios "Aquisições de 2023": i. Alocações definitivas da Fazenda São Judas Logística Ltda. ("FSJ"):** A Companhia através de sua subsidiária Pronto Express Logística S.A. concluiu a aquisição de 100% da Participação na Fazenda São Judas Logística Ltda ("FSJ Logística") em 31 de agosto de 2023 ("data da aquisição"), aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 14 de agosto de 2023. A Fazenda São Judas Logística Ltda ("FSJ Logística") possui sede na cidade de Itupeva (SP), sendo especialista no transporte rodoviário atendendo clientes do Varejo e E-Commerce por meio de rotas fixas e diárias para diferentes municípios, resultando na ampliação da diversificação de setores que impulsiona a atuação da Companhia nesse setor.

O valor da transação foi de R$ 105.503 conforme destacado abaixo:

	Valor da contraprestação
Valor pago à vista	39.521
Valor parcelado (i)	39.982
Contraprestação contingente (ii)	26.000
Preço total (contraprestação)	105.503

(i) O referido valor foi registrado em "obrigações a pagar por aquisições de empresas", a ser pago em 2 (duas) parcelas anuais, consecutivas, acrescida cada parcela de 100% do CDI calculado entre a data do fechamento e a data do respectivo pagamento. (ii) O montante de R$ 26.000 ficou retido como garantia de eventuais contingências, que vierem a se materializar registrados em "obrigações a pagar por aquisição de empresas" e somente serão liberados no primeiro dia útil que se seguir ao 6º (sexto) aniversário da data de fechamento, subtraído do valor total das disputas de terceiros sob responsabilidade dos vendedores. Em conformidade com o CPC 15/IFRS 3 - Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

	Valor justo na data da aquisição
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	28.677
Contas a receber	35.285
Ativo de indenização	50.000
Imobilizado	110.721
Intangível	88.310
Outros ativos	15.395
Total do ativo	328.388
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	25.609
Fornecedores	21.980
Obrigações sociais e trabalhistas	8.157
Obrigações tributárias	5.958
Arrendamento a pagar	10.398
Arrendamento por direito de uso	37.478
Outros passivos	70.143
Total do passivo	179.723
Total do ativo líquido	148.665
Valor justo da contraprestação paga	105.503
Ganho de compra vantajosa	43.162

Mensuração de valor justo em bases definitivas:

O valor justo dos ativos, líquido dos passivos assumidos inclui: (i) R$ 30.171 de mais-valia de ativo imobilizado; (ii) R$ 50.000 de ativo de indenização; (iii) R$ 85.641 de carteira de clientes; (iv) R$ 2.669 de acordo de não competição; e (v) R$ 2.340 de passivo contingente. A transação gerou ganho por compra vantajosa de R$ 43.162. Antes de reconhecer o ganho por compra vantajosa, a Companhia e seus assessores procederam a uma revisão para certificar-se de que todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram corretamente identificados. Após essa revisão, a Administração concluiu que as mensurações refletem adequadamente a consideração de todas as informações disponíveis na data da aquisição e que os procedimentos e mensurações estão adequados. A apuração do ganho por compra vantajosa está relacionada principalmente a contratos já firmados com clientes estratégicos que se configuram como um intangível relevante pois representam uma fonte de receita

continua

continuação

JSL S.A. - CNPJ/MF nº 52.548.435/0001-79 / NIRE 35.300.362.683 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estável e recorrente para a FSJ Logística. O registro do ganho por compra vantajosa foi realizado na demonstração dos resultados na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais". Os efeitos fiscais no montante de R$ 14.675 foram registrados na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos, tendo em vista que de acordo com a legislação tributária, o ganho por compra vantajosa não é objeto de tributação imediata, devendo ser computado na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social no período de apuração da alienação ou baixa do investimento adquirido.

Técnicas para a mensuração do valor justo:

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Metodologia de comparação de mercado e de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição/reprodução depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Carteira de cliente	Método *multi-period excess earnings* MPEEM: o método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Acordo de não competição	O método *with or without* é uma abordagem utilizada para avaliar acordos de não competição. A estimativa do valor do ativo intangível é feita em função da análise de dois cenários: um com o acordo em vigor e outro hipotético sem o acordo de não competição, levando em consideração a livre competição entre as partes envolvidas.
Passivos contingentes	O valor justo das contingências e dos riscos materializados e não materializados identificados, de natureza tributária, cíveis, trabalhista e previdenciária, foi mensurado com base nas análises dos assessores externos e independentes da Companhia. O valor justo atribuído considera a estimativa dos assessores para tais contingências e riscos dentro dos prazos prescricionais aplicáveis.

Resultado da combinação de negócios: Se a aquisição da FSJ Logística tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2023, a receita líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 seria de R$ 328.238 e o lucro líquido seria de R$ 15.759 (informações não auditadas). **Custos da Aquisição:** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 70 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como "Despesas administrativas" na demonstração de resultado de 2023. **a. Alocações definitivas da Unitum Participações S.A. ("IC Transportes"):** A Companhia concluiu a aquisição de 100% da Participação da Unitum Participações S.A. ("Unitum"), holding que detém 100% das quotas da IC Transportes Ltda. ("IC Transportes"), da Artus Administradora Ltda. e da Fortes Veículos Ltda em 28 de abril de 2023 ("data da aquisição"). A Unitum e suas Controladas possuem sede na cidade de Sumaré (SP), sendo especialista no transporte de gases, combustíveis, químicos e agronegócio, resultando na ampliação da diversificação de setores e geografias que impulsionam o transporte rodoviário de granéis e cargas de alta complexidade. O valor da transação foi de R$ 324.669 conforme destacado abaixo:

	Valor da contraprestação
Valor pago à vista	58.417
Valor parcelado (i)	166.252
Contraprestação contingente (ii)	100.000
Preço total (contraprestação)	**324.669**

(i) O referido valor foi registrado em "obrigações a pagar por aquisições de empresas", a ser pago em 4 (quatro) parcelas anuais, consecutivas, acrescida cada parcela de 90% do CDI calculado entre a data do fechamento e a data do respectivo pagamento. (ii) O valor de R$ 100.000 ficará retido como garantia de eventuais contingências, que vierem a se materializar, registrado em "obrigações a pagar por aquisição de empresas", e somente será liberado no primeiro dia útil que se seguir ao 6º (sexto) aniversário da data de fechamento, subtraído do valor total das disputas de terceiros sob responsabilidade dos vendedores. Em conformidade com o CPC 15/IFRS 3 - Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

	Valor justo na data da aquisição
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	7.558
Contas a receber	174.462
Ativo de indenização	332.259
Imobilizado	689.902
Intangível	8.249
Outros ativos	87.114
Total do ativo	**1.299.545**
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	230.205
Fornecedores	39.210
Obrigações sociais e trabalhistas	30.668
Provisão para contingências	353.529
Arrendamento a pagar	21.666
Arrendamento por direito de uso	40.870
Outros passivos	41.834
Total do passivo	**758.382**
Total do ativo líquido	**541.163**
Valor justo da contraprestação paga	**324.669**
Ganho de compra vantajosa	**216.494**

Mensuração de valor justo em bases definitivas: O valor justo dos ativos, líquido dos passivos inclui: (i) R$ 209.755 de mais-valia de ativo imobilizado; (ii) intangível compreendido por R$ 4.694 de marca e R$ 3.200 de acordo de não competição; (iii) R$ 332.259 de ativo de indenização; (iv) R$ 5.565 de ativo disponível para venda e (v) R$ 100.655 de passivo contingente. A transação gerou ganho por compra vantajosa de R$ 216.494. Antes de reconhecer o ganho por compra vantajosa, a Companhia e seus assessores procederam a uma revisão para certificar-se de que todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram corretamente identificados. Após essa revisão, a Administração concluiu que as mensurações refletem adequadamente a consideração de todas as informações disponíveis na data da aquisição e que os procedimentos e mensurações estão adequados. A apuração do ganho por compra vantajosa está relacionada ao momento de mercado do setor logístico que sofreu com forte pressão inflacionária nos insumos, que impactou fortemente as margens operacionais da IC Transportes e pela manutenção do patamar de taxa de juros e restrição de crédito no Brasil, que junto com os preços dos novos ativos, acrescenta pressão na capacidade de investimentos da Empresa de renovar e expandir sua frota e com isso atender seus clientes. O registro do ganho por compra vantajosa foi realizado na demonstração dos resultados na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais". **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado e ativo disponível para venda	Metodologia de comparação de mercado e de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição/reprodução depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Marca	Método *Relief from Royalties* que captura as economias de royalties associadas a possuir as marcas, ao invés de obter licença para utilizá-la.
Acordo de não competição	O método *with or without* é uma abordagem utilizada para avaliar acordos de não competição. A estimativa do valor do ativo intangível é feita em função da análise de dois cenários: um com o acordo em vigor e outro hipotético sem o acordo de não competição, levando em consideração a livre competição entre as partes envolvidas.
Passivos contingentes	O valor justo das contingências e dos riscos materializados e não materializados identificados, de natureza tributária, cíveis, trabalhista e previdenciária, foi mensurado com base nas análises dos assessores externos e independentes da Companhia. O valor justo atribuído considera a estimativa dos assessores para tais contingências e riscos dentro dos prazos prescricionais aplicáveis.

Resultado da combinação de negócios: Se a aquisição da Unitum tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2023, a receita líquida no exercício de 31 de dezembro de 2023 seria de R$ 1.195.197 e o lucro líquido seria de R$ 35.072 (informações não auditadas). **Custos da Aquisição:** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 464 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como "Despesas administrativas" na demonstração de resultado.

1.1.2 Fluxos de caixa resultantes das aquisições:

	31/12/2023 IC	31/12/2023 FSJ	31/12/2023 Total
Valor desembolsado à vista	58.417	39.982	98.399
(–) Caixa e equivalente de caixa das adquiridas	(7.558)	(28.677)	(36.235)
Fluxo de caixa líquido das aquisições	**50.859**	**11.305**	**62.164**

1.2. Relação de participação em entidades controladas: As participações percentuais da Companhia em suas controladas nas datas dos balanços são as seguintes:

Razão social	País sede	31/12/2024 Direta %	31/12/2024 Indireta %	31/12/2023 Direta %	31/12/2023 Indireta %
Transmoreno Transporte e Serviços Ltda ("Quick").	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
Sinal Serviços de Integração Industrial Ltda.	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda.	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
Transmoreno Transporte e Logística Ltda.	Brasil	–	–	100,00	–
Fadel Transportes e Logística Ltda.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Fadel Logistics South Africa ("Fadel África do Sul").	África do Sul	–	100,00	–	100,00
Hub Services Solutions (PTY) Ltd	África do Sul	–	100,00	–	–
Mercosur Factory Sociedad Anónima ("Fadel Paraguai").	Paraguai	100,00	–	100,00	–
Fadel Logistics Ghana Ltd ("Fadel Gana").	Gana	100,00	–	–	–
Pronto Express Logística S.A.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Fazenda São Judas Logística Ltda.	Brasil	–	100,00	–	100,00
TPC Logística Sudeste S.A.	Brasil	–	100,00	–	100,00
TPC Logística Nordeste S.A.	Brasil	–	100,00	–	100,00
Transportadora Rodomeu Ltda.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Agrolog Transportadora de Cargas em Geral Ltda.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Transportes Marvel S.A.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Truckpad Tecnologia e Logística S.A.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Truckpad Meios de Pagamentos Ltda.	Brasil	–	–	–	100,00
IC Transportes Ltda.	Brasil	100,00	–	100,00	–
Artus Administradora Ltda.	Brasil	100,00	–	100,00	–

i. Estruturação societária: Em 14 de dezembro de 2024 foi criada a Hub Sevices Solutions (PTY) Ltd, empresa sediada na África do Sul para a prestação de serviços de armazenagem, que será uma controlada direta da Fadel Logistics South África. Em 30 de setembro de 2024 foi deliberada a incorporação da Transmoreno Transporte e Logística Ltda. na Transmoreno Transportes e Serviços Ltda. "Quick" a partir de 01 de agosto de 2024. Em 30 de setembro de 2024, foi deliberada a incorporação da Truckpad Meios de Pagamentos Ltda. na Truckpad Tecnologia e Logística S.A. a partir de 01 de outubro de 2024. Em 31 de maio de 2024, foi criada a Fadel Logistics Ghana Ltd. com sede no país de Gana e em 19 de setembro de 2024, foi deliberado através de ata de reunião da Diretoria a remessa de US$ 500.000 (quinhentos mil dólares americanos) para integralização de capital de sua subsidiária. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2024, foi aprovada a incorporação do acervo cindido da IC Transportes Ltda pela JSL S.A. O acervo líquido contábil para fins de cisão e incorporação pela Companhia foi avaliado por empresa especializada com data-base de 29 de fevereiro de 2024 e não impactou o capital social da Companhia. Em 29 de novembro de 2023, foi deliberada a incorporação da Unitum Participações S.A na JSL S.A. e a incorporação da Fortes Veículos Ltda. na IC Transportes Ltda., a partir de 01 de dezembro de 2023. Em 31 de agosto de 2023, através de Instrumento Particular de Extinção foi realizada a extinção da empresa Quick Armazém Ltda. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2023 foi deliberada a incorporação da Medlogística Prestação de Serviços de Logística S.A. pela JSL S.A. **1.3. Sustentabilidade e meio ambiente:** O setor de logística e transportes é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas. A Companhia avalia esse aspecto como risco em seus negócios, visto que essas mudanças podem afetar diretamente suas receitas, custos e disponibilidade de recursos. A Companhia busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que endereçam ou neutralizem os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. O Grupo também segue o que está determinado no Programa de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa, de forma a contribuir com a meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores: • manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes. • aquisição de veículos movidos a combustíveis alternativos, como elétricos e a gás, para tornar a frota mais sustentável. • uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota. • otimização de rotas, por meio de sistemas que reduzem percurso e tempo de espera. • adequação da capacidade de carga dos veículos para otimizar a frota necessária e reduzir o número de veículos em circulação. • gerenciamento de rotas para a redução de viagens vazias. • ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2. O inventário de emissões é compilado e auditado por auditores independentes, e divulgados anualmente Relatório Anual Integrado de 2024. Além disso, o programa e controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, e pelo quarto ano consecutivo a JSL conquistou o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, do Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces), da Fundação Getúlio Vargas (FGV SP). A certificação é o reconhecimento para empresas que alcançam o mais alto nível de qualificação e transparência na verificação de seu inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE). A Companhia também mantém a nota B no Carbon Disclosure Project ("CDP"), acima da média global do setor de transporte e logística, que é nota C. **1.4. Reapresentação de cifras comparativas:** Em 2024, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados a reclassificações entre linhas na Demonstração do Valor Adicionado - DVA. A referida reclassificação afetou a linha inicialmente denominada "Pessoal e encargos" dentro do grupo de "Distribuição do valor adicionado" entre as linhas "Benefícios" (Pessoal e Encargos) e "Federais" (Impostos, taxas e contribuições). Importante destacar que essas reclassificações não resultaram em impactos adicionais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mantendo a integridade e a consistência dos saldos contábeis apresentados. Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir.

	Controladora Divulgado 31/12/2023	Controladora Reclassificação	Controladora Reapresentado 31/12/2023	Consolidado Divulgado 31/12/2023	Consolidado Reclassificação	Consolidado Reapresentado 31/12/2023
Receitas						
Venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	4.940.127	–	4.940.127	8.929.835	–	8.929.835
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	6.726	–	6.726	5.563	–	5.563
Outras receitas operacionais	279.745	–	279.745	404.573	–	404.573
	5.226.598	–	5.226.598	9.339.971	–	9.339.971
Insumos adquiridos de terceiros						
Custos das vendas e prestação de serviços	(2.230.954)	–	(2.230.954)	(3.962.686)	–	(3.962.686)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(153.389)	–	(153.389)	(214.002)	–	(214.002)
	(2.384.343)	–	(2.384.343)	(4.176.688)	–	(4.176.688)
Valor adicionado bruto	2.842.255	–	2.842.255	5.163.283	–	5.163.283
Retenções						
Depreciação, amortização e *impairment*	(255.206)	–	(255.206)	(446.586)	–	(446.586)
Valor adicionado líquido produzido pela JSL	2.587.049	–	2.587.049	4.716.697	–	4.716.697
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	243.076	–	243.076	–	–	–
Receitas financeiras	135.959	–	135.959	95.453	–	95.453
	379.035	–	379.035	95.453	–	95.453
Valor adicionado total a distribuir	2.966.084	–	2.966.084	4.812.150	–	4.812.150
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos	**1.283.164**	**(50.546)**	**1.232.618**	**2.312.296**	**(128.473)**	**2.183.823**
Remuneração direta	819.206	–	819.206	1.510.233	–	1.510.233
Benefícios	385.502	(50.546)	334.956	672.728	(128.473)	544.255
FGTS	78.456	–	78.456	129.335	–	129.335
Impostos, taxas e contribuições	**493.735**	**50.546**	**544.281**	**1.057.501**	**128.473**	**1.185.974**
Federais	220.339	50.546	270.885	519.974	128.473	648.447
Estaduais	188.803	–	188.803	416.642	–	416.642
Municipais	84.593	–	84.593	120.885	–	120.885
Remuneração de capital de terceiros	**837.402**	–	**837.402**	**1.090.570**	–	**1.090.570**
Juros e despesas bancárias	795.554	–	795.554	999.107	–	999.107
Aluguéis	41.848	–	41.848	91.463	–	91.463
					–	
Remuneração de capital próprio	**351.783**	–	**351.783**	**351.783**	–	**351.783**
Dividendos e juros sobre capital próprio do exercício	90.160	–	90.160	90.160	–	90.160
Lucro retido do exercício	261.623	–	261.623	261.623	–	261.623
Valor adicionado distribuído	2.966.084	–	2.966.084	4.812.150	–	4.812.150

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas *International Financial Reporting Standards* - IFRS): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 24 de março de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **a) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável. **2.2. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias Abertas. As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas "IFRS", essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.3. Moeda funcional e conversão da moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto pela controladas Fadel Mercosur, Fadel África do Sul e Fadel Gana cujos moedas funcionais são, respectivamente, Guarani, Rande e o Cedi Ganes como detalhado no item c). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (Real - R$), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos financeiros como empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários indexados em moeda diferente da moeda funcional, são contabilizados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia:** As demonstrações financeiras das controladas Fadel Mercosur, Fadel África do Sul e Fadel Gana, incluídas na consolidação, foram elaboradas em Guarani, Rande e Cedi Ganes respectivamente, que são suas moedas funcionais. O resultado e a posição financeira da Fadel Paraguai, Fadel África do Sul e Fadel Gana, cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado, são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais de câmbio; (iii) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Outras variações patrimoniais reflexas de controladas". As taxas de câmbio em Reais em vigor na data-base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

Moeda	Taxa	31/12/2024
Guarani	Média	0,0007129
Guarani	Fechamento	0,0007945
Rande	Média	0,2949
Rande	Fechamento	0,3283
Cedi Ganes	Média	0,3658
Cedi Ganes	Fechamento	0,4227

Os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados, conforme detalhado acima. **2.4. Base de consolidação: a) Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a JSL. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos. A Companhia optou por apresentar combinação de negócios aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida no reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos assumidos, inclusive aqueles contingentes na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, a Companhia faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Nesse sentido, quando a Companhia incorpora a adquirida, a amortização e depreciação dos ativos adquiridos é dedutível. Os custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Todas as práticas contábeis de consolidação descritas nessa nota explicativa foram refletidas, quando aplicável, para as empresas descritas na nota explicativa 1.2, incluindo, mas não se limitando, a transações eliminadas na consolidação. **b) Controladas:** A JSL controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle cessa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **c) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre as empresas consolidadas ("intragrupo"), e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidências de perda por redução ao valor recuperável. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **2.6. Instrumentos financeiros: 2.6.1. Ativos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração:** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a JSL se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **b) Classificação e mensuração subsequente: Instrumentos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a JSL mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a JSL pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A JSL realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da JSL; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo

continua

continuação

JSL S.A. - CNPJ/MF nº 52.548.435/0001-79 / NIRE 35.300.362.683 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

[illegible]

justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida no resultado. O valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para caso de proteção de itens financeiros, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. **(c) Inefetividade do hedge:** A inefetividade de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. O Grupo contrata *swaps* de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. O Grupo não aplica *hedge* a 100% dos empréstimos e, portanto, o item protegido é identificado como uma proporção dos empréstimos em aberto até o valor de referência dos *swaps*. A inefetividade do hedge de *swaps* de taxa de juros é avaliada pela Companhia. A inefetividade pode ocorrer devido: • ao ajuste do valor de crédito/valor de débito nos *swaps* de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo; e • diferenças nos termos essenciais entre os *swaps* de taxa de juros e os empréstimos. **(d) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento. **2.8. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a JSL tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da JSL. Uma série de políticas contábeis e divulgações da JSL requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 3.2. Quando disponível, a JSL mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a JSL utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a JSL mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a JSL determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.9. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.10. Estoques:** Os estoques mantidos pela JSL se referem substancialmente a peças mantidas em estoque para manutenção de seus veículos. São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda estimado deduzido de custos incorridos estimados). Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, deduzido das provisões para giro lento e obsolescência, constituídas em 100% do valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses, com exceção de pneus onde o critério de provisionamento é de 6 (seis) meses para pneus sem movimentação. **2.11. Ativo imobilizado disponível para venda (Renovação de frota):** Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, a JSL renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponível para venda", avaliados e mensurados conforme o CPC 16 - Estoques. Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.12. Imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela JSL. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados de venda, utilizando o método linear pelo tempo de vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação são definidas de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. **d) Revisão:** A JSL adota o procedimento de revisar no mínimo anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. **2.13. Intangível: 2.13.1. Ágio:** O ágio ("*goodwill*") é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios da JSL. No caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, no mesmo mês previamente realizados em exercícios anteriores, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. **2.13.2. Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. **2.13.3. Acordo de não competição e carteira de clientes:** Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento/carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada. **2.13.4. Marcas, patentes e licenças:** Quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Por ter vida útil indefinida, esses ativos não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável ("*impairment*"). A TPC Logística Nordeste, subsidiária indireta da Companhia, possui licença de transferência para o regime de exploração de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA ao Porto Seco outorgado, por prazo indeterminado, através de contrato de permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias. **2.13.5. Amortização e testes de perda de valor recuperável ("*impairment*"):** A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável ("*impairment*"), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa ("UGC"), e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada UGC atua. **2.14. Ganhos com compra vantajosa:** A compra vantajosa ocorre em uma combinação de negócios onde o preço pago para adquirir o negócio é inferior ao valor justo do patrimônio líquido da empresa adquirida, representado pelos ativos adquiridos e passivos assumidos. Ganhos decorrentes de compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. Antes de reconhecer o ganho decorrente de compra vantajosa, a Companhia promove uma revisão dos valores apurados na mensuração do valor para se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados. Reconhecendo a não usualidade deste ganho em combinações de negócios, a Companhia revê os procedimentos utilizados para assegurar que a mensuração dos valores a serem reconhecidos na data da aquisição, estejam adequadamente mensurados para os casos abaixo: (i) ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos; e (ii) a contraprestação transferida para obtenção do controle da adquirida. Confirmada a adequação do valor do ganho por compra vantajosa, a Companhia registra a transação nas demonstrações financeiras da Companhia, líquido dos efeitos tributários. **2.15. Arrendamentos:** No início de um contrato, a JSL avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a JSL utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16. **(i) Como arrendatário:** A JSL aluga andares de prédios comerciais, armazéns e veículos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de um ano a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a JSL aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A JSL reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da JSL. A JSL usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a JSL alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A JSL apresenta ativos de direito de uso e aqueles que, anteriormente, eram classificados como "arrendamento mercantil a pagar", que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos por direito de uso" e "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** A JSL classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R2), tais como: • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendador:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a JSL aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a JSL atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a JSL faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a JSL considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a JSL aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato. A JSL aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento veja nota explicativa 2.6.1 (c). A JSL também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A JSL reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ e CSLL"):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela JSL nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da JSL. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, quando a JSL faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Neste sentido, para as empresas adquiridas que serão incorporadas pela JSL, haverá a dedutibilidade da amortização e depreciação dos ativos adquiridos. (i) Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro. A JSL aplica a interpretação técnica ICPC 22/IFRIC 23, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável. **2.17. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.18. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo custo amortizado, líquido dos custos incorridos na transação. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.19. Provisões: 2.19.1. Geral:** Provisões são reconhecidas quando a JSL tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a JSL espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado,

continua

continuação

JSL S.A. - CNPJ/MF nº 52.548.435/0001-79 / NIRE 35.300.362.683 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.19.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas:** A JSL é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As naturezas das demandas judiciais são as seguintes: <u>Trabalhistas:</u> As reclamações trabalhistas ajuizadas contra a JSL estão relacionadas, principalmente, a ações judiciais reclamando indenizações por horas extras, horas *in itinere*, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade solidária. <u>Cíveis:</u> os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a pleitos de indenização por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem à reparação de danos morais, estéticos e materiais. <u>Tributárias:</u> a provisão para demandas tributárias refere-se a processos administrativos movidos pela JSL em questionamento de certos autos de infração emitidos em processos de fiscalização, e questionar a legitimidade de cobrança de certos tributos. **2.20. Receitas de contratos com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A JSL reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.20.1. Receita de serviços dedicados e cargas gerais: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** Serviços oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente, que incluem a gestão do fluxo de insumos/matérias-primas e informações da fonte produtora até a entrada da fábrica (Operações *Inbound*), o fluxo de saída do produto acabado da fábrica até a porta de consumo (Operações *Outbound*) e, a movimentação de produtos e gestão de estoques internos, logística reversa e armazenagem. Serviços de escoamento de produtos no sistema "ponto A" para "ponto B", por meio de veículos carga completa (*Full Truck Load*), e são faturados de acordo com o contrato com cada cliente. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/IFRS 15:** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. **2.20.2. Receita de venda de ativos desmobilizados: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** Após o término do contrato de locação com seus clientes, a JSL desmobiliza e vende seus veículos e máquinas e equipamentos. Os clientes obtêm controle dos veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/IFRS 15:** A receita de veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.20.3. Receita de locação: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2)/IFRS 16:** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.20.4. Receita de transporte de passageiros: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** Serviços de transporte de passageiros para empresas privadas (fretamento). O serviço ocorre no momento em que a frota é disponibilizada para as empresas, e é faturado de acordo com o contrato com cada cliente. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/IFRS 15** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base na utilização do transporte pelos colaboradores das empresas privadas. **2.20.5. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **2.21. Benefícios a empregados: 2.21.1. Benefícios de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a JSL tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.21.2. Transações com pagamentos baseados em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. **2.21.3. Outras obrigações pós-emprego:** A lei 9.656 art. 30 destaca que ao funcionário que contribuir para o plano de assistência médica, em decorrência de vínculo empregatício, no caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial, são registrados na despesa, na demonstração de resultado. **2.22. Capital social: 2.22.1. Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro. **2.22.2. Recompra e/ou cancelamento de ações (ações em tesouraria):** Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reservas de capital. No eventual cancelamento a redução é reconhecida em contrapartida do capital social. **2.22.3. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da JSL e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente. **3.1 Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Receitas de contratos com clientes: se a receita de venda de ativos desmobilizados e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo nota explicativa 2.20.2 (b). **3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: (i) disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e (ii) dedutibilidade da amortização e depreciação dos ativos adquiridos para os quais a Companhia tem a expectativa de incorporar as entidades jurídicas; b) Imobilizado (definição do valor residual, da vida útil e taxa de depreciação); c) Ativo imobilizado disponível para venda - definição do valor residual; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e) Perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; f) Arrendamento - taxa incremental de financiamento e períodos de contrato; g) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; h) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos; e i) Aquisição de controladas (ágio/compra vantajosa): valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As referidas alterações têm vigências a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando e não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparências aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigências a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando e não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da JSL.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As linhas de serviço do segmento de operações logística estão sendo apresentadas em relação aos negócios da JSL que foram identificados com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da JSL. Os resultados por segmento, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Assim, a Companhia e suas controladas operam em segmento de negócios único: • Operações Logística: Refere-se às posições patrimoniais e de resultado de todos os efeitos provenientes dos impactos operacional e financeiro das operações de logística. As informações por segmento são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, que é responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho, pela tomada das decisões estratégicas. O desempenho é avaliado com base em indicadores como receita líquida, EBIT, EBITDA e lucro líquido. As informações do segmento de operações logística para exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de prestação de serviços e locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de ativos desmobilizados	9.056.258	7.574.644
Custo de prestação de serviços e locação de veículos, máquinas e equipamentos e ativos desmobilizados	(7.502.387)	(6.182.602)
Lucro bruto	1.553.871	1.392.042
Despesas comerciais	(47.357)	(42.523)
Despesas administrativas	(447.568)	(413.273)
Provisão de perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	(11.052)	5.563
Outras receitas operacionais, líquidas	162.565	339.595
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	1.210.459	1.281.404
Resultado financeiro líquido	(942.100)	(903.654)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	268.359	377.750
Total do imposto de renda e da contribuição social	(61.047)	(25.967)
Lucro líquido do exercício	207.312	351.783

Abaixo desse segmento estrutural, temos as diversas linhas de serviços do negócio de logística, a saber: • Distribuição urbana: Opera com carga seca, refrigerada ou congelada com controle de temperatura *online* e realiza saídas e retornos de/para armazéns operados ou não pela JSL ou direto da indústria para o varejo. A distribuição urbana está diretamente conectada com a performance do consumo no Brasil ao atender o segmento B2B e o que pode ser considerado do B2C que é a entrega em pontos que serão base para distribuição para o consumidor final. A Companhia possui operações de distribuição urbana principalmente nos setores de Alimentos, Bebidas, Bens de Consumo, E Commerce, Farmacêutico, Cosmético e Embarcadores de Cargas Gerais. • Operações logísticas: tem por característica operações em circuito fechado como parte do processo produtivo do cliente com alto nível de especialização e customização e alto grau de integração tecnológica e monitoramento. Os contratos nesse segmento têm prazos de 3 a 5 anos e envolvem ativos próprios e *softwares* de monitoramento em tempo real, logística de commodities e estudos e dimensionamento das atividades para a identificação das melhores opções para os clientes, carregamento de matéria-prima e de produto, abastecimento da matéria-prima, escoamento de produtos acabados, movimentação interna e em área portuária, manutenção de estradas, gestão de resíduos e descarga de resíduos. O segmento inclui ainda o fretamento e locação com mão de obra para transporte de funcionários dos clientes e a logística interna no ativo do cliente, que compreende um vasto nicho de serviços customizados para cada operação e consistem na movimentação de matéria prima, produtos e abastecimento de linhas de montagem. Os volumes de serviços de operações dedicadas têm relação com a performance das commodities e da atividade industrial do País, e têm como principais setores de atuação papel e celulose e mineração. • Serviços de armazenagem: Gestão de armazéns dedicados e multicliente realizando o recebimento, armazenamento seco, refrigerado e congelado, sequenciamento e abastecimento de linha de produção e fornecimento de embalagens e embaladores com sistemas de vendas do cliente conectados à JSL para entrega em até 24h, quando necessário se conectando ao serviço de distribuição urbana. Os serviços de armazenagem estão também conectados com a atividade industrial, o consumo e os fatores macroeconômicos uma vez que sinalizam a necessidade de expansão da oferta de armazéns em localizações estratégicas para distribuição. Os principais setores atendidos pelo segmento são Bens de Consumo e Alimentos e Bebidas. • Transporte de cargas: Compreende o deslocamento por meio do modal rodoviário de insumos ou produtos acabados, inclusive veículos novos, da porta de fornecimento ao seu destino final, ou seja, o escoamento de produtos no sistema porta a porta através da modalidade de carga completa. O transporte de cargas possui um vínculo com a performance do consumo e movimentação de mercadorias no país para consumo interno ou exportação. Os principais setores atendidos pelo transporte de cargas são Alimentos e Bebidas, Automotivo e Bens de Consumo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não temos nenhum cliente com receita individualmente superior a 10% da receita líquida de serviços.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 842.781 (ou R$ 806.688, se líquido do custo de emissão de ações). As ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia, integralmente realizado, está dividido em 286.431.078 ações nominativas (mesma quantia em 31 de dezembro de 2023) sem valor nominal, sendo 1.916.372 ações em tesouraria (1.896.022 em 31 de dezembro de 2023) sem direito a voto. A composição do capital social em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Quantidade de ações	31/12/2024 Ações ordinárias	31/12/2024 (%)	31/12/2023 Ações ordinárias	31/12/2023 (%)
Acionistas				
Controladores	214.385.424	74,85%	214.385.424	74,85%
Outros membros da família Simões	231.000	0,08%	231.000	0,08%
Administradores	272.380	0,10%	272.380	0,10%
Diretoria	6.453.637	2,25%	6.447.156	2,25%
Ações em tesouraria	1.916.372	0,67%	1.896.022	0,66%
Ações em circulação, negociadas em bolsa	63.172.265	22,05%	63.199.096	22,06%
Total	286.431.078	100,00%	286.431.078	100,00%

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 600.000.000 (seiscentos milhões) ações ordinárias de emissão da Companhia, independentemente de reforma estatutária. O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado. **6.1 Reservas de lucros: a) Distribuição de dividendos:** Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para: i. 5% da reserva legal sobre o lucro líquido do exercício; ii. importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos". O montante de dividendos a ser efetivamente distribuído é aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que aprova as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da Companhia permite ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser descontados do dividendo obrigatório anual. Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do exercício. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros. Para fins das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os cálculos e as movimentações dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	207.312	351.783
Lucro líquido, base para proposição da reserva legal	207.312	351.783
(–) Reserva legal (5%)	(10.366)	(17.589)
(–) Reserva de subvenções governamentais - Crédito Presumido ICMS	–	(38.900)
(–) Reserva de subvenções governamentais - Isenção Transp. Logístico	–	(90.522)
Lucro líquido do exercício, base para proposição de dividendos	196.946	204.772
Dividendos mínimos (25%) (i)	49.237	51.193
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio propostos/distribuídos:</u>		
Juros sobre capital próprio distribuídos	91.517	90.160
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(13.121)	(12.960)
<u>**Juros sobre capital próprio distribuídos, líquidos**</u>	78.396	77.200
Dividendos a distribuir	28.150	–
<u>**Total dividendos e juros sobre capital próprio propostos/distribuídos:**</u>	106.546	77.200
Percentual sobre o lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal	54%	38%
Dividendos e juros sobre capital próprio bruto por ação, líquido das ações em tesouraria no final do exercício (em R$)	0,4206	0,3169

(i) Os juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda na fonte, foram imputados aos dividendos obrigatórios, conforme artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei 9.249/95 e item V da Deliberação CVM nº 207/96, e o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os juros sobre capital próprio corresponderam a 54% do lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal, sendo assim superiores ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. As movimentações dos saldos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Juros sobre capital próprio	Dividendos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	57.575	–	57.575
Juros sobre capital próprio declarados	90.160	–	90.160
Imposto de renda retido na fonte	(12.960)	–	(12.960)
Juros sobre capital próprios pagos	(134.775)	–	(134.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	–	–
Dividendos a distribuir	–	28.150	28.150
Juros sobre capital próprio declarados	91.517	–	91.517
Imposto de renda retido na fonte	(13.121)	–	(13.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	78.396	28.150	106.546

DIRETORIA EXECUTIVA

Ramon Peres Martinez Garcia de Alcaraz
Diretor Presidente

Guilherme de Andrade Fonseca Sampaio
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro Gustavo Cardoso - Diretor
Samir Moises Gilio Ferreira - Diretor
Eduardo Pereira - Diretor

Maristela Aparecida do Nascimento - Contadora - CRC 1SP-245960/O-4

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Antonio Simões
Presidente

Denys Marc Ferrez - Conselheiro
Antônio da Silva Barreto Júnior - Conselheiro
Gilberto Meirelles Xandó Baptista - Conselheiro Independente
Marcelo Strufaldi Castelli - Conselheiro Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (i)

Aos Administradores e Acionistas da **JSL S.A.**

(i) Ressalta-se que o relatório do auditor independente resumido foi elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que está devidamente divulgado em endereço eletrônico que se encontra referenciado após a mensagem da administração dessa publicação resumida. **Tipo de opinião:** Sem modificação

pwc

Barueri, 24 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027083/F-3

Diogo Maros de Carvalho
Contador CRC 1SP248874/O-8

Demi Getschko trieste@gmail.com

Attendamus!

Há uma proliferação de sistemas de inteligência artificial à disposição dos usuários curiosos, e é sempre interessante testá-los. Se, por um lado, os resultados obtidos variam bastante, desde convincentes e completos até claramente insatisfatórios, por outro fica-se com uma eventual "pulga atrás da orelha": será que eles não estão se copiando? Afinal, são sistemas abertos e nada impede que recorram aos concorrentes para montar uma resposta satisfatória.

Vários deles são bastante eloquentes quando solicitados a discorrer sobre pessoas específicas. O interessante é que, em diversos casos, o indigitado não reconheceu situações lá descritas como sendo de sua carreira ou passado... Ou seja, pode haver "biografias não autorizadas" geradas por IA, cujo conteúdo é questionável pelo próprio biografado.

Ainda na área das "pulgas auriculares", um artigo da *Deutsche Welle* sobre iniciativas de combustível sintético fabricado no Chile com participação da Porsche é acompanhado de vídeo que mostra veículos subindo os Andes, propelidos pelo novo combustível. Ocorre que, ao fim do artigo, há uma singela nota que informa: "Este vídeo resumido foi criado por IA a partir de um roteiro original da *DW*, e foi editado por jornalista antes da publicação". É louvável que o meio divulgue isso, mas, de novo, ficamos sem saber o que é real no vídeo e o que seria sintético.

> *É preciso ter atenção e saber avaliar as informações que são apresentadas pelos mecanismos de IA*

Temos já aqui dois pontos de atenção: quanto a biografias e descrições, o passado que a IA narra pode ou não ter ocorrido. E, quanto aos belos vídeos apresentados, eles podem ser irreais. O primeiro ponto lembra uma frase de autoria debatível (Pedro Malan? Roberto Campos?) que postula que "no Brasil até o passado é incerto". Poder-se-ia reescrever a frase como "na IA até o passado é incerto" – afinal, as fontes em que a IA bebeu para gerar sua resposta podem não ser primárias nem confiáveis. Quanto ao segundo ponto, a liberdade artística mistura-se com a verdade factual e, de novo, fica incerto o que é real e o que é sintético.

A saída – se é que há uma – é sempre mantermos clara a perspectiva de que estamos vendo um catado de dados, com grande variabilidade de justeza e correção, e retrabalhado por sofisticados mecanismos. Lembrou-me um frase que é bastante repetida em cerimônias do rito cristão oriental, onde o oficiante alerta a comunidade: "Estejamos atentos!". No rito romano reformado, essa instigação desapareceu. Restou, porém, na missa tridentina, o "attendamus!". Em IA, é importante vigiar e triar o que ela nos informa. Seu uso é instigante e cômodo, mas que não nos transforme em conformistas. É vital que "estejamos atentos". ●

ENGENHEIRO ELETRICISTA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel **(quinzenalmente)** ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Giallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Inteligência artificial **Áudio em inglês**

IA do Google transforma documentos em podcasts

O Gemini, assistente de inteligência artificial (IA) do Google, apresentou na semana passada o Audio Overview, recurso que transforma arquivos e documentos em uma conversa de podcast.

A ferramenta é capaz de transcrever documentos e transformá-los em áudios, com dois apresentadores de IA guiando a conversa. A ideia é que o recurso seja utilizado para facilitar no resumo de reuniões ou estudos, por exemplo. Por enquanto, o recurso só está disponível em inglês.

A gigante de tecnologia também anunciou o Canvas para o Gemini, que permitirá que o usuário edite, compartilhe e até crie códigos com o conteúdo criado pelo chatbot. É possível pedir para que o chatbot crie um determinado aplicativo ou arquivo com base nos comandos dados a ele. ● MARIANA CURY

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001

VENDO
ÁREAS PARA INCORPORAÇÃO
BARUERI/CENTRO
2.834m² | 3.530m²
3.712m² | 4.296m²
11.300m²
POTENCIAL CONSTRUTIVO: 5X
Áreas planas no centro de Barueri, com toda infraestrutura, em frente ao shopping e estação de trem. Somente venda.
Tratar com Humberto
(11) 98169.6000
CRECI: 35.290

IMÓVEIS SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$425.000 Sacada, 42úteis, 1cs, arms, gar., lazer, 11 99936-0304

2 DORMITÓRIOS

BELA VISTA
Ocasião!! 2 dorms + depend., garagem, reformado, ótimo prédio. Rua Conselheiro de São Joaquim R$ 470.000 Aceita carro F: (11) 3666-9387/91345-4120

MOEMA
R$650.000 S.novo, 70úteis, sacada, 2dts, gar. Lazer 99936-0304

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$1.100.000 Sacada, 100úteis, 3dts, 1ste, 2vgs, lazer 99936-0304

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.450.000 225úteis, varanda, lv.3ambs, 4dts(3suítes), 3gars. + depósito, lazer total 99936-0304

Alugam-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

JABAQUARA
Prédio 1.483m², 50 passos do metrô na mesma avenida. Alugo por R$15mil c/1ano grátis ou 2anos grátis c/a instal. do elevador. C/ HABITE-SE e AVCB, excel p/Academias, Escolas, Empresas, etc. Subsolo c/20vgs+ térreo vgs frontais +3 and (lajes). Ocasião Única! Dir. propriet. (11)99979-4406 Raul.

Classificados ESTADÃO (11) 3855-2001

Classificados Estadão
Fale com nossos consultores: (11) 3855-2001
ESTADÃO

GRANDE SÃO PAULO

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

GUARULHOS
R$7.500.000 Galpão 2.500 AC 4.000 at Ac permuta, 2198 5555

ITAPECERICA DA SERRA
Galpão 1100m² AC, 9000m² AT Vest./Refeit./Port./Escrit./Tel./compl. Tratar (11)98394-9826

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

ITUPEVA - SP
Área industrial, 112.866m², próximo ao Outlet Premium. Excelente localização R$13milhões. Roberto CRECI 164268 (11)95786-9016

PROPRIEDADES RURAIS

CHÁCARAS E SÍTIOS

VALINHOS - SP
Área 26.200m², pela D Pedro, Bem Cidade $950M(19)99385-4118

OPORTUNIDADES

LEILÕES

MIGUEL SALLES ESCRITÓRIO DE ARTES
Exposição: A partir de 24 de Março de 2025, das 10h às 19h. Al. Gabriel Monteiro da Silva, 1935. Jd. Paulistano SP Leilão online: 31 de março e 1 de abril de 2025, a partir das 20h. (11) 2579-6076 ou (11) 96637-8576. Leiloeiro: Rafael Zafalon - JUCESP Nº 1159

COMUNICADOS

ABANDONO DE EMPREGO
A empresa Total Alimentação SA, CNPJ 13.668.070/0001-64, com sede à Avenida Barão Homem de Melo nº. 4282, 3º andar, Estoril - Belo Horizonte - MG, solicita o comparecimento da funcionária Rene Gomes de Oliveira, CTPS nº 3509425, Série 6857, para prestar esclarecimentos sobre sua ausência que ocorre desde 14/02/2025. Seu não comparecimento no prazo de 48 horas caracteriza abandono de emprego, conforme artigo 482, alínea "i" da CLT.

COMUNICADO
VINICIUS PONTES DA SILVA, CTPS Nº 18867, Série 434 /SP comparecer no escritório da empresa Florestana Construções e Serviços LTDA, Rua Ester Samara, 227 - Jardim Cláudia - São Paulo SP para tratar de assuntos de seu interesse no prazo de 48 horas. CNPJ 53.591.103/0001-30.

Classificados ESTADÃO (11) 3855-2001

PESTANA LEILÕES
Santander
LEILÃO - MAIS DE 120 IMÓVEIS RESIDENCIAIS
Oportunidades em vários Estados para você fazer o melhor negócio
Casa em Araraquara/SP
Av. Luiza Helena de Barros, 219, Vila Harmonia, Araraquara. Terreno: 1200 m² Área const.: 574,25 m²
Lance inicial: R$ 949.000,00
Apartamento em São Paulo/SP
R. Barão De Castro Lima, 100 Cond Ed. Bellatrix, Apto 121, c/ 2 vagas de garagem | Área priv.:387,4 m²
Lance inicial: R$ 866.000,00
Veja mais:
08/04/25 - 10h
Terça | Eletrônico
Imóveis com valores até 60% abaixo da avaliação de mercado!
COND. DE PGTO: À vista | Financiamento a partir de 20% de entrada e saldo em até 420 meses | Comissão de 5% à Leiloeira. | Edital completo, descrição e fotos dos imóveis no site
Liliamar Pestana Gomes - Leiloeira Oficial | JUCISRS 168/00 | 51 3535.1010 | pestanaleiloes.com.br

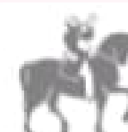
oportunidades
Antes de solicitar um empréstimo, verificar a identidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor
Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo
Forneça seus dados apenas pessoalmente
Faça a transação apenas pessoalmente
Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser falsos
Não adiante nenhum valor



C6 E C7 A fundo



Vicente de Carvalho, uma vida de amores pelas rimas e pelo belo



Visuais

Impenetrável e aberto

Com aspecto monolítico e proposta de fortalecer diálogo com a cidade, novo prédio do Masp será inaugurado na sexta

WERTHER SANTANA/ESTADÃO



O anexo e o museu vistos de trás, da R. Professor Otávio Mendes

ARTHUR TAVARES
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

As portas do novo edifício Pietro Maria Bardi vão ser abertas para o público visitante pela primeira vez na sexta-feira, 28. O prédio, que a partir de agora servirá como anexo do Museu de Artes de São Paulo (Masp), passou os últimos seis anos em uma reforma que o transformou completamente: de esqueleto abandonado desde a década de 1990 em um monolito preto vibrante que renova a paisagem da região.

Para tornar o Edifício Dumont-Adams, construído ainda nos anos 1950, em Pietro Maria Bardi, o Masp deixou a cargo do escritório Metro Arquitetos todo o projeto de retrofit. Os sócios Gustavo Cedroni e Martin Corullon já trabalhavam

> *"Quando fazemos um edifício, estamos construindo a cidade, e não só o prédio. Com esse formato, conseguimos criar surpresas e estranhamentos"*
> **Martin Corullon**
> Arquiteto

com a instituição desde 2015, quando restauraram os cavaletes de cristal de Lina Bo Bardi e iniciaram uma longa relação com a direção de Heitor Martins, que havia assumido o cargo apenas alguns meses antes.

O convite para a reforma aconteceu em 2019 e, desde então, os interiores foram demolidos e reconstruídos, o prédio ganhou uma nova pele na forma de chapas metálicas, além de sistemas de ponta de iluminação e climatização, tornando-o um museu capacitado para receber as obras mais exigentes das artes mundiais.

"A sensação é realmente de finalizar um processo e entregar o edifício para aquilo que foi pensado, que é o uso do público", diz Martin Corullon. ●

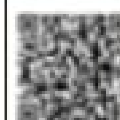
MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O NOVO EDIFÍCIO PIETRO MARIA BARDI NA PÁGINA C3

Eufrázio



Alice Ferraz

colunaaliceferraz@estadao.com



NA WEB
Acompanhe atualizações diárias da coluna no Portal Estadão
www.estadao.com.br/

STEVEN VANDERVELDEN

Uma bailarina que dança em prol da floresta amazônica

No dia 30 de abril, em Nova York, a bailarina brasileira Ingrid Silva participará do Global Citizen NOW, evento internacional para debater soluções para sustentabilidade, educação e combate à pobreza. Ingrid apresentará uma performance inédita, idealizada e coreografada por ela mesma, inspirada na Amazônia e na preservação ambiental. "Dá muito orgulho dizer que a Amazônia faz parte do meu país. Sempre fui ligada à natureza e ensino isso à minha filha." Ingrid iniciou sua trajetória na dança aos 8 anos, no projeto social Dançando Para Não Dançar, no Rio. Em 2007, recebeu uma bolsa para estudar na escola do Dance Theatre of Harlem, em Nova York. Em 2013, tornou-se bailarina principal da companhia, conhecida por promover a diversidade e dar espaço a dançarinos negros. "Sempre que volto, busco me aproximar de escolas de dança e projetos sociais. Para mim, o acesso é fundamental. Não quero ser uma figura distante", afirma. ●

"Dá muito orgulho dizer que a Amazônia faz parte do meu país"

● **AINDA EXCLUSÃO.** Uma das revistas científicas de maior credibilidade no mundo, a *The Lancet* publicou um estudo que denuncia as dificuldades de pesquisadores de países de baixa e média renda para publicarem artigos acadêmicos em periódicos internacionais. "Essa desigualdade limita o conhecimento gerado por países como o Brasil, e reduz a chance de que soluções específicas para nossos problemas sejam analisadas", diz Jorge Salluh, coordenador do estudo e pesquisador do Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino. Ele lembra que a chancela de uma revista de renome pode levar a informação a mais profissionais e ajudar mais pessoas.

● **CANADÁ X EUA.** Toronto está tomada pelo boicote aos produtos americanos. Caminhões do McDonalds circulam pela cidade com a frase "não sem as fazendas canadenses" ao lado do M da logomarca. A caixa de batata frita vermelha acompanha a folha de Maple da bandeira canadense. O papel na bandeja traz o lembrete: 100% batatas canadenses, 100% carne canadense, 100% pão canadense. O supermercado No Frills colocou cartazes "orgulhosamente de propriedade e operação canadense". As etiquetas de produtos nacionais trazem a bandeira do país. Em jogos de basquete e hóquei, os torcedores vaiam o hino americano.

● **NACIONAL.** À frente da Firma Casa, Sonia Diniz revela que a galeria vivencia um processo de reinvenção, após celebrar no ano passado três décadas de história.

Desde a sua fundação, em 1994, a pioneira se consolidou como inspiração no design contemporâneo, com um acervo de móveis assinados por grandes nomes do setor.

Agora, a convite dos designers André Bastos e Pedro Ávila, a Firma Casa apresenta a coleção de tecidos Biomas, com nove padronagens inspirada nos ecossistemas nacionais, como "Pampas", "Mata Atlântica" e "Amazonas", trazendo a natureza como protagonista. À coluna, Sonia relata que nunca havia trabalhado com tecidos antes do convite feito pela dupla. "Com mais de 30 anos de história como referência em design, a Casa agora se reinventa, embarcando em um processo inédito no universo dos tecidos – uma verdadeira novidade para os designers", afirma.

COLAGEM DE THAÍS BARROCO SOB FOTOS DE LUCAS FONSECA E TABA MORSELLI





Visuais *Arquitetura*

Prédio vai contra olhar viciado do dia a dia, dizem arquitetos

TABA BENEDICTO/ESTADÃO



Corullon e Cedroni no Edifício Pietro Maria Bardi que, com 14 andares e 7.821 metros quadrados, amplia em 66% o espaço expositivo do Masp

Continuação da página C1

Responsáveis pelo projeto, Gustavo Cedroni e Martin Corullon buscaram intervir na paisagem da Avenida Paulista

Herdeiros do legado de Paulo Mendes da Rocha (1928-2021), com quem trabalharam no início da carreira, Martin Corullon e Gustavo Cedroni têm contribuído para mudar a cara da metrópole e o pensamento sobre arquitetura em São Paulo. Em um momento em que ninguém olhava para o centro, instalaram seu escritório por lá, iniciando um resgate conceitual de pensamentos que tentam tornar o espaço urbano mais agradável, com menos muros e mais gente na rua. "Estávamos no auge do neoclássico, desses prédios de torres cercadas, totalmente desconectadas da cidade, e também dos condomínios afastados", lembra Cedroni.

Entre os trabalhos mais importantes da Metro estão os projetos das galerias de arte Leme e Casa Triângulo, a expografia da 30.ª Bienal de São Paulo e o retrofit do Edifício Renata Sampaio Ferreira, tombado pelo patrimônio histórico na região da Praça da República.

"O anexo do Masp tem outras camadas e dimensões. Trata-se de um museu que representa a América Latina e, em última instância, talvez seja o endereço mais conhecido da cidade de São Paulo, com o Espigão da Paulista representando o skyline da cidade."

O novo edifício Pietro Maria Bardi tem 14 andares e uma área de 7.821 m². Para sua inauguração, as cinco novas galerias de arte do prédio começam a apresentar na sexta, 28, Cinco Ensaios Sobre o Masp, exposição com o acervo do museu (*leia mais abaixo*). Os espaços representam um aumento de 66% da área expositiva do museu.

O que chama atenção, no entanto, é aspecto da edificação que se levanta ao lado do Masp original. "Nós tínhamos mesmo a intenção de fazer uma intervenção na paisagem", revela Corullon. "Conseguimos misturar as questões técnicas com uma experiência para quem vai visitar ou conhecer, e ainda ter impacto na paisagem. Quando fazemos um edifício, estamos construindo a cidade, e não só o prédio. Com esse formato, conseguimos criar surpresas e estranhamentos, de alguma maneira se aproximando de uma relação com a própria arte, tirando você de um olhar viciado do dia a dia."

> ***"Quem visitar os espaços internos, não só as áreas comuns, mas principalmente as galerias, vai se dar conta de que o edifício é totalmente permeável, com janelas que dão para o Trianon e o Vale do Saracura, em uma relação lateral com o edifício da Lina"***
>
> **Martin Corullon**
> **Arquiteto**

CAIXOTE. Mas, se visto de longe, o novo anexo parece um caixote preto impenetrável. Entretanto, Cedroni explica que não é bem assim: "A arquitetura permite que você tenha dimensões, visões e leituras diferentes dependendo da escala. A forma monolítica se dá em relação à escala da cidade. É uma forma pura, digamos, fechada. Mas quem passa perto do edifício tem uma leitura diferente, percebe uma certa perenidade, um véu, e aí a impressão que fica é de que aquele preto não é exatamente preto nem opaco, mas que tem uma certa transparência".

Ele não para por aí: "Quem visitar os espaços internos, não só as áreas comuns, mas principalmente as galerias, vai se dar conta de que o edifício é totalmente permeável, com janelas que dão para o Trianon e o Vale do Saracura, em uma relação lateral com o edifício da Lina, que é inédita, com o público dentro de um salão expositivo que olha também para um museu".

Com a entrega do prédio, o sentimento da dupla é de tranquilidade, claro, mas o futuro não deixa de lado suas inquietações: "É sempre ambíguo. Tem a sensação de realização, de conseguir fazer um projeto que ficou legal, que as pessoas usam, que deu certo. Ao mesmo tempo, quando você olha e vê essa selva que é a cidade, percebe o quão pequeno isso é. Parece que estamos na natureza mesmo, uma a ser desbravada e infinita", conclui Corullon. ● ARTHUR TAVARES

Inauguração terá cinco mostras, incluindo obras de Renoir

A abertura do novo prédio do Masp será marcada pela exposição Cinco Ensaios Sobre o Masp, composta de mostras que utilizam parte do acervo do museu: Isaac Julien: Lina Bo Bardi – Um Maravilhoso Emaranhado; Geometrias; Artes da África; Renoir; e Histórias do Masp.

Um Maravilhoso Emaranhado é uma videoinstalação dedicada ao legado de Lina Bo Bardi, que projetou o edifício original do Masp. A obra conta com leituras de textos da arquiteta pelas atrizes Fernanda Montenegro e Fernanda Torres.

REPRODUÇÃO



Detalhe da pintura 'Menina com as Espigas', de Renoir

Em Geometrias, estarão cerca de 50 obras pertencentes ao acervo do museu, entre criações antigas e aquisições recentes, marcadas por composições geométricas.

Artes da África é composta de mais de 40 obras do acervo, tendo como recorte estatuetas, objetos cotidianos, bonecas, tambores, mobiliário e máscaras usadas em festividades e rituais vindas da África ocidental.

Obras do artista francês Pierre-Auguste Renoir são destaque da coleção do museu, que tem quadros como *Banhista Enxugando a Perna Direita*, *Quatro Cabeças* e *Rosa e Azul – As Meninas Cahen d'Anvers*. Para marcar a inauguração, todas as 12 peças do pintor serão exibidas ao mesmo tempo.

Histórias do Masp, por sua vez, recupera os 70 anos da trajetória do museu e de sua relação com a cidade e a cena artística brasileira, além de suas contribuições para a discussão contemporânea sobre o que é um museu. ●

Cinco Ensaios Sobre o Masp
Edifício Pietro Maria Bardi. Av. Paulista 1.510. Abertura 6ª (28/3). 3ª, 10h/20h; 4ª e 5ª, 10h/18h. 6ª, 10h/21h; sáb. e dom., 10h/18h. Agendamento: masp.org.br/ingressos. R$ 75



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Foco no propósito
Data estelar: Mercúrio e Plutão em sextil

É importante escarafunchar na lata onde vão parar todos os assuntos que tememos enfrentar ao nosso respeito, porque cada um desses vai se convertendo numa dinâmica que transferimos aos nossos relacionamentos, a experimentando como se fosse coisa dos outros e não nossa.

Contudo, é importante também não nos determos por tempo demais nessa lata de assuntos podres, porque corremos o risco de nos enamorarmos das sombras e, assim, perdermos de vista nosso propósito de vida, o qual, com certeza, não é escarafunchar em lata alguma, mas transparecermos a glória da Vida de nossas vidas.

Infelizmente, enquanto houver rancor e acusações dominando nossos relacionamentos, perdemos o precioso tempo desta existência, que não é muito longo, e empurramos o imprescindível para as vindouras. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Tome as iniciativas necessárias sem se importar com as consequências, porque ainda que essas pareçam fora da hora, na verdade foram amadurecidas nas semanas anteriores, com o esforço mental e emocional.

TOURO 21-4 a 20-5
Ainda não será possível você expressar com clareza tudo que pretende, mas isso não há de acontecer em detrimento de seus planos, porque se você aguentar a contenção, verá depois que nada melhor poderia ter acontecido.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Lidar com pessoas que não lhe são simpáticas não é o fim do mundo, sua alma pode ser a simpatia do momento e deixar todo mundo à vontade, e assim passar pela situação o mais rapidamente possível. Em frente.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Projete seus sonhos à realidade objetiva, porque mesmo que esses sejam grandes demais para caber nela, o próprio movimento, mental e físico, acomodará de uma forma mais interessante tudo que já está acontecendo.

LEÃO 22-7 a 22-8
As reconsiderações que você precisa fazer são duras, porém, imprescindíveis, porque se cada pessoa envolvida no momento atual fizer alguma concessão, então tudo andará com dinamismo e fluidez. Do contrário...

VIRGEM 23-8 a 22-9
Se você acreditar em tudo que as pessoas dizem, então sua alma ficará desorientada. Se alguma fofoca tocar num nervo de sua alma, antes de acreditar completamente nessa informação, se dedique a fazer a devida investigação.

LIBRA 23-9 a 22-10
A reação inicial seria entrar em conflito aberto com essas pessoas que atrapalham seus planos, porém, não pareceria ser essa a melhor atitude para o momento atual. Deixe passar, você verá que tudo se resolve.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Quando as coisas se complicam, dá a sensação de que tudo vai dar errado. Porém, ao contrário disso, as complicações significam que você avançou o suficiente para que a Vida lhe apresente todas as pontas soltas.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
Para você efetivar seus anseios, nesta parte do caminho é necessário prestar mais atenção aos detalhes do que ao grande desenho com que sua alma se regozija a maior parte do tempo. Os detalhes são importantes.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Sempre haverá questões de rotina para atender, porém, nem sempre essas hão de ser prioridade, como é o caso da atualidade, em que seria melhor você desconsiderar a rotina para se dedicar a outros assuntos.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
As boas ideias provocam momentos lindos de regozijo, mas que passam e deixam, depois, o gosto amargo na boca de ter perdido tempo e oportunidades. Selecione alguma boa ideia e comece a colocar em prática de imediato.

PEIXES 20-2 a 20-3
Se as coisas saem do rumo que você pretendia, é hora de fazer os necessários ajustes, não para que tudo volte ao estado anterior, mas para ir integrando os interesses diversos que se agregaram e complicaram tudo.

Cinema

Karim Aïnouz finaliza filme inspirado em Marco Bellocchio

Cineasta define 'Rosebush Pruning' como uma 'comédia contemporânea sobre o mundo dos privilégios'

O cineasta brasileiro Karim Aïnouz é um dos homenageados do 37.º festival Cinelatino de Toulouse, na França, onde apresenta uma retrospectiva de sua obra. Ao mesmo tempo, trabalha na conclusão de seu novo filme, *Rosebush Pruning*.

"Estamos em plena montagem. É uma comédia contemporânea, sobre o mundo dos privilégios. É baseado muito livremente em um filme italiano, um grande clássico de Bellocchio, que se chama *De Punhos Cerrados* (1965). Nós o filmamos em parte em Castellterçol, perto de Barcelona, embora o local seja um país imaginário em certa medida... É o filme mais louco que fiz na minha vida. E o elenco é fantástico: Ellen Fanning, Callum Turner, Pamela Anderson, a espanhola Elena Anaya", diz o cineasta.

"É um filme sobre uma família, algo que nunca fiz até agora. É realmente uma experiência de grupo, como uma peça de teatro, de certa maneira."

O cineasta falou à imprensa sobre a sua trajetória. "Eu não estudei em uma escola de cinema. Eu estudei arquitetura. E para mim, o cinema era desde o princípio jogar em campos diferentes. Quando fiz *Motel Destino*, tudo o que foi improvisado ficou na montagem final. Tudo o que estava planejado ficou de fora. Ou seja, eu testo uma coisa aqui que nos Estados Unidos não poderia funcionar... É um desafio. Construí um repertório de ferramentas, como um pintor."

Ele falou também da decisão de viver em Berlim. "É uma cidade muito, muito livre. Tenho meu pequeno estúdio ali. Brinco que é quase fora da Alemanha, eu a chamo de República Livre de Berlim." ● AFP

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO *"Reconhece-se o amigo certo numa situação incerta"* Cícero



Prato do dia

Patrícia Ferraz E-mail: patriciacferraz@gmail.com; instagram: @patriciacferraz

Espaguete alla putanesca bianca

Eis uma versão suavizada do clássico molho alla putanesca – o nome é, mesmo, o que parece, a receita teria nascido no bairro de prostíbulos em Nápoles. O prato original leva alho, anchovas, alcaparras, azeitonas, pimenta e molho de tomate. Como esta versão dispensa o tomate, é chamada "in bianco" (assim como a pizza sem molho vermelho). Para finalizar, usei farinha de pão crocante, que os italianos do sul chamam de molica. Fiz com farinha panko, mais grossa e crocante (encontrada em lojas de produtos asiáticos). Mas, tradicionalmente, se usa farinha de rosca. Se quiser assistir ao vídeo da preparação, dá uma olhada no Instagram do *Paladar*.

Ingredientes

4 porções

_ 1 pacote de espaguete ou linguine
_ 6 a 8 colheres (sopa) de azeite extravirgem
_ 1 dente de alho bem picado
_ 1 colher (chá) de pimenta calabresa em flocos
_ 5 ou 6 filés de anchova em conserva

RENATA CARLINI



_ 2 colheres (sopa) de azeitonas pretas fatiadas
_ 2 colheres (sopa) de alcaparras lavadas e escorridas
_ 3 colheres (sopa) de salsinha fresca picada
_ ½ xícara de farinha panko (a farinha de pão japonesa)

Preparo

Fácil. 30 minutos

1. Cozinhe a massa em 4 litros de água com 2 colheres (sopa) de sal até estar macia, mas firme.
2. Ponha 6 colheres (sopa) de azeite e os filés de anchova numa frigideira e aqueça, mexendo para dissolver os filés (cuidado, vai espirrar).
3. Junte o alho picado, refogue por 30 segundos. Acrescente as azeitonas e alcaparras, deixe refogar por 30 segundos. Finalize com a pimenta calabresa e a salsinha. Tire do fogo para não escurecer o alho.
4. Em outra frigideira, aqueça 2 colheres (sopa) restantes de azeite. Ponha a farinha panko e deixe dourar, mexendo para não queimar. Tire do fogo. Reserve.
5. Escorra a massa quando estiver cozida.
6. Leve a frigideira com o molho de volta ao fogo para aquecer, despeje a massa na frigideira. Mexa para misturar bem.
7. Transfira para o prato de servir, salpique a farofa panko por cima e sirva. ●

É JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 24 ANOS

TER. Patrícia Ferraz, Sergio Martins (quinzenal) ● QUA. Roberto DaMatta ● QUI. Luciano Garbin (quinzenal), Patrícia Ferraz ● SEX. Luiz Silvestre (quinzenal) e Maria Fernanda Rodrigues (quinzenal) ● SAB. Alice Ferraz, Suzana Barelli ● DOM. Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/4hHFRJR

- A cidade como Cabo Frio
- "(?) Você", sucesso do Barão Vermelho
- Dois alimentos ricos em vitamina A
- O dedo no qual se põe a aliança / Atmosfera
- Erva do chimarrão / "(?) de Jó", cantiga
- Borracha que simula o seio materno
- Ordem dos Advogados do Brasil (sigla)
- P O R
- Arma para matar vampiros (Folc.)
- Primeira consoante do nosso alfabeto
- Cervídeo do Canadá / Fotografias (bras.)
- Orestes Barbosa, letrista da MPB
- Causar aflição
- Nova visão sobre um mesmo assunto (pl.)
- Aparar (o cabelo) / Marcha de manobras
- Roçar os dentes uns nos outros / Um milhar
- Atmosfera física (símbolo)
- Sucede ao "U" / Jogar água em
- Item de cadastro / "Nacional", em Inpe
- Formalidades seguidas em ato solene
- Goste muito / Chá, em inglês
- São causados pelo sapato apertado
- Nome da letra "T" / Grife de roupa
- "Pula" a cerca (gír.) / 500, em romanos
- O povo errante como o cigano
- Sílaba de "truta"
- Descrente em Deus / Interjeição gaúcha
- Função do conta-gotas / Lasca; fenda
- Forma de deboche suave
- Consoantes de "hino"
- Gargalhar / Daniel Alves, futebolista
- Macarrão em camadas com molho (Cul.)
- A carta mais valiosa de pôquer

BANCO 3/atm — tea. 6/ranger. 9/balneário. 10/releituras.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Amamentação, um cuidado especial



Amamentar é a melhor forma de **CUIDAR**, alimentar e **PROTEGER** o bebê. É recomendado que a mãe amamente por pelo menos seis meses para ajudar a **CRIANÇA** a se desenvolver. Mas não é só o **FILHO** que se beneficia dessa **PRÁTICA**. Amamentar protege a mãe de males como **DEPRESSÃO** e osteoporose, diminui o risco de **CÂNCER** de mama, ajuda o **ÚTERO** a regressar ao tamanho **NORMAL** mais rapidamente e ainda queima **CALORIAS**, fazendo com que a mulher recupere o peso anterior à **GRAVIDEZ**. Isso sem falar no fortalecimento do vínculo **AFETIVO** entre mãe e filho. O ~~LEITE~~ materno é o alimento mais **COMPLETO** para um recém-nascido, porque evita doenças futuras como **OBESIDADE** e diabetes, previne a **ANEMIA**, desenvolve o sistema **IMUNOLÓGICO** e mental a capacidade de falar, além de combater **ALERGIAS**, otites e outros problemas, como vômitos e diarreia.

X	M	J	Ô	B	S	U	J	Â	G
W	P	D	A	C	I	T	A	R	P
B	D	Ô	O	E	N	R	P	I	B
W	O	Â	S	S	E	R	P	E	D
I	K	T	R	T	A	Ã	D	U	W
O	A	I	Y	Ô	Q	I	O	Õ	R
Ç	L	E	I	T	E	C	H	H	R
R	O	N	Q	H	S	P	L	T	K
E	I	S	A	Ç	N	A	I	R	C
G	A	I	M	E	N	A	F	Y	A
E	W	L	A	O	L	V	Q	Y	C
T	M	N	Ç	C	P	V	G	B	U
O	B	E	S	I	D	A	D	E	I
R	C	S	Q	G	C	O	X	R	D
P	R	B	W	O	A	V	Q	R	A
C	C	J	B	L	H	I	C	C	R
R	A	J	L	O	R	T	S	W	T
S	N	L	X	N	S	E	S	Q	O
E	C	P	Ç	U	O	F	S	Z	G
X	E	I	Z	M	D	A	S	I	R
C	R	Z	I	I	O	W	A	K	A
O	R	S	E	R	P	H	I	P	V
M	V	I	E	O	E	U	R	U	I
P	C	T	L	A	M	R	O	N	D
L	U	M	Y	Ô	F	A	L	Z	E
E	Q	U	J	W	K	B	A	I	Z
T	J	K	S	V	P	Y	C	C	J
O	S	A	I	G	R	E	L	A	N

© Revistas COQUETEL

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/4igD3Vk

Nível Fácil

7				8		6	4	2
		8						1
	4				1	3		7
				1		7		
8			3		2			9
		6		7				
3		5	8				2	
6						9		
4	9	7		2				5

SOLUÇÕES



SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel /editoracoquetel @coquetel
ASSINE AGORA!
www.coquetel.com.br

ACERVO ESTADÃO



__ Cem anos após sua morte, livro traz de volta a obra poética do jornalista, escritor e advogado Vicente de Carvalho

Uma vida de amor pelas rimas e pelo belo

AURORA BERNARDINI
ESTADO DA ARTE

O centenário da morte do grande poeta santista Vicente de Carvalho (1866-1924) foi relembrado com a publicação do volume *Vicente de Carvalho Redescoberto* (Editora Costelas Felinas) organizado e admiravelmente prefaciado por Flavio Viegas Amoreira. Também santista, também poeta, Viegas Amoreira escolheu um conto e uma série de poemas retirados das principais coletâneas publicadas por Vicente de Carvalho para que os leitores pudessem relembrar a obra do poeta mais lido entre 1910 e 1930, o poeta que marcou a passagem do romantismo/simbolismo/parnasianismo ao modernismo, para ser aclamado hoje como um clássico de nossas letras.

Quem não aprendeu nos bancos escolares o poema de Vicente sobre a felicidade?

"Existe sim mas nós não a alcançamos
Porque está sempre apenas onde a pomos
E nunca a pomos onde nós estamos."

Qual a menina-moça que, cem anos atrás (e ainda hoje), não se emocionou com os versos que lhe foram dedicados?

"Tu que és quase uma criança
E que enlevada sorris
À tentadora esperança
De ser amada e feliz."

Quem, amante do mar, não se encantou com suas *Cantigas Praianas*?

"Ouves acaso quando entardece
Vago murmúrio que vem do mar,
Vago murmúrio que mais parece
Voz de uma prece
Morrendo no ar?
Mar que também pode ser aterrador.
Mar, belo mar selvagem
Das nossas praias solitárias! Tigre
A que as brisas da terra o sono embalam
A que o vento do largo eriça o pelo!"

Aterrador como a fuga pela mata dos escravos que procuram refúgio no abrigo do Jabaquara e são surpreendidos pelos guardas:

"Vão arrastando os pés chagados de frieiras...
De furna em furna a Serra, imensa se desdobra;
De sombra em sombra a noite, infinda se prolonga;
E flexuosa, em vaivéns, como de dobra em dobra,
A longa fila da noite e das furnas avança..."

E arrepiante, como seu *Sonho Póstumo*:

"I
Poupem-me, quando morto, à sepultura: odeio
A cova, escura e fria.
Ah! deixem-me acabar alegremente, em meio
Da luz, em pleno dia.
O meu último sono eu quero assim dormi-lo;
Num largo descampado,
Tenho em cima o esplendor do vasto céu tranquilo
E a primavera ao lado.
Bailem sobre meu corpo asas trêmulas, asas
Palpitando de leve,
De insetos de ouro e azul. Ou rubros como brasa,
Ou claros como neve. (...)"

As reticências aqui não são minhas. Aparecem, talvez por ser longo demais, neste poema, que o organizador não completou. É a única demanda a essa edição, por sinal, requintadíssima, da meritória republicação.

Os trechos que expusemos aqui são apenas uma amostra da grande figura lírica que foi o poeta, cujas obras foram prefaciadas por outros nomes ilustres, a começar por Euclides da Cunha. Nascido no mesmo ano de Vicente de Carvalho (1866), o engenheiro e imortal autor de *Os Sertões* dedica o prefácio ao livro máximo do poeta, *Poemas e Canções*, prefácio esse escrito um ano antes de sua própria morte (ocorrida, como se sabe, em 1909, num duelo com o amante da mulher).

"Em pleno critério determinista somos talvez mais sonhadores do que nos tempos de nosso ingênuo finalismo teológico... Nossa idealização alarga-se-nos nos novos quadros reveladores das imagens infinitas da natureza. E, à medida que se nos torna mais claro o sentimento das energias criadoras que nos circulam, vai eliminando-se de nosso espírito o velho espantalho da discórdia dos elementos..."

É assim que Euclides saúda o poeta spinozista cujo sentimento da natureza "é um caso particular de simpatia universal", citando P. Yan Thiezen de *Le Sentiment de la Nature*: "O homem não é – isoladamente – artista, poeta, sábio ou filósofo. Ele deve ser de algum modo tudo isto a um tempo, porque a natureza é íntegra". De fato, Vicente de Carvalho não foi apenas um grande poeta, mas também um modelo de cidadão, tão difícil de ser seguido, mormente em nosso tempo, em que os deveres da cidadania são eclipsados pelo egoísmo de tantos interesses e compromissos...

Valemo-nos aqui dos dados biográficos levantados tanto por Fausto Cunha, que organizou e apresentou o volume de 1977 da Editora Agir, *Vicente de Carvalho – Poesia*, quanto por Ana Luiza Martins no artigo *Vicente de Carvalho: Poeta do Mar e Cidadão da República* (em Revista da USP, n.41, p.134-151-março-maio 1999).


BIBLIOTECA NACIONAL

Em prefácio
'Satisfaço-me com haver tentado definir o grande poeta naturalista, que nobilita o meu tempo e a minha terra', escreveu Euclides da Cunha

Vicente de Carvalho, santista, era o terceiro filho do major Higino José Botelho de Carvalho e de Augusta Carolina Bueno de Carvalho, descendente do ouvidor e capitão-mor de São Vicente, Amador Bueno (c.1584-1649). Talvez se deva a eles haver legado como herança ao jovem a tenacidade e o senso do dever, pois Vicente de Carvalho foi aceito na Faculdade de Direito de São Paulo em 1882, com apenas 16 anos. Aos 19, publicou seu primeiro livro de poemas, *Ardentias*, que refunde com o título de *Relicário*, em 1888. A crítica foi-lhe favorável.

Formado, republicano convicto e abolicionista, casou-se, nesse mesmo ano, com Ermelinda Ferreira de Mesquita, da estirpe dos Mesquitas do jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual ele terá ocasião de publicar seus artigos. O casamento foi feliz (criaram 13 filhos).

Feliz também se pode dizer que tenha sido sua vida, embora curta: financeiramente, superando a crise do café, a Sociedade da Navegação Fluvial do Sul Paulista, da qual era acionista, permitiu-lhe três viagens à Europa e uma existência folgada a ele e à sua numerosa família. Entretanto, o amor pelo mar minou-lhe a saúde. Em 1907, teve que amputar um braço devido a uma grave infecção provocada por um anzol que lhe feriu a mão durante uma pescaria e, numa outra pescaria, apanhou uma pneumonia que haveria de levá-lo à morte em 22 de abril de 1924, com a idade de 58 anos.

NA POLÍTICA. Em 1891, com a eleição para a Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo e a publicação do Projeto de Constituição do Estado de São Paulo, começou a vida pública do poeta (que nunca deixou de ser: conta ele que, mesmo quando ministro da República, não deixava de anotar os versos que lhe vinham à cabeça nos momentos de folga).

Primeiro, em 1892, foi secretário do Interior do Estado de São Paulo; depois, juiz de Direito (1907); e, finalmente, ministro do Tribunal de Justiça do Estado (1914). Foi membro da Academia Paulista e da Academia Brasileira de Letras e participou de uma polêmica lírica em defesa da arte pianística de Guiomar Novaes (em 1913). Justamente, o que causa admiração não são os títulos, e sim os seus feitos nesses cargos públicos. Aqui vão alguns deles.

Participou da Reforma do Ensino Público com a lei n.º 88 de 8/9/1882; autorizou a abertura da Esalq – a Faculdade de Agronomia de Piracicaba; criou o Serviço Sanitário do Estado; promoveu a criação de crematórios; fundou o periódico *O Jornal*; incrementou a navegação fluvial do Sul Paulista (sendo ele mesmo acionista de uma sociedade ligada à navegação e recuperando a fortuna perdida com sua fazenda de café, em Franca). Em 1901, publicou um livro de 154 páginas, justamente sobre a crise do café em Santos, contra as injunções do mercado, ao que se tornou um ícone de sua cidade natal, propondo soluções para a crise do café, como a queima dos excedentes e a destruição do "baixo" café, que viriam a ser adotadas pelo governo duas décadas depois. Tudo isso, e mais ainda, sem nunca deixar de lado a poesia.

Em 1902, publicou a coletânea *Rosa, Rosa de Amor* e, em 1908, lançou *Poemas e Canções*, que o consagrou definitivamente como autor. Em 1912, saíram em Portugal os *Versos da Mocidade*, fruto de sua cultura e sensibilidade poética, nos quais o poeta dá tratamento culto a temas populares.

Fora do Brasil
Lançou em Portugal 'Versos da Mocidade', fruto de sensibilidade poética, no qual aborda temas populares

Conforme certas características de seus poemas, foram-lhe associados uma série de nomes: além dos parnasianos – Bilac e Alberto de Oliveira –, o passado de Bocage e Machado de Assis, pela cuidada arquitetura; Victor Hugo, pela técnica; Baudelaire, Nietzsche, Guerra Junqueiro e Augusto dos Anjos, pelo agnosticismo e o panteísmo; Gonçalves Dias (dele procederia o esquema vicentino de *Palavras ao Mar*); Byron, idem quanto ao *Canto dos Corsários* em *Ardentias*; assim como Castro Alves e Álvares de Azevedo.

Entre os críticos, Mário de Andrade assim o situa: "O sr. Vicente de Carvalho é um dos maiores poetas brasileiros. Coloco-o junto a Cláudio Manuel, a Basílio da Gama, a Dirceu, de Álvares de Azevedo, de Varela. Um pouco acima: Castro Alves. Muito acima: Gonçalves Dias, sozinho".

"O sr. Vicente de Carvalho é um dos maiores poetas brasileiros. Coloco-o junto a Cláudio Manuel, a Basílio da Gama, a Direceu, de Álvares de Azevedo, de Varela. Um pouco acima: Castro Alves. Muito acima: Gonçalves Dias, sozinho"
Mário de Andrade
Poeta, ensaísta e crítico literário em texto sobre a obra poética do autor

E, para terminarmos com Euclides da Cunha, assim conclui ele seu prefácio: "Que outros definam o lírico gentilíssimo da *Rosa, Rosa de Amor*, a inspiração piedosa e casta do *Pequenino Morto*, ou os sonetos, onde tão antigos temas se remoçam. De mim, satisfaço-me com haver tentado definir o grande poeta naturalista, que nobilita o meu tempo e a minha terra (30/9/1908)". ●

AURORA BERNARDINI É ESCRITORA, TRADUTORA E PROFESSORA TITULAR DA USP

Música *Clássica*

Projetos do tempo em que disco era álbum – e não playlist

JESSE MARKOWITZ/EDITIONS RECORDS



Kurt Elling, Cecile McLorin Salvant e Sullivan Fortner durante a gravação de 'Nature Boy'

Três lançamentos vão além do amontoado de faixas sem relação umas com as outras, oferecendo conceito e uma escuta orgânica

JOÃO MARCOS COELHO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Nossa escuta musical está anestesiada. Ou melhor, dopada. Como sonâmbulos, seguimos as sugestões dos algoritmos e nos entupimos de mais do mesmo. Empilhamos mecanicamente playlists e favoritos aos quais provavelmente retornaremos mil e uma vezes.

Mas não se desespere. Ouve-se música no piloto automático desde os tempos de Beethoven, no início do século 19. Sua revolucionária *Sinfonia Eroica*, por exemplo, estreou numa noitada particular no palácio do príncipe Lobkowitz, em Viena em 9 de junho de 1804. Ele pagara pela exclusividade de ouvi-la por certo tempo. Só em abril do ano seguinte ela estreou em concerto público. Os músicos ainda se ajeitavam no salão principal quando o nobre perguntou a Beethoven:

– O que vai nos oferecer hoje? Acharemos original?

– Do começo ao final (...). Encontrei um novo caminho.

Ao final, Beethoven ouviu de uma roda de nobres:

– Não é uma sinfonia como conhecemos.

E respondeu:

– Você decide o que é arte?

Lobkowitz ponderou:

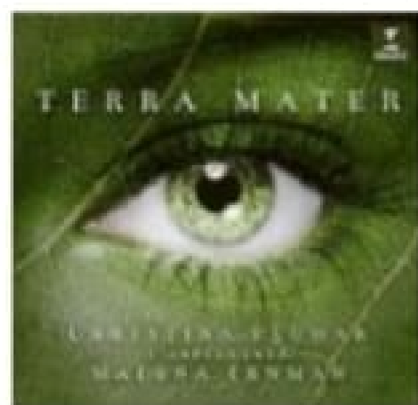
– Ela é difícil.

Aí vem a frase tantas vezes citada de Beethoven: "É o maior elogio que se pode fazer a um artista. Porque difícil quer dizer bom, difícil quer dizer belo, difícil é o que se aproxima da verdade".

Recorri a essa historinha verídica porque, na verdade, a melhor música é aquela capaz de apresentar novidade e soar inédita aos nossos ouvidos, e ainda assim soar "bela", na expressão de Beethoven.

O Spotify diz que pagou zilhões de dólares aos músicos em 2024. Esqueceu de clarear que 90% foi para poucos bolsos. Por isso, devidamente monetizados, 99 em cada 100 músicos solistas, grupos camerísticos e orquestras buscam diversificar ao máximo cada playlist. Aliás, não é justo chamá-las de álbum: álbuns, hoje fósseis, tinham conceito, queriam criar mais do que amontoados de músicas sem relação umas com as outras, proporcionando uma escuta orgânica infelizmente exterminada da vida musical do planeta.

Há, entretanto, um comportamento ainda possível neste infinito oceano de sons: garimpar álbuns que insistem em aliar talento musical à inteligência e estão à altura do que a palavra denota. A seguir, três álbuns que valem a viagem auditiva do começo ao fim.



TERRA MATER
Christina Pluhar, Malena Ernman e L'Arpeggiata

Christina Pluhar, de 60 anos, nascida na pequena cidade de Graz, na Áustria, toca um arquialaúde maravilhoso, do tamanho de um contrabaixo, e fundou 25 anos atrás o ensemble de música barroca L'Arpeggiata. Ela ampliou o conceito de liberdade criativa e improviso reinante na prática da música historicamente informada. Intérpretes, acredita, não foram feitos para só tentar reproduzir as notas. Vem sendo chamado de "conjunto experimental da música antiga".

O álbum é um libelo contra a destruição do planeta. Nasceu quando o diretor do Festival Internacional Barroco na Abadia de Melk, na Áustria, juntou Christina e seu grupo à mezzo-soprano sueca Malena Ernman. Ela é mãe de Greta Thunberg, ativista da luta contra as mudanças climáticas. Conta que, de 2016 em diante, convencida por Greta a parar de viajar de avião para reduzir sua cota pessoal de carbono no planeta, só passou a aceitar apresentações em lugares que podem ser alcançados via ônibus ou trem. No disco, você se embriaga com *Nachtigal*, rouxinol, do compositor Heinrich Ignaz Franz von Biber, que viveu entre 1644 e 1704.

A bela voz de Malena é acompanhada apenas pelo violino de Margherita Pupulin. Uma viagem musical cheia de surpresas, até o grand finale: *Nature Boy*, que explodiu nas paradas gravada em 1948 por Nat King Cole. Malena é acompanhada pelo cornetto de Doron Sherwin, o contrabaixo de Leonardo Teruggi e a percussão de David Mayoral.



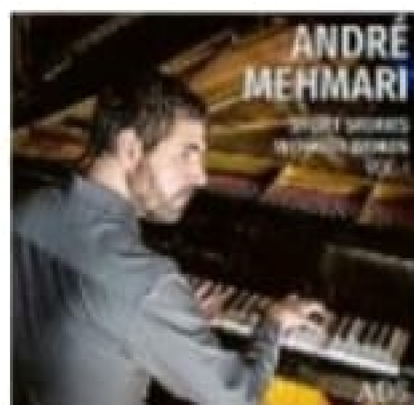
NATURE BOY
Kurt Elling e Sullivan Fortner

Duos de voz e piano são como saltos sem rede. O risco de desandar ronda o tempo todo. Por isso, quando eles dão certo, é o nirvana musical. São raros os talentos que se encontram para criar livremente, cada qual com suas habilidades, e soarem profundamente integrados, como se fossem apenas uma sensibilidade aflorando em canções de uma força poética e musical impressionante. Detalhe: aqui a soma de 1 + 1 é muito mais do que 2. É a quintessência musical combinando o novo com certas afinidades que acolhem nossos ouvidos. Como Beethoven, lembra?

Tudo isso acontece no álbum *Flores Selvagens 1*. Seis faixas, menos de 40 minutos de música da mais alta qualidade. Kurt Elling, cantor de jazz nascido em Chicago 57 anos atrás, pretendia ser teólogo, mas disse que "as noites de sábado ganharam do domingo de manhã na igreja". Afinadíssimo, timbre aveludado, é o parceiro ideal para o piano de Sullivan Fortner, de 38 anos, natural de New Orleans, um dos grandes nomes da improvisação atual.

Pela leveza de toque e aveludadas sonoridades, Fortner deve ser devoto de Debussy, cujas obras escritas para o instrumento nos fazem esquecer que o piano é, afinal, um instrumento de percussão.

Caso-limite: uma versão para lá de moderna de *Paper Doll*, canção dos Mills Brothers de 1943, composição de Johnny Black. O piano não acompanha. Ele comenta, "conversa" com os desenhos melódicos da voz de Elling. Ele e Fortner convidam Cecile McLorin Salvant, a mais completa cantora de jazz da atualidade, para interpretarem *A Wish (Valentine)*, de Fred Hersch, com letra de outra cantora incrível, a britânica Norma Winstone.



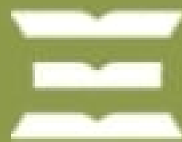
SHORT STORIES WITHOUT WORDS
André Mehmari

Aos 47 anos, André Mehmari é pianista, compositor, trafega em todos os gêneros. Para ele, a música é uma só. E está cheio de razão nessa tese que transborda para suas criações musicais que vão da ópera ao trio instrumental, passando por concertos, música camerística, etc., etc. O título completo de seu recém-lançado álbum de piano solo é *Short Stories Without Words*. Pequenas histórias sem palavras, que remete às "canções sem palavras", invenção de Félix Mendelssohn na primeira metade do século 19. Ele compôs 50, que perseguiam o ideal vocal do piano romântico. Como os noturnos de Chopin, que, com suas longas melodias nascidas de sua admiração pelas árias de Bellini, também buscavam essa vocalidade virtual.

Mehmari conta que gravou o álbum numa única sessão de gravação, "praticamente sem pausas entre cada take". "O fluxo de consciência musical gera uma narrativa de sons, texturas e ideias." A ponto de eles serem colocados em ordem alfabética, sem edições ou cortes. Pensou e deu títulos a cada um deles "a posteriori". "Não tiveram qualquer influência no ato da criação espontânea."

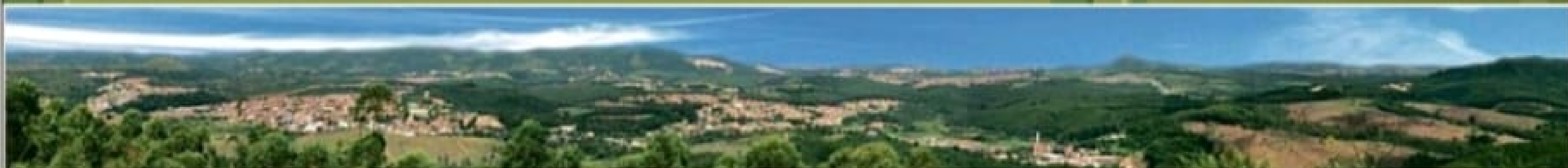
Hão de dizer: Ah, mas ele deu títulos programáticos, como *Rag Felliniano* ou *Picasso y Nazareth*. Mas não esqueçam que ele só lhes atribuiu esses títulos depois. Ora, em geral os compositores agem sob um impulso exterior. Uma forte emoção; um acontecimento; uma grande vitória ou fracasso. Neste caso raro não. O impulso inicial foi o próprio ato de improvisar. Ele parece ter se depurado de qualquer sentimento ou procedimento anterior.

Nesse sentido, não é exagero compará-lo aos recitais improvisados de Keith Jarrett. Pouca gente sabe, mas, em 1975, quando se sentou ao piano, em Colônia, na Alemanha, em vez de improvisar sobre temas e canções conhecidas, fez um improviso único, sem interrupções, sem nenhum tema reconhecível. Ele improvisava no calor da hora. Jarrett inventava ali o recital de piano improvisado. Exatamente como Mehmari faz nesse álbum que permanecerá como um dos grandes momentos de sua carreira. ●



Melhoramentos

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO - Companhia Aberta - CNPJ Nº 60.730.348/0001-66



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO / COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

O ano de 2024 foi marcado por desafios significativos para a economia e os negócios. Embora o PIB tenha registrado um crescimento robusto, a alta expressiva da taxa de juros e, no segundo semestre, a acentuada desvalorização cambial superaram as expectativas do mercado, pressionando a performance das empresas. Além disso, eventos climáticos extremos, como as enchentes no Rio Grande do Sul em abril e as queimadas em diversas regiões do Brasil, especialmente no interior de São Paulo em agosto, reforçaram a urgência da responsabilidade ambiental, que além de uma obrigação é uma necessidade imediata.

Nesse cenário complexo, embora desafiador de início, 2024 representou mais um passo importante na transformação da companhia.

A unidade Florestal, impactada nos primeiros meses do ano pela queda na produção nacional de papel-cartão, apresentou volume de vendas crescente, com a recuperação dos níveis de produção à média histórica. Além disso, ao longo do ano a empresa realizou um profundo esforço de revisão e custos e despesas, busca de melhorias operacionais e ganhos de eficiência, obtendo avanços importantes que continuarão gerando resultado nos próximos exercícios.

Na Editora, também houve progressos, refletindo os efeitos positivos da reorientação estratégica iniciada no começo do ano. Embora o resultado do ano tenha sido impactado negativamente pelas eleições municipais e a postergação de diversos processos de licitação, o foco dado na redução da complexidade operacional contribuiu para uma evolução consistente dos resultados. Institucionalmente, tivemos uma participação de destaque na Bienal do Livro de São Paulo, com um estande em homenagem a Ziraldo, reafirmando a relevância da Editora Melhoramentos no cenário editorial nacional.

A Altea, unidade de desenvolvimento imobiliário, continuou levando em frente o desenvolvimento de projetos alinhados à vocação do landbank diversificado da Melhoramentos, ao passo que seguiu com o plano de desinvestimento de áreas non-core como forma de otimizar o portfólio e gerar liquidez.

Com isso o resultado consolidado apresentou lucro pelo terceiro ano consecutivo, de R$ 3,3 milhões, impactado também pela reversão de provisões, que ocorrem conforme a companhia endereça contingências e se prepara para uma nova fase de crescimento acelerado.

No entanto, à parte dos resultados operacionais, o maior destaque no avanço do plano estratégico da companhia foi o início da construção da nova unidade fabril de embalagens, com investimentos superiores a R$ 40 milhões, sendo R$ 35 milhões financiados pela Finep. Focada no desenvolvimento de soluções com diferenciais técnicos exclusivos e forte apelo sustentável, o projeto demonstra a orientação de crescimento da companhia mantendo um profundo senso de propósito nas nossas ações, e segue dentro do cronograma para iniciar suas operações no início de 2025.

Por fim, destacamos um grande avanço em nossa agenda ESG: a Melhoramentos recebeu a Certificação B, compreendendo todas as unidades de negócios. Mais que um reconhecimento, esta certificação representa o compromisso com o legado sustentável que é uma marca da Melhoramentos em seus 134 anos de existência.

Esses avanços refletem a transformação contínua da Melhoramentos, iniciada com a evolução de sua governança em 2019, e reforçam nosso otimismo para o futuro.

Agradecemos profundamente a todos os colaboradores, parceiros, acionistas, membros do conselho e demais pessoas que fazem parte do dia a dia da Melhoramentos, pelo empenho e conquistas deste ano.

DESTAQUES[1]

- Nova fábrica de embalagens segue dentro do cronograma para início das operações no primeiro trimestre de 2025;
- Companhia Melhoramentos apresenta lucro pelo terceiro ano consecutivo;
- Venda de fibras cresce 2% em relação ao 3T24 e 21% em relação ao mesmo período do ano anterior;
- Melhoramentos recebe a Certificação B, reafirmando a atuação e o compromisso da empresa com as melhores práticas.

[1] Dados Consolidados

	4T24	3T24	4T23	Variação 4T24/3T24	Variação 4T24/4T23	Acumulado 2024	Acumulado 2023	Variação 2024/2023
Fibras em ton	16.084	15.715	13.298	2%	21%	60.287	63.559	-5%
Edições em exemplares	498.616	359.217	383.416	39%	30%	1.482.397	2.141.934	-31%
Receita Líquida	44.605	40.970	37.538	9%	19%	163.122	176.279	-7%
Receita Líquida Ajustada*	53.822	42.441	55.330	27%	-3%	187.523	208.378	-10%
Lucro (prejuízo) líquido	17.508	(8.093)	287	316%	6000%	3.312	7.878	-58%
Resultado financeiro	(3.729)	(6.457)	(3.748)	42%	1%	(16.379)	(16.220)	-1%
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(10.363)	(1.578)	833	557%	-1344%	(14.939)	(11.200)	33%
Depreciação e Amortização	5.413	4.634	16.303	17%	-67%	21.245	33.334	-36%
EBITDA	37.014	4.579	19.585	708%	89%	55.875	68.630	-19%
Movimentações não caixa	(30.239)	(3.778)	(10.464)	-700%	-189%	(35.261)	(19.856)	78%
EBITDA Ajustado**	6.775	801	9.107	746%	-26%	20.615	48.775	-58%
Dívida líquida/ EBITDA 12 Meses	6,31	5,17	2,05	22%	208%	5,17	1,95	165%

* considera a venda de madeira em pé e venda de terrenos que, contabilmente, fazem parte do grupo de Outras Receitas

** desconsidera movimentos contábeis sem efeito caixa

Receita Líquida

A receita líquida foi de R$ 47 milhões, o que representa aumento de 9% em relação ao trimestre anterior e aumento de 19% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Receita Líquida Ajustada

A Receita Líquida Ajustada compreende, além da Receita Líquida, a adição de Outras Receitas que tenham efeito caixa, como por exemplo da venda de madeira em pé e terrenos imobiliários.

A receita líquida ajustada consolidada no 4T24 foi de R$ 54 milhões, com aumento de 27% quando comparado com 3T24. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve redução de 3%, principalmente por conta do maior volume de vendas de madeira em pé (pontuais) ocorridas no ano anterior.

Custos

No comparativo entre 4T24 e 3T24, houve crescimento de 29% no lucro bruto em relação à receita. Em relação ao mesmo período do ano anterior, apresentou queda de 31%, devido principalmente pela menor diluição dos custos fixos de produção.

Despesas e Receitas Operacionais

A redução de 17% nas despesas com vendas em relação ao mesmo período do ano anterior se deve, principalmente, à reestruturação na unidade editorial. As despesas Gerais e Administrativas, de R$ 14,3 milhões, ficaram 20% abaixo do valor apurado no mesmo período de 2023 devido aos trabalhos para redução de gastos. Em relação a 3T24, houve redução de 4%.

Câmbio

	4T24	3T24	4T23	Variação 4T24/3T24	Variação 4T24/4T23	Acumulado 2024	Acumulado 2023
Dólar médio	5,83	5,55	5,00	5%	17%	5,83	5,00
Dólar final	6,19	5,45	4,84	14%	28%	6,19	4,84
EURO médio	6,23	6,09	5,40	2%	15%	6,23	5,40
EURO final	6,43	6,07	5,35	6%	20%	6,43	5,35

A Companhia e suas controladas possuem fornecedores e empréstimos sujeitos à volatilidade destas taxas de câmbio e, consequentemente, reconheceram no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado os impactos por competência contábil.

No 4T24, a taxa de câmbio média do Dólar apresentou valorização de 17% comparado com o 4T23 e valorização de 5% quando comparado com a taxa apurada no 3T24. Com relação a taxa de câmbio média do Euro, o 4T24 registrou valorização de 15% comparado com o 4T23 e valorização de 2% com a cotação do 3T24.

DESEMPENHO DA MELHORAMENTOS FLORESTAL

No quarto trimestre pudemos observar a retomada consistente do patamar de vendas de fibras, compensando parcialmente o momento negativo apresentado no primeiro semestre.

O volume de vendas no trimestre foi de 16,1 mil toneladas, com variação positiva de 2% comparado com o 3T24. Já na comparação com o mesmo período do ano anterior o volume foi 21% superior, com destaque para a recuperação de volumes das fibras branqueadas. No acumulado do ano o volume total vendido foi de 60,3 mil toneladas, redução de 5,1% em relação ao ano anterior.

A Receita Líquida Ajustada da unidade Florestal apresentou redução de 18% no comparativo com o 4T23, devido, principalmente, à venda pontual de madeira para terceiros que ocorreu no ano anterior. No comparativo com o trimestre anterior, o crescimento foi de 7%, decorrente do aumento nas vendas tanto de fibras como de madeira.

DESEMPENHO DA EDITORA MELHORAMENTOS

Na Editora Melhoramentos, as vendas do 4T24 tiveram redução de 6% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, às vendas no e-commerce.

No comparativo com o 3T24, houve crescimento de 54% na receita de vendas devido principalmente ao Varejo.

É importante destacar que a Editora Melhoramentos está passando por um profundo processo de reestruturação. Com o foco na eficiência através da simplificação de produtos e processos, no início do ano foi realizada uma mudança da estrutura, ajuste de portfólio e estoque. Tais mudanças visam também tornar a editora mais ágil e pronta para ser uma plataforma de desenvolvimento de novos produtos.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS – ALTEA

A Altea tem por objetivo desenvolver de forma estratégica o patrimônio imobiliário do grupo, em especial o landbank formado pelas áreas situadas em Caieiras e Bragança Paulista, com projetos nos diversos segmentos de real state.

No quarto trimestre de 2024 a área de desenvolvimento imobiliário deu continuidade à gestão estratégica de seu portfólio com o programa de negociação de áreas non-core, que foi responsável por gerar R$ 16 milhões em receitas adicionais no ano. Além disso, manteve a geração de receita recorrente, em especial com a continuidade do empreendimento residencial Swiss Park.

Por fim a Altea continuou o desenvolvimento de novos projetos, que além da geração direta de valor, possibilitarão o desenvolvimento de mais áreas em seu entorno. Um dos marcos nesse sentido foi a apresentação para a comunidade e poder público seu projeto de desenvolvimento turístico para Monte Verde, subdistrito localizado no município de Camanducaia – MG. Além da criação de novos atrativos turísticos, o plano também contempla o fortalecimento da infraestrutura, para garantir o desenvolvimento turístico sustentável.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora DEZ-2024	Controladora DEZ-2023	Consolidado DEZ-2024	Consolidado DEZ-2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	33	31	122	400
Aplicações financeiras	4	25.081	14.864	46.564	44.356
Clientes	5	-	-	25.776	27.921
Títulos e outras contas a receber	6	8.713	5.664	16.513	11.414
Estoques	7	-	-	23.547	26.376
Tributos a compensar	8	3.882	2.625	7.387	6.814
Despesas do exercício seguinte	-	174	314	1.028	1.121
Partes relacionadas	9	4.875	2.091	-	-
Total do ativo circulante		**42.758**	**25.589**	**125.237**	**118.482**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Clientes	5	-	-	297	1.831
Títulos e outras contas a receber	6	6.442	3.084	4.528	22.828
Tributos a compensar	8	5.598	21.433	22.597	39.366
Despesas do exercício seguinte	-	-	-	346	593
Depósitos judiciais	-	174	297	271	368
Partes relacionadas	9	128.245	122.796	-	-
		144.459	**147.610**	**28.429**	**64.986**
Investimentos	10	248.799	232.268	65.857	70.091
Imobilizado líquido	11	994.203	1.007.224	1.204.300	1.163.197
		1.243.002	**1.239.492**	**1.270.157**	**1.233.288**
Total do ativo não circulante		**1.387.461**	**1.387.102**	**1.298.636**	**1.298.274**
Total do ativo		**1.430.219**	**1.416.691**	**1.423.873**	**1.416.676**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora DEZ-2024	Controladora DEZ-2023	Consolidado DEZ-2024	Consolidado DEZ-2023
Circulante					
Fornecedores	12	586	3.053	14.964	13.576
Empréstimos e financiamentos	13	15.528	13.843	46.712	26.681
Obrigações sociais e trabalhistas	14	3.800	4.525	12.112	16.444
Parcelamentos a pagar	14	1.506	2.228	2.055	2.263
Obrigações fiscais	14	751	430	3.702	2.334
Dividendos a Pagar	15	31	31	31	31
Outras contas a pagar	16	28.166	9.021	18.650	9.646
Partes relacionadas	9	16.030	7.853	-	-
Total do passivo circulante		**66.798**	**41.884**	**98.226**	**71.358**
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	105.188	89.518	130.045	118.145
Partes relacionadas	9	37.839	37.839	-	-
Prov. p/ IRPJ e CSLL diferidos	17	317.723	320.329	333.048	338.774
Provisão para contingências	18	641	32.949	7.369	39.723
Parcelamentos a pagar	14	3.891	5.176	5.677	5.182
Adiantamentos de clientes	-	1.440	1.440	1.440	1.440
Outras contas a pagar	16	-	-	1.583	3.485
Provisão para perda de investimentos	10	50.114	48.991	-	-
Total do passivo não circulante		**516.836**	**536.242**	**479.162**	**506.753**
Total do Passivo		**583.634**	**578.126**	**577.388**	**578.111**
Patrimônio líquido					
Capital social	19	153.719	153.719	153.719	153.719
Reservas de capital	-	9.389	8.156	9.389	8.156
Reservas de Lucros	-	57.212	48.106	57.212	48.106
Ajustes de avaliação patrimonial	-	626.265	628.584	626.265	628.584
Total do patrimônio líquido		**846.585**	**838.565**	**846.585**	**838.565**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.430.219**	**1.416.691**	**1.423.873**	**1.416.676**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Lucro do exercício	3.312	7.878	3.312	7.878
Resultado abrangente total do exercício, líquido de tributos	3.312	7.878	3.312	7.878
Resultado abrangente total, atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	3.312	7.878	3.312	7.878

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora 4º TRI-24	Controladora 4º TRI-23	Consolidado 4º TRI-24	Consolidado 4º TRI-23
Lucro do exercício	17.508	287	17.508	287
Resultado abrangente total do período, líquido de tributos	17.508	287	17.508	287
Resultado abrangente total, atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	17.508	287	17.508	287

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota Explicativa	Controladora DEZ-2024	Controladora DEZ-2023	Consolidado DEZ-2024	Consolidado DEZ-2023
Receita líquida	21	11.574	21.036	163.122	176.279
Custo dos produtos vendidos	23	-	-	(104.709)	(101.307)
Lucro bruto		**11.574**	**21.036**	**58.413**	**74.972**
Receitas (Despesas) operacionais:					
Vendas	23	-	-	(18.408)	(23.564)
Gerais e administrativas	23	(46.112)	(42.551)	(60.208)	(63.285)
Resultado de equivalência patrimonial	10	14.956	8.423	701	6.528
Outras despesas e receitas operacionais	23	43.546	46.766	54.226	40.635
		12.750	**12.618**	**(23.783)**	**(39.676)**
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		**24.764**	**33.654**	**34.630**	**35.296**
Resultado financeiro	24				
Receitas financeiras		2.379	490	7.130	4.507
Despesas financeiras		(14.602)	(15.767)	(23.505)	(20.726)
		(12.223)	**(15.277)**	**(16.375)**	**(16.219)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**12.541**	**18.377**	**18.255**	**19.077**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	25				
Corrente		-	(4.018)	(1.387)	(6.944)
Diferido		(9.229)	(6.481)	(13.552)	(4.255)
		(9.229)	**(10.499)**	**(14.939)**	**(11.199)**
Lucro do exercício		**3.312**	**7.878**	**3.312**	**7.878**
Resultado por ação - R$	20	0,51776	1,22995		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota Explicativa	Controladora 4º TRI-24	Controladora 4º TRI-23	Consolidado 4º TRI-24	Consolidado 4º TRI-23
Receita líquida	21	3.224	10.605	44.605	37.538
Custo dos produtos vendidos	23	-	-	(26.016)	(17.008)
Lucro bruto		**3.224**	**10.605**	**18.589**	**20.530**
Receitas (Despesas) operacionais:					
Vendas	23	-	-	(4.885)	(6.843)
Gerais e administrativas	23	(10.728)	(12.365)	(14.253)	(17.880)
Resultado de equivalência patrimonial	10	6.608	(1.983)	(3.724)	3.042
Outras despesas e receitas operacionais	23	29.610	9.482	35.853	3.349
		25.490	**(4.876)**	**13.011**	**(17.329)**
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		**28.714**	**5.729**	**31.600**	**3.201**
Resultado financeiro	24				
Receitas financeiras		568	513	1.844	1.525
Despesas financeiras		(3.573)	(4.156)	(6.573)	(5.272)
		(3.005)	**(3.643)**	**(3.729)**	**(3.747)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**25.709**	**2.086**	**27.871**	**(546)**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro					
Corrente		-	-	108	1.432
Diferido		(8.201)	(1.809)	(10.471)	(599)
		(8.201)	**(1.809)**	**(10.363)**	**833**
Lucro do exercício		**17.508**	**287**	**17.508**	**287**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua...



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Controladora e Consolidado

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros (Nota 19): Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reserva Especial	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial/Reserva de Reavaliação	Lucro (Prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido Controladora	Participação dos minoritários em controladas	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	153.719	4.257	76	72	351	1.005	627.342	39.065	825.895	-	825.895
Realização da reserva de reavaliação patrimonial	-	-	-	-	-	10	(10)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial - Florestas	-	-	-	-	-	-	1.252	-	1.252	-	1.252
Lucro em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	7.878	7.878	-	7.878
Reserva Legal	-	-	394	-	-	-	-	(394)	-	-	-
Reserva Estatutárias	-	-	-	374	-	-	-	(374)	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	44.304	-	(44.304)	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	(359)	-	-	-	(359)	-	(359)
Constituição Reserva Especial	-	-	-	-	1.871	-	-	(1.871)	-	-	-
Ágio na Subscrição das Ações sobre Transações de Capital (Nota 10)	-	3.899	-	-	-	-	-	-	3.899	-	3.899
Saldos em 31 de dezembro de 2023	153.719	8.156	470	446	1.871	45.319	628.584	-	838.565	-	838.565
Realização da reserva de reavaliação patrimonial	-	-	-	-	-	7.665	(7.665)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial - Florestas	-	-	-	-	-	-	5.853	-	5.853	-	5.853
Baixa de investimento	-	-	-	-	-	-	(507)	-	(507)	-	(507)
Reserva Legal	-	-	166	-	-	-	-	(166)	-	-	-
Reserva Estatutárias	-	-	-	157	-	-	-	(157)	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	2.202	-	(2.202)	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	(1.871)	-	-	-	(1.871)	-	(1.871)
Constituição Reserva Especial	-	-	-	-	787	-	-	(787)	-	-	-
Ágio na Subscrição das Ações sobre Transações de Capital (Nota 10)	-	1.233	-	-	-	-	-	-	1.233	-	1.233
Lucro em 31 dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	3.312	3.312	-	3.312
Saldos em 31 de dezembro de 2024	153.719	9.389	636	603	787	55.186	626.265	-	846.585	-	846.585

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Fluxo de Caixa (R$ mil)	Controladora DEZ-2024	Controladora DEZ-2023	Consolidado DEZ-2024	Consolidado DEZ-2023
Caixa líquido de atividades operacionais				
Resultado do exercício	3.312	7.878	3.312	7.878
Ajustes por:				
Depreciação, exaustão e amortização	2.983	3.093	16.022	32.931
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	-	-	(1.173)	(754)
Provisão (reversão) para perda estimada nos estoques, líquida	-	-	881	433
Resultado de equivalência patrimonial	(14.956)	(8.423)	(701)	(6.528)
Provisão de juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos	9.134	8.330	11.743	11.038
Variações cambiais e monetárias, líquidas	5.188	5.027	7.882	4.618
Provisão para contingências	(32.308)	(27.316)	(32.354)	(27.885)
Provisão para IRPJ e CSLL diferidos	(2.606)	(1.010)	(5.726)	(1.927)
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	-	-	(13.631)	(162)
Resultado na alienação ativos imobilizados e ativos biológicos, líquidos	13.226	22	29.329	19.546
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	8.435	(909)	31.833	18.535
Clientes	-	-	862	14.352
Títulos e outras contas a receber	(2.407)	-	12.801	-
Estoques	-	-	1.548	(2.310)
Tributos a compensar	10.579	(705)	16.196	5.049
Despesas do exercício seguinte	140	(126)	339	1.574
Depósitos judiciais	123	(78)	97	(130)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	13.366	12.621	5.406	9.226
Fornecedores	(2.467)	2.652	985	(6.179)
Férias e encargos a pagar	(725)	1.892	(4.332)	1.162
Parcelamentos a pagar	(2.007)	4.737	287	4.758
Tributos a pagar	322	(56)	1.368	(1.870)
Outras contas a pagar	18.243	3.396	7.098	10.355
Caixa gerado das atividades operacionais	5.774	(687)	52.823	66.969
Atividade de investimento				
Adições de imobilizado e intangível	(3.188)	292	(51.026)	(24.195)
Adições de ativo biológico	-	-	(21.797)	(21.412)
Transação de capital com investidas	(1)	-	-	-
Recebimentos na alienação de ativo imobilizado	-	4.203	-	4.383
Dividendos recebidos	6.128	6.625	6.128	5.125
Avaliação patrimonial - florestas	-	-	5.853	1.252
Baixa no Capital das Investidas	-	-	(507)	-
Dividendos a receber	-	4.846	-	-
Caixa gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	2.939	15.966	(61.349)	(34.867)
Atividade de Financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	17.575	-	45.575	23.457
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(14.142)	(10.794)	(33.249)	(32.650)
Dividendos pagos	(1.871)	(359)	(1.871)	(359)
Partes relacionadas	(56)	4.323	-	-
Caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	1.506	(6.830)	10.455	(9.552)
Acréscimo (Decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	10.219	8.449	1.929	22.550
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	14.895	6.446	44.757	22.207
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	25.114	14.895	46.686	44.757
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	10.219	8.449	1.929	22.550

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora DEZ-2024	Controladora DEZ-2023	Consolidado DEZ-2024	Consolidado DEZ-2023
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	184.637	184.201
Outras receitas	34.183	55.442	51.604	63.423
Prov. de perda estimada p/ crédito de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	-	-	1.006	(3.375)
	34.183	55.442	237.247	244.249
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(58.330)	(55.206)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	17.035	(2.954)	(3.658)	(16.556)
Perda/recuperação de valores ativos	(7.761)	(1.728)	(8.088)	(1.728)
	9.234	(680)	(71.066)	(73.490)
Valor adicionado bruto	43.417	54.762	166.181	170.759
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão líquido de créditos de impostos	(2.983)	(3.105)	(16.020)	(30.208)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	40.434	51.657	150.161	140.551
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	14.956	8.423	701	6.528
Receitas financeiras, incluindo variação cambial	2.727	1.067	5.831	5.190
	17.683	9.490	6.532	11.718
Valor adicionado total a distribuir	58.117	61.147	156.693	152.269

	Controladora DEZ-2024	Controladora DEZ-2023	Consolidado DEZ-2024	Consolidado DEZ-2023
Pessoal				
Remuneração direta	18.555	16.537	38.172	40.615
Benefícios	5.044	2.656	20.780	18.310
FGTS	923	233	3.272	3.160
	24.522	19.426	62.224	62.085
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	14.621	13.133	40.664	39.341
Estaduais	29	5	24.845	20.760
Municipais	1.114	485	1.237	498
	15.764	13.623	66.746	60.599
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	14.489	15.790	23.098	20.436
Aluguéis	30	30	1.313	1.271
	14.519	15.820	24.411	21.707
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do período	3.312	7.878	3.312	7.878
	3.312	7.878	3.312	7.878
Distribuição do valor adicionado	58.117	61.147	156.693	152.269

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Melhoramentos de São Paulo (CMSP), sediada na Rua Tito, 479, São Paulo – SP, e suas controladas têm por objeto o mercado editorial e comercial de livros para atender aos mercados interno e externo, a industrialização e comercialização de fibras de alto rendimento, a gestão de florestas plantadas, atividades imobiliárias e outros correlatas, que independem de autorização governamental específica.

As ações são negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob os códigos MSPA4.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração, as quais, foram devidamente aprovadas pela Diretoria Executiva, tendo o Conselho de Administração, na reunião realizada em 11 de março de 2025, autorizando a sua divulgação.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

2.2. Base de apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), (atualmente denominadas como "normas contábeis IFRS" (IFRS Accounting Standards)), utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024.

Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis materiais que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.3.

2.3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, as bases de consolidação e os métodos de cálculo adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como os principais julgamentos adotados para as estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis materiais, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis, quando aplicável.

a) Moeda Funcional

A moeda funcional é o real, Reais (R$), todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais.

b) Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da controladora, utilizando práticas contábeis materiais consistentes com as práticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais e (ii) eliminação dos lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos.

- **Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

- **Participação de acionistas não-controladores**

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

- **Perda de controle**

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo não reconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

- **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações consolidadas abrangem a CMSP e as suas controladas em 31 de dezembro de 2024 conforme demonstrado abaixo:

	Atividade principal	Tipo de Participação	Método de Contabilização	Participação societária (%) 31.12.2023	Participação societária (%) 30.09.2024
Controladas					
Melpaper Ltda	Indústria de papel, celulose e fibra de madeira; aquisição e venda de imóveis	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Melhoramentos Florestal Ltda	Silvicultura, florestamento, reflorestamento, produção de celulose, fibras e outras polpas para papel	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Mellius Empreendimentos Imobiliários Ltda	Atividade de publicação, edição e comercialização (atacado e varejo)	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Manguinhos Empreendimentos Imobiliários	Atividade de publicação, edição e comercialização (atacado e varejo)	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Editora Melhoramentos	Atividade de publicação, edição e comercialização (atacado e varejo)	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Terras Bonsucesso Ltda	Atividade de publicação, edição e comercialização (atacado e varejo)	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Melhoramentos Livros Ltda	Atividade de publicação, edição e comercialização (atacado e varejo)	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Altos Empreendimentos Ltda. (Antiga Melhoramentos de São Paulo - Arbor)	Cultivo de pinus, incorporação de empreendimentos imobiliários, aluguel, compra e venda de imóveis próprios	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Jaguari Livros Ltda	Atividade de publicação, edição e comercialização (atacado e varejo)	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Cora Livros Ltda	Atividade de publicação, edição e comercialização (atacado e varejo)	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Athena Edtech Ltda	Prestação de serviços de acesso via internet de conteúdos educacionais e de entretenimento, atividade de publicação, edição e comercialização (atacado e varejo)	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
PLD Cajamar V Empreendimentos Imobiliários S.A. (Antiga Caieiras Lapa Empreendimentos Imobiliários Ltda.)	Compra, venda, locação e gestão/administração de imóveis	Direta	Equivalência Patrimonial	95,00%	95,00%
Sociedade em conta de participação					
Coworking Space Gestão de Espaço Ltda-SCP	Locação de espaço para eventos corporativos e espaço de coworking	Direta	Equivalência Patrimonial	99,00%	99,00%
Outros Investimentos					
Swiss Park Campinas	Compra, venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis	Direta	Equivalência Patrimonial	37,00%	37,00%
Engelote Incorporações e Urbanismo S/A	Compra, venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis	Direta	Equivalência Patrimonial	60,00%	60,00%

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com baixo risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas em caixa e equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

d) Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As perdas com crédito esperadas (PCE), são constituídas, quando aplicável, e estimadas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com valores a receber, com base na avaliação individual dos créditos, da situação financeira, incluindo o histórico de relacionamento com a Empresa, segundo critérios definidos pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas.

Os saldos relacionados aos clientes em Recuperação Judicial, foram classificados no ativo não circulante e o ajuste a valor presente foi reconhecido de acordo com a Deliberação CVM 564/08 e CPC 12, que trata de Ajuste a Valor Presente.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, líquidos de impostos compensáveis, quando aplicável, ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel e compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda de acordo com o pronunciamento CPC 16 (R1) / IAS 2.

Quando necessário, os estoques são reduzidos de perdas estimadas, constituídas em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

f) Imobilizado

Reconhecimento inicial e mensuração

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual, sendo reconhecidos no resultado do exercício. Todos os outros custos com reparos e manutenção são apropriados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. As taxas anuais de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

g) Ativo Biológico

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e o plantio de florestas de eucalipto e pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose de fibra, bem como utilizada nas vendas de toras de madeira para terceiros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía através da sua controlada Melhoramentos Florestal o montante de 7.290 hectares (6.535 hectares em 31 de dezembro de 2023), as quais são cultivadas nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

Premissas e estimativas do valor justo do ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do consumo/corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos.

A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita anualmente, nas áreas igual ou superior a 3 anos.

Os ganhos ou perdas na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado no período em que ocorrem. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola consumido/vendido, avaliado por seu valor justo. (nota nº 11).

O valor justo foi determinado pela valorização dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo utilizando as seguintes premissas:

- Fluxo de caixa futuro: Preços atuais projetados a IPCA
- Metodologia utilizada: Fluxo de caixa descontado
- Taxa de desconto: Custo da estrutura de capital CMSP

continua...

...continuação



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- Volumes: Inventário por amostragem
- Preços: Premissas POYRY, reajustado a IPCA
- Gastos com plantio: Custo Padrão Melhoramentos
- Exaustão: Todos os custos referentes a silvicultura
- Avaliação dos valores dos ativos biológicos foi efetuada e aprovação da Administração.

h) Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis"). Diferenças entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto.

i) Arrendamento mercantil
Os contratos de arrendamento mercantil são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo como outras contas a pagar pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois, o menor. Os juros são apropriados ao resultado, de acordo com o método da taxa efetiva de juros.
Os pagamentos efetuados sob arrendamentos são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.
Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia avaliou os contratos, e concluiu que não apresentam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

j) Ativos e passivos não circulantes
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício.
O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:
i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R$ 240.000,00;
ii. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.
As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.
A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

l) Ajuste a valor presente
Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial das transações, levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais, os respectivos ativos e passivos, as taxas praticadas nas captações de recursos e os riscos de inadimplência.
Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas ou receitas financeiras no resultado, através da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
As práticas contábeis materiais para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em Nota Explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em Nota Explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

n) Reconhecimento da receita
A receita de contratos com clientes é reconhecida, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo.
A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, isto é, quando é altamente provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

o) Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:
- Receita de juros; e
- Despesa de juros

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.
A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:
- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial.
Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Na aplicação das práticas contábeis materiais, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.
As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.
A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:
a) análise do risco de crédito para determinação da provisão de perdas de crédito esperada (na nota explicativa nº 6);
b) determinação da provisão para perdas estimadas com estoque (na nota explicativa nº 7);
c) revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado (na nota explicativa nº 11);
d) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros (na nota explicativa nº 26);
e) ajuste a valor justo dos ativos biológicos (na nota explicativa nº 11);
f) provisão para contingências (na nota explicativa nº 18); e
g) imposto de renda e contribuição social diferidos (na nota explicativa nº 25).

q) Instrumentos Financeiros não derivativos
A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo ativos mensurados a valor justo por meio do resultado) eram reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornava uma das partes das disposições contratuais do instrumento.
A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
O CPC 48 determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma eliminou as categorias existentes anteriormente de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Companhia interpreta inicialmente o ativo financeiro relativo às contas a receber como mensurável ao custo amortizado de acordo com o CPC 48, pois pretende manter o ativo até o vencimento para receberem o fluxo de caixa contratuais e esse fluxo de caixa consistem apenas de pagamentos do principal e juros sobre o valor em aberto.
A nova norma substitui o modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". A administração não identificou impactos relevantes na adoção desta norma na estimativa das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, bem como na rubrica de contas a receber de clientes.
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.
Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e o gerenciamento de risco documentado pela Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

Passivos financeiros
Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.
Os passivos financeiros não derivativos são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.
A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Outros passivos financeiros
Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamento, fornecedores e outras contas a pagar.

Juros sobre Capital Próprio
Em dezembro de 2023, a Melhoramentos Florestal reconheceu o montante de R$ 4,8 milhões como Juros Sobre Capital próprio. Esse valor foi distribuído na razão de 99,99% para a Companhia Melhoramentos de São Paulo e 0,01% para Terras Bonsucesso Ltda.
Os juros sobre capital próprio possuem a retenção de 15% de imposto de renda na fonte. Esse imposto, no valor de R$ 833 mil foi retido em dezembro 2023.
Em 2024, não houve distribuição de Juros Sobre Capital Próprio.

r) Demonstração do valor adicionado (DVA)
A apresentação da demonstração do valor adicionado é obrigatória apenas para companhias de capital aberto, de acordo com o item 3 da NBC TG 09, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterada pela Resolução CFC nº 1.162/09. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.
O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras.

2.4. Novas normas e interpretações

2.4.1. Normas revisadas com adoção a partir de 1 de janeiro de 2024
A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia entende que não houve nem haverá impactos significativos para as seguintes normas:

Pronunciamento	Alteração	Vigência
IFRS 16/CPC 06 (R2)	Alterações que acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.
IAS 1/CPC 26	Alterações que esclarecem aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Além disto, esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em, ou antes, do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.
IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7	Alterações que esclarecem que a entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.

2.4.2. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024
As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Alteração	Vigência
CPC 02 (R2) Efeito das mudanças nas taxas de câmbio /IAS 21	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis que exigiu que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda.	a partir de 1º de janeiro de 2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono	Estabelece normas específicas para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização.	a partir de 1º de janeiro de 2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme Anexo "A" à citada norma	a partir de 1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos Financeiros/IFRS Financial instruments 9 e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7	O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes.	a partir de 1º de janeiro de 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Substitui o IAS 1 (CPC 26) e traz mudanças em relação a apresentação de categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado. Divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração.	a partir de 1º de janeiro de 2027
Alterações ao IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A nova norma permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas IFRS (International Financial Reporting Standards) na preparação de suas demonstrações financeiras	a partir de 1º de janeiro de 2027

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Caixa	30	27	82	76
Bancos	3	4	40	324
	33	31	122	400

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa média % a.a.	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Títulos privados	97,82%	25.081	14.864	46.561	44.356
Total		25.081	14.864	46.561	44.356

As aplicações financeiras, 100% em moeda nacional, são de curto prazo e em sua maioria Certificados de Depósitos Bancários – CDBs. Outras operações são indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, todas com liquidez imediata, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
As aplicações financeiras estão mantidas em bancos de primeira linha e são remuneradas por taxas variáveis de 85% a 105% do CDI em 2024 (85% a 103% em 31 de dezembro de 2023).
O aumento no saldo de Aplicações Financeiras se deve ao resgate da Conta Escrow realizada em junho de 2024 no valor de R$20 milhões.

5. CLIENTES
A rubrica é representada por clientes nacionais, referente a vendas de R$ 33.803.
O prazo médio de recebimento da Companhia é, em grande parte, de 44 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo.

	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Clientes Nacionais	33.803	34.667
Clientes em Recuperação Judicial	3.856	3.657
Total de Clientes	**37.659**	**38.324**
(-) Ajuste a valor presente	(2.735)	(2.748)
(-) Perda de crédito esperada	(4.651)	(5.824)
Saldo Clientes	**30.273**	**29.752**
Clientes - Circulante	**33.188**	**30.782**
PCE - Circulante	**(3.204)**	**(2.861)**
Clientes - Não Circulante	**4.471**	**7.542**
PCE - Não Circulante	**(1.447)**	**(2.963)**
AVP - Não Circulante	**(2.735)**	**(2.748)**

A abertura do saldo a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Valores a vencer	30.179	28.238
Valores vencidos - circulante		
até 30 dias	102	521
31 a 60 dias	40	12
61 a 90 dias	50	9
91 a 120 dias	65	10
121 a 180 dias	118	20
Acima de 180 dias	6.815	9.514
Total	**37.659**	**38.324**

A perda estimada de créditos esperada ("PCE") de R$ 4.651 (R$5.824 em 31 de dezembro de 2023) é considerada pela Administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre valores a receber em aberto.
A seguir apresentamos a movimentação da PCE:

Consolidado Movimentação PCE	2024	2023
Saldo inicial	(5.824)	(6.522)
Complemento de provisão	(603)	(942)
Reversão de provisão	1.776	1.640
Total PCE	**(4.651)**	**(5.824)**

6. TÍTULOS E OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Adiantamentos a fornecedores	9	53	1.068	1.083
Adiantamentos para importação	244	1	4.087	2.648
Adiantamentos a funcionários	1	1	671	1.263
Escrow Account (I)	-	-	-	20.751
Alienação de imóveis (II)	8.533	203	8.533	203
Outras contas a receber (III)	6.368	12.490	4.798	6.736
Adiantamento autoral nacional	-	-	1.032	582
Adiantamento autoral internacional	-	-	1.252	976
	15.155	12.748	21.441	34.242
Circulante	**8.713**	**9.664**	**16.513**	**11.414**
Não Circulante	**6.442**	**3.084**	**4.928**	**22.828**

O saldo em alienações de imóveis, é basicamente constituído das vendas na unidade de negócios Imobiliários.

I. A Escrow Account foi constituída na venda da unidade Papéis. Parte dos ganhos nesta operação foram depositados em conta bancária e aplicados em investimentos de alta liquidez e baixo risco, como forma de dar garantia para eventuais perdas futuras em contingências nas quais a unidade Papéis estava envolvida à época da venda, o valor foi resgatado em 2024. Em 14 de junho de 2024, foi assinada a carta fiança junto a instituição financeira BTG Pactual, como fiadora principal pagadora de todas as obrigações pecuniárias que a COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO esteja eventualmente obrigada junto a empresa compradora da unidade Papéis, até o limite de R$ 20.000.

II. O saldo em alienação de imóveis, é basicamente constituído das vendas na unidade de negócios Imobiliários.

III. O saldo de outras contas a receber tem a seguinte abertura em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora DEZ-24	Consolidado DEZ-24
Cred. Fiscais p/ Atitor Decor. Bon da CSLL	3.084	-
Valores a Receber de Empresas do Grupo	3.284	4.798
	6.368	4.798

Os valores a receber de terceiros se refere principalmente ao arrendamento a receber na Controladora.

7. ESTOQUE

	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Produtos acabados	14.161	17.808
Material operacional	12.846	12.510
(-) Perda esperada de estoque	(3.060)	(3.942)
Total	23.947	26.376

Avaliamos eventuais impactos resultantes do baixo volume de produção ou ociosidade e reconhecemos esta parcela diretamente no resultado do exercício, na linha de custos, e, com isso, foi possível manter a apresentação dos saldos de estoques pelo valor líquido de realização. No ano o impacto foi estimado em R$ 621 mil (R$ 432 mil no mesmo exercício de 2023).
A capacidade normal é determinada pela produção média que se espera atingir ao longo de vários períodos em circunstâncias normais; com isso, leva-se em consideração, para a determinação dessa capacidade normal, a parcela da capacidade total não utilizada durante manutenções preventivas, férias coletivas e outros eventos semelhantes considerados normais. Como consequência, o valor do custo fixo alocado a cada unidade produzida não pode ser aumentado em decorrência de um baixo volume de produção ou ociosidade.
Não há estoques oferecidos em garantia para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
A provisão para redução do valor de realização dos estoques ao seu valor líquido levou em consideração o cálculo de giro, onde quanto menor o ritmo de vendas do produto maior será o percentual provisionado como perda. Essas estimativas levam em consideração o preço de venda, custos, ociosidade e gastos para concretização da venda, incluindo, mas não se limitando, a valores anormais de desperdício de materiais, mão de obra, insumos de produção e outros custos indiretos de acordo com o pronunciamento técnico. (CPC 16 (R1)).
A seguir apresentamos a movimentação da provisão de estoque:

Consolidado Movimentação da Provisão de Estoque	2024	2023
Saldo inicial	(3.942)	(3.509)
Complemento de provisão	(687)	(1.318)
Reversão de provisão	1.569	885
Total da Provisão de Estoque	**(3.060)**	**(3.942)**

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

		Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
IRPJ/CSLL – antecipações e impostos retidos	(a)	3.599	2.342	6.618	5.629
PIS/COFINS a recuperar – Exclusão ICMS	(b)	-	-	-	4.013
IRPJ/CSLL – diferido	(c)	578	12.413	13.438	25.661
CRÉDITO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL	(d)	9.020	9.020	9.020	9.020
Outros impostos a recuperar		283	283	908	1.857
		13.480	24.058	29.984	46.180
Circulante		**3.882**	**2.625**	**7.387**	**6.814**
Não Circulante		**9.598**	**21.433**	**22.597**	**39.366**

(a) IRPJ/CSLL – antecipações e impostos retidos
IRPJ/CSLL – antecipações e impostos retidos se refere a impostos retidos e impostos pagos antecipadamente.

(b) PIS/COFINS a recuperar – Exclusão ICMS
Os créditos fiscais a recuperar referem-se à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. A Companhia e as empresas incorporadas ingressaram com diversas ações judiciais pleiteando o reconhecimento do direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e a consequente repetição do indébito tributário. O exercício mais antigo remonta ao ano de 2010. A Companhia, assessorada por consultoria especializada, procedeu com a mensuração dos créditos fiscais, tendo basicamente considerado o valor do ICMS destacado nas notas fiscais de venda e demais informações fiscais contidas nas obrigações acessórias, fundamentada em pareceres legais para tanto.
Em 31 de dezembro de 2024 o saldo foi totalmente compensado e em 31 de dezembro de 2023 o saldo era de R$4.013.

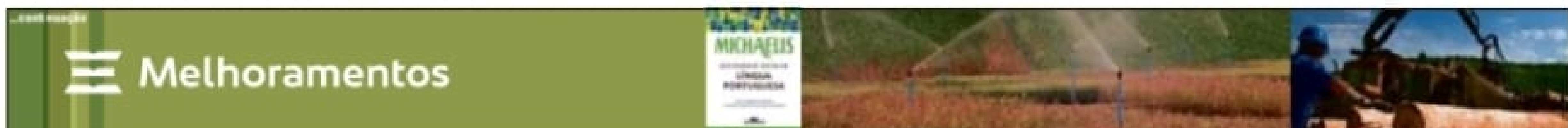
(c) Imposto de renda e a contribuição social diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas variações dos processos referente as provisões de contingências.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão classificados como não circulante e são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de variações de dedutibilidade entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados eventos indicativos de que o valor contábil exceda o valor recuperável desses tributos diferidos.

(d) Crédito tributário municipal
Crédito tributário junto a prefeitura de Caieiras referente a um terreno desapropriado.

continua...

...continuação

Melhoramentos



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. PARTES RELACIONADAS

Tipos de relação	Editora Melhoramentos Ltda.	Melhoramentos Florestal Ltda.	Melhoramentos de São Paulo Arbor Ltda.	Terras Bonsucesso Ltda.	Melpaper Ltda.	Athena Edtech	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante	3.198	1.677	-	-	-	-	4.875	2.097
Ativo não circulante	58.187	60.163	6.532	15	-	3.348	128.245	122.798
Passivo circulante	105	15.925	-	-	-	-	16.030	7.853
Passivo não circulante	-	523	-	-	36.516	-	37.039	37.835

As operações comerciais e financeiras da Companhia com controladas e coligadas ao controlador CMSP foram efetuadas em condições específicas, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. As transações referem-se basicamente a: Provisões de despesas do centro de serviços compartilhados, principalmente condomínio e aluguel, e lucros a receber de controlada. Os valores registrados no ativo e passivo não circulante são contratos de mútuo. Valores no resultado: o Conglomerado tem um centro de serviços compartilhados cujas despesas com pessoal no período findo em 31 de dezembro de 2024 foram de:

Despesas intercompany	31.12.2024	31.12.2023
Pessoal	(5.156)	(4.575)
Serviços	(6.233)	(6.728)

As transações com partes relacionadas foram realizadas com base nos valores de mercado.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, reconhecidas no resultado do exercício, totalizou R$ 7.535 (R$ 9.522 no exercício anterior).

10. INVESTIMENTOS

	Informações das entidades em 31 de dezembro de 2022				Participação da Controladora		
					No patrimônio líquido		No resultado
	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação societária (%)	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024
Controladas							
Melpaper Ltda	173.115	37.472	13	99,99%	37.465	37.455	13
Melhoramentos Florestal Ltda	161.578	137.933	15.837	99,99%	137.918	116.231	15.835
Melius Empreendimentos Imobiliários Ltda	300	280	10	99,99%	280	270	10
Manguinhos Empreendimentos Imobiliários	600	669	(60)	99,99%	665	725	(60)
Ativa Empreendimentos Ltda	28.980	4.420	(76)	99,81%	4.411	4.487	(76)
Terras Bonsucesso Ltda	931	2.049	(847)	99,99%	2.049	2.896	(847)
Melhoramentos Livros Ltda	10	106	(3)	99,99%	108	109	(3)
					182.902	162.177	14.872
(-) Provisão para perdas em investimentos							
Editora Melhoramentos	24.242	(50.099)	(557)	99,99%	(50.095)	(48.991)	(557)
Athena Edtech Ltda	1	(19)	(20)	99,99%	(19)	-	(20)
					(50.114)	(48.991)	(617)
Total Empresas Controladas					132.788	113.186	14.255
Coligadas e Operações em Conjunto							
Coworking Space Gestão de Espaço Ltda-SCP	2.398	1.929	(27)	95,00%	1.905	1.936	(26)
Engelote Incorporações e Urbanismo S/A	2.855	4.716	396	60,00%	2.830	3.087	522
Swiss Park Caieiras	6.340	13.160	746	37,00%	2.606	7.678	276
FLD Cajamar V Empreendimentos Imobiliários S.A.	66.390	61.715	(75)	94,87%	58.552	57.390	(71)
Total Empresas Coligadas e Operações em Conjunto					65.893	70.091	701
Total Controladora					198.685	183.277	14.956
Total Consolidado					65.893	70.091	701

Movimentação dos investimentos, líquidos - Controladora

Movimentação Investimentos - Controladora	2024	2023
Saldo inicial	183.277	192.736
Resultado de equivalência patrimonial	14.956	8.423
Ajuste patrimonial florestal	5.853	1.252
Aporte em investimento	1	1
Dividendos a receber	-	(4.898)
Dividendos recebidos (I)	(6.128)	(6.625)
Baixa de investimento (II)	(507)	(11.563)
Transação de capital	-	(2.675)
Aumento de capital	-	2.670
Ágio/deságio na subscrição de ações (III)	1.233	9.584
Capital a integralizar	-	(5.680)
Total Investimentos	198.685	183.277

I. Os valores referentes aos Dividendos Recebidos neste exercício se referem a distribuições feitas pela Swiss Park e a Engelote.

II. Baixa de investimento na controlada Editora.

III. Em outubro de 2023, após a assinatura da parceria, o controle total da Lapa Caieiras foi transferido para a Prologis, onde ocorrerá o desenvolvimento do projeto. Conforme o andamento do projeto, o valor da participação na coligada será atualizado e refletido no balanço da CMSP através da equivalência patrimonial. O ganho na variação de participação relativa em empreendimento conjunto se dará pelos aportes da Prologis para que o empreendimento possa ser concluído. Tais aportes correspondem aos valores necessários para conclusão do investimento e culminará na diluição da CMSP dentro da sociedade até a participação de 20%.

11. IMOBILIZADO LÍQUIDO

CONTROLADORA

	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Em andamento	Intangível	Outros *	Total
Taxa de depreciação média anual %		4	10		20	12	
CUSTO							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	953.910	77.903	3.112	2.720	3.087	1.779	1.046.519
Aquisições	-	1.141	55	775	1.211	5	3.188
Transferências**	-	-	-	-	(3.000)	-	(3.000)
Baixas	(7.701)	-	(2)	(2.523)	-	-	(10.226)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	946.209	78.044	3.165	980	1.298	1.784	1.036.480
DEPRECIAÇÃO							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(31.916)	(6.136)	-	(87)	(1.156)	(39.295)
Depreciação / Amortização	-	(2.900)	40	-	-	(123)	(2.983)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(34.816)	(6.096)	-	(87)	(1.279)	(42.278)
VALOR RESIDUAL							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	953.910	45.987	976	2.720	3.000	623	1.007.224
Saldo em 31 de dezembro de 2024	946.209	44.229	1.069	980	1.211	505	994.203

CONSOLIDADO

	Terrenos	Florestamento ¹	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Em andamento	Intangível	Outros *	Total
Taxa de depreciação média anual %			4	10		20	12	
CUSTO								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	972.363	76.129	81.709	138.426	11.543	5.697	5.130	1.308.997
Aquisições	-	35.428	1.185	1.963	46.370	1.211	297	88.454
Exaustão	-	(9.114)	-	-	-	-	-	(9.114)
Baixas	(7.701)	(12.816)	(37)	(4.961)	(2.811)	(318)	(685)	(29.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	964.662	89.627	82.857	135.428	55.102	6.590	4.742	1.349.008
DEPRECIAÇÃO								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	(28.358)	(92.258)	(387)	(2.414)	(4.463)	(127.880)
Depreciação / Amortização	-	-	(3.271)	(8.538)	-	(55)	(232)	(12.096)
Baixas	-	-	37	4.612	-	318	581	5.588
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	(31.592)	(96.544)	(387)	(2.151)	(4.114)	(144.788)
VALOR RESIDUAL								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	972.363	76.129	53.351	46.168	11.236	3.283	667	1.163.197
Saldo em 31 de dezembro de 2024	964.662	89.627	51.265	38.884	54.795	4.439	628	1.204.300

* Inclui veículos e móveis e utensílios.
** Bens transferidos para uma Controlada, por este motivo não zera na Controladora.

Garantias

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos créditos bancários, os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados, como máquinas e equipamentos e imóveis.

Revisão da vida útil

A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

Redução do valor recuperável (Impairment)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram identificadas necessidades de provisão para impairment.

Ativo biológico

1) Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e o plantio de florestas de eucalipto e pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose de fibra, bem como utilizada nas vendas de toras de madeira para terceiros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas subsidiárias possuem 7.200 hectares (6.535 hectares em 31 de dezembro de 2023) de florestas plantadas, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal protegidas pela Companhia e que também servem para atendimento à legislação ambiental brasileira.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia, ao valor justo, pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	DEZ-24	DEZ-23
Custo de formação dos ativos biológicos	58.476	56.552
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	31.152	19.577
	89.628	76.129

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do consumo/corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos.

Na avaliação do ativo biológico, temos como principais premissas:

- Expectativa de volume: definida com base em inventário amostral anual, por espécie, realizado por empresa especializada;
- Preço de venda: considera a média dos contratos vigentes, por espécie, e quando não aplicável, considera-se os preços médios de mercado, com base em publicação de empresa especializada do setor;
- Avaliação por fluxo de caixa descontado: projeção das despesas e custos com base nas projeções de IGPM de órgãos especializados e desconto com base no custo ponderado de capital da Companhia.
- Incremento Médio Anual (IMA): O valor do IMA de 2024 foi de 26,56.
- Taxa de Desconto: 12,38% - Todos os descontos são feitos baseados na WACC.
- Custo Histórico: Compreendido pelo custo padrão da Melhoramentos para formação das florestas.

A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita anualmente, e os ganhos ou perdas na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado no período em que ocorrem. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola consumido/vendido, avaliado por seu valor justo.

A seguir apresentamos a movimentação dos ativos biológicos:

Descrição	R$
Saldo em 31 de dezembro de 2022	88.701
Exaustão / cortes efetuados no exercício	(34.146)
Atualização a valor justo	162
Adições	21.412
Saldo em 31 de dezembro de 2023	76.129
Exaustão / cortes efetuados no exercício	(21.929)
Atualização a valor justo	13.631
Adições	21.797
Saldo em 31 de dezembro de 2024	89.628

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	DEZ-24	DEZ-23	DEZ-24	DEZ-23
Fornecedores Nacionais	586	3.053	10.989	11.335
Fornecedores Internacionais	-	-	3.975	2.644
Total	586	3.053	14.964	13.979

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Indexador	Encargos Mensais	Vcto. até	Garantias	Circulante DEZ-24	Circulante DEZ-23	Não circulante DEZ-24	Não circulante DEZ-23	Total DEZ-24	Total DEZ-23
Em moeda nacional										
Capital de Giro	IPCA e CDI	0,57%	out/31	FGI(BNDES), recebíveis, aval, equipamentos e imóveis	15.929	13.843	87.613	89.518	103.541	103.361
Desenvolvimento de Projetos	TJLP	0,19%	fev/36	Seguro fiança	-	-	17.575	-	17.575	-
Total Controladora					15.929	13.843	105.188	89.518	121.116	103.361
Nas Controladas										
Em moeda estrangeira										
Aquisição de Imobilizado	Taxa de câmbio Euro	0,10%	nov/27	Equipamentos	1.849	1.817	5.082	6.335	6.931	8.196
Leasing	Pré-fixado	0,79%	jun/29	Computadores e terrenos	2.094	3.139	1.360	3.765	3.454	6.904
Capital de Giro	IPCA e CDI	0,57%	out/31	FGI(BNDES), recebíveis, aval, equipamentos e imóveis	26.841	7.862	18.415	18.523	45.256	26.355
Total nas controladas					30.784	12.818	24.857	28.627	55.641	41.445
Total Consolidado					46.712	26.661	130.045	118.145	176.757	144.806

GARANTIAS

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos créditos bancários, os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados, como máquinas e equipamentos, imóveis e terrenos, são indicados pela Companhia, conforme divulgado na nota acima.

Os *covenants* são controlados anualmente pelas instituições financeiras, e a Companhia monitora mensalmente essas cláusulas restritivas. Até o momento, não existem incertezas quanto ao seu cumprimento anual. Não houve alteração nas garantias requeridas em relação a 31 de dezembro de 2023.

O Certificado de Recebível Imobiliário (CRI) vigente no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 contempla cláusula que requer a manutenção do seguinte índice financeiro:

- Manutenção do Índice de Dívida Líquida/EBITDA da Devedora (Melhoramentos Florestal Ltda) inferior ou igual a 4,5x referente ao exercício de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o resultado do índice de alavancagem é o seguinte:

Resultado Dezembro 2024 - M. Florestal Ltda	15.837
EBITDA Ajustado M. Florestal Ltda	31.248
Dívida Líquida M. Florestal Ltda	40.574
Covenant (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado)	1,28

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu com todos os compromissos e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato.

CRONOGRAMA DE VENCIMENTOS

	Consolidado						
	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Em moeda estrangeira							
Aquisição de Imobilizado	1.849	2.541	2.541	-	-	-	6.931
Em moeda nacional							
Capital de Giro	42.765	23.052	20.844	16.384	13.753	31.995	148.797
Desenvolvimento de Projetos	-	161	1.935	1.935	1.935	11.609	17.575
Leasing	2.094	741	619	-	-	-	3.454
Total	46.712	26.495	25.939	18.319	15.688	43.604	176.757

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	100.797	138.342
Captações	-	23.457
Provisão de Juros	8.331	11.038
Variação cambial e monetária	5.027	4.619
Amortizações	(10.794)	(32.650)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	103.361	144.806
Captações	17.575	45.575
Provisão de Juros	9.134	11.743
Variação cambial e monetária	5.188	7.882
Amortizações	(14.142)	(33.249)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	121.116	176.757

14. PARCELAMENTOS E TRIBUTOS

Parcelamentos	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Federal	5.338	7.331	5.344	7.372
Estadual	59	73	2.388	73
Total	5.397	7.404	7.732	7.445
Circulante	1.506	2.228	2.055	2.263
Não Circulante	3.891	5.176	5.677	5.182

Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Férias e encargos a pagar	1.437	322	4.319	4.332
Salários e encargos a pagar (II)	2.363	1.884	7.793	9.793
Acordo trabalhista (I)	-	2.319	-	2.319
Total	3.800	4.525	12.112	16.444

(I) Refere-se ao pagamento de um processo trabalhista, na Controladora, até o 1º trimestre reconhecido em Provisão Trabalhista na nota explicativa nº 18.

(II) A variação nesta linha reflete a mudança de classificação dos valores referentes a "outras provisões", registrada na nota explicativa nº 16 até 31 de dezembro de 2023.

Obrigações fiscais

	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Impostos retidos a recolher	632	336	1.251	1.083
Impostos e contribuições sobre receitas	119	94	2.392	1.243
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	59	8
Total	751	430	3.702	2.334

15. DIVIDENDOS A PAGAR

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado, observando diminuições e acréscimos na forma da lei e do Estatuto Social. Os valores referentes ao dividendo mínimo obrigatório estão divulgados na nota explicativa nº 20.

Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, prescrevem a favor da Companhia.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Direitos Autorais a Pagar	-	-	2.063	1.721
Adiantamento de arrendamento (I)	22.025	6.832	-	-
Adiantamento de Clientes (II)	213	-	7.570	4.597
Provisão de contas de consumo (III)	5.928	3.089	10.600	6.817
	28.166	9.921	20.233	13.135
Circulante	28.166	9.921	18.650	9.646
Não Circulante	-	-	1.583	3.489

(I) A variação de Adiantamento de Arrendamento se refere a operação do CRI, que ocorre entre a Controladora e uma de suas Controladas, por esse motivo é excluída no Consolidado.

(II) Como garantia para a operação de venda de madeira em pé, a Companhia recebeu R$ 4,4 milhões que serão compensados nos anos subsequentes.

(III) A rubrica se refere a provisão de contas de consumo a pagar, para garantir o reconhecimento da despesa no momento do efetivo consumo do produto ou serviço.

17. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Imposto de renda diferido	238.118	240.034	249.374	253.584
Contribuição social diferida	75.605	80.295	83.674	85.190
Total	313.723	320.329	333.048	338.774

Na Controladora o diferido é constituído com base nas reservas de reavaliações, portanto não há uma assertividade quando a previsão da realização dos impostos diferidos, visto que depende em sua maioria da alteração ou investimentos de seu imobilizado. No consolidado, o diferido é constituído com base nas reservas de reavaliações e reavaliação do ativo biológico.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Processo com risco de perda provável

Não Circulante	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Provisões fiscais	-	32.444	279	32.818
Provisões trabalhistas	378	455	6.827	6.810
Provisões Cíveis	263	50	263	95
Total	641	32.949	7.369	39.723

Em decorrência do curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários, previdenciários, trabalhistas e cíveis, que foram analisados individualmente e com suporte na opinião de consultores jurídicos independentes.

A Administração da Companhia, devidamente amparada por seus Assessores Jurídicos externos, levando em consideração a análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, foram constituídas provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis.

As movimentações das provisões para demandas judiciais no período findo em 31 de dezembro de 2024 e estão demonstradas a seguir:

	Controladora						
	DEZ-22	Adições	Baixas/ Reversões	DEZ-23	Adições	Baixas/ Reversões	DEZ-24
Fiscais	54.608	-	(22.164)	32.444	-	(32.444)	-
Trabalhistas	5.607	-	(5.152)	455	80	(157)	378
Cíveis	50	-	-	50	213	-	263
	60.265	-	(27.316)	32.949	293	(32.601)	641

continua...

Eufrázio

...continuação



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Consolidado	DEZ-22	Adições	Baixas/ Reversões	DEZ-23	Adições	Baixas/ Reversões	DEZ-24
Fiscais	57.366	-	(24.548)	32.818	-	(32.522)	296
Trabalhistas	10.128	1.844	(5.162)	6.810	1.348	(1.348)	6.810
Cíveis	95	7	(7)	95	212	(44)	263
	67.589	1.851	(29.717)	39.723	1.560	(33.914)	7.369

Até o terceiro trimestre de 2024 haviam registrados na Companhia, na rubrica de Contingências Fiscais, 2 processos referentes a Impostos de Propriedade Territorial Rural – ITR. Tais processos estavam provisionados desde 2016, pois tal decisão se fundamentou no elevado valor histórico das autuações, na jurisprudência contrária para tese de Área de Reserva Legal e, consequentemente, entendimento da Administração da Companhia Melhoramentos de São Paulo, suportada pela avaliação de seu Departamento Jurídico interno, de que a Companhia possui, em relação à tais discussões, perspectiva de perda provável na esfera judicial.

Em dezembro de 2024, a Companhia, em discussões internas junto com os assessores jurídicos, decidiu que fosse evitado o excesso de conservadorismo, e considerando que tais processos, desde a sua primeira circularização, estão classificados como "POSSÍVEL", os mesmos foram baixados, e agora são acompanhados no item "b) Processo com risco de perda possível".

As baixas relevantes ocorridas no exercício de 2023 na Controladora e Consolidado, na rubrica "Fiscais", se referem à adesão ao programa do Governo Federal, Litígio Zero. Foram baixados processos de Impostos sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR na Controladora e em uma de suas controladas, Melhoramentos de São Paulo – Arbor.

Para adesão foram utilizadas duas formas de pagamento, sendo parte do valor parcelado em 5 prestações reconhecidas no passivo circulante de cada uma das empresas e o restante através de prejuízos fiscais.

Na Controladora foi utilizado o prejuízo fiscal e base negativa da CSLL conforme abaixo:

PF - Montante Solicitado	PF Alíquota	PF - Crédito a ser utilizado	BCN - Montante Solicitado	BCN - Alíquota	BCN - Crédito a ser utilizado
40.538	25%	10.134	40.538	9%	3.648

Na Controlada, Melhoramentos de São Paulo – Arbor, foi utilizado o prejuízo fiscal e base negativa da CSLL próprios e da Controladas conforme abaixo:

Melhoramentos de São Paulo - Arbor

PF - Montante Solicitado	PF Alíquota	PF - Crédito a ser utilizado	BCN - Montante Solicitado	BCN - Alíquota	BCN - Crédito a ser utilizado
338	25%	85	338	9%	30

Controladora

PF - Montante Solicitado	PF Alíquota	PF - Crédito a ser utilizado	BCN - Montante Solicitado	BCN - Alíquota	BCN - Crédito a ser utilizado
696	25%	174	696	9%	63

b) **Processos com risco de perda possível**

Além das provisões para contingências registradas, a Companhia encontra-se envolvida em outras demandas judiciais, as quais seus Assessores Jurídicos externos julgam como sendo de perda possível, portanto, não se encontram registradas, em consonância com o pronunciamento técnico CPC 25 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", as quais descriminadas a seguir:

	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Fiscais	61.163	14.484	101.172	33.772
Previdenciárias e trabalhistas	350	2.235	4.478	4.154
Cíveis	20.389	14.677	20.489	14.777
Total	81.903	31.396	126.139	52.743

O maior valor de processos classificados como possíveis no grupo são os fiscais onde em sua maioria são processos que discutem os critérios aplicados pela RFB para cobrança do Imposto Territorial Rural - ITR, sobre as áreas da CMSP, em especial quanto ao valor atribuído à terra nua, uma vez que deveria ser reduzido da base de cálculo as áreas não produtivas, relativas à área de Reserva Legal - RL, e de Área de Proteção Permanente - APP.

Abaixo a movimentação das causas consideradas possíveis:

Controladora	DEZ-22	Adições	Baixas / Reversões	DEZ-23	Adições	Baixas / Reversões	DEZ-24
Fiscais	35.214	-	(20.730)	14.484	46.680	-	61.163
Trabalhistas	-	2.235	-	2.235	-	(1.885)	350
Cíveis	5.384	9.293	-	14.677	5.712	-	20.389
	40.598	11.528	(20.730)	31.396	52.391	(1.885)	81.903

Consolidado	DEZ-22	Adições	Baixas / Reversões	DEZ-23	Adições	Baixas / Reversões	DEZ-24
Fiscais	60.860	8.140	(35.227)	33.772	67.400	-	101.172
Trabalhistas	1.916	3.057	(820)	4.154	379	(94)	4.478
Cíveis	5.484	9.293	-	14.777	5.712	-	20.489
	68.260	20.530	(36.047)	52.743	73.491	(94)	126.140

As baixas relevantes ocorridas no período na Controladora e Consolidado se referem a adesão ao programa do Governo Federal, Litígio Zero.

19. **CAPITAL SOCIAL**

O capital social de R$ 153,7 milhões está representado por 6.404.949 ações nominativas, sendo 5.631.445 ações ordinárias e 773.504 ações preferenciais, cujo valor nominal é de R$ 24,00 por ação.

Dividendos e cálculo de reservas

O estatuto social da Companhia estabelece que o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, o montante não inferior a 25% (vinte e cinco por cento).

Reservas

1) Legal: constituída na base de 5% (cinco por cento) no mínimo do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 e limitado a 20% (vinte por cento) do capital social, antes de qualquer destinação.

2) Estatutária de manutenção do capital de giro: constituída na base de 5% (cinco por cento) no mínimo, do lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal, e limitado a 10% (dez por cento) do capital social.

3) Reserva de lucros: É composta pelo valor da movimentação do ajuste patrimonial decorrente da venda de terreno para construção do Swiss Park e da Casonas Lapa, as Reservas Legal, Estatutária e Especial, e o saldo remanescente do lucro do exercício de 2022.

Destinação do resultado do exercício

A distribuição do resultado do exercício de 2024 está disposta a seguir:

	2024	2023
(+) Resultado do exercícios	3.312	7.878
(-) Constituição de reserva legal (5%)	(166)	(394)
Lucro líquido ajustado do exercícios (Base para distribuição de dividendo)	3.146	7.484
(-) Constituição de reserva de capital de giro (5%)	(157)	(374)
(-) Constituição de reserva especial (Dividendos)	(787)	(1.871)
Destinado a reserva de lucro	2.202	5.239

20. **LUCRO POR AÇÃO**

O cálculo do resultado por ação é efetuado por meio da divisão do lucro do período atribuível aos detentores de ações ordinárias – ON e preferenciais – PN da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis durante o período, o qual não se altera. A Companhia não possui nenhum instrumento que possa ter efeito diluidor.

Lucro por ação

	31.12.2024	31.12.2023
Resultado atribuível aos acionistas controladores- R$	3.312	7.878
Quantidade de ações em circulação no período - em milhares	6.411	6.411
Quantidade de ações em tesouraria - em milhares	(6)	(6)
Quantidade de ações em circulação - em milhares	6.405	6.405
% de ações em relação ao total	100%	100%
Resultado por ação - R$	0,51716	1,22995

21. **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Receita Bruta	13.301	23.830	234.694	241.278
Descontos e abatimentos	-	-	(37.815)	(32.875)
Impostos incidentes	(1.327)	(2.794)	(33.757)	(32.124)
Receita líquida	11.974	21.036	163.122	176.279

Na controladora a variação é decorrente do maior volume de receita com arrendamento com uma suas controladas.

No Consolidado, o mercado livreiro, como um todo, apresentou queda, tendo no e-commerce o melhor desempenho, porém ainda abaixo dos números apurado no ano anterior. As vendas institucionais também não superaram o ano anterior, com destaque para atípica queda no último trimestre. No mercado de fibras, houve redução no volume comercializado das fibras branqueadas. Esse movimento se deve pela pressão do mercado com sucessivas reduções no preço da celulose. Outro item que impactou negativamente as vendas de 2024, foi o aumento da importação de papel cartão vindo da China.

22. **RECEITA POR SEGMENTO**

31.12.2024	Fibras de alto rendimento	Editorial	Imobiliário	Consolidado
Receita Bruta	171.950	60.896	1.848	234.694
Deduções	(33.851)	(37.453)	(268)	(71.572)
Receita Operacional Líquida	138.099	23.443	1.580	163.122
Custos:				
Custos variáveis (matérias-primas, materiais de consumo e serviços)	(50.802)	(8.639)	-	(59.441)
Gastos com pessoal	(32.422)	-	-	(32.422)
Depreciação e amortização	(12.846)	-	-	(12.846)
	(96.070)	(8.639)	-	(104.709)
Lucro Bruto	42.029	14.804	1.580	58.413
Despesas/receitas operacionais	-	-	-	(24.484)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	701
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	-	-	-	34.630
Resultado financeiro	-	-	-	(16.379)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	-	-	-	18.251
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	(14.939)
Lucro do exercício	-	-	-	3.312

31.12.2023	Fibras de alto rendimento	Editorial	Imobiliário	Consolidado
Receita Bruta	177.656	61.519	2.103	241.278
Deduções	(31.498)	(32.734)	(769)	(64.999)
Receita Operacional Líquida	146.160	28.785	1.334	176.279
Custos:				
Custos variáveis (matérias-primas, materiais de consumo e serviços)	(44.089)	(11.212)	-	(55.301)
Gastos com pessoal	(31.744)	-	-	(31.744)
Depreciação e amortização	(14.262)	-	-	(14.262)
	(90.095)	(11.212)	-	(101.307)
Lucro Bruto	56.065	17.573	1.334	74.972
Despesas/receitas operacionais	-	-	-	(46.203)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	6.528
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	-	-	-	35.297
Resultado financeiro	-	-	-	(16.220)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	-	-	-	19.077
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	(11.199)
Lucro do exercício	-	-	-	7.878

23. **CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS POR NATUREZA**

		Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Custo dos produtos vendidos					
Custos variáveis (matérias-primas, materiais de consumo e serviços)		-	-	(59.441)	(55.301)
Gastos com pessoal		-	-	(32.422)	(31.744)
Depreciação e amortização		-	-	(12.846)	(14.262)
Outros		-	-	-	-
		-	-	(104.709)	(101.307)
Despesas com vendas					
Gastos com pessoal		-	-	(5.864)	(9.413)
Feiras		-	-	(4.762)	(4.061)
Serviços		-	-	(1.703)	(1.767)
Descontos comerciais		-	-	(731)	(321)
Depreciação e amortização		-	-	(33)	(41)
Outros		-	-	(5.313)	(7.061)
		-	-	(18.406)	(23.554)
Despesas gerais e administrativas					
Gastos com pessoal		(27.708)	(21.962)	(34.442)	(31.733)
Serviços		(11.836)	(14.459)	(17.222)	(22.955)
Depreciação e amortização		(2.855)	(2.954)	(3.142)	(3.284)
Outros		(3.713)	(3.216)	(5.492)	(5.313)
		(46.112)	(42.591)	(60.298)	(63.285)
Outras Receitas	(a)				
Alienação de Investimentos		-	4.611	-	4.611
Alienação de Imobilizado		16.000	6.500	24.800	32.928
Outras receitas operacionais		1.887	-	3.256	517
Reversão de Provisões		34.952	29.644	37.333	34.446
Ajuste a Valor Justo		-	-	13.631	199
Outras receitas não operacionais		2.915	24.654	2.915	24.658
		55.754	65.409	81.934	97.359
Outras Despesas	(b)				
Custo na Alienação de Imobilizado		(7.701)	(1.726)	(16.384)	(30.149)
Outras despesas operacionais		(3.905)	(12.908)	(10.429)	(21.214)
Provisões Diversas		(202)	(3.989)	(914)	(4.537)
Ajuste a Valor Justo		-	-	14	-
		(11.808)	(18.623)	(27.713)	(55.900)
Total Custos e Despesas		(2.166)	4.195	(129.192)	(146.687)

As variações no consolidado estão explicadas abaixo:

a) A variação ocorrida no período em "Outras receitas operacionais" é decorrente de vendas da Controlada Nova Caieiras, ocorrida no primeiro trimestre de 2023, no valor de R$1,5 milhões. A variação de "Reversões de Provisões" ocorreu devido em março de 2024 ter havido uma reversão de processos encerrados na esfera judicial no valor de R$4,4 milhões e em dezembro de 2024 houve uma reversão de R$ 27 milhões de processos de fiscais, devido a mudança de risco de perdas. O valor de "Alienação de Imobilizado" na Controladora se refere a venda de um terreno em abril de 2024 no valor R$ 10 milhões e outro terreno vendido em dezembro de 2024 no valor de R$6 milhões.

A variação ocorrida no período de 2024 é referente à execução das vendas de arvore em pé e baixa referente acordo de perdão de dívida.

Trimestre

	Controladora 4TR-24	Controladora 4TR-23	Consolidado 4TR-24	Consolidado 4TR-23
Custo dos produtos vendidos				
Custos variáveis (matérias-primas, materiais de consumo e serviços)	-	-	(14.951)	(6.436)
Gastos com pessoal	-	-	(7.746)	(8.311)
Depreciação e amortização	-	-	(3.399)	(3.261)
	-	-	(26.096)	(17.008)
Despesas com vendas				
Gastos com pessoal	-	-	(1.421)	(2.098)
Feiras	-	-	(1.311)	(1.224)
Serviços	-	-	(654)	(556)
Descontos comerciais	-	-	(110)	(4.211)
Depreciação e amortização	-	-	(8)	(9)
Outros	-	-	(1.361)	2.258
	-	-	(4.865)	(5.840)
Despesas gerais e administrativas				
Gastos com pessoal	(6.432)	(5.305)	(8.166)	(7.965)
Serviços	(2.647)	(4.864)	(3.938)	(7.224)
Depreciação e amortização	(601)	(738)	(666)	(818)
Outros	(1.048)	(1.392)	(1.483)	(1.873)
	(10.728)	(12.369)	(14.253)	(17.880)
Outras Receitas				
Alienação de Investimentos	-	4.611	-	4.611
Alienação de Imobilizado	6.000	6.500	9.154	24.986
Outras receitas operacionais	-	(18.675)	241	(19.389)
Reversão de Provisões	27.299	5.230	27.560	5.321
Ajuste a Valor Justo	-	-	7.121	199
Outras receitas não operacionais	(1)	13.553	(1)	13.562
	33.298	11.219	44.075	29.280

...continuação

Trimestre

	Controladora 4TR-24	Controladora 4TR-23	Consolidado 4TR-24	Consolidado 4TR-23
Outras Despesas				
Custo na Alienação de Imobilizado	(3.315)	-	(5.655)	(15.354)
Outras despesas operacionais	(364)	(1.280)	(2.052)	(6.968)
Provisões Diversas	(6)	(457)	(529)	391
Ajuste a Valor Justo	-	-	14	-
	(3.688)	(1.737)	(8.222)	(25.931)
Total Custos e Despesas	18.882	(2.887)	(9.361)	(37.379)

24. **RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

Acumulado

	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	2.500	1.047	4.533	3.207
Juros	207	20	667	1.104
Variação cambial	-	-	630	949
Tributos s/ receitas financeiras	(328)	(577)	1.300	(753)
	2.379	490	7.130	4.507
Despesas financeiras				
Juros	(8.510)	(8.610)	(13.232)	(12.143)
Variação cambial	(6.188)	(5.028)	(7.139)	(6.524)
Outras despesas financeiras	(504)	(1.164)	(2.866)	(2.087)
Variação monetária	-	(965)	(272)	(972)
	(14.602)	(15.767)	(23.509)	(20.726)
Resultado financeiro	(12.223)	(15.277)	(16.379)	(16.219)

Trimestre

	Controladora 4TR-24	Controladora 4TR-23	Consolidado 4TR-24	Consolidado 4TR-23
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	538	538	1.201	1.384
Juros	85	-	280	105
Variação cambial	-	-	(1.307)	105
Tributos s/ receitas financeiras	(55)	(25)	1.670	(69)
	568	513	1.844	1.525
Despesas financeiras				
Juros	(2.185)	(2.208)	(3.021)	(2.944)
Variação cambial	(1.342)	(812)	(884)	(981)
Outras despesas financeiras	(46)	(1.136)	(1.453)	(1.345)
Variação monetária	-	-	(215)	(2)
	(3.573)	(4.156)	(5.573)	(5.272)
Resultado financeiro	(3.005)	(3.643)	(3.729)	(3.747)

25. **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A Companhia, enquadrada no regime de Lucro Real, manteve a sistemática de apuração Anual para o ano-calendário de 2024, bem como a permanência no regime de caixa para tributação da variação cambial, ou seja, os efeitos cambiais são oferecidos à tributação à medida que são efetivamente liquidados.

Essa opção não é válida para as controladas enquadradas no regime de Lucro Presumido.

Composição do resultado

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é a seguinte:

	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Corrente	-	(4.018)	(1.387)	(6.944)
Diferido	(8.229)	(6.481)	(13.552)	(4.255)
	(8.229)	(10.499)	(14.939)	(11.199)

Diferido

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica consideravelmente no aumento do prazo de recuperação dos créditos tributários.

A recuperabilidade destes tributos diferidos é revisada no mínimo anualmente, ou quando for provável a indisponibilidade de lucro tributável futuro.

A composição líquida dos impostos de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Imposto de renda - Diferidos - Resultado	(6.786)	(4.765)	(9.965)	(3.125)
Contribuição social - Diferidos - Resultado	(2.443)	(1.716)	(3.587)	(1.128)
	(8.229)	(6.481)	(13.552)	(4.255)

	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Ativo - Diferido *	578	12.413	13.438	25.661
Imposto de Renda	425	9.127	9.941	18.928
Contribuição Social	153	3.286	3.497	6.733
Passivo - Diferido	317.723	320.329	333.048	338.774
Imposto de Renda	238.118	240.034	249.374	253.584
Contribuição Social	79.605	80.295	83.674	85.190
	318.301	332.742	346.486	364.435

*Vide nota explicativa nº 8

26. **GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicação de recursos, risco de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez aos quais entende que está exposta, de acordo com a natureza dos seus negócios e estrutura operacional.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e o monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Os principais riscos da Companhia estão descritos a seguir:

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. No caso da Companhia, os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar, e empréstimos e financiamentos a pagar.

Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em Reais na data base do balanço patrimonial. Os cenários razoavelmente possível e possível foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

Instrumentos de taxa variável	Controladora DEZ-24	Controladora DEZ-23	Consolidado DEZ-24	Consolidado DEZ-23
Ativos Financeiros				
Aplicações financeiras (Nota 4)	25.081	14.864	48.564	44.356
Contas a receber (Nota 5)	-	-	(7.386)	29.752
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	121.116	103.361	176.757	144.808

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, CDI médio anual de 10,876%.

O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em Reais na data base do balanço patrimonial. Os cenários razoavelmente possível e possível foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente do CDI médio anual.

Instrumento Financeiro	Indexador	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31.12.2024	Cenário provável	Cenário razoavelmente possível 25%	Cenário possível 50%
Aplicações financeiras (Nota 4)	CDI	100%	48.564	5.084	6.330	7.598
Contas a receber (Nota 5)	CDI	100%	(7.386)	(803)	(1.004)	(1.205)
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	CDI e IPCA	100%	173.303	18.848	23.560	28.272
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	Pré-fixado	100%	3.454	376	470	563

(Consolidado)

Risco de câmbio

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras (substancialmente em EUROS) que estão expostas a riscos de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos.

O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em Reais na data base do balanço patrimonial. Os cenários razoavelmente possível e possível foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente da taxa de câmbio.

continua...



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A composição dessa exposição é a seguinte:

				Controlada Melhoramentos Florestal	
Exposição Patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**Provável**	**Cenário razoavelmente possível 25%**	**Cenário possível 50%**
Empréstimo Helaba	7.624	Variação do Euro	7.624	9.530	11.435
Itaú	7.639	Variação do Euro	7.639	9.549	11.459

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em contrato de instrumento financeiro, adiantamento de fornecedor ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Adicionalmente às aplicações de recursos referidas acima, a Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber).

Em 31 de dezembro de 2024, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito das contas a receber de clientes equivale aos saldos apresentados na nota explicativa 5.

Risco de aplicação de Recursos

A Companhia está sujeita ao risco quanto a aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados. O valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras com valores descritos na nota explicativas 4.

O quadro abaixo demonstra os recursos de caixa e equivalentes de caixa aplicados pela Companhia, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional das agências de rating Fitch e Moody's das instituições financeiras:

Risco de Crédito

	Controladora		Consolidado	
	DEZ-24	DEZ-23	DEZ-24	DEZ-23
AAA	25.031	14.882	39.248	38.172
AA	-	-	272	-
A-	50	2	7.044	6.184
AA-	-	-	-	-

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos no mercado global, administrando seu capital por meio de um planejamento de liquidez recorrente, com intuito de assegurar recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos financiamentos firmados junto a instituições financeiras.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado						
	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Empréstimos e financiamentos	46.712	26.495	25.939	18.319	15.688	43.604	176.757

Gestão de Capital

A estrutura de capital da Companhia é monitorada pelo acompanhamento do endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 13), deduzidos pelo saldo de caixa, equivalentes de caixa (nota explicativa 3), e pelo índice de endividamento líquido obtido pela divisão do endividamento líquido pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

	Consolidado	
	DEZ-24	DEZ-23
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	722	400
Aplicações financeiras (Nota 4)	46.564	44.356
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(176.757)	(144.806)
Dívida Líquida	**(129.471)**	**(100.050)**
Patrimônio líquido	846.585	838.565
Índice de endividamento líquido	**(0,15)**	**(0,12)**

27. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui seguros patrimonial e de responsabilidade civil suficientes para cobrir os riscos, conforme abaixo:

Modalidade de Seguro	Limite máximo de indenização
Responsabilidade Civil	4.500
Patrimonial (RO)	51.227
D&O	40.000

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

28.1. Captação de Investimento

Em fevereiro de 2025 a Companhia Melhoramentos de São Paulo celebrou com a W-Cycle Holdings Inv. Ltd., empresa israelense e sua parceira comercial, acordo de investimento para futura aquisição de participação societária na W-Cycle, esse movimento foi realizado através de capital próprio, como parte das ações estratégicas para a expansão de suas atividades e negócios, com foco em inovações da Companhia.

O acordo prevê o pagamento de US$ 1.000 mil pela aquisição de participação minoritária na W-Cycle, a qual se dará de forma indireta e, portanto, não será consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

28.2. Renegociação de termos dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Companhia Melhoramentos

Em 13 de março de 2025 a empresa obteve aprovação dos titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) para a renegociação das condições da operação. As principais alterações acordadas, incluem:

(i) Modificação no fluxo de amortização da operação;

(ii) Ajuste na remuneração da operação para o período de março de 2025 a fevereiro de 2027, passando de IPCA + 8,0804% a.a. para IPCA + 10,8692% a.a.;

(iii) Medição do covenant financeiro na empresa Melhoramentos Florestal por mais dois anos, sendo a partir de 2027 medido com base no resultado consolidado da Companhia Melhoramentos; e

(iv) Inclusão de cessão de conta vinculada para fluxo de recebíveis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Andiara Pedroso Petterle
Hélio Lima Magalhães
Ingo Plöger
Marcelo Renaux Willer
Marcio Guedes Pereira Junior
Paulo Renato Ferreira Velloso
Paula Weiszflog
Thibaud Lecuyer
Tilo Plöger
João Carlos Senise

CONTADOR

Bruno Marcos Martin
CRC MG-105724/O-7 T-SP

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA FINS DO ARTIGO 22, VI, e ARTIGO 31, § 1º, II DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80/2022

Declaramos, na qualidade de Diretores da Companhia Melhoramentos de São Paulo, "(Companhia)", sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tito, nº 479, CEP 05051-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.730.348/0001-66 nos termos do art. 22, V, e art. 31, § 1º, inciso II, da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, com as alterações introduzidas pelas resoluções CVM Nº 59/21, 162/22, 166/22, 173/22, 180/23 e 183/23, que revisamos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 19 de março de 2025.

Rafael Gibini - Presidente e Relações com Investidores
João Luiz Guilaumon Lopes - Diretor Financeiro

DECLARAÇÃO DO DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

PARA FINS DO ARTIGO 22, V, e ARTIGO 31, § 1º, I RESOLUÇÃO CVM Nº 80/2022

Declaramos, na qualidade de Diretores da Companhia Melhoramentos de São Paulo, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, na Rua Tito, nº 479, CEP 05051-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.730.348/0001-66, nos termos art. 22, V, e art. 31, § 1º, inciso II, da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, com as alterações introduzidas pelas resoluções CVM Nº 55/21, 162/22, 166/22, 173/22, 180/23 e 183/23, que discutimos e concordamos com o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, datado em 19 de março de 2025.

São Paulo, 19 de março de 2025.

Rafael Gibini - Presidente e Relações com Investidores
João Luiz Guilaumon Lopes - Diretor Financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Melhoramentos de São Paulo - São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Melhoramentos de São Paulo (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Melhoramentos de São Paulo em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

1. Mensuração do valor justo dos ativos biológicos – Notas explicativas nº 2.3(j) e 11

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e o plantio de florestas de eucalipto e pinus para fornecimento de matéria-prima na produção de celulose de fibra, bem como utilizada nas vendas de toras de madeira para terceiros.

A mensuração dos ativos biológicos ao valor justo menos as despesas de vendas é um processo complexo que exige precisão e entendimento das variáveis envolvidas. A Companhia utiliza a metodologia de fluxo de caixa descontado para avaliar as florestas com idades entre três anos até o ponto de corte, assegurando que os valores reflitam o mercado atual e as expectativas futuras. Para florestas acima do ponto de corte, o valor de mercado é considerado. A metodologia para calcular o valor justo incorpora diversas premissas importantes, como o ciclo médio de formação das florestas por espécie e região do plantio, o volume estimado de produção de madeira em metros cúbicos por hectare ao final do ciclo, custos médios por hectare e preços médios de venda para as espécies envolvidas. Esses fatores são analisados para determinar as condições do ativo e as taxas de desconto aplicáveis. O processo de avaliação do valor justo dos ativos biológicos envolve alto grau de subjetividade e julgamento pela administração. Isso se deve à diversidade das áreas de plantio, que se encontram em diferentes etapas de crescimento e são geridas por sistemas avançados de controle. As informações coletadas são consolidadas em planilhas eletrônicas.

Dessa forma, este assunto foi considerado, novamente, como uma área de risco e, consequentemente, um principal assunto de auditoria no exercício corrente, devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, premissas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa descontados a valor presente, além do impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam trazer às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- avaliação do desenho e da estrutura de controles internos implementados pela administração relacionados aos ativos biológicos;
- com o apoio de nossos especialistas internos em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado preparado pela administração, bem como avaliação da coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa. Além disso, realizamos análise da consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros. Essa análise abrangeu também as premissas e dados de mercado relevantes, como taxas de desconto, volume, preço e custos e tratos culturais. Outros fatores analisados incluíram o ciclo médio de formação de florestas por espécie e região do plantio, o volume de produção de madeira estimado em m³ por hectare no final do ciclo de formação, o custo médio de manutenção das florestas e demais ativos contributórios por hectare e o preço médio de venda das espécies envolvidas, como eucalipto e pinus;
- desafiamos as premissas utilizadas pela administração, visando constatar se existiam premissas não consistentes e/ou que devessem ser revisadas;
- avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estavam consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para a mensuração do valor justo do ativo biológico, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de março de 2025

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Octavio Zampirollo Neto
Contador CRC 1SP-289.095/O-3

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores
Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.
SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR
PORTAL ESTADÃO RI
ESTADÃO 150 · ESTADÃO RI · ELDORADO FM 107,3 · ESTADÃO BLUE STUDIO · AGÊNCIA ESTADO · broadcast

ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS DE HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO JORNALISMO PAUTADOS PELA TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE.

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês



+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA:



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: **(11) 3856-2442**

ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107.3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)

ESTADÃO 150 ANOS

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS

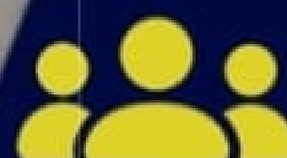


+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS





A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:



ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107.3 ESTADÃO BLUE STUDIO AE AGÊNCIA ESTADO broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)